



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maiana Barbosa Maffini

**Condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica brasileira:** Tendências dos debates na produção acadêmica da área de Serviço Social na pós-graduação *stricto sensu*

Florianópolis  
2024

Maiana Barbosa Maffini

**Condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica brasileira:** Tendências dos debates na produção acadêmica da área de Serviço Social na pós-graduação *stricto sensu*

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientador: Prof. Jaime Hillesheim, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Maffini, Maiana Barbosa  
Condições de trabalho de assistentes sociais na educação  
básica brasileira : Tendências dos debates na produção  
acadêmica da área de Serviço Social na pós-graduação stricto  
sensu / Maiana Barbosa Maffini ; orientador, Jaime  
HillesheimJaime, 2024.  
220 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Condições de trabalho. 3. Serviço  
social. I. HillesheimJaime, Jaime. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social. III. Título.

Maiana Barbosa Maffini

**Condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica brasileira:** Tendências dos debates na produção acadêmica da área de Serviço Social na pós-graduação *stricto sensu*

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 26 de Agosto de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida, Dr.

Instituição Universidade do Estado do Rio de Janeiro

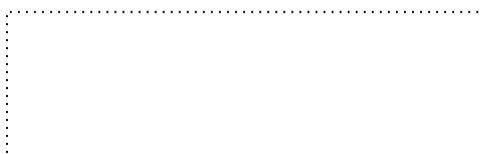
Profa. Carla Rosane Bressan, Dra.

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Jaime Hillesheim, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2024.

Dedicado à memória de minha avó materna Elvira Correa de Freitas.

## AGRADECIMENTOS

Sem sombra de dúvidas tenho muito a agradecer neste momento. Quero iniciar meus agradecimentos pelo orientador deste trabalho, Prof. Dr. Jaime Hillesheim. Com sua calma e atenção, se colocou a todo tempo de prontidão para me auxiliar, isso sem dúvida fez toda diferença no meu processo de aprendizagem. Além disso, pelo acolhimento e receptividade quanto aos percalços durante o processo, mas sem, contudo, perder o rigor teórico e metodológico (característicos dele) na busca incansável por uma formação humana e de qualidade, a ele toda minha gratidão.

Agradeço às colegas de trabalho, assistentes sociais no Colégio de Aplicação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que durante este período de formação precisaram arcar com a minha ausência, de modo que, sabemos, acabam por ampliar suas responsabilidades e demandas. Aqui deixo meu muito obrigada!

Ao meu parceiro na vida, Glauber Vincensi Bonini, pelo companheirismo de sempre, mas, de maneira especial durante o processo de formativo, pelo apoio ímpar e por sempre, sempre me incentivar a continuar. Obrigada!

À minha mãe, Saira, pelo apoio empreendido e no fortalecimento do sentimento de que devo continuar alçando voos mais altos.

Às amigas Aline Schneider, Naiara Aline Chaves e Deise Farias pela amizade sincera, pelo acolhimento nos momentos difíceis e pelo incentivo durante o processo formativo. Que a cumplicidade que nos une sempre esteja conosco.

Ao Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida e a Profa. Dra. Carla Rosane Bressan pelo aceite em compor a banca de qualificação do meu projeto de pesquisa, que deu origem a esta dissertação e agora para compor a banca de arguição de defesa. Pela receptividade e orientações. Deixo aqui o meu muito obrigada!

Um agradecimento especial aos colegas Douglas Capiotti, Gabriela Carraro, Naiara Tonelli, Rúbia Sagaz, Emílio Ben, Daiane Mantoanelli e Glauco Braga da Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, que nas batalhas do processo de formação proporcionaram trocas diárias, acolhimento e apoio no fomento das atividades integrantes dos processos formativos, com isso, fizeram toda a diferença.

Deixo por fim um agradecimento mais que especial para minha avó, dona Elvira Correia de Freitas, que infelizmente neste plano nos deixou no dia 29 de julho do corrente ano. Por todo amor e carinho que, mesmo longe, ela me concedeu. Para ela eu dedico este trabalho.

## RESUMO

Nesse texto dissertativo, intentamos identificar e analisar como as questões relacionadas às condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica são abordadas na produção acadêmica da área, tendo como fontes teses e dissertações defendidas por assistentes sociais, entre 2012 e 2022. O lapso temporal contempla um importante período de lutas e mobilizações da categoria pela inserção de profissionais de serviço social na rede pública da educação básica, que culminou na aprovação da Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019. As recentes transformações societárias, sobremaneira, aquelas afetas ao mundo do trabalho, incidem determinações sobre a classe trabalhadora em todo o mundo. Tais transformações conformam novas formas de existência, permeadas por novas condições e relações de trabalho que atingem, objetiva e subjetivamente os sujeitos e reverberam sobre o conjunto da classe trabalhadora e, nesse particular, também os assistentes sociais. Do ponto de vista metodológico, nos utilizamos dos dados disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para identificarmos as produções acadêmicas que nos serviram de fontes. Restringimos a busca à área de conhecimento – serviço social – e utilizamos descritores previamente definidos para seleção das fontes a serem analisadas. No percurso de estudos identificamos que, de modo geral, os pesquisadores das produções acadêmicas selecionadas problematizam o fato de que as necessidades do capital, em sua dinâmica conformada pela lei do valor e da valorização, não repercutem somente na esfera econômica, mas, em todo o sistema das relações sociais existentes. Ao mesmo tempo, consideram que a política de educação possui papel estratégico, seja para afirmação e consolidação da sociedade cindida em classes, seja para construção de estratégias visando à superação desta. A educação, portanto, é considerada como um campo em permanentes disputas, orientadas por projetos societários conflitantes e até antagônicos. Partimos do pressuposto que o assistente social, partícipe do conjunto dessas relações, não está imune às transformações societárias em voga e aos consequentes rebatimentos sobre a profissão, também no contexto da educação básica. Os dados coletados por meio dos estudos analisados mostram que vigoram tendências de precarização das condições de trabalho nesse campo de atuação, particularmente, no que se refere à estrutura física inadequada ou ausente, à deterioração física e psíquica da força de trabalho que reverbera impactos sobre a saúde dos trabalhadores, à prevalência de baixos salários, às questões afetas à jornada e à intensificação do trabalho, à existência de vínculos trabalhistas precários e à falta de políticas de incentivo à qualificação. São expressões dos processos de precarização das condições de trabalho às quais estão submetidos os assistentes sociais que atuam na política de educação básica. Destarte, chamamos a atenção para o fato de que a luta pela implementação da Lei n.º 13.935/2019, a despeito de seus limites, não pode ser descolada da luta por condições adequadas e dignas de trabalho, considerando que tais condições impactam sobre as dimensões éticas e técnicas do fazer profissional e nas respostas profissionais qualificadas no sentido do Projeto Ético e Político (PEP) que norteia a profissão.

**Palavras-chave:** serviço social; condições de trabalho; educação básica.

## ABSTRACT

In this dissertation text, we attempt to identify and analyze how issues related to the working conditions of social workers included in basic education policy are addressed in academic production in the area, using as sources theses and dissertations defended by social workers, between 2012 and 2022. This period of time includes an important period of struggles and mobilizations of the category for the inclusion of social service professionals in the public basic education network, which culminated in the approval of Law n. 13.935, of December 11, 2019. Recent corporate transformations, especially, those affecting the world of work, affect the working class throughout the world. Such transformations shape new forms of existence, permeated by new conditions and working relationships that objectively and subjectively affect the subjects and reverberate across the working class as a whole and, in this particular, also social workers. From a methodological point of view, we used the data available in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel Foundation (CAPES), to identify the academic productions that served as sources. We restricted the search to the area of knowledge – social services – and used previously defined descriptors to select the sources to be analyzed. During the course of studies, we identified that, in general, researchers from the selected academic productions problematize the fact that the needs of capital, in its dynamics shaped by the law of value and valorization, do not only affect the economic sphere, but throughout the system of existing social relations. At the same time, they consider that education policy has a strategic role, whether for the affirmation and consolidation of a society divided into classes, or for the construction of strategies aimed at overcoming it. Education, therefore, is considered a field in permanent dispute, guided by conflicting and even antagonistic societal projects. We assume that the social worker, a participant in all of these relationships, is not immune to the societal transformations in vogue and the consequent impacts on the profession, also in the context of basic education. The data collected through the studies analyzed show that there are trends towards precarious working conditions in this field of activity, particularly with regard to inadequate or absent physical structure, the physical and psychological deterioration of the workforce, which has impacts on the workers' health, the prevalence of low wages, issues related to working hours and intensification of work, the existence of precarious employment relationships and the lack of policies to encourage qualification. They are expressions of the processes of precarious working conditions to which social workers who work in basic education policy are subjected. Therefore, we draw attention to the fact that the fight for the implementation of Law n. 13.935/2019, despite its limits, cannot be separated from the fight for adequate and dignified working conditions, considering that such conditions impact on the ethical and technical dimensions of work. professional and qualified professional responses in the sense of the Ethical and Political Project (PEP) that guides the profession.

**Keywords:** social service; working conditions; basic education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informações sobre as produções acadêmicas que compuseram a amostra da pesquisa.....	56
Quadro 2	Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas - Teoria social clássica.....	112
Quadro 3	Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas – Teoria Social Contemporânea da tradição marxista.....	114
Quadro 4	Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas - Autores da Sociologia do trabalho, Economia e Fisiologia.....	118
Quadro 5	Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas - Literatura do serviço social.....	122
Quadro 6	Informações relativas à produção consultada, aos vínculos institucionais dos sujeitos de pesquisa e aos territórios onde se realizaram os estudos.....	134
Quadro 7	Informações sobre a formação acadêmica das profissionais atuantes na educação básica.....	176

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
CAPES	Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAL	Instituto Federal de Educação de Alagoas
IFE	Instituto Federal
IFEBTT	Instituto Federal de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFSP	Instituto Federal de Educação de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira
LER	Lesão Por Esforço Repetitivo
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização Para Cooperação e Desenvolvimento
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Economico
PCCTTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PEP	Projeto Ético e Político
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades
RJU	Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1	MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	24
1.2	SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS.....	25
1.3	SOBRE A ESTRUTURA DO TRABALHO MONOGRÁFICO .....	29
<b>2</b>	<b>SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	<b>32</b>
2.1	PARTINDO DA FORMA DE APARECER DA REALIDADE PARA RECONSTRUIR ALGUNS ASPECTOS DA SUA PROCESSUALIDADE HISTÓRICA.....	32
2.2	ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA LONGA TRAJETÓRIA DE LUTAS.....	37
<b>3</b>	<b>PERSPECTIVAS TEÓRICAS QUE ORIENTAM OS DEBATES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	<b>54</b>
3.1	EIXOS ANALÍTICOS QUE PERFAZEM O UNIVERSO TEÓRICO IDENTIFICADO E ANALISADO .....	54
3.2	QUESTÕES TEÓRICAS SUSCITADAS NAS PRODUÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TEMAS, INTERLOCUTORES E APROXIMAÇÕES AO TRABALHO PROFISSIONAL	59
<b>3.2.1</b>	<b>Tese 1 - As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira</b> .....	<b>59</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Tese 2 - Trabalho precarizado, política social e serviço social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)</b> .....	<b>69</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Dissertação 1 - O trabalho do assistente social na educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil</b> .....	<b>81</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Dissertação 2 - O trabalho dos/as assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP: o processo de intensificação em questão</b> .....	<b>89</b>
<b>3.2.5</b>	<b>Dissertação 3 - Tendências do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Educação: As Escolas Municipais de Campina Grande-PB</b> .....	<b>98</b>

<b>3.2.6</b>	<b>Dissertação 4 - Explorando outros cenários: o serviço Social no espaço escolar ..</b>	<b>104</b>
<b>3.2.7</b>	<b>Dissertação 5 - O Trabalho das assistentes sociais entre labirintos e saídas: trilhas da educação básica em Manaus.....</b>	<b>108</b>
<b>3.3</b>	<b>SINTETIZANDO AS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS UTILIZADAS PELAS AUTORAS DAS FONTES SELECIONADAS .....</b>	<b>111</b>
<b>4</b>	<b>CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA TENDO COMO PARÂMETRO TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO .....</b>	<b>133</b>
<b>4.1</b>	<b>DA INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL NA QUAL SE REALIZA O TRABALHO PROFISSIONAL .....</b>	<b>137</b>
<b>4.2</b>	<b>DAS QUESTÕES DE SAÚDE.....</b>	<b>144</b>
<b>4.3</b>	<b>DA JORNADA E DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>153</b>
<b>4.4</b>	<b>DA QUESTÃO SALARIAL.....</b>	<b>163</b>
<b>4.5</b>	<b>DOS TIPOS DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO .....</b>	<b>166</b>
<b>4.6</b>	<b>DA FORMAÇÃO CONTINUADA.....</b>	<b>168</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>180</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>193</b>
	<b>APÊNDICE A – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA SELEÇÃO DAS FONTES .....</b>	<b>202</b>
	<b>APÊNDICE B – INCIDÊNCIAS DOS TERMOS “CONDIÇÕES DE TRABALHO” .....</b>	<b>203</b>
	<b>APÊNDICE C – REFERÊNCIAS UTILIZADAS POR NOSSAS FONTES PRIVILEGIADAS.....</b>	<b>204</b>
	<b>APÊNDICE D – LEVANTAMENTO DAS CITAÇÕES REFERENCIADAS PELAS FONTES .....</b>	<b>211</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema das condições de trabalho em contexto de radicalização das contradições do modo de produção capitalista tem sido recorrente entre estudiosos que se ocupam especialmente em desvelar as determinações mais essenciais da intensificação dos processos de precarização do trabalho e suas implicações para o conjunto da classe trabalhadora (Antunes, 2014, 2020; Harvey, 2008).

Também no âmbito do serviço social, este tema tem sido constantemente discutido e em articulação com as problematizações em torno das transformações em curso no mundo do trabalho que impactam diretamente no cotidiano da intervenção, seja pelos elementos que afetam o trabalhador assistente social – como trabalhador assalariado –, seja por aqueles que afetam a população usuária, constituída pelos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. No caso específico dos assistentes sociais, seu trabalho, como trabalho abstrato, como trabalho social médio, compõe o trabalho total produzido socialmente e, por isso, conexo ao percurso ou ao circuito da produção e da valorização do valor, nos termos apontados por Marx (2017). Dessa forma, como o conjunto da classe trabalhadora, o assistente social está sujeito ao processo de intensificação da precarização das condições de trabalho que podem ser identificados por novas formas de uso e de controle dessa força de trabalho, questão que também será objeto de nossas problematizações ao longo do texto dissertativo ora apresentado.

Nossa pretensão, contudo, não foi realizar uma abordagem mais ampla sobre as condições de trabalho dos trabalhadores em geral e tampouco dos assistentes sociais nos mais diversos campos de atuação profissional, mas de realizar uma abordagem que pudesse aprofundar o tema a partir de um recorte muito específico: as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação e, mais especificamente, na educação básica.

Neste trabalho dissertativo, portanto, nossa pretensão foi analisar como as questões relacionadas às condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica são abordadas na produção acadêmica da área, tendo como fontes privilegiadas teses e dissertações defendidas por assistentes sociais, entre 2012 e 2022. Este lapso temporal foi definido por considerá-lo compatível com nossos objetivos e também porque contempla um importante período de lutas e mobilizações da categoria pela obrigatoriedade da inserção de profissionais de serviço social na rede pública da educação básica, o que culminou, inclusive, com a aprovação da Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

Neste sentido, nos propusemos, especificamente, a partir de uma pesquisa bibliográfica, identificar e analisar as questões suscitadas nesta produção, tendo como recorte analítico o tema das condições de trabalho de profissionais de serviço social no âmbito da educação básica. Nossa intenção foi, a partir destas fontes de pesquisa, identificar quais os enfoques dados ou os aspectos privilegiados pelos pesquisadores assistentes sociais sobre as condições de trabalho nesse campo de atuação.

Advertimos, contudo, que não tivemos, desde o início do processo investigativo, a pretensão de produzir um conhecimento de natureza meramente instrumental que respondesse às demandas relativas às condições de trabalho de assistentes sociais que atuam no âmbito da política de educação, mas de trazer à luz quais aspectos sobre, como e se o tema das condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica brasileira vem sendo abordado na produção acadêmica, em nível de pós-graduação.

Quando iniciamos nosso exercício profissional em uma escola da educação básica, percebemos que as produções teóricas sobre o tema ainda eram escassas, mesmo que assistentes sociais estivessem inseridos na política de educação há algum tempo – tem-se registros de que os profissionais de serviço social passaram a ocupar este espaço ainda na década de 1940, no século passado (Amaro, 2017). Todavia, entendemos que este não é, ainda, um espaço “clássico” de atuação. Em face desta carência de abordagem sobre o tema e tendo em vista as questões suscitadas por nós no nosso cotidiano de trabalho, nos desafiamos a pesquisar a temática a partir de uma problemática ou questão de pesquisa que pode ser formulada a partir das seguintes indagações: O tema das condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na política de educação básica, no Brasil, vem sendo objeto de estudos em nível de pós-graduação? Em caso negativo, quando os assistentes sociais abordam a política de educação básica, o que tem sido objeto de análise? Em caso positivo, quais aspectos e como o tema é abordado?

A partir destas questões, inicialmente, em nosso projeto de dissertação, havíamos definido como objetivo geral da pesquisa analisar as condições de trabalho de assistentes sociais na política de educação básica brasileira, levando em conta, especialmente, o período posterior à aprovação da Lei n.º 13.935/2019. Para tanto, pretendíamos, além de estudos teóricos, realizar uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes seriam teses e dissertações produzidas na área de serviço social, entre os anos de 2019 e 2023, bem como artigos publicados em periódicos classificados na área entre os estratos A1 e A2, considerando o mesmo período. Ambos tipos de fontes de pesquisas seriam identificados a partir de descritores (educação, educação e serviço social, educação básica, educação básica e serviço social).

Além disso, pretendíamos realizar uma pesquisa empírica por meio da aplicação de um questionário direcionado a gestores estaduais e municipais de educação, a partir de critérios previamente definidos. Esta pesquisa empírica seria realizada com vistas a coletar dados sobre a existência ou não, e o quantitativo de assistentes sociais contratados especificamente para a política de educação básica, antes e depois da aprovação da Lei n.º 13.395/2019, bem como os tipos de vínculos contratuais desses profissionais, se havia profissionais em cargo comissionado ou de gestão, as principais atividades desenvolvidas no âmbito da política e um conjunto de outras questões relacionadas às condições de trabalho dos profissionais de serviço social.

A estes procedimentos somava-se ainda outro: pretendíamos, por meio do Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificar o quantitativo de estudantes matriculados por município e pelo estado na rede pública, além de identificar o número de escolas, creches e pré-escolas nas referidas localidades. Esses dados seriam importantes para uma análise comparativa entre a quantidade de profissionais contratados e a quantidade de instituições que demandam as intervenções de assistentes sociais na educação básica. Tratava-se, portanto, de uma proposta bastante ampla.

A partir das ponderações feitas pela banca de qualificação do nosso projeto de dissertação, este objetivo foi redefinido, implicando, inclusive, uma revisão do percurso metodológico proposto inicialmente, questão que detalharemos na sequência. Os arguidores fizeram importantes ponderações sobre as ousadas pretensões apresentadas em face do prazo que tínhamos disponível para dar conta do referido plano de trabalho. Essas ponderações diziam respeito, particularmente, ao cabimento dos procedimentos vislumbrados em relação aos objetivos propostos e a viabilidade do estudo, levando em conta os prazos institucionais que deveriam ser respeitados. Em suas arguições os membros da banca advertiram sobre a necessidade de restringir o estudo. A partir daquelas ponderações e outras alternativas indicadas, decidimos, em conjunto como orientador, acatar integralmente algumas delas. Nesta direção, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica, cujo recorte seria a produção teórica, na área do serviço social, sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na política pública de educação básica, tendo como fontes privilegiadas teses e dissertações publicadas entre os anos de 2012 e 2022<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O período para seleção das fontes contempla uma série de lutas para a aprovação e implementação da Lei n.º 13.935/2019. Lembramos também que, em 2011, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou um importante documento sobre a temática do serviço social na educação intitulado “Subsídios para a atuação do assistente social na política de educação”. A produção do referido documento contou com a assessoria do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida e traz importantes reflexões sobre a questão.

Neste sentido, a necessidade de redefinir nosso recorte analítico e, por consequência, nosso objetivo central, este foi reformulado nos seguintes termos: identificar e analisar quais aspectos, como e se o tema das condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica vem sendo problematizado na produção acadêmica da área, considerando as teses e dissertações publicadas entre os anos de 2012 e 2022. Foi este objetivo, portanto, que orientou toda a elaboração do estudo realizado, cujos resultados são, agora, apresentados no texto dissertativo.

E, tendo em vista este objetivo geral, parte dos objetivos específicos da pesquisa também foram redefinidos, sendo eles:

- a) Problematizar o processo de organização e luta do serviço social brasileiro para aprovação da legislação (Lei n.º 13.935/2019) que tornou obrigatória a inserção de assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, bem como o processo de sua implementação.
- b) Identificar e analisar as perspectivas teóricas que têm orientado as discussões sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na política de educação, com enfoque na educação básica, tendo como parâmetro a direção social da profissão.
- c) Identificar e problematizar as questões suscitadas nos estudos realizados por assistentes sociais, no âmbito da pós-graduação, sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica.

Consideramos que existe a necessidade de realizar pesquisas sobre a temática proposta, haja vista as contradições presentes na realidade, particularmente quanto ao trabalho do assistente social na educação e, mais especificamente, na educação básica. Como procuramos mostrar na presente dissertação, as produções acadêmicas existentes na área revelam que o tema da educação tem merecido uma crescente preocupação, mas nelas não necessariamente as condições de trabalho têm ganhado centralidade. Cabe destacar que o acervo intelectual já disponível, construído ao longo da existência da profissão, contribui enormemente para que os agentes da profissão possam compreender e interpretar a realidade, assim como, pensar e projetar seu fazer profissional (Iamamoto, 2015).

Para aprofundar o debate sobre as condições de trabalho na educação básica, precisamos, inicialmente, refletir sobre a relação entre a profissão e a realidade social, que se assenta em bases historicamente construídas. Neste sentido, entendemos ser importante mencionar que nossa análise foi orientada por uma perspectiva que considerou: a dinâmica contemporânea do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, sob o predomínio do

capital financeiro, bem como a relação das classes fundamentais que nele operam e a mediação do Estado em face do antagonismo de interesses dessas classes. A partir destes elementos entendemos ser possível identificar as determinações mais amplas que condicionam os rumos da atuação da profissão no âmbito da educação, bem como as condições objetivas do trabalho do assistente social na educação básica.

Diversas foram as inquietudes que nos motivaram a pesquisar esse tema, mas, em particular, essa escolha se deu em decorrência da nossa atuação, como assistente social, junto à equipe pedagógica do Colégio de Aplicação na Universidade Federal de Santa Catarina, desde o ano de 2018. Antes disso, já atuávamos como assistente social na política de educação, precisamente, na educação superior, desde o ano de 2016, na mesma universidade. Assim, na vivência miúda do cotidiano escolar foi possível constatar o quanto o trabalho profissional é profundamente influenciado, ou melhor, determinado pelas condições objetivas existentes para a sua realização. Neste cotidiano, percebemos o quanto o trabalho é atravessado pelos diversos processos sociais que circunscrevem a dinâmica institucional, ampliando ou reduzindo as possibilidades do agir profissional frente aos desafios do cotidiano. Tais questões foram nos instigando à reflexão sobre o trabalho profissional neste espaço de atuação.

Além disso, essa pesquisa, a nosso ver, possui relevância teórica e prática, visto que buscou aprofundar e conhecer a temática sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, podendo contribuir com os profissionais que estão adentrando nesses espaços na atualidade, considerando que o campo da educação básica está, no nosso entendimento, vivendo um momento de expansão. Ademais, esta proposta está em consonância com a área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, qual seja: serviço social, direitos humanos e questão social. Do mesmo modo, se articula às preocupações de estudos e pesquisas da Linha 2 do referido Programa, qual seja, Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana.

Tendo localizado o leitor quanto ao contexto, as questões norteadoras da pesquisa e os objetivos do estudo por nós realizado, a seguir nos posicionaremos sobre nossa perspectiva de método e, ao mesmo tempo, apresentaremos informações sobre o percurso metodológico adotado. Consideramos que este aspecto é importante para que seja possível compreender as escolhas feitas em relação ao recorte analítico realizado.

## 1.1 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação se orienta, ou melhor, está alinhada aos fundamentos teórico-metodológicos marxianos, portanto, assentada na perspectiva do método crítico-dialético. Ao abordar esta perspectiva, Guerra (2011, p. 29) assevera que “a teoria marxiana consiste em (re) produzir ao nível do pensamento, o movimento real do objeto, mas jamais a realidade”. Isso porque a realidade social é complexa e plena de determinações, uma totalidade inacabada, um vir-a-ser constante. Por este motivo, segundo a autora, temos que admitir a dificuldade em conseguir apanhar, no âmbito da razão, a realidade em toda a sua complexidade e movimento. Há que se advertir, contudo, que isso não é impeditivo para que o pesquisador persiga a objetividade no processo de produção de conhecimento sobre seu objeto, tampouco óbice para analisá-lo numa perspectiva de totalidade, identificando as suas relações recíprocas com outros processos sociais, entendendo-os como uma unidade dialética.

É por meio da razão, por meio da nossa capacidade de pensamento que temos as possibilidades de apanhar o movimento do objeto, analisando as transformações e formulando conceitos, o que nos remete à necessária articulação entre teoria e método. Ainda, segundo Guerra (2011, p. 29), “a teoria não se confunde com um método; ela ilumina as estruturas dos processos sociais, as determinações contraditórias dos processos que constituem os fenômenos”. Já o método nos auxilia na direção analítica para apreender, a partir das formas fenomênicas, a processualidade histórica do objeto e suas determinações mais essenciais. Nos termos de José Paulo Netto (2011, p. 22):

[o] objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

É, pois, a partir desta perspectiva que pretendemos nos debruçar sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na política de educação básica, a partir de produções intelectuais que nos serviram de fonte e nas quais se aborda o tema, considerando o contexto brasileiro atual.

A opção pela perspectiva marxiana de se interpretar a realidade impõe uma postura do investigador diante de seu objeto, de modo que a busca pela objetividade na produção do conhecimento sobre este objeto não é orientada por meio de regras previamente estabelecidas, pois é o próprio objeto que desafia o pesquisador e o coloca na rota do seu desvelamento (Netto,

2011). De todo modo, isso não implica uma desvalorização do sujeito que pesquisa, haja vista que este precisa, a partir de suas posições teóricas, éticas e políticas fazer escolhas, criar estratégias e ser criativo ao abordar o objeto. Não há, portanto, nesta perspectiva inaugurada por Marx e Engels, qualquer exaltação à neutralidade do sujeito diante de seu objeto, pois este é identificado e problematizado na realidade histórica concreta e sua gênese, dinâmica e complexidade precisam ser extraídas desta mesma realidade que está em permanente movimento. Como assevera Netto com base nos autores supracitados, “[...] não se pode conceber o mundo como um conjunto de *coisas* acabadas, mas como um conjunto de *processos*” (Marx-Engels, 1963 *apud* Netto, 2011, p. 31, grifo dos autores).

Em síntese, pensamos que por meio desta perspectiva de método tem-se a possibilidade de apreender o objeto tal como ele é na sua concretude histórica. Trata-se de uma proposição na qual, a partir das expressões ou das formas de aparecer do objeto o sujeito pesquisador pode alcançar as suas determinações mais essenciais, como dissemos. Como nos ensina Netto (2011), por meio do método crítico dialético, as formas fenomênicas são ultrapassadas na medida em que, pelas sucessivas aproximações promovidas pelo sujeito por meio da sua capacidade de pensamento, se coloca em evidência a dinâmica interna do objeto.

No presente estudo, esta perspectiva nos orientou a identificar e problematizar, por meio das fontes selecionadas, se e como (quais fundamentos teóricos, éticos e políticos) a questão das condições de trabalho tem sido analisada nas produções intelectuais da área, levando em conta aquelas produzidas em nível de pós-graduação.

## 1.2 SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Inicialmente ao contextualizarmos nosso tema de investigação procuramos formular nossas questões de pesquisa levando em conta um preciso recorte de análise, qual seja, as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos nos espaços de atuação da política de educação básica. Nos questionamos se e como são problematizadas estas condições nos estudos sobre o serviço social no âmbito desta política. Queríamos evidenciar quais eram as questões trazidas à reflexão nessas produções, caso elas estivessem presentes nas análises.

O desafio de responder a essas questões levou em conta, como já assinalamos, as condições objetivas para a realização da pesquisa, particularmente em relação às fontes e os prazos para concluir o estudo proposto. Neste sentido, queríamos assumir o compromisso de cumprir com rigor os procedimentos metodológicos delineados e, para isso, elaboramos um plano de trabalho que, embora distinto do anteriormente proposto em sede de qualificação de

projeto, nortearia de maneira segura o desenvolvimento das ações previstas para a realização do estudo. Tínhamos ciência de que, conforme adverte Gil (p.73, 2014) “[...] esse plano geralmente é provisório e passa por formulações sucessivas”. Dito de outro modo, sabíamos que, a qualquer tempo, durante qualquer processo de pesquisa, o plano pode ser realinhado conforme às necessidades encontradas. De todo modo, importa destacar que optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica, cujo recorte seria a produção teórica sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica na área de serviço social.

Definida esta questão metodológica, iniciamos o processo de identificação das teses e dissertações produzidas sobre o tema das condições de trabalho do serviço social na política pública de educação básica, em conformidade com os critérios temporais definidos na nova proposta. A busca foi realizada meio do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Catálogo de Teses e Dissertações –, disponível na rede mundial de computadores. Esta fase da pesquisa exigiu que realizássemos buscas mais refinadas com vistas a selecionar as fontes, o que correspondeu a três momentos distintos, que, embora tenham ocorrido de maneira síncrona, apresentaremos separadamente no interesse de facilitar a exposição, quais sejam:

Num primeiro momento, realizamos três buscas no portal de teses e dissertações da CAPES. Na primeira busca procuramos selecionar produções utilizando o descritor educação, sem refinar e sem selecionar o período. A partir deste procedimento identificamos: 41941 teses e 136618 dissertações. Com refinamento da busca, restringimos o período de 2012 a 2022 e, isso nos permitiu identificar 34383 teses e 83078 dissertações. Refinamos novamente os critérios de busca por meio da seleção da área do conhecimento, centrando-a exclusivamente na área do serviço social e serviço social aplicado. Assim, chegamos ao quantitativo de 168 teses e 563 dissertações, totalizando 731 produções, entre teses e dissertações, que foram arquivadas para posterior análise.

Uma segunda busca foi realizada no mesmo catálogo de teses e dissertações da CAPES, na qual utilizamos o descritor serviço social e educação básica, sem, contudo, indicar qualquer recorte temporal. Fazendo isso, identificamos 105 teses e 270 dissertações. Com mais um refinamento na busca, aí sim usando como critério de seleção o recorte temporal (2012-2022) identificamos 60 teses e 94 dissertações, totalizando 154 produções (teses e dissertações).

Por meio de uma terceira busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES, utilizamos o descritor “educação básica” (com aspas) e definimos o mesmo recorte temporal supracitado para realizar uma nova seleção. Fazendo isso, encontramos: 5588 teses e 5818

dissertações. Com refinamento da busca no qual indicamos a área do conhecimento, serviço social e serviço social aplicado, identificamos 13 teses e 31 dissertações, totaliza 44 trabalhos.

Agregando os resultados das três buscas, ao todo identificamos 929 produções, sendo 241 teses e 688 dissertações. Conforme se pode observar no quadro constante do Apêndice A, no qual apresentamos as etapas e os resultados parciais identificados.

Com esses dados extraídos, partimos para a segunda fase da pesquisa. Nela, foram submetidas à avaliação 929 produções, sendo 241 teses e 688 dissertações. Examinamos as produções através da leitura do título e resumo, buscando identificar as produções que tratavam especificamente da educação básica. Verificamos os autores e excluimos todas aquelas que não correspondiam à autoria de assistentes sociais. Também excluimos aquelas que por ventura estavam em duplicidade, tendo em vista as diferentes formas de busca, e, ou não tratavam efetivamente do tema.

Após essa análise minuciosa, identificamos 108 dissertações e 26 teses que tratavam em alguma medida sobre o serviço social na educação básica. Essas informações foram arquivadas em uma planilha do Microsoft Office Excel 2007 para Windows, identificando as possíveis variáveis de interesse: título do trabalho, autor, ano de defesa do trabalho, programa de pós-graduação de origem e link de acesso ao arquivo na íntegra. Através desse instrumento, foi possível manipular de forma precisa as variáveis. Entretanto, percebemos que ainda não era possível distinguir as produções que tratavam especificamente sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na política pública de educação básica, uma vez que nem sempre o título correspondia ao conteúdo das produções.

Assim, para chegarmos efetivamente nas produções nas quais os autores discutiam as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, optamos também por verificar a incidência dos termos “condições de trabalho” mencionados ao longo das 108 dissertações e 26 teses avaliadas. Esse processo nos permitiu identificar até mesmo onde o tema das condições de trabalho não era central. Dessa forma, foi possível averiguar se a discussão existia, e em que medida ela ocorria nas produções teóricas analisadas. Para verificarmos essa incidência dos termos, utilizamos os comandos CTRL + L para arquivos baixados no computador e CTRL + G para arquivos abertos de maneira *on-line*. Os resultados da incidência dos termos “condições de trabalho” são apresentados no quadro exposto no Apêndice B, constitutivo do presente trabalho monográfico. Com base neste procedimento, conseguimos perceber em quais produções até então selecionadas, de fato, nossa preocupação de pesquisa era tratada. Neste sentido, passamos a nos ater, numa nova etapa de análise, à releitura das dez dissertações e seis teses, nas quais identificamos a maior incidência do uso dos termos “condições de trabalho”,

haja vista que já tínhamos certeza de que eram produções cujos objetos tinham relação com o tema serviço social e educação básica.

Destarte, os dados evidenciam, inequivocamente, que a maioria das teses e dissertações defendidas no âmbito da pós-graduação sobre o tema do serviço social na educação básica, no período de 2012 a 2022, não tem as condições de trabalho como objeto de estudo central, o que, em parte, confirma nossa hipótese inicial de pesquisa.

Entretanto, embora nas produções acadêmicas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* na área do serviço social, o tema das condições de trabalho não apareça como prioridade, ainda assim, os assistentes sociais não deixam de realizar o debate. Identificamos ao todo, sete produções teóricas que discutem o tema das condições de trabalho mais diretamente, sendo cinco dissertações e duas teses. Dentre as dissertações, podemos dizer que duas delas tratam o tema das condições de trabalho de maneira central, não restando dúvidas quanto a isso. Por outro lado, em três delas o tema aparece de maneira mais periférica. Resta-nos esclarecer que nestas últimas produções, embora o tema não seja abordado de maneira aprofundada, ainda assim, compreendemos que apresentam elementos empíricos importantes para a nossa apreensão sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica. Primeiro, porque em ambas as investigações foram realizadas pesquisas de campo para caracterizar o perfil profissional, bem como esquadrihar informações atinentes às condições de trabalho. Na nossa avaliação, nessas pesquisas há informações empíricas coletadas e dados relevantes do ponto de vista das condições objetivas e subjetivas de trabalho de assistentes sociais na educação básica. Por esse motivo, essas três pesquisas foram por nós incluídas na amostra das fontes analisadas.

Já no que se refere às teses, não restam dúvidas de que em todas as duas selecionadas há centralidade no tema sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, conforme restará demonstrado na seção da presente dissertação, na qual analisamos mais detidamente cada uma dessas produções.

A partir da definição de nossas fontes de pesquisa, procedemos à leitura das produções selecionadas para a amostra do estudo, tendo a preocupação de identificar as tendências das análises e em que medida estas se aproximavam mais ou menos da nossa preocupação de pesquisa. Neste sentido, a leitura atenta das dissertações e teses que nos serviram de fonte permitiu que identificássemos as questões suscitadas pelas autoras e, ao mesmo tempo, quais eram as categorias de análise que deveriam ser por nós aprofundadas com base num estudo teórico. Neste sentido, nos desafiamos ao estudo de obras de importantes intelectuais, desde os mais clássicos, dentre os quais destacamos Karl Marx (2017), especialmente em sua obra O

Capital, até outros contemporâneos como István Mészáros (2005, 2011), Chesnais (1996) e Mandel (1977), Fontes (2010) e Catani (2011). Além disso, foi necessário que nos aproximássemos de discussões sobre o tema da educação, para isso, nos serviram de referência os estudos de Gaudêncio Frigotto (1998, 2003) e Saviani (2005). No âmbito do serviço social e outras áreas afins, nossos estudos se centraram nas discussões de autores em cujas produções o tema da educação é recorrente, fazendo deles importantes referências na área. Dentre eles, destacamos as contribuições de Ivo Tonet (2012), Amaro (2017), Bressan (2018), Iamamoto (2015), Roberto Leher (2011), Martins (2012) e Ney Almeida (2000, 2003, 2020).

O resultado desse percurso metodológico está exposto no presente trabalho dissertativo, cuja organização será detalhada na sequência.

### 1.3 SOBRE A ESTRUTURA DO TRABALHO MONOGRÁFICO

A presente dissertação está organizada em três outras seções, além desta que constitui a sua introdução. Em cada uma delas, procuramos manter a articulação entre as questões históricas e teóricas com nosso objeto de estudos. Ao mesmo tempo, procuramos evidenciar os aspectos identificados na análise das fontes que mais diretamente respondiam aos objetivos da pesquisa. Nesta direção, o texto dissertativo está organizado da seguinte forma:

Na segunda seção, intitulada *Síntese histórica sobre a inserção de assistentes sociais na política de educação básica*, realizamos uma abordagem na qual buscamos trazer informações e dados recentes que conformam o cenário de agudização das expressões da questão social no Brasil, e que reverberam impactos na política de educação, reafirmando a pertinência e a necessidade de assistentes sociais atuando nesta política. Discutimos a trajetória de lutas para aprovação e implementação da Lei n.º 13.935/2019, problematizamos as motivações que deram origem a esta legislação à época em que foi criado o projeto de lei (PL), até a versão que culminou na aprovação, evidenciando questões sobre a permanência e a evasão que perfazem o universo da educação básica brasileira. Discutimos a inserção de assistentes sociais na política de educação brasileira considerando a gênese e o desenvolvimento da profissão neste campo de atuação, até chegarmos aos dias mais atuais com os processos que promoveram a ampliação de vagas nesses espaços socio-ocupacionais. Também buscamos problematizar o papel da educação na sociedade de classes, bem como os fundamentos do trabalho profissional expressos na forma de apreensão da realidade social.

Na terceira seção, sob o título *Perspectivas teóricas que orientam pesquisas sobre condições de trabalho dos profissionais assistentes sociais na educação básica*, buscamos

identificar e analisar as perspectivas teóricas que orientam as discussões sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação, com enfoque na educação básica, mantendo como parâmetro a direção social da profissão. Antes, apresentamos os principais temas ou questões suscitadas nas produções teóricas localizadas sobre o serviço social na educação básica. Estes temas ou questões foram organizados a partir de alguns eixos que expressam determinadas tendências identificadas por meio de uma análise geral das produções, no âmbito do serviço social sobre a educação básica. Do mesmo modo, ainda nesta seção, apresentamos alguns eixos que aglutinam, especificamente, temas e questões suscitadas pelas autoras das teses e dissertações que compuseram a amostra do nosso estudo e nas quais o debate sobre as condições de trabalho ganha centralidade ou maior ênfase. Considerando esta organização, na sequência apresentamos os fundamentos teóricos que orientam as análises das autoras das produções acadêmicas selecionadas em relação às problematizações a que se propuseram realizar a partir de seus objetos de estudo. Neste sentido, também apontamos, ao final da seção, os principais interlocutores acionados pelas autoras das produções acadêmicas que nos serviram de fonte de pesquisa, para sustentar teoricamente as abordagens por elas desenvolvidas em relação às condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica.

Na quarta e última seção, intitulada *Condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica*, tendo como parâmetro as teses e dissertações produzidas no âmbito da pós-graduação na área de serviço social, buscamos identificar e problematizar, de maneira mais efetiva, as questões suscitadas nos referidos estudos sobre as condições de trabalho de assistentes sociais no contexto da política de educação básica. Neste momento, intentamos identificar e problematizar as questões suscitadas pelas autoras em suas abordagens sobre o tema, levando em conta os dados empíricos por elas coletados a partir de estudos empíricos realizados com base em distintos recortes da realidade. Tomando como referência estes estudos, nesta mesma seção, apresentamos uma análise sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica, para o que consideramos aspectos relacionados à infraestrutura disponível nas instituições educacionais, às questões de saúde, à jornada de trabalho e à intensificação da jornada, à questão salarial, aos tipos de vínculos empregatícios e, por fim, à formação continuada. A partir destes aspectos, buscamos apontar as tendências que conformam as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito da educação básica.

Na tentativa de elaborarmos uma síntese do estudo realizado, por fim, apresentamos nossas conclusões, momento em que enfatizamos aquilo que consideramos mais relevante em relação ao objeto, indicando também os desafios que se impõem à categoria no contexto de

intensificação da precarização das condições de trabalho, presente também na realidade dos profissionais que atuam na política de educação básica. É importante registrar que este trabalho representa a síntese dos estudos realizados durante nosso percurso formativo no mestrado em serviço social do Programa de Pós-Graduação em serviço social, da Universidade Federal de Santa Catarina. Seria impossível, no entanto, neste espaço, trazer todas as reflexões e aprendizagens somadas nesse período, mas acreditamos que o conteúdo ora apresentado consegue fornecer ao leitor uma boa base aproximativa sobre o tema das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, bem como das questões suscitadas a partir de teses e dissertações produzidas no âmbito da pós-graduação stricto sensu na área, cuja análise por nós realizada foi conjugada com o acúmulo teórico fruto dos processos formativos e da experiência profissional.

## 2 SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

### 2.1 PARTINDO DA FORMA DE APARECER DA REALIDADE PARA RECONSTRUIR ALGUNS ASPECTOS DA SUA PROCESSUALIDADE HISTÓRICA

Em outubro de 2023, o jornal O Globo (*on-line*) repercutiu uma reportagem sobre as altas taxas de crianças e adolescentes fora da escola no Brasil. A matéria apresentou relatos de crianças e adolescentes que, durante a pandemia da Covid-19, viram um a um seus colegas desistirem da escola (Alfano, 2023).

No ano de 2022, cerca de 18,3% dos jovens brasileiros entre 14 e 29 anos não concluíram o ensino médio, seja por abandono ou por nunca terem frequentado a escola. Esse percentual equivalia, à época, a 9,5 milhões de jovens, dentre os quais 58,8% eram homens e 41,2% mulheres. Os dados evidenciam o nexos entre a violência estrutural, classe social e a questão étnico-racial quando observamos os percentuais de cor e raça. Desses 9,5 milhões, 27,9% se autodeclaravam brancos e 70,9% pretos e pardos. A necessidade de trabalhar foi apontada como a principal justificativa dos jovens que abandonaram a escola, sendo esse motivo correspondente a 40,2% do grupo etário mencionado (IBGE - PNAD Contínua, 2022).

Nessa mesma esteira, de acordo com o artigo publicado pelo Portal de Notícias G1, reproduzindo os dados anuais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), mostraram que, em 2022, o Brasil entrou novamente no mapa da fome mundial. Os relatórios da FAO indicavam que houve um retrocesso desde o ano de 2019, oito anos depois do país deixar o mapa da fome. Segundo dados levantados, em 2020 e 2022, 10,1 milhões de brasileiros estavam em situação de fome e outros 21,1 milhões estavam em condição de insegurança alimentar grave, ou seja, quando pode faltar comida por um dia ou mais (Lima, 2023).

Por outro lado, em 01 de março de 2024, a CNN Brasil (*on-line*) anunciava a volta do Brasil ao grupo das 10 maiores economias do mundo, passando a ocupar a nona posição do ranking mundial no ano de 2023. O país passou à frente do Canadá, Rússia, Coreia do Sul e Austrália, após crescimento de 2,9% do produto interno bruto (PIB), que equivalem a 2,7 trilhões de reais. Esse resultado fez o país saltar da 11ª posição no ranking de 2022 para a nona em 2023 (Bosa, 2024).

Esses indicadores econômicos e sociais apresentam aspectos da “questão social” no Brasil e revelam um país profundamente desigual. Por um lado, temos um país que, pela

dinâmica da sua economia, ocupa a nona posição das potências mundiais; por outro, 18,3% da população infanto-juvenil ainda abandona a escola em virtude da necessidade de trabalhar e ajudar a compor a renda familiar (Bosa, 2024; IBGE - PNAD Contínua, 2022).

A conjuntura atual brasileira revela o itinerário da barbárie. Retrata, sobretudo, o aprofundamento das expressões da questão social na realidade concreta brasileira. Elementar que a agudização das desigualdades sociais não se dá fortuitamente, ela tem uma base comum, que se encontra nos processos sociais que as criam e recriam historicamente. A despeito disso, é preciso levar em conta que tais processos guardam particularidades regionais, de classe, étnico-raciais e de gênero.

A questão social na acepção da teoria social crítica é parte constituinte das relações sociais contraditórias<sup>2</sup> da sociedade capitalista, e deve ser apreendida, sem desvios, como resultado direto da acumulação capitalista, que incide consequências sobre o conjunto das classes trabalhadoras. É com base nesse entendimento que embasamos nossas análises sobre a realidade social do tempo presente. Assentadas sob o domínio do mercado, as estruturas da ordem regida pelo capital aprofundam desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais (Ianni, 1992). No entanto, a questão social também é revolta, denúncia e resistência. Envolve a luta pelo reconhecimento dos direitos, pautando incessantemente a atuação do Estado, exigindo respostas e confrontando o poder estatal, que ora atende parcialmente às reivindicações, ora atua por meio do uso da violência. Nesse sentido, “simultaneamente há uma luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992, p. 147).

Os índices apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam alarmantes resultados negativos obtidos pela educação brasileira no ano letivo de 2022. Esses resultados estão sendo identificados pelo mesmo relatório como desdobramentos diretos da pandemia da Covid-19 e suas necessárias medidas de contenção da propagação do vírus através de medidas de isolamento social. Os dados demonstram que a educação básica brasileira e mundial foi amplamente impactada. Contudo, entendemos que os referidos resultados não têm origem na crise sanitária, mas foram potencializados por ela. Os processos de sucateamento da educação pública fazem parte de um projeto inserido no contexto de implementação de um

---

<sup>2</sup> Marx nos explica, em sua obra *O capital* (2017, p. 79), que “[...] a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna”. O que ele objetivou investigar foi o modo de produção capitalista e suas relações sociais de produção, assim como seus antagonismos naturais ou próprios desse modo de produção. Na sociedade capitalista mercantil, capitalistas e proletários constituem a personificação de categorias econômicas, proprietários e não proprietários dos meios de produção, que carregam consigo relações e interesses de classe (Marx, 2017).

conjunto de ações que visam constantemente criar contratendências às quedas das taxas de lucro do capital e, ao mesmo tempo, implementar um projeto de educação que se limite a forjar um determinado perfil de trabalhador funcional às novas necessidades do mercado de trabalho, no contexto da acumulação flexível (Mészáros, 2008; Marx, 2017). Portanto, no nosso ponto de vista, não se trata de uma crise da educação, questão já observada por Darcy Ribeiro (1986), para quem a crise da educação é um projeto. Por isso, ela (a educação) constitui um campo de luta de classes, conforme assevera Frigotto (2003, p. 25):

[a] educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe.

E é também no contexto das correlações de forças entre as classes que emergem inúmeras outras expressões da questão social que atravessa o cotidiano das instituições educacionais, tal como as possibilidades de conclusão dos percursos formativos mais básicos. De acordo com os dados da pesquisa PNAD Contínua 2022, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais que terminaram pelo menos a educação básica obrigatória foi, neste ano de referência, de 53,2%. Porém, para as pessoas de cor preta ou parda (cuja composição designa a população negra), esse percentual foi de 47%, enquanto entre as brancas a proporção foi de 60,7% (IBGE - PNAD Contínua, 2022). Isso indica como esta fase da formação tem sido obstada à grande parte da classe trabalhadora que não a conclui no tempo adequado em face de questões objetivas da vida, especialmente daquelas relacionadas à manutenção da sobrevivência que impõe à venda da mercadoria força de trabalho em formas sempre muito precárias.

Ao observarmos os indicadores da distorção idade-série<sup>3</sup>, revela-se outra problemática a ser enfrentada. O Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), através do Censo da Educação Básica no ano de 2022, identificou que 22% dos estudantes do ensino médio eram pelo menos dois anos mais velhos que os demais colegas da turma. Ao cruzarmos os indicadores de abandono, distorção idade-série e concluintes da educação básica, revela-se o quadro de exacerbação das desigualdades sociais que colaboram para a diminuição do atrativo social da escola, resultando no abandono escolar para lutar pela sobrevivência (INEP, 2023a).

Outra questão que trazemos à reflexão é o tema da violência, que nos últimos anos tem mais intensamente avançado no ambiente das escolas. A reportagem publicada pelo Jornal CNN

---

<sup>3</sup> A distorção idade-série é avaliada quando o estudante encontra-se fora da série correspondente para a idade.

Brasil (*on-line*), em 23 outubro de 2023, sob o título: “*Brasil registra 9 ataques em escolas neste ano e atinge patamar record*”, retrata um problema sem precedentes e que vem crescendo nos últimos anos. No nosso entendimento, este quadro está intimamente relacionado ao acentuamento das desigualdades sociais no país, conforme dados indicados alhures. A matéria em comento traz o relato sobre o ataque que tirou a vida de uma adolescente e deixou outros três feridos na escola Sapopemba, na zona Leste de São Paulo, no dia 23 de outubro de 2023. Esse era o nono caso de violência contra estudantes dentro de escolas registrados no Brasil naquele ano, atingindo, assim, o maior patamar de incidência desses fenômenos no Brasil (Benedicto, 2023).

A violência não é um fenômeno simples de ser enfrentado, ela perpassa o cotidiano da vida social e possui múltiplas determinações, além das muitas faces das suas manifestações na realidade social. Nas suas diversas formas de manifestação, a violência estrutural se configura como uma das singularidades da realidade brasileira e possui ligações profundas com as disparidades sociais que perfazem cronicamente a nossa formação social. Ela envolve questões das classes sociais relacionadas a preconceitos, estigmas, dificuldades e conflitos. De acordo com Minayo (2006), a violência estrutural é aquela que incide sobre a condição de vida e de trabalho dos sujeitos a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, o que os torna mais vulneráveis em suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento integral (Minayo, 2006, p.83). Nesse sentido, está relacionada às precárias condições de vida e sua persistência e incidência na vida da classe trabalhadora, principalmente naqueles estratos mais pauperizados que não têm acesso à riqueza socialmente produzida. Na inversão das análises das múltiplas causalidades da violência, na tentativa de coibir desdobramentos que escancaram as mazelas produzidas na sociedade pautada na propriedade privada dos meios de produção, ganham forças as estratégias de criminalização da pobreza, haja vista que os por ela afetados passam a ser considerados potencialmente perigosos, principalmente quando passam a se organizar e exigir respostas às suas demandas (Mattos, 2014). Neste contexto, os recursos de repressão estatal são amplamente acionados e a [...] verdadeira natureza do aparelho de Estado capitalista é então revelada de maneira súbita e inequívoca. Fundamentalmente, continua sendo o que sempre foi, ‘um grupo de homens armados’ contratados para manter a dominação política de uma classe social (Mandel, 1977, p. 334).

O enfrentamento da violência, ainda que dentro de parâmetros que não ultrapassem os limites do denominado Estado Democrático de Direito, requer ações transversais, dentre elas mais investimentos na proteção social e no fortalecimento das políticas públicas, sob a perspectiva dos direitos sociais. Nesse sentido, Minayo (2006) destaca a conexão entre algumas

formas de manifestação das violências e a escola, sobretudo, em casos de violência intrafamiliar:

[...] estudos têm identificado que adolescentes agredidos fisicamente em casa correm quatro vezes mais risco de serem diagnosticados como agressivos na escola. Profissionais de saúde e de educação precisam ter mais conhecimento que os habilitem a diagnosticar e a enfrentar os problemas trazidos pelos jovens, muitas vezes como um pedido de socorro (Minayo, 2006, p.93).

Esta realidade é uma das expressões da violência estrutural que se manifesta nas suas formas-limites que anteriormente mencionamos, pelo abandono escolar (devido à imposição do trabalho para compor a renda familiar), na distorção idade-série (que amplia as chances de evasão), na violência de gênero - em 2022, o país registrou patamar recorde de feminicídios (Velasco, 2023) –, na violência perpetrada dentro das escolas e na insegurança alimentar. Tudo isso reflete um contexto de intensificação das expressões da questão social, associadas aos desdobramentos de uma pandemia de caráter global que se prolongam, agravando ainda mais o cenário. Todavia, é esse o cenário que conforma o atual mercado de trabalho de assistentes sociais nas políticas públicas, dentre elas a educação básica.

Esta forma de aparecer da realidade encobre um processo que se caracteriza por um conjunto de programáticas que são levadas a cabo para salvaguardar os interesses do capital. Na particularidade brasileira, isso implica todo o projeto de contrarreforma do Estado (Bresser-Pereira, 1997) que ganha densidade a partir dos anos de 1990 e que se orienta pelos princípios e diretrizes neoliberais. Aliás, o tema do neoliberalismo é problematizado por um conjunto muito variado de autores. Para Virgínia Fontes (2010), o neoliberalismo se vincula à expansão do imperialismo que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial e que constitui desde então uma fase do desenvolvimento capitalista, denominada pela autora de capital-imperialismo.

Esta fase atual do desenvolvimento capitalista também é problematizada por István Mészáros (2011), para quem este modo de produção enfrenta uma crise estrutural que afeta toda a humanidade, impondo profundas alterações nas formas de controle do metabolismo social e evidencia que as estratégias reformistas não são mais resolutivas. Neste contexto, marcado pela predominância do capital financeiro, se acirram as contradições próprias desta forma social e histórica (Chesnais, 1996) que redundam em mais exploração da força de trabalho, seja pela forma absoluta ou relativa do mais-valor. Para a classe trabalhadora, no contexto da financeirização, “[...] o que o Capital tende a restaurar é o regime do ‘tácão de ferro’” (Chesnais, 1996, p. 16).

Em face dos efeitos deletérios deste processo de complexificação da sociedade capitalista, uma questão forçosamente se impõe: que tipo de educação as necessidades da acumulação irão requerer ou qual será o papel da educação neste processo?

De acordo com Tonet (2012, p. 36):

[...] a educação, sendo uma mediação para a reprodução social, terá sendo esta uma sociedade de classes, suas funções sociais voltadas predominantemente para a reprodução das relações dominantes desta forma de sociabilidade. Neste sentido, parece-nos fadada ao insucesso qualquer tentativa de criar uma escola, uma política educacional, uma educação como algo universal que não tenha – ainda que em formas e intensidades diferentes – [no seu horizonte, o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos sociais com vistas à sua autoconstrução].

O mesmo autor defende a tese de que, na ordem social regida pelo capital, vislumbrar uma educação emancipadora é ilusão. Contudo, pensa que é possível o desenvolvimento de “atividades educativas emancipadoras” e políticas educacionais mais ou menos progressistas. Neste sentido, adverte que as lutas em torno da educação não devem ser menosprezadas (Tonet, 2012). Nesta frente, dada a direção social do serviço social, os profissionais assistentes sociais inseridos na política de educação e, particularmente, na educação pública básica, podem corroborar para a constituição de uma política educacional que progressivamente incorpore demandas da classe trabalhadora.

Importa ressaltar que os dados inexoráveis que brevemente apresentamos alhures deixam evidente que o Brasil terá grandes desafios em termos de políticas educacionais, notadamente em relação às questões de acesso e permanência estudantil, à qualidade da educação e à prevenção das múltiplas formas de violência. Diante desse contexto, nos parece relevante e urgente discutirmos sobre a importância de profissionais assistentes sociais atuando na política pública de educação brasileira, especialmente na educação básica.

## 2.2 ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA LONGA TRAJETÓRIA DE LUTAS

Em dezembro de 2019, foi aprovada no Brasil a Lei n.º 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Essa legislação prevê a contratação de assistentes sociais e psicólogos para atuar na política de educação pública brasileira. A Lei n.º 13.935 é fruto de um intenso trabalho coletivo realizado

entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), além das entidades parceiras<sup>4</sup>.

Há quase 20 anos esta lei vinha tramitando nas casas legislativas, sofrendo diversas alterações, emendas, arquivamentos e desarquivamentos desde então. O primeiro projeto de lei (PL) que deu origem à lei supracitada foi apresentado ainda nos anos 2000 – Projeto de Lei (PL 3.688), sendo necessários quase vinte anos de tramitação para a sua aprovação. Ainda assim, em 9 de outubro de 2019, a aprovação na Câmara Federal não pôde ser imediatamente comemorada, haja vista que ainda dependia da sanção de um Presidente da República alinhado às pautas ultraconservadoras. Confirmando as expectativas, o então presidente Jair Messias Bolsonaro vetou a proposta.

Após intensa movimentação que contou com esforços coletivos de todo o conjunto das entidades parceiras<sup>5</sup> e das comissões de Psicologia da Educação dos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia, iniciou-se novamente uma articulação para a derrubada do veto presidencial. Tendo alcançado êxito neste intento, em 27 de novembro de 2019 o Veto n.º 37/2019 foi rejeitado pelo Congresso Nacional, sendo a Lei n.º 13.935 efetivamente aprovada em 11 de dezembro de 2019. Doravante, todos os esforços concentram-se na tarefa de implementá-la, o que se impunha como mais um grande desafio, tendo em vista a conjuntura política e econômica brasileira. Nesta tarefa, reiteradamente, ambas as categorias profissionais têm envidado esforços para organizar, tanto em âmbito nacional quanto estadual e municipal, a participação efetiva dos profissionais para a implementação da lei.

Ao analisarmos a justificativa descrita no primeiro Projeto de Lei (PL n.º 3.688), que deu origem à Lei n.º 13.935/2019, é possível identificar que, à época da sua apresentação (ano 2000) os problemas da evasão e da repetência eram considerados as principais motivações para justificar a aprovação da lei e a inclusão de assistentes sociais nas escolas. Vejamos um excerto da justificativa do primeiro Projeto de Lei (PL n.º 3688, 2000):

[...] as taxas de evasão e repetência escolar, principalmente no Ensino Fundamental, infelizmente têm-se mantido constantes nos últimos anos. Sabemos que um dos fatores fundamentais que causam o fracasso escolar está diretamente relacionado às precárias condições socioeconômicas e culturais da família das crianças com

---

<sup>4</sup> De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, a educação básica será obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade e compreende as modalidades de ensino: infantil, fundamental e médio. Podem ser ofertadas em instituições como creches, pré-escolas e escolas, de caráter público ou privado (BRASIL, 1996).

<sup>5</sup> As entidades constituídas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), em parceria com Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pelo Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelo Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia, em colaboração com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) atuaram ativamente na aprovação da lei.

dificuldades de aprendizagem. O constante acompanhamento do (a) assistente social, como profissional especializado, visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas consequências advindas das dificuldades existentes (Brasil, 2000).

A evasão e a repetência são identificadas como sinônimos de “fracasso escolar” e estão diretamente relacionadas às condições socioeconômicas e culturais das famílias. Segundo o documento, essas condições incidiam nas dificuldades de aprendizagem. Dada a natureza da sua profissão, o assistente social é identificado como o profissional especializado para lidar com essas e outras questões que atravessam o cotidiano da educação pública, envolvendo principalmente estudantes e suas famílias. Na justificativa da lei em comento, consta ainda que a ação profissional do assistente social no âmbito da educação se dá por meio de “acompanhamento constante” visando: “ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas consequências advindas das dificuldades existentes” (Brasil, 2000) e isso resultaria na redução da evasão escolar. Consta ainda do mesmo documento que, ao realizar esse processo, os assistentes sociais estariam apoiando a ação docente.

Outra questão apontada para justificar a necessária inserção de assistentes sociais na educação básica refere-se a “ajudar na prevenção do uso de drogas” (Brasil, 2000). A despeito das indicações mais pontuais sobre quais seriam as contribuições do assistente social no campo da educação, o que se denota é que sua requisição neste espaço foi e ainda é determinada pela “imagem” que dele se tem, pois “[...] é visto como ‘profissional da coerção e do consenso’ (Iamamoto, 2015, p. 260), atuando na ‘linha de frente’ nas relações entre os organismos institucionais e a população que demanda os serviços” (Iamamoto, 2015, p. 262). O que se espera desse profissional no contexto da política de educação básica é o que se espera dos que atuam nas demais políticas: ser um agente “[...] que centraliza e difunde informações sobre os usuários [...] e [que] facilita a adesão dos mesmos às exigências normativas e definições programáticas das entidades empregadoras” (Iamamoto, 2015, p. 262).

De todo modo, ao nos atermos ao teor do texto do PL, percebemos algumas alterações significativas em comparação ao conteúdo da legislação aprovada. Primeiro, naquela proposta inicial, estava bem delimitado onde seriam lotados os assistentes sociais sem deixar margem de dúvidas. O título do próprio PL já restava evidente: “dispõem sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais da educação em cada escola”. Por outro lado, a Lei n.º 13.935/2019 apresenta divergência nesse aspecto, uma vez que não menciona onde serão lotados os profissionais, se isso ocorrerá nas instituições de ensino propriamente ditas, em secretarias de educação ou em núcleos fora dos espaços educacionais.

Por fim, nos chama a atenção o apelo do autor da proposta, deputado José Carlos Elias do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Espírito Santo ao fazer menção aos “problemas” enfrentados no âmbito da educação, dentre os quais destacava o das condições de manutenção de estudantes na escola e os índices de reprovação/retenção. Vejamos:

[...] a gravidade dos problemas enfrentados nas escolas e a urgente necessidade de oferecer alternativas para o seu encaminhamento levam-me a esperar significativo apoio de meus pares para a aprovação deste projeto de lei (PL nº. 3688, 2000).

Resta evidente já naquele período que as questões de permanência e retenção eram consideradas problemas que geravam impactos significativos para crianças e adolescentes brasileiros, devendo, portanto, ser objeto de políticas por parte do poder público. Passados mais de 20 anos, quando analisamos o panorama da educação atual, percebemos que esses mesmos problemas ainda permanecem. Mais, a eles se somam outras questões muito mais complexas e multifacetadas que atingem com pujança o conjunto da classe trabalhadora e impactam a educação no tempo presente. Ganham relevo, por exemplo, as situações formas-limites de violência que mencionamos anteriormente. Destacamos que nosso objetivo não foi pormenorizar todos os processos que culminaram na aprovação da referida lei, nem tampouco afirmar se o texto aprovado é adequado ou não. Sabemos, no entanto, que a aprovação desta legislação concretiza uma vitória das categorias profissionais envolvidas na garantia da entrada dos profissionais assistentes sociais e psicólogos no campo da educação básica. A despeito de ser uma importante conquista, o projeto de lei aprovado não representa exatamente aquilo que essas categorias defendiam no longo decurso das lutas em torno da inserção desses profissionais no âmbito da educação básica.

Atualmente, o serviço social no campo da educação possui espaço de atuação nas instituições públicas, privadas e não governamentais. Na esfera pública, tem-se observado a expansão mediante aprovação de leis, como é o caso da Lei. n.º 13.935/2019<sup>6</sup>, normativa relacionada diretamente ao nosso objeto de análise. Do mesmo modo, tem-se observado o recente crescimento de profissionais atuando em Institutos Federais de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (IFEbTT) e na educação superior pública, após a aprovação do Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas Federais e tem a finalidade de ampliar as condições de acesso e permanência, contribuindo também para expandir o mercado de trabalho profissional, e da Lei n.º

---

<sup>6</sup> Conforme apontado no documento *Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional*, produzido pelo CFESS em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), foram apresentados uma série de dados e informações atinentes à Lei n.º 13.935/2019 (CFESS, 2023).

12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio.

Os processos relacionados à descentralização das políticas sociais ocorridos na década de 1990 também contribuíram para a ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais. A administração pública torna-se, com isso, mais permeável a participação de agentes privados ou por organizações da sociedade civil. Amplia-se a presença das organizações públicas não estatais e das organizações privadas na oferta dos serviços à população. Dessa forma, com a redução do papel do estado nas políticas sociais, é notável o crescimento do setor privado e da sociedade civil, disso emergem as Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos, Instituições filantrópicas e confessionais, compondo o terceiro setor na execução dos serviços sociais mediante parcerias com o estado via convênios, trata-se da estratégia de descentralização administrativa e financeira. Merece destaque a forma como se constituem as instituições educacionais privadas no sistema de ensino brasileiro, estas se dividem em: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Sendo que as instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas podem acessar recursos públicos. Segundo Neves (2016), a ampliação do número dessas instituições propiciaram o aumento da necessidade de profissionais assistentes sociais atuando nesses espaços. Uma vez que, para firmar convênios com o poder público na área da educação, essas instituições necessitam cumprir alguns requisitos. Dentre eles está a necessidade de manter a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), segundo Neves (2016) esse pode ser um dos fatores que impulsionou a contratação de assistentes sociais nas instituições de ensino filantrópicas, confessionais e comunitárias. A presença de assistentes sociais nesses espaços está associada à concessão de bolsas para estudantes em situação de vulnerabilidade, medida necessária para a concessão da certificação.

A inserção de profissionais do serviço social na política de educação não é nova, ela vem acontecendo desde os primórdios da profissão, sendo que há registros indicando que esta inserção remonta à década de 1940, como parte das requisições profissionais das classes dominantes no que tange à formação técnica, moral e intelectual da classe trabalhadora, por meio da implementação de uma escolarização que privilegie a reprodução do capital (CFESS, 2013).

O registro mais antigo que se tem conhecimento da atuação de assistente social escolar, se deu no estado do Rio Grande do Sul, através de um serviço de assistência escolar, que se localizava vinculado à Secretaria de Educação e Cultura em 1946 (Amaro, 2017). À época, os profissionais prestavam serviços quando requisitados para intervir nas situações escolares

consideradas como “disfuncionais” ou “anomalias”. E nesse caso, a atuação era voltada para a preparação dos sujeitos para torná-los aptos, produtivos e úteis à dinâmica do capital (Amaro, 2017).

A partir da década de 1980, em face da crescente hegemonia da teoria social crítica, especialmente no âmbito da formação e da produção intelectual da área, o campo de atuação na educação ganha novos contornos. Identifica-se na escola uma funcionalidade à reprodução social como aparelho de hegemonia, através da educação em massa, tradicional e bancária. Tal apreensão alimentou a problematização dos aspectos econômicos, políticos e culturais e as contradições entre a escola e a sociedade, renovando assim, as ações desenvolvidas naquele campo (Amaro, 2017).

Será a partir de 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal (CF), que a educação pública passará a ser reconhecida formalmente como direito de todos e dever do Estado e da família. E, assim, o ensino público, gratuito e de qualidade deveria ser ofertado para todos e todas sem distinção em todo o território nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, prevê em seu art. 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), ou seja, a tarefa de educar abrange um complexo da vida social, e não se dá apenas nas instituições formais de ensino.

Contudo, é preciso salientar que os processos educativos que ocorrem nestes diferentes espaços, ainda que determinados pelas mesmas relações sociais nas quais se localizam, apresentam demandas também diferenciadas. Dito de outro modo, o processo educativo que ocorre no interior das famílias não é o mesmo do que ocorre no ambiente de trabalho, que, por sua vez, também não é o mesmo que ocorre nos espaços de educação formal. Apesar disso, por serem processos estratégicos que viabilizam a assimilação por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos de práticas e valores que convergem com os padrões sociais estabelecidos, são objeto de vigilância constante. Isso porque, na educação, concebida de maneira mais ampla, ou seja, “[t]anto na [...] informal como na formal, se impõe a hegemonia das classes dominantes” (Tonet, 2012, p. 54). Tais espaços são atravessados pelas contradições da própria sociedade e, por isso, por outro lado, não podem ser considerados opacos e homogêneos, haja vista que podem ensejar processos criadores de tensionamentos e conflitos que podem contribuir para o alcance de conquistas que integram a pauta de lutas da classe trabalhadora.

A identificação dessas contradições é essencial para se pensar o espaço da política pública de educação básica como *locus* de intervenção de assistentes sociais em face de demandas consideradas a partir da sua especialização na divisão social e técnica do trabalho. É imprescindível que se entenda que [...] existe uma íntima ligação entre os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes” (Catani, 2011, p. 155). O mesmo autor, com base nas discussões de Mészáros (2008) em sua obra “*A educação para além do capital*”, afirma que, se a educação funcionar “[...] predominantemente como um sistema de internalização de valores, conhecimento e cultura, ordenando uma determinada concepção de mundo, não é possível encontrar soluções apenas formais; elas devem, sim, ser essenciais” (Catani, 2011, p. 155). Recorrendo ao próprio texto de István Mészáros (2008), é possível compreendermos porque Afrânio Catani (2011) destaca esta advertência formulada pelo autor. Mészáros (2008) concebe o espaço mesmo da “própria vida” como educação e, neste sentido, entende que ela não pode ser direcionada para atender os interesses e necessidades da produção, forjando determinado perfil de trabalhador funcional ao mercado (Mészáros, 2008). É este direcionamento – para o mercado – uma das razões que justifica o crescimento do empresariamento da própria educação e a presença do empresariado nos processos que definem os princípios e diretrizes da educação pública no Brasil, tal como mostram os estudos de Roberto Leher (2011).

Avançando em nossa análise, importa destacar, como apontado pelo relatório final da Pesquisa Nacional de Perfil Profissional de Assistentes Sociais no Brasil, realizada pelo CFESS e publicada em 2022, que há uma prevalência de assistentes sociais atuando na esfera municipal desde a década de 1990, por conta da ampliação de competências dos municípios brasileiros após seu reconhecimento como ente federado incluído no texto da CF 1988, conforme se lê no documento supracitado:

[...] a prevalência de vínculo contratual no setor público municipal é uma tendência histórica do mercado de trabalho de assistentes sociais, que cresceu principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os municípios brasileiros ampliaram competências a partir do seu reconhecimento como entes federados e a descentralização de políticas sociais e serviços públicos antes centralizados em âmbito nacional e/ ou estadual (CFESS, 2022, p. 91).

Os dados são referentes ao recadastramento de assistentes sociais realizado nos anos de 2016 a 2019. Quando comparados com a mesma pesquisa realizada no ano de 2005, a mesma característica era apresentada naquela pesquisa e prevalece até o atual momento. Isso indica que, de fato, os processos de descentralização, eivados de contradições, como se sabe, contribuíram para a ampliação do mercado de trabalho profissional, aspecto que, no nosso

entendimento, potencializou a inserção de assistentes sociais também na política de educação, mesmo antes da lei que instituiu a sua obrigatoriedade na política pública de educação básica.

Em termos legislativos, podemos dizer que o ordenamento jurídico e a base normativa para o exercício profissional do assistente social na educação básica se localizam, além da Lei n.º 13.935/2019, nos seguintes institutos: Lei n.º 8.662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão –, Código de Ética Profissional de 1993, Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – documentos que configuram expressões do Projeto ético-político da profissão (PEP) – e, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Importante observar que não nos filiamos àquelas formas de pensamento que apontam o conjunto de normativas que regulam as políticas e até mesmo a profissão, como os fundamentos do trabalho profissional. Estas, contudo, por vezes, são servíveis para construirmos argumentos e procedermos a defesas de determinados direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Neste sentido, concordamos com Yamamoto (2015, p. 224) para quem “[a] legislação profissional, representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis”.

A rigor, precisamos identificar, sim, quais os fundamentos que subjazem às normativas que comumente lançamos mão no cotidiano de trabalho. Os fundamentos do trabalho profissional se expressam na forma de apreensão da história, da estrutura e da dinâmica da sociedade burguesa, sendo o materialismo histórico e dialético, uma dessas formas. Contudo, é esta a perspectiva defendida hegemonicamente no âmbito do projeto profissional brasileiro que, como sabemos, é campo permanente de disputa. Aliás, conforme se denota da análise das Diretrizes Curriculares atuais, a unidade história, teoria e método se articula a partir de três núcleos de fundamentação: fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996, p. 8).

Retomando nossa discussão em relação ao serviço social no âmbito da política de educação, Bressan (2018, p. 119) nos lembra que “[...] a área educacional, como política pública no Brasil, desde sua origem e reconhecimento como direito, tem sido um campo de luta, caracterizado pela presença de múltiplos atores e de diferentes projetos em disputa”. Portanto, cabe também ao assistente social contribuir para a reflexão nesses espaços com vistas a estimular e consolidar iniciativas que promovam a educação numa perspectiva emancipadora, crítica e inventiva. Segundo Bressan (2018), a inserção do assistente social nas escolas está vinculada ao compromisso ético-político da profissão em atuar sob a perspectiva da garantia do

direito à educação. A escola está inserida numa realidade dinâmica e contraditória e, nesse sentido, se faz necessário aprofundar qual o papel da escola na sociedade de classes.

Estando a escola inserida numa realidade dinâmica e contraditória, diversas expressões da questão social também nela se manifestam, o que não difere dos demais espaços sócio-ocupacionais de atuação de assistentes sociais. Sobre a função do assistente social nas escolas, Bressan (2018, p. 127) afirma que esta está ligada diretamente “[...] na universalização dos acessos, das ações de permanência de qualidade e na atuação em favor da democratização do ensino público, gratuito que viabiliza a igualdade de condições dos educandos”. No mesmo caminho desse entendimento, Amaro (2017, p. 21) aponta que o assistente social terá um papel estratégico no planejamento e na “[...] formação social do sujeito, do cidadão e de uma sociedade forjada na justiça e igualdade social”. Apesar desse horizonte, contudo, consideramos que tal perspectiva só pode ser vislumbrada quando não dissociada da necessidade de superação da sociedade burguesa, haja vista que a emancipação humana, conforme pressupostos marxianos, só pode encontrar solo fértil numa nova sociabilidade, com a extinção da propriedade privada e da divisão de classes. Ademais, concordamos com Tonet (2012, p. 64) ao afirmar que “[...] a realização da cidadania plena chocaria contra a lógica do capital, só sendo possível com a superação deste. Assim, a luta das classes subalternas não iria no sentido de superar a cidadania, mas de afastar as barreiras postas à sua plena realização”. O mesmo autor adverte ainda para a diferenciação entre as proposições e narrativas liberais em torno da cidadania e a concepção defendida pelas forças políticas alinhadas à chamada esquerda democrática (Tonet, 2012). No corolário desse argumento, pondera que:

[r]econhecer as limitações intrínsecas da cidadania não significa, de modo nenhum, menosprezar a importância que ela tece e tem no processo de autoconstrução do ser social. Significa apenas reconhecer que ela integra necessariamente – ainda que de modo contraditório e tensionado – a sociabilidade regida pelo capital. De modo que cidadania, por mais plena que seja, jamais será sinônimo de liberdade plena (Tonet, 2012, p. 34).

A atuação profissional nas escolas deve ter como fundamento a perspectiva de que o serviço social está inserido na dinâmica contraditória das relações sociais de produção, ou seja, no campo de interesses de classes distintas, no qual se reconhece o caráter contraditório da profissão, que deriva dessas relações. Torna-se necessário a compreensão dos limites da transformação dessas relações próprias da exploração capitalista. Significa dizer que o profissional assistente social precisa ter convicção de que a política social não irá “resolver” a questão social, pois esta é uma manifestação própria desta sociabilidade. Todavia, este profissional deve lembrar disso quando estiver pensando estratégias de ação de modo a não

reforçar a lógica do capital (Bressan, 2018). Tal pensamento converge para o que Tonet (2012) pondera em relação à possibilidade de, no âmbito da educação, serem levadas a cabo atividades emancipatórias.

Na longa trajetória percorrida pela categoria profissional, pelas entidades representativas e pelos pesquisadores da área, para reafirmar a importância e a consolidação do serviço social na área educacional, importa destacar a precisa análise de Almeida (2003), ao se referir à maturação teórica das discussões realizadas sobre o tema da educação básica na profissão, ainda no início dos anos 2000. Para o autor,

[a] política educacional aparece no cenário das preocupações profissionais hoje de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos. Não se trata mais de uma aproximação saudosista quanto a um campo de atuação profissional que minguou com o tempo, mas de um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social (Almeida, 2003, p. 3).

Se inicialmente tínhamos pesquisadores preocupados em reafirmar e consolidar a importante contribuição do serviço social na área educacional, com a maturação intelectual da categoria profissional, vai se notando a mudança de perspectiva de uma possível abertura de campo profissional, para a necessária introdução desses profissionais na política de educação.

Almeida (2000) aponta também que as mudanças no modo de produção capitalista, especialmente aquelas ocorridas a partir de 1970, provocaram alterações consideráveis nas requisições para o campo educacional. De acordo com sua análise:

[...] essas transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios centrais para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégicas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade. O alcance planetário dessas mudanças fornece um novo contorno à divisão internacional do trabalho e da produção cultural, exigindo ações mais articuladas e de proporções mais amplas na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento das novas estratégias formuladas pelo capital nas três últimas décadas (Almeida, 2000, p. 153).

Como se denota da abordagem supracitada, o autor faz referência especialmente ao tratamento teórico e político diferenciado dado pelo serviço social na política educacional, sobretudo, em relação às mudanças no campo do trabalho e da cultura, e que intensificam o debate sobre o papel estratégico da área nessas dimensões da vida social. Para o autor, mais importante do que pensar o papel do assistente social na política de educação é problematizar o que está determinando a presença destes profissionais na política de educação. Ou seja, a

institucionalização do serviço social na educação como resultante de uma dinâmica da sociedade, como “[...] parte da dinâmica social e não como mera expressão de um desejo ou inquietação de uma categoria profissional” (Almeida, 2003, p. 6).

Somadas às transformações no mundo do trabalho e da cultura que refletem mudanças importantes na política educacional, outros fenômenos justificam a necessária presença de assistentes sociais nesta política, sendo eles: a criação e ampliação de programas sociais que ganharam proeminência no início dos anos 2000, como o de renda mínima – que impunham o condicionante de acesso das famílias ao fato de crianças e adolescentes estarem frequentando a escola; e o aumento considerável das refrações da questão social no ambiente escolar (Almeida, 2003).

Almeida (2003) destaca ainda que a política educacional é composta por várias áreas diversificadas entre si: a educação infantil, o ensino fundamental e médio, ensino técnico e superior, e a educação de jovens e adultos. E pela amplitude dessa política e pelo conjunto das práticas e de ações profissionais, nos aportes teóricos e metodológicos e nas diferentes formas de inserção do assistente social nesses espaços, a ação profissional também se particulariza. Entretanto, em seus estudos, Almeida (2003) identificou quatro focos de ações dos profissionais: 1) as que convergem para a garantia do acesso da população escolarizada, através de atividades de concessão de bolsas prioritariamente; 2) aquelas voltadas para a permanência dos estudantes, relacionadas principalmente com a mobilização da rede de proteção social; 3) aquelas que visam garantir a qualidade dos serviços prestados, através de atividades integradas com a equipe multidisciplinar na busca por discutir e problematizar as questões sociais (suas expressões) e educacionais que impactam na escolarização. Nesse sentido, a “[...] perspectiva de uma educação alicerçada na luta pela conquista e ampliação da cidadania é a referência central de atuação neste foco” (Almeida, 2003, p. 9); E, por fim, 4) as ações desenvolvidas no sentido de contribuir para o fortalecimento da gestão democrática e participativa no campo educacional.

Ao considerarmos estas contribuições do autor e procurando desenvolver uma análise mais atual da política de educação, relacionando-a com as transformações societárias no mundo da produção decorrentes da complexificação dessa produção no contexto da chamada acumulação flexível, queremos trazer apontamentos para questões importantes no cenário educacional.

Segundo Almeida (2020), a passagem para a produção flexível não se deu esgotando completamente o modelo *fordista/taylorista* de produção. A particularidade da formação social brasileira, de traço periférico e dependente, ampliou as desigualdades sociais e econômicas,

através desse novo padrão de organização das relações sociais de produção, e com isso ampliou-se a precarização do trabalho, observada através da atualização de suas formas, como: aumento de trabalho infantil e juvenil, aumento do trabalho análogo ao da escravidão e a desigualdade salarial baseada no gênero e, diríamos, também, na raça. No campo educacional, observa-se uma expansão da necessidade de formação técnico-profissional, mais condizente com o desenvolvimento tecnológico atual, tendência notada principalmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica ao longo dos anos 2000 e novamente agora em 2024<sup>7</sup>.

Sobre a relação educação e trabalho, o autor afirma que, mesmo diante dos avanços e retrocessos, essa relação permanece engendrando contradições que são particulares da sociabilidade capitalista. Afirma ainda que, tais contradições são acentuadas diante das desigualdades sociais, inerentes à formação social e econômica brasileira. Esta parece, inclusive, como um componente necessário para a concentração da riqueza. Processo que se pode observar nas relações sociais de trabalho que concentram trabalho ultratecnificado com trabalhos arcaicos (Almeida, 2020).

Para problematizar esta realidade, Almeida (2020, p. 171) faz as seguintes indagações:

[...] envolve, também, conhecer mais detalhadamente como as requisições por uma formação técnico-científica diferenciada se colocam de fato: que níveis de ensino, que tipos de escola, que tipo de aluno está sendo realmente engajado nestas mudanças educacionais? Como gerenciar este processo que envolve a subordinação da política educacional ao novo padrão de sociabilidade burguesa?

Respondendo essas questões, no caso da realidade brasileira, a relação trabalho e educação ainda se apresenta no campo valorativo e das possibilidades de ascensão social, uma vez que a realidade se apresenta sob duas alternativas reais, que o autor classifica pelo binômio: “[...] instrução mínima para funções pouco qualificadas versus evasão do processo de educação escolarizada por necessidade de sobrevivência” (Almeida, 2020, p. 172). Tanto é verdade que apresentamos dados referentes ao abandono escolar em virtude da necessidade de trabalhar para auxiliar na composição da renda familiar. O problema é tão grave que em novembro de 2023, o Governo Federal lançou o Programa Pé de Meia, que prevê um incentivo financeiro aos estudantes do ensino médio beneficiários do Bolsa Família, com o objetivo de promover a

---

<sup>7</sup> Em 12 de março de 2024, o Governo Federal anunciou a criação de 100 novos campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Governo do Brasil, 2024). Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>> Acesso em: 19 abr. 2024.

permanência e a conclusão escolar nesta etapa de ensino, e com isso, conter a evasão e o abandono escolar (Governo do Brasil, 2023).

Desse modo, para compreendermos a relação entre educação e trabalho, sob a égide da reestruturação produtiva, é preciso resgatar o significado da educação escolarizada nas disputas pela hegemonia numa sociedade polarizada por classes e a centralidade do trabalho. Conforme se observa em suas análises, Almeida (2020) pondera que, no contexto da sociedade de classes, é necessário forjar um tipo de trabalhador que assimile os valores liberais:

[...] trata-se, aqui, de reconhecer que as condições de produção do valor excedente, na periferia do capitalismo, estão vinculadas a formação de um tipo de trabalhador que incorpore os valores de uma sociedade que se apoia na ‘liberdade’ do trabalho desprotegido, precarizado, ou seja, em uma ‘servidão voluntária’ (Almeida, 2020, p. 172)

Neste sentido, as provocações do autor nos levam a pensar sobre a complexidade do trabalho de assistentes sociais no contexto da política de educação, fato que exige dele mais do que competências operativas, mas um rigor teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade social que, em face dos limites estruturais do capitalismo, no mundo e no Brasil, tem se caracterizado pelo desemprego, intensificação da precarização do trabalho, desproteção social, novas e mais perversas formas de uso e controle da força de trabalho, etc.

Para Almeida (2020), a atual fase de extração do mais valor através do trabalho precarizado exige uma combinação de relações de trabalho e processos diferenciados, que se alternam entre uma formação da força de trabalho qualificada e uma formação que a desqualifica, conformando o perfil do trabalhador em conformidade com as necessidades do mercado de trabalho, sob a lógica do capital. Essa tendência, segundo Saviani (2005), se verifica exatamente no momento em que o capitalismo passa a enfrentar sua crise estrutural (Mészáros, 2011), em meados do século XX. De acordo com Saviani (2005, p. 22):

[a] educação, que tenderia, sobre a base do desenvolvimento tecnológico propiciado pela microeletrônica, à universalização de uma escola unitária capaz de propiciar o máximo de desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e conduzi-los ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais, é colocada, inversamente, sob a determinação direta das condições de funcionamento do mercado capitalista. É, com efeito, aquilo que poderíamos chamar de ‘concepção produtivista de educação’ que domina o panorama educativo da segunda metade do século XX.

Neste sentido, podemos dizer que a classe proprietária dos meios de produção, com vistas a fortalecer seu poder político e ideológico, vislumbra na educação um meio para a reprodução das relações de exploração e de dominação. De acordo com Frigotto (1998, p. 26), historicamente a classe dominante defende que “[...] a educação dos diferentes grupos sociais

dos trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho”. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

As alarmantes taxas de evasão e repetência, como vimos, conformam um cenário no qual os estudantes que conseguem frequentar as aulas não conseguem aprender, ou não conseguem permanecer na escola. E assim, a agudização das desigualdades sociais colabora com a diminuição do atrativo social da escola, resultando no abandono escolar para lutar pela sobrevivência (Almeida, 2020). Esses estudantes se juntarão ao conjunto da superpopulação relativa, nos termos usados por Marx (2017), influenciando nas condições de trabalho dos que permanecem ainda vinculados ao mercado de trabalho e no rebaixamento do valor da força de trabalho em geral.

Ao considerarmos a particularidade brasileira, percebemos a prevalência de uma escolarização que se expande e consolida de maneira diferenciada. Embora obrigatória e gratuita e de acesso universal, atinge diferentemente os diferentes estratos sociais brasileiros. Com a expansão da escolarização pública, houve um forte investimento nas estruturas físicas, através da construção de escolas e ampliação de vagas. No entanto, não houve o mesmo estímulo à qualificação das práticas pedagógicas e tampouco na contratação do corpo técnico necessário para compor as equipes multiprofissionais.

Podemos acrescentar a esta ponderação o fato de que os cursos na área da educação são alvo do avanço das perspectivas mercadológicas neste campo, especialmente pela ampliação do ensino à distância (EAD). Nesse sentido, além de citar as tendências de precarização do trabalho que afetam o conjunto da classe trabalhadora e também aqueles que atuam na educação, o autor problematiza que as condições de trabalho devem ser pensadas para além das questões objetivas. Afirma ele que a realidade educacional no país é marcada por:

[...] construções físicas desprovidas de sua principal substância: condições de trabalho e professores qualificados. A escola pública experimentava, portanto, um ciclo de expansão que, até hoje, se sustenta num largo processo de proletarização do professorado (Almeida, 2020, p. 176).

Mesmo diante desse cenário, a escola ainda é um importante instrumento de socialização, proteção social e convívio, pois num país de concepção restrita de seguridade, essa instituição cumpre o seu papel na formação humana, mas também no cuidado. Trata-se de “[...] uma instituição singular na função de organização social das aspirações e dos lugares que cada vez mais parecem pertencer a um tempo cuja produção não nos pertence” (Almeida, 2020, p. 177).

Almeida (2020) alerta sobre a presença de um processo de subordinação das relações sociais à sociabilidade destrutiva do capital, que é o resultado da busca incessante pela acumulação. No momento atual, a escola opera sob a dimensão da compressão do tempo e do espaço, e sob a lógica do mérito e de sanções sob aqueles que não detêm um bom resultado. Dessa forma, o autor dá absoluta relevância para a compreensão de que as contradições que adentram o espaço escolar são socialmente produzidas e coletivamente construídas na dinâmica das classes, das relações na sociedade civil e no âmbito do Estado. A escola, deste ponto de vista, não irá mudar em decorrência de um movimento apenas interno e muito menos como resultado das ações externas que sobre elas incidem. Ou seja, o autor alega que os traços históricos são produtos da ação dos sujeitos e das classes sociais. Por este motivo, é importante localizar a escola no conjunto de instituições sociais públicas e no aprofundamento da relação família e escola, recolocando esta num novo patamar na mediação dos processos que ampliam a cultura e o conhecimento (Almeida, 2020).

A concepção de educação que está presente nos documentos das organizações representativas de serviço social é aquela que compreende a educação como sendo um grande complexo da vida em sociedade e que têm uma função na dinâmica da reprodução social na sociedade de classes. Esse complexo pode ser assim definido em termos da sua função:

[...] este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2013, p. 16).

Significa dizer que a educação pode ser entendida numa perspectiva de que ela possui um papel singular na reprodução social e que, numa sociedade de classes, pode ser uma ferramenta de continuidade das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e da manutenção das desigualdades sociais ou corroborar para o desencadeamento de processos que fujam dos parâmetros instituídos pela sociedade burguesa. A educação sob a lógica do capital “[...] se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico” (CFESS, 2013, p.18). Contudo, é a partir desta realidade que se abrem possibilidades para a construção de uma prática

educativa que se alinhe aos interesses da classe trabalhadora, ainda que condicionada pelas relações sociais vigentes.

O conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) (2013), em consonância com as discussões que alhures apresentamos, aponta para a necessária “ressignificação” da noção de cidadania, como parte da estratégia de luta da classe trabalhadora no caminho da sua emancipação e na consolidação dos direitos sociais. Para tanto, é necessário reconhecer a educação como um direito social universal. Nesse sentido, a emancipação aqui descrita, ainda que no espectro da sociedade burguesa, deve ser compreendida:

[...] pelo respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica (CFESS, 2013, p. 22).

A educação, neste sentido, ocorre nas lutas dos sujeitos coletivos que colocam a democracia como um processo vivido e não apenas um valor liberal. Portanto, trabalhar na construção de espaços democráticos de divisão de poderes e socialização das políticas institucionais é condição central para a construção desse projeto de educação de caráter progressista. Na qual podem ser forjadas atividades emancipatórias, a despeito de seus limites históricos. Esta proposição confronta a educação funcional aos processos de acumulação do capital e que se impõe como meio institucionalizado para a reprodução dos valores defendidos pela classe burguesa e para a consolidação da pedagogia empresarial que, progressivamente, tem ampliado seus tentáculos também sobre a política pública de educação básica.

O que importa sinalizar, por oportuno, é que na área de serviço social, a produção do conhecimento em torno do tema da educação tem, no nosso ponto de vista, avançado significativamente. Isso mostra o esforço coletivo da categoria em problematizar a educação não apenas como espaço de atuação e ampliação do seu mercado de trabalho, mas como mediação para a reprodução das relações sociais, notadamente sobre o seu papel no processo de acumulação do capital. Daí tem derivado um conjunto significativo de estudos com as mais variadas preocupações, dentre as quais, se destaca a relação entre educação e trabalho. Neste particular, contudo, percebemos que as produções acadêmicas pouco têm sido direcionadas para o desvelamento das condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação. A partir dessa nossa percepção – ou desconfiança – nos desafiamos a levar a cabo uma pesquisa a respeito, cujos resultados constituem o conteúdo central deste texto dissertativo. Por isso, na seção que segue, iniciaremos uma abordagem sobre as condições de trabalho de

assistentes sociais na política pública de educação básica, a partir da análise de teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação da área, selecionadas com base nos critérios indicados na seção introdutória do presente trabalho.

### **3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS QUE ORIENTAM OS DEBATES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

#### **3.1 EIXOS ANALÍTICOS QUE PERFAZEM O UNIVERSO TEÓRICO IDENTIFICADO E ANALISADO**

Nesta seção, buscamos identificar e analisar as perspectivas teóricas que têm orientado as discussões sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação, com enfoque na educação básica, tendo como parâmetro a direção social da profissão.

Antes disso, contudo, conforme informações já indicadas na parte introdutória do presente trabalho dissertativo, precisamos reiterar algumas questões em relação aos procedimentos metodológicos adotados. Depois da realização de algumas estratégias de busca no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES para selecionarmos nossas fontes de pesquisa, identificamos 108 dissertações e 26 teses que tratam de algum modo sobre o serviço social na educação básica, considerando o lapso temporal entre os anos de 2012 e 2022. Nessas produções, percebemos que os estudos de assistentes sociais em relação à educação apresentam uma ampla gama de temáticas. De modo geral, sabemos que os assistentes sociais investigam as expressões da questão social e suas manifestações na realidade vivida pelos usuários, entendendo-as como decorrentes das relações sociais de produção na sociedade de classes e que ganham materialidade nas desigualdades sociais a partir de diferentes marcadores, tais como: gênero, raça, geração, condição de deficiência, etc.

As pesquisas, em alguma medida, dão ênfase ao Projeto Ético-Político da profissão, procurando evidenciar a sua direção social em favor das classes trabalhadoras contra a exploração e todas as formas de opressão. No âmbito desse debate, os assistentes sociais se preocupam, como veremos na exposição dos resultados da pesquisa, em problematizar a dinâmica da ordem regida pelo capital e a reprodução dos processos que corroboram para a acumulação sempre ampliada do capital em detrimento de respostas às necessidades humanas.

Através dos procedimentos adotados, foi possível perceber que nos estudos que não têm como centralidade as condições de trabalho, mas que tratam da política de educação e, neste campo, abordam questões relativas ao serviço social, prevalecem temas muito diversos. Na tentativa de aglutiná-los em alguns eixos, chegamos à seguinte definição:

- 1) Serviço social no espaço escolar: neste eixo ganham destaque os estudos que problematizam a função do serviço social e do assistente social nas escolas; serviço social e política de educação; educação, ética e projeto profissional; dimensão socioeducativa do trabalho profissional na educação.
- 2) Teorias e práticas pedagógicas: neste eixo são trazidas à reflexão as tendências teóricas que subsidiam os debates de diferentes projetos de educação em disputa; contribuições de intérpretes da educação brasileira sobre a educação; concepções de educação; educação e emancipação social e humana; educação e hegemonia.
- 3) Política de educação e Estado: neste eixo, os estudos se voltam para questões relacionadas ao financiamento da política de educação; a agenda para educação a partir de organismos internacionais; fundo público; papel do Estado; neoliberalismo; a história da educação brasileira.
- 4) Gênero e questão étnico-racial: aqui, ganham centralidade as discussões sobre gênero e educação; educação sexual nas escolas; racismo; racismo estrutural.
- 5) Direito e cidadania: neste eixo identificamos análises voltadas para o acesso à educação; direito à educação; participação política; educação inclusiva e demandas específicas neste contexto.
- 6) Assistência estudantil e outros programas e projetos: neste eixo destacam-se as temáticas relacionadas às especificidades do trabalho nessa área; análises de renda ou socioeconômica; concessão de auxílios e benefícios; acesso e permanência estudantil; programas e projetos governamentais, bem como reflexões sobre condicionalidades e avaliação de programas e projetos implementados.
- 7) Múltiplas formas de violências: neste eixo se destacam temas como: trabalho infantil; uso abusivo de drogas; formas de prevenção ao uso de drogas; sociedade, violência e escola.

Advertimos que esta organização das temáticas em eixos é aqui utilizada apenas como recurso expositivo, caracterizando um esforço de síntese que, na nossa opinião, não é nada simples de se fazer. De todo modo, consideramos que esta estratégia seria importante para que pudessemos dar ao leitor uma noção das questões que têm sido suscitadas pelos pesquisadores em seus estudos envolvendo o tema da educação básica e serviço social, levando em conta o critério temporal por nós definido como um dos recortes da investigação proposta.

Tendo em vista as condições objetivas para a realização do nosso estudo, não seria possível tomarmos esse amplo quantitativo de produções para procedermos à análise sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, considerando a produção

acadêmica produzida entre os anos de 2012 e 2022. Por isso, doravante situaremos o leitor quanto ao contexto das pesquisas e discussões contidas nas produções acadêmicas que efetivamente nos serviram de fonte para a nossa análise, sendo cinco dissertações e duas teses, identificadas também a partir de procedimentos que já foram mencionados na seção introdutória desse trabalho.

Em relação às dissertações selecionadas, em três delas os estudos realizados pelas autoras têm escolas como *lôcus* de pesquisa. Na primeira delas, aborda-se a educação básica do Município de Manaus – Amazonas. Esta, contempla informações coletadas a partir da realização de uma pesquisa de campo sobre escolas estaduais, municipais e, inclusive, da rede privada de ensino. As outras duas dissertações são produtos de pesquisas realizadas com profissionais atuantes nas escolas municipais de ensino. Uma delas, no município de João Pessoa, e outra em Campina Grande, ambos municípios do estado da Paraíba. As demais dissertações são fruto de estudos realizados sobre a rede federal de ensino, mais precisamente, de Institutos Federais (IFE), nos *campi* do Rio Grande do Norte (IFRN) e de São Paulo (IFSP).

No que se refere às teses, em ambas os *lôcus* dos estudos são instituições da rede federal de ensino, sendo uma específica sobre o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e a outra sobre diferentes *campi* de IFE localizados em cinco grandes regiões brasileiras. Esses estudos representam, como já afirmamos, a produção teórica analisada e foram nossas fontes privilegiadas de investigação. No quadro que segue, apresentamos as principais informações sobre as produções acadêmicas selecionadas para nossa análise:

Quadro 1: Informações sobre as produções acadêmicas que compuseram a amostra da pesquisa

Título	Universidade	Ano de publicação	Natureza das instituições/nível de formação	Objetivo Geral	Tipo
Tendências do exercício profissional do assistente social na política de educação: as escolas municipais de Campina Grande- PB	Universidade Estadual da Paraíba	2017	Escolas Municipais	Analisar o exercício profissional do/a assistente social nas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB.	Dissertação
Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar	Universidade Federal da Paraíba	2013	Escolas Municipais	Atribuir visibilidade aos elementos que compõem a prática no espaço escolar.	Dissertação
O trabalho das assistentes sociais entre labirintos e saídas: trilhas da educação básica em Manaus	Universidade Federal do Amazonas	2022	Educação Básica	Analisar o trabalho profissional do assistente social na educação básica em Manaus.	Dissertação
O trabalho dos/as assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP: O processo de intensificação em questão	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo		Ensino Profissional, Técnico de Nível Médio e Superior	Trata da intensificação do trabalho de assistentes sociais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, e tem como propósito analisar suas expressões objetivas e subjetivas.	Dissertação
O trabalho do Assistente Social na educação: ampliação do espaço ocupacional e	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2018	Ensino Profissional, Técnico de Nível Médio e Superior	Analisar os determinantes através das quais a precarização se expressa no	Dissertação

precarização na assistência estudantil				trabalho profissional na educação.	
As condições de trabalho de assistentes sociais nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia na realidade brasileira	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2018	Ensino Profissional, Técnico de Nível Médio e Superior	O objetivo da presente tese foi apresentar as expressões das condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's na realidade brasileira, tendo como recorte cinco estados/regiões do país.	Tese
Trabalho precarizado, política social e serviço social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2020	Ensino Profissional, Técnico de Nível Médio e Superior	Investigar as condições de trabalho dos assistentes sociais, articuladas à precarização do trabalho e das políticas sociais no Brasil, visando identificar as expressões da precarização no exercício profissional na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)	Tese

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Catálogo de Teses e Dissertações Capes, 2024.

Da leitura dos referidos trabalhos, avaliamos que as autoras dessas produções discutem mais diretamente as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica. Afirmamos que de forma “mais direta”, porque o tema aparece, em algumas delas, como atrelado a objetivos secundários, o que, para nós, não significou critério de exclusão no momento da definição da amostra. Por certo, notamos que as autoras realizam abordagens multifacetadas, contemplando questões sobre o exercício profissional, a atuação profissional, a prática profissional, o trabalho profissional e até mesmo sobre a instrumentalidade. Remetendo a um universo teórico bastante diversificado e contemplando uma ampla gama de categorias analíticas, por vezes distintas, mas que se correlacionam aos objetos de estudos. Assim, também em relação a essas produções especificamente, identificamos alguns eixos de análise que tendencialmente têm caracterizado as discussões a respeito do tema das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica ou com ele se correlacionam. Elencamos quatro eixos compondo o universo teórico e as principais preocupações apresentadas por nossas interlocutoras em seus estudos, são eles:

- 1) História da política de educação brasileira: problematização das medidas adotadas por diferentes governos e épocas em relação à política de educação; a influência dos organismos internacionais na educação brasileira; educação e contrarreforma do Estado brasileiro; avanços do processo de mercantilização da educação no Brasil;
- 2) Perspectivas teóricas sobre a educação: concepções de educação; o debate sobre a educação e emancipação social e humana; educação e antagonismos de classe na

sociedade capitalista; o caráter disciplinador da educação para atender interesses produtivos;

- 3) Discussões macrosocietárias: dinâmica do capitalismo contemporâneo; crise estrutural do capital; reestruturação produtiva; Estado e luta de classes; neoliberalismo;
- 4) Serviço social na política de educação: o debate sobre o caráter ontológico do trabalho; aspectos relativos à teoria do valor; trabalho produtivo e improdutivo; trabalho vivo e trabalho morto; inovações tecnológicas e trabalho; o trabalho e as condições de trabalho do assistente social nos espaços educacionais e a luta pela inserção do serviço social na política de educação.

Como podemos perceber, as reflexões trazidas nestas produções, nas quais suas autoras mais diretamente discutem a questão das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica se aproximam das questões e dos aportes teóricos usados nas produções mais gerais nas quais a temática do serviço social e educação é a referência. De certo modo, isso indica uma certa convergência com as questões presentes na realidade social e que desafiam a profissão. Ao mesmo tempo, independentemente de fazermos qualquer juízo a respeito dos limites das abordagens – até porque sequer temos competência para isso –, o conjunto de preocupações teóricas e os autores que figuram como interlocutores para os debates suscitados nas produções em muito reforçam a direção social da profissão, no contexto brasileiro, o que poderá ser observado quando nos atermos aos debates relativos à nossa preocupação de pesquisa (as condições de trabalho de assistentes sociais na política de educação básica).

Advertimos, contudo, que nesse amplo debate, há questões suscitadas pelas autoras em nossas fontes privilegiadas que, de fato, configuram como correlatas e não centrais para elucidar o debate. Tal fato, no nosso entendimento, é muito comum nos trabalhos de natureza acadêmica, pois muitas vezes, o esforço pela apropriação do acúmulo teórico sobre o tema que ajude o pesquisador a problematizar o objeto no processo de investigação acaba também por ser apresentado no momento da exposição dos resultados de pesquisa. Por outro lado, podemos dizer que seria muito difícil demarcar, especificamente, as fronteiras da análise do tema das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, ainda que, por certo, existam algumas determinações mais essenciais a serem consideradas do que outras. Neste sentido, como nos explica Frigotto (2003), quando pensamos na educação, estamos pensando na compreensão do homem em suas relações e práticas sociais, o que, por si só, é amplamente abrangente.

Dessa maneira, acreditamos que alguns elementos, mesmo não sendo objeto das nossas preocupações centrais, mantêm com ela íntima relação. Assim é o caso das questões ou problemáticas abordadas pelas autoras e por nós aglutinadas nos eixos 1 e 2 supracitados. Por limites objetivos, contudo, não nos ocuparemos deles, haja vista que o que nos interessa é analisar como os debates em torno das condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica comparecem nas produções selecionadas e quais os fundamentos teóricos que sustentam tais análises.

Na sequência, a exposição foi organizada considerando o tipo de instituição de ensino que serviu de recorte para as pesquisas realizadas por nossas fontes. Desse modo, inicialmente apresentamos as teses, ambas são resultados de estudos que têm os institutos federais como *locus* de pesquisa. Em seguida, serão apresentadas duas dissertações que também têm os institutos federais como referência de pesquisa. E, por último, apresentamos as dissertações que tiveram escolas municipais, estaduais e rede privada de ensino básico como *locus* de investigação.

## 3.2 QUESTÕES TEÓRICAS SUSCITADAS NAS PRODUÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TEMAS, INTERLOCUTORES E APROXIMAÇÕES AO TRABALHO PROFISSIONAL

### 3.2.1 Tese 1 - As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira

Lígia da Nóbrega Fernandes (2018), em sua tese, pesquisou as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos em diferentes Institutos Federais no Brasil. De grande amplitude, seu levantamento empírico contempla 146 assistentes sociais atuantes nos *campi* das cinco regiões brasileiras. A pesquisa teve como objetivo central “explicitar as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação (IFE) e sua relação com a atual crise de reprodução do capital, com o Estado e as transformações no mundo do trabalho” (Fernandes, 2018, p. 20).

Para isso, buscou identificar os determinantes estruturais e conjunturais que incidem sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, considerando sua condição de trabalhador assalariado e parte integrante do ciclo de acumulação capitalista. Segundo Fernandes (2018), na atual dinâmica do ciclo de reprodução do capital, as condições de trabalho de assistentes sociais são tensionadas objetivamente de várias formas:

[...] através da tentativa de intensificação e alongamento das jornadas, das flexibilizações virtualizadas do trabalho mediadas pela Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, da ampliação do número de atividades a serem desenvolvidas, da usurpação do tempo de não trabalho pelo tempo de trabalho, etc (Fernandes, 2018, p. 20).

Todos esses elementos mencionados apontam uma racionalidade que tem como base a otimização do trabalho vivo, mas também o avanço do trabalho morto sobre aquele. Tais questões reverberam impactos sobre as condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores nos mais diversos espaços de inserção na estrutura produtiva pensada em sua totalidade. Fernandes (2018) afirma que mesmo nos espaços públicos os trabalhadores estão expostos a condições análogas à esfera estrita do trabalho produtivo, cujo mote, se expressa na “[...] contratação mínima de profissionais para cada espaço socio-ocupacional, porém, concentrando mais trabalho em menor número possível de trabalhadores/as” (Fernandes, 2018, p. 20). Segundo a autora, essa tem sido uma tendência por ela observada nos IFE.

Ainda que os IFE tenham realizado, segundo a autora, a maior contratação de assistentes sociais já constituída na história dessas instituições, sobretudo, a partir de 2008<sup>8</sup>, prevalece a tendência em concentrar o maior volume de trabalho sobre o menor número de trabalhadores. Em relação aos assistentes sociais, essa tendência tem se demonstrado como uma realidade cotidiana na forma de elevação do volume e da complexidade das demandas sociais, principalmente, no que tange à assistência estudantil.

Naturalmente, para elucidar as condições de trabalho de assistentes sociais nos IFE, a autora realizou uma série de mediações. Assim, para problematizar as condições de trabalho recorre às discussões marxianas sobre o caráter ontológico do trabalho, as formas atuais que ele assume a partir de novas formas de extração do mais-valor, assim como, considera a posição do Brasil como país periférico e dependente no mercado mundial.

Por óbvio, dado a singularidade de um trabalho acadêmico como uma tese, com alto grau de aprofundamento teórico, abstrações e generalizações, e tendo em vista o tempo previsto para elaboração desta pesquisa, não conseguiremos apresentar de forma detalhada todos os temas e problematizações apresentados pela autora. Contudo, buscamos sintetizar as questões cardeais abordadas no interesse de captar as principais tendências no debate sobre as condições de trabalho. Ressaltamos que essa observação cabe para a análise apresentada também em relação a todas as demais produções que nos serviram de fonte de pesquisa.

---

<sup>8</sup> Como será pela autora demonstrado a partir de dados empíricos por ela sistematizados e apresentados.

No que se refere ao debate especificamente sobre as condições concretas de trabalho, a autora resguardou um capítulo para enfrentar o tema, do qual nos debruçaremos na próxima seção da dissertação. Agora, apresentaremos algumas questões relacionadas aos aportes teóricos que iluminam a análise realizada. Tal procedimento, novamente, vale para as problematizações por nós apresentadas nas subseções a respeito das demais produções selecionadas.

Em relação aos debates teóricos formulados por Fernandes (2018) para orientar sua análise, a autora não deixa de se posicionar quanto ao seu entendimento sobre a definição de condições de trabalho. Segundo ela, tal conceito pode ser assim definido:

[...] condições de trabalho não diz respeito apenas à estrutura física que possibilita os sujeitos realizarem suas atividades de forma confortável e adequada. Trata-se de um conceito mais abrangente, uma vez que supera a ideia da ambientação espacial onde o labor se desenvolve. Assim sendo, condições de trabalho se refere a um conjunto integrado de recursos físicos, humanos e materiais que devem estar institucionalmente disponíveis para possibilitar o desenvolvimento integral dos objetivos laborais de cada sujeito que trabalha [...] (Fernandes, 2018, p. 174).

A autora argumenta que, neste sentido, não se pode definir as condições de trabalho dos profissionais entrevistados por ela nos diferentes *campi* dos IFE de maneira homogênea e estanque. Uma vez que a forma como se manifestam as condições de trabalho tem particularidades diferentes a depender da localidade e do sujeito da pesquisa.

Para Fernandes (2018), existem diversas mediações que atravessam as condições de trabalho de assistentes sociais, por isso, a forma como elas se expressam nos IFE aglutinam aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos da atual crise capitalista, e os processos de mudanças no mundo do trabalho e do Estado (enquanto “balcão” representativo do capital) (Fernandes, 2018, p. 51). Esses elementos são entendidos como determinantes universais que impõem mudanças a todos os trabalhadores, e nesse particular, também aos assistentes sociais como parte integrante do trabalho coletivo. Segundo Fernandes (2018), esses determinantes contribuem para “forjar a profissão exclusivamente para o exercício de atividades de ‘controle social’ no âmbito dos IFE, relegando seu significado social a intervenções técnico-burocráticas” (Fernandes, 2018, p. 51).

Na construção de seus aportes teóricos em torno do tema do trabalho, a autora apresenta categorias basilares para o entendimento do trabalho como atividade produtora de valor na sociedade mercantil, sob o escopo da tradição marxista. Utiliza-se de teóricos como Sabadini (2015), José Paulo Netto e Braz (2006), Tonet (2013), Lessa (2012), Harvey (2013, 2014), assim como, utiliza diretamente a obra de Marx (2013).

À luz das reflexões marxianas, a autora problematiza a mercadoria como fonte elementar da riqueza na sociedade regida pelo capital. Neste particular, traz à reflexão do leitor debates em torno do caráter produtivo e improdutivo<sup>9</sup> do trabalho, como elementos constitutivos da produção e da reprodução capitalista, o que, na sua opinião, é necessário para deslindar o lugar ocupado pelo serviço social no limiar dessas relações. Nesse sentido, problematiza que na cena contemporânea há um esforço para tornar obsoleta, na nossa opinião, obscurecida, a produção direta de mercadorias materiais.

Assim como em outras produções acadêmicas, nesta encontramos a tese de que grande parte das mudanças no mundo do trabalho que estão em curso na atualidade tiveram seu estopim na crise do capital. Por isso, a autora dedica uma seção para a discussão sobre a crise estrutural do capital e seus efeitos sobre o trabalho. Para isso, busca apoio em obras de Harvey (2014) e argumenta que as crises no capitalismo não são casos fortuitos, elas figuram como etapas fundamentais do desenvolvimento desse modo de produção e corroboram para dinamizar a acumulação e para a reconstituição dos lucros. No correr do século XXI, elas constituem-se de forma epidêmica, dado o caráter mundial instaurado, atingindo tanto países cêtricos quanto periféricos. De acordo com a autora, as medidas para a superação delas se mundializaram por conta do grande investimento em capitais internacionais com interação central, configurando-se assim uma crise global e sistêmica (Fernandes, 2018).

A autora também se referencia em Mandel (1990), argumentando que, no decorrer da sua história o capitalismo enfrentou muitas crises de superprodução. Sustentando o argumento desse teórico, a autora afirma que as crises são provenientes do excedente de capital gerado, tanto na produção de mercadorias, quanto moedas e da própria capacidade produtiva. Outra questão suscitada pela autora é o fato de que, mesmo diante de muitas crises, ainda não se eliminaram as grandes fortunas. Com base em Sampaio Junior (2009), a autora assevera que a crise capitalista de 2008 se revelou uma das mais severas e intensas do planeta, movimentando todo o sistema financeiro e bancário. Esta crise agudizou a pobreza e a desigualdade social no mundo todo. Seus efeitos prolongados incidiram sobre o trabalho com o aumento do desemprego e com a precarização das condições laborais (Fernandes, 2018).

Segundo a autora, com base em Harvey (2014), para o enfrentamento da crise, os principais bancos centrais se interligam para planejar o ritmo da acumulação contando com forte apoio das autoridades estatais. Paulatinamente, o capital bancário passa a subordinar as decisões econômicas, políticas e sociais de diversos países, sobretudo os emergentes, que, sob

---

<sup>9</sup> Fernandes (2018), adverte-nos quanto à existência de divergências e posicionamentos teóricos sobre essas categorias.

julgo dessas instituições, se submetem às suas exigências para acessar empréstimos (Fernades, 2018). Desse modo, os bancos passam a determinar o compasso e a deter o poder decisório da concorrência intercapitalista, bem como passam a ditar as regras sobre a condução das políticas macroeconômicas, educacionais, sociais dos países “nânicos” ou em desenvolvimento que dependem de suas finanças. Tal domínio se materializa na definição de regras relativas às políticas de ajustes fiscais, com vistas a garantir a estabilidade monetária dos Estados-Nação, cujos efeitos, do ponto de vista do trabalho são o aumento do desemprego e a precarização das condições e relações laborais, tanto na esfera pública como na privada (Fernandes, 2018).

Além dessas questões, a autora também problematiza as transformações no mundo do trabalho advindas da passagem *taylorista-fordista-toyotista* a partir dos anos de 1970. Segundo ela, a partir desse período foram deflagradas mudanças no mundo do trabalho de toda ordem, sobretudo, de caráter regressivo de direitos, o que redundou na degradação das condições de trabalho.

Baseando sua interpretação em Antunes (2003), a autora procura demonstrar que estes paradigmas *taylorista-fordista-toyotista* deixam um legado atual, principalmente, no tocante ao disciplinamento da força de trabalho. Assevera que as concepções gerais que cada um desses modelos introduziu não foram absolutamente abandonadas quando adotados novos padrões produtivos. Ao contrário, estas foram mescladas conforme as novas necessidades da acumulação. O que importou na verdade foi a eficiência na condução do trabalho, a trilogia *taylorista-fordista-toyotista* mostrou o caminho para conquistá-la. O que tivemos, na sequência, foi a dilaceração das condições de trabalho, afirma a autora, com base no interlocutor supracitado. Concorda com Antunes (2003), para quem esse trinômio foi fundado com único objetivo: racionalizar o trabalho para maximizar a produção e o lucro. Da mesma forma, em seus argumentos, a autora assevera que não se pode deixar de mencionar as modificações causadas por esses processos na educação e na vida como um todo.

Segundo a autora, essa mescla dos modelos de produção mencionados atuam no sentido de fabricar, “em sentido genérico, um novo homem, que deve ser moderno, eficaz, flexível, aprender rapidamente e ter uma racionalidade apurada para se inserir e se adaptar em processos de trabalho” (Fernandes, 2018, p. 85). Dessa forma, o aparato educativo contribui nos processos de internalização de valores e conforma formas de ser e de agir. Retoma os escritos de Engels (2010), em seu livro “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, no qual este autor, após um longo e denso estudo etnográfico, concluiu que o capital almeja que o trabalhador funcione como uma extensão da indústria, pois deve ser considerado como fração de capital e deve estar à disposição do industrial, já que é ele quem paga pela utilização do seu

tempo. Nesse sentido, para a gestão do controle do tempo no processo de trabalho foi necessário disciplinamento do trabalhador, introduzido, sobremaneira, pela forma de ensinar, ou seja, pela educação (Fernandes, 2018).

Retomando a discussão sobre as formas de enfrentamento da crise do capital, a autora aponta que uma das principais estratégias para sua superação está atrelada ao trabalho. Por isso, a crise do capital é o prenúncio para transformações nessa esfera. Questões como aumento da expropriação do trabalho assalariado, empobrecimento dos trabalhadores, desemprego e as renovadas formas de exploração perpassam esse cenário de crise estrutural do capital.

Com base em Giovanni Alves (2005), a autora afirma que a nova fase de acumulação sob o auspício do capital flexibilizado não abandona princípios basilares da produção *taylorista-fordista*, mas sim, resguarda e reinaugura seus princípios e racionalizações introjetando sobre corpos e mentes dos trabalhadores uma nova lógica do trabalho. Os trabalhadores, sob o fantasma do desemprego, não reagem a estas transformações. No nosso ponto de vista, contudo, discordamos dessa teoria do apassivamento da classe trabalhadora em face desses processos, notadamente quando se traz para a análise a dinâmica das greves de trabalhadores no Brasil, tal como problematiza Mulinari (2020), especialmente quando se observa um novo ciclo grevista no país a partir de 2012. A despeito disso, contudo, concordamos que se tratam de tempos extremamente difíceis para a classe trabalhadora e nos quais a regressividade em termos de direitos e a proteção do trabalho tem sido uma tendência.

Em suas análises, Fernandes (2018) pondera que o modelo *toyotista* de produção vai equacionar as modernas formas de extração do mais valor absoluto e relativo, e a valorização do valor. Sob a perspectiva da racionalização do trabalho, tem-se uma nova tendência: a do não incremento da força de trabalho, ou seja, a não contratação, aliado ao disciplinamento da força de trabalho. Além disso, segundo a autora, parafraseando Antunes (2013a), ocorre a intensificação da produção pelo consumo de sobretrabalho, pois esse processo supõe a intensificação da exploração da força de trabalho.

Ao desenvolver uma análise sobre a categoria intensificação, baseada em Antunes (2013a), a autora diz que esta é uma das estratégias contemporâneas de usurpação do trabalho que tem como princípio basilar economizar gastos com o trabalho vivo, mas não poupar esforços daqueles que trabalham. O resultado dessa engrenagem organizacional *toyotista* do trabalho, que mescla concepções *tayloristas-fordista*, diz ela:

[...] não poderia ser outro se não a precarização das condições e relações de trabalho, expressos respectivamente no acúmulo de tarefas, nas exigências em cumprimento de metas e prazos, práticas eficientistas, doenças ocupacionais, conflitos interpessoais,

aumento de terceirização, flexibilizações, informalização, declínio salarial, desregulamentação (Fernandes, 2018, p. 97).

As inovações organizacionais do trabalho e as medidas neoliberais colocam sobre os trabalhadores uma nova racionalidade, impelindo-os a assumir tarefas que não seriam suas, comparando-se uns com os outros, flexibilizando formal ou informalmente o tempo de trabalho, seus contratos e suas relações de trabalho. Fazendo referência a Antunes (2013a), a autora afirma que as novas formas de valorização do valor possuem embutidas “[...] geradores de trabalho excedente, precarizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes” (Antunes, 2013a, p. 13). Esse fenômeno faz ampliar a concorrência e a competição entre aqueles que permanecem inseridos no mercado de trabalho. Instaura-se, desse modo, uma corrida para aumentar competências, níveis de escolarização e acesso a cursos de qualificação. A autora enfatiza que todos os espaços de trabalho sofrem as influências imediatas do modelo organizacional do trabalho de base *toyotista* (Fernandes, 2018).

Outro aspecto mencionado pela autora, em consonância com algumas das pesquisas por ela analisadas, foram os efeitos conjunturais da crise sobre as condições de trabalho, considerando as particularidades da formação econômica e social brasileira. Baseando-se em Prado Júnior (2000), a autora problematiza os efeitos da crise mundial no Brasil, associando-a às problemáticas inerentes à condição periférica-tardia e às opções políticas assumidas ao longo da história pelo Brasil. Essa condição faz com que o país ocupe uma posição subjugada aos interesses privados, nacionais e internacionais, provenientes de uma formação historicamente baseada na usurpação das riquezas minerais, na exploração do trabalho escravo como nossos traços particulares, que colocam o Brasil como um país dependente e “atrasado”, conforme argumento apresentado pela autora (Fernandes, 2018).

Esse processo dependente, na sua análise, se caracteriza pela sua colocação subordinada na divisão internacional do trabalho, cujos desdobramentos se traduzem em desresponsabilização estatal, equilíbrio das contas públicas via ajustes fiscais sucessivos, privatizações, desemprego, recessões, flexibilização e precarização das condições de trabalho tudo conformando o receituário neoliberal em consonância com o prescrito por organismos internacionais. Essas são as prescrições aos governos brasileiros desde 1990 e, na opinião da autora, foram e são seguidas por diferentes espectros de forças políticas que ocuparam o poder central no Brasil (Fernandes, 2018).

Na esteira dos seus argumentos, a autora apresenta reflexões em torno do conceito de Estado com base em Chesnais (2005) e Braverman (1980). Nesse corolário, se ocupa também com o tema do neoliberalismo, para o que faz uso das contribuições de Harvey (2014). Afirma

que, no Brasil, esse receituário foi implementado e aprofundado com rigor, a partir da contrarreforma do Estado, amplamente incentivado e apoiado pelo congresso brasileiro ao longo do tempo. Segundo a autora, isso se deu por dois motivos: em nome da governabilidade e para atender os privilégios do capital internacional e nacional, sobretudo no que se refere ao capital rentista. Pondera que, no contexto neoliberal, tem-se o desmonte do pacto social implementado na Constituição Federal de 1988, e que se expressa também nas mudanças do setor público em favor da iniciativa privada para favorecer a recuperação do capital no cenário de crise. Em suas ponderações a respeito da implementação das medidas neoliberais no Brasil, a autora dá destaque aos processos que se sucederam a partir dos anos de 1990, a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, instrumentado e organizado para a “reforma” do Estado brasileiro e pelo qual se previu a redefinição de suas funções (Fernandes, 2018).

De acordo com a autora, neste contexto, outra medida necessária era tornar o aparelho público mais eficiente e racionalizado, adotando-se a chamada administração gerencial. Esta se orienta por critérios de controle de resultados, pela prevalência de cortes, revisões de serviços, principalmente, no tempo de execução, critérios mais rígidos para as aposentarias e aumento das contribuições previdenciárias dos servidores públicos (Fernandes, 2018). Neste particular, conforme assevera a autora, houve uma refração na política de recursos humanos, sendo sentida pela diminuição de servidores em todo o país. Os que se aposentavam, segundo Fernandes (2018), não eram e não são substituídos.

A autora argumenta, com base em Rosso (2008), que os efeitos deletérios desse modelo gerencial do Estado que incorporou conceitos e práticas da administração privada recaem especialmente sobre os servidores públicos. Além disso, o que se colocou em prática foi um arrocho salarial e uma diminuição dos recursos do fundo público que eram direcionados para as áreas sociais como: previdência, saúde, assistência, educação e habitação. Os argumentos para isso foram a defesa e equilíbrio das contas públicas, mas, em essência, o objetivo era a formação de um superávit primário para transferir recursos públicos para o circuito financeiro por meio do pagamento da dívida pública. Todos estes aspectos se depreendem dos argumentos trazidos por Fernandes (2018) ao fazer referência aos impactos dessas mudanças na dinâmica do Estado na particularidade brasileira.

Adentrando mais especificamente nos debates sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, a autora defende que há uma relação entre o desemprego em geral e as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos nos IFE. Fazendo uso de dados de 2008, afirma que houve um crescimento exponencial no desemprego no Brasil. Este mesmo ano é marcado pela ampliação do número de assistentes sociais atuando nos IFE. No entanto, o

cenário de desemprego, como reflexo da crise, atinge o conjunto de trabalhadores (e também os assistentes sociais em geral). Por outro lado, esse aspecto foi apontado reiteradamente pelas profissionais entrevistadas pela autora quando mencionaram o acúmulo de tarefas e de trabalho fruto do crescimento da demanda em assistência estudantil, entendido como reflexo direto da crise econômica e aumento do desemprego (Fernandes, 2018).

Além disso, a autora menciona que as inflexões da crise e das medidas para sua superação tiveram e têm reverses para as condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de educação, evidenciadas a partir dos:

[...] ínfimos investimentos nas estruturas; ambientações dos locais de trabalho, no aumento de pressões sobre os; as trabalhadores; para aumentar o desempenho no trabalho, nas atividades avaliações do trabalho por métricas, na ampliação de problemas relacionais no trabalho, no aumento de assédios morais, nas exigências de polivalência, no incentivo; indução à competitividade entre os trabalhado, na individualização, coisificação das relações humanas no trabalho, etc. (Fernandes, 2018, p. 114).

Ao tratar especificamente da política de educação brasileira, a autora afirma que ela tem um caráter dual. Reiteradamente, reforça que a política de educação protagoniza essa distinção dual entre os projetos em andamento. Um, visa fortalecer a educação complexa voltada para função política e social para o comando; outro, volta-se para os trabalhadores cujo ensino busca competências no âmbito de atividades instrumentais, direcionadas para o exercício de atividades simples. E nessa dualidade a política de educação profissional acompanha o fluxo societal, integrando esses diferentes projetos (Fernandes, 2018).

Segundo a autora, no Brasil o avanço de número de matrículas no ensino profissional e técnico acompanha a tendência de firmamentos de acordos internacionais com o Ministério da Educação (MEC) para assistência técnica e cooperação financeira. Tais acordos propõem o fortalecimento dos países em desenvolvimento via integração periférica no mercado mundial, tendo o sistema de educação – com destaque para o ensino médio profissional – como suporte ao modelo de desenvolvimento econômico. Com base nas contribuições de Romanelli (2014), a autora considera que esse incentivo a técnica profissional não resolve o problema da demanda da educação superior, e ainda deixa um fosso na formação dita global, pois, valoriza o domínio do treino em detrimento da formação com conhecimento de diversas áreas que estimule uma visão macrossocial (Fernandes, 2018).

A autora problematiza a consolidação de uma educação profissional e tecnológica com ênfase na formação para o trabalho simples, estabelecida a partir de currículos que atendam os setores empresariais na busca para formar mão de obra adequada às necessidades do capital e

que possibilitem a superexploração em diversos ramos. Ainda que não evidencie seu entendimento sobre o sentido da categoria superexploração, ressalta que a educação profissional brasileira não tem investido numa formação politécnica, mas sim, numa proposta que fortalece a hegemonia das classes dominantes e, ao mesmo tempo, por meio de propostas educacionais mecanicistas, subjuga as capacidades técnicas ao mercado (Fernandes, 2018).

Em sua avaliação, a autora considera que, a partir de 2003, houve uma expansão e uma interiorização tanto dos IFE como das universidades. Segundo ela, desde 1990 já se tinha a preocupação em criar algo assim para o Brasil. Naquele ano, havia 140 IFE, sendo que, em 2016, já eram 644. Nesse sentido, a autora pontua que a educação profissional e tecnológica vislumbrada como formação para o trabalho é aquela que se vincula diretamente à empregabilidade (Fernandes, 2018). Esse tipo de formação, de caráter mais rápido e instrumental, pode auxiliar a compor um exército de reserva à disposição do capital quando precisar acioná-lo. Além disso, não raro, esse tipo de formação, segundo ela, está voltado para estudantes de famílias das classes trabalhadoras.

A autora, fazendo uso de dados sobre a expansão dos IFE no Brasil, afirma que “[...] em 93 anos, que compreende o período de 1909 a 2002, foram fundadas apenas 140 unidades. No interstício de sete anos – 2003 a 2010 – criou-se 216” (Fernandes, 2018, p. 142).

Os anos de 2003 a 2010 são considerados como a primeira fase de expansão da Rede Federal de Ensino, nesse período foram criados 214 unidades de ensino. A segunda fase foi entre 2011 a 2014, com mais 190 unidades. E nos anos de 2015 a 2016, mais 57. Diante disso, conclui que em plena crise estrutural do capital, marcadamente em 2008, momento no qual o Estado tem suas funções reorientadas a partir das diretrizes neoliberais, com menos investimentos para a área social, sob novas formas de gestão e organização do trabalho de base *fordista-taylorista-toyotista*, não é fortuito o impulso de ampliação e expansão dos IFE com respectiva ampliação de matrículas na educação profissional e tecnológica em todo o Brasil (Fernandes, 2018). Para a autora, é dessa forma que a educação se integra aos processos de mercadorização da força de trabalho, servindo de correia transmissora para a assimilação de valores das classes dominantes. No entanto, é também nesse contexto que mais profissionais são requeridos para atuar nesses espaços institucionais de educação. Estes são profissionais especializados para atuar no conjunto de necessidades sociais que adentram o campo educacional, dentre os quais estão assistentes sociais.

A autora relaciona a expansão dos IFE desde a sua primeira fase de expansão iniciada nos anos de 2003, associadas às iniciativas legais criadas nos períodos subsequentes para

consolidar medidas de ações afirmativas<sup>10</sup>, como por exemplo, a aprovação da Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio e também à aprovação do Decreto n.º 7234/2010, que fomenta a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o aumento de profissionais assistentes sociais atuando nessas instituições. Fernandes (2018) pontua que, frente a esses elementos tornou-se latente, a partir de 2008, a ampliação do campo de atuação de assistentes sociais nos IFE. Ao analisar dados de ingresso de assistentes sociais na carreira nos diferentes *campi* dos IFE brasileiros, a autora concluiu que, entre os anos de 1983 e 2007, a admissão de assistentes sociais foi pontual, ocorrendo apenas 15 admissões no período. Já entre 2008 e 2014, houve 158 contratações.

A despeito desse aumento de profissionais atuando nos IFE, a autora informa que não há respaldo normativo ou legal quanto à proporção de estudantes e profissionais, o que certamente contribui para impasses nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Além disso, a autora problematiza a forma como os *campi* dos IFE foram estruturados no contexto de uma política expansionista adotada pelo governo federal no período. Segundo ela, isso estimula a mobilidade de profissionais de um *campus* para outro para atender demandas pontuais, precarizando ainda mais as condições de trabalho.

### **3.2.2 Tese 2 -Trabalho precarizado, política social e serviço social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)**

Em sua tese de doutoramento intitulada “*Trabalho Precarizado, Política Social e Serviço Social: Elementos para a Análise das Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais na Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)*”, a autora sustentou sua análise com base numa pesquisa sobre as condições de trabalho de assistentes sociais em exercício no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Esta análise, segundo a própria autora, foi realizada de maneira a articular estas condições às questões mais gerais relativas à precarização

---

<sup>10</sup> O PNAES, aprovado em 2010, tem como objetivo promover ações para diminuir a evasão, repetência e abandono estudantil e prevê uma série de estratégias a serem desenvolvidas nas instituições de ensino. Lei n.º 12.711, instituída em 2012, garante a reserva de vagas de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita (BRASIL, 2012).

do trabalho e das políticas sociais. Seu objetivo foi identificar como se expressa a precarização no exercício profissional de assistentes sociais, no âmbito da assistência estudantil no IFAL.

Para problematizar as manifestações da precarização das condições de trabalho de assistentes sociais, a autora recorre aos fundamentos do trabalho sob a tradição marxista, reconhecendo as determinações e implicações para a profissão como resultantes da crise do capital e suas formas de enfrentamento: reestruturação produtiva, adoção de medidas neoliberais e as redefinições no âmbito do Estado e das políticas públicas. Afirmar que a prática profissional de assistentes sociais “[...] é perpassada pela deterioração das condições de trabalho interferindo no desempenho das atribuições profissionais e na qualidade dos serviços prestados aos usuários” (Gois, 2020, p.17).

Afirmar que na literatura profissional do serviço social há muitas pesquisas sobre os efeitos da precarização do trabalho sobre o conjunto da classe trabalhadora. Todavia, segundo ela, pouco os assistentes sociais têm se debruçado para realizar pesquisas sobre a precarização das suas próprias condições de trabalho. Essa assertiva coaduna com o pensamento de Raichelis (2011), para quem “ainda é incipiente a discussão em torno dos determinantes e das implicações desta precarização na particularidade do exercício profissional do assistente social” (Raichelis, 2011, p.426).

Ao articular a precarização do trabalho com a precarização das políticas sociais no Brasil, a autora anuncia que pretende demonstrar as expressões da precarização no trabalho e nesse particular, sob os profissionais em exercício no IFAL. Utilizando a teoria acumulada no campo marxista sobre o trabalho na égide do capital, sua análise incorpora discussões sobre o Estado, considerando a crise do capital e sua relação com a política de educação. Justifica que o objeto da pesquisa por ela realizada não pode ser dissociado das determinações advindas da relação conflituosa entre capital e trabalho. Por isso, busca identificar os determinantes estruturais e conjunturais que em alguma medida explicam os fundamentos da precarização das condições de trabalho de assistentes sociais e neste particular, dos profissionais do IFAL (Gois, 2020). Além disso, pondera que para captar a singularidade da precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais é preciso considerar a condição do assistente social como trabalhador assalariado. Nesse sentido, observamos convergência com as discussões de Yamamoto (2015) sobre este tema.

Um dos aspectos diferenciais da discussão da autora em relação aos demais trabalhos por nós analisados é o seu entendimento de que a precarização do trabalho é imanente a condição de trabalho assalariado. Para ela “*todo trabalho assalariado no capitalismo é precário*” (Gois, 2020, p. 29, grifo da autora). Isso porque as condições de trabalho estão

diretamente relacionadas à condição de assalariamento e a condição de assalariamento carrega consigo as condições da precarização do trabalho, segundo ela. Nesse sentido, defende que o “[...] determinante ontológico da precarização do trabalho do assistente social reside na sua condição de trabalhador assalariado, ou seja, na sua condição de assalariamento (Gois, 2020, p. 29)”. Por isso, afirma ser tão importante estudar as condições de trabalho dos assistentes sociais articuladas à precarização do trabalho e das políticas sociais no Brasil.

É por esse caminho metodológico que a autora inicia sua exposição, partindo inicialmente da discussão sobre o caráter ontológico da categoria trabalho, se apoiando no acúmulo teórico marxiano e da tradição marxista. A partir disso, realiza uma digressão nos fundamentos ontológicos do trabalho assalariado, indicando ser essa a forma hegemônica e particular das relações de trabalho no capitalismo. É também aí que ela localiza e problematiza a questão do estatuto de trabalhador assalariado dos assistentes sociais, bem como das condições de trabalho desses profissionais. Nesta direção, procura analisar seu objeto partindo das bases ontológicas do trabalho assalariado e dos determinantes sócio-históricos da precarização, acreditando ser esse o fio-condutor que ajuda a revelar as singularidades das formas de precarização do trabalho de assistentes sociais do IFAL (Gois, 2020).

A autora faz as seguintes indagações: “Como ocorre a exploração do trabalho assalariado no capitalismo? Por que o trabalho assalariado é precário?” (Gois, 2020, p.57). Para ela, não há como perquirir o desvelamento teórico dessas questões, sem aprofundar suas bases ontológicas e desvelar a trama que constitui o exercício profissional. É preciso conectá-las às determinações sócio-históricas resultantes da crise estrutural do capital e sobre as quais são produzidas novas formas de exploração do conjunto da força de trabalho.

Parte do pressuposto marxiano de que o trabalho sempre existiu sob qualquer forma de organização social. De modo geral, o ato do trabalho é a condição eterna do homem enquanto gênero humano, no interesse de suprir e satisfazer necessidades básicas. Neste processo transforma a natureza e a si mesmo. Entretanto, sob o domínio da sociedade produtora de mercadorias, adverte a autora, o trabalho se configura em trabalho abstrato<sup>11</sup>, torna-se atividade precarizada e alienante (Gois, 2020).

A autora faz uma longa digressão sobre a particularidade do trabalho na sociedade produtora de mercadorias, ou seja, em sua forma abstrata. Apresenta os conceitos marxianos advindos da teoria valor-trabalho, como valor, mais-valor, trabalho concreto e os desdobramentos da mercadoria como valores de uso e troca. Além disso, expõe ideias sobre o

---

<sup>11</sup> Na análise realizada anteriormente nessa dissertação explicamos a categoria trabalho abstrato em Marx, não retomaremos aqui para não deixar a leitura repetitiva.

processo de compra e venda da força de trabalho, com base no pensamento marxiano e marxista. Segundo a autora, esse excursus seria necessário para captar as determinações fundamentais que exploram os nexos fundantes do trabalho assalariado e que são os mediadores do seu objeto de estudos (Gois, 2020).

Constatamos que, em relação ao debate do caráter ontológico do trabalho e sobre a sua forma social e histórica de trabalho-mercadoria, a autora traz argumentos muito similares aos identificados em outras produções que nos serviram de fonte da nossa pesquisa. Cabe destacar, porém, que a autora utilizou diretamente a obra marxiana para realizar a discussão, assim como recorreu à obra de Harry Braverman (1980) intitulada “*Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*”.

Em síntese, a autora vai argumentar que o trabalho abstrato é primordial para gerar riqueza para o capital, mas, considerando a lógica do modo de produção no qual este se realiza é permeado por processos de sujeição, estranhamento e reificação. Assim, parte do pressuposto de que o trabalho assalariado constituído como uma mercadoria torna-se trabalho ontologicamente precário. Por esse caminho, a autora defende que a determinação primária que caracteriza a precarização do trabalho é a condição de assalariado, como já asseveramos. Além disso, faz ponderações sobre as determinações secundárias desse processo e que não são homogêneas, pois, manifestam-se em tendências e expressões, variam em intensidade e forma conforme a relação de trabalho, pela conjuntura política, econômica e social. De acordo com a autora:

[h]á distintas formas e múltiplas possibilidades de ampliação da precarização do trabalho. Sendo assim, iremos nomear de *determinações secundárias* que definem a magnitude da precarização do trabalho as *condições de trabalho* às quais o trabalhador está submetido, que tendem a repercutir *objetivamente e subjetivamente* sobre o trabalhador. *No campo objetivo elas se expressam através do vínculo empregatício, da jornada de trabalho, do nível salarial, das condições materiais de trabalho, que envolvem instalações, meios e instrumentos de trabalho. Dentro do campo subjetivo, as condições de trabalho que incidem na subjetividade do trabalhador são aquelas que decorrem do exercício do seu labor, expressando-se nas formas de controle exercidas nos trabalhadores e no grau de preservação física e psíquica da força de trabalho. São essas determinações, que são postas simultaneamente, que irão determinar a amplitude da precarização do trabalho* (Gois, 2020, p. 63, grifo da autora).

Dessa forma, afirma que as condições de trabalho definem em partes a magnitude da precarização do trabalho e podem repercutir objetiva e subjetivamente sobre o trabalhador. No campo objetivo, segundo ela, temos o vínculo empregatício, a jornada de trabalho, os níveis salariais, as condições materiais de trabalho que também envolvem meios e instrumentos (Gois, 2020). Em outro campo, essas mesmas condições incidem sobre a subjetividade do trabalhador,

seja através do controle exercido sobre os trabalhadores, seja considerando o grau de (não) preservação física e psíquica da força de trabalho. Em linhas gerais, essas determinações, simultaneamente, vão determinar, de acordo com a autora, a amplitude da precarização do trabalho (Gois, 2020).

Baseando-se em dois sociólogos do trabalho, Ricardo Antunes (2018) e Giovanni Alves (2007), a autora problematiza a categoria precarização. Parafraseando Antunes (2018), afirma que a precarização do trabalho é intrínseca ao modo de produção capitalista, um processo que pode ser ampliado ou reduzido, dependendo também da capacidade de resistência da classe trabalhadora. Nesse sentido, a precarização é uma processualidade da luta de classes. O capital utiliza-se de diversos mecanismos para extrair excedente através da exploração do trabalho, como, por exemplo, a sua intensificação e o prolongamento da jornada laboral.

Em sua interlocução com Alves (2007), a autora pondera que, apesar da classe trabalhadora assimilar novos modos de contratação que encobrem a relação de assalariamento, não significa que o trabalho assalariado perdeu sua centralidade no capitalismo. Estas são novas formas de remodelar o eixo da exploração da força de trabalho e da produção de mais valor. Disseminando novas formas de trabalho precário intensificadas em épocas de crise, alcançando, inclusive, frações da classe trabalhadora que antes tinham relações de trabalho num patamar inferior de precariedade como por exemplo o funcionalismo público (Gois, 2020).

Outra questão importante destacada pela autora diz respeito à desvalorização da força de trabalho humana, fator que implica na diminuição dos salários e no aumento do desemprego, o que gera um exército industrial de reservas funcional ao sistema. Segundo (Gois, 2020), esse excedente de trabalhadores auxilia na criação das condições adequadas para a extração do sobretrabalho de maneira mais proveitosa para o capital daqueles que ainda permanecem no mercado de trabalho. Assim, com base nas contribuições de Barros (2018, p. 102 *apud* Gois, 20220), a autora reitera que “existindo as bases impulsionadoras dessa massa de desempregados e subempregados, encontra-se também estabelecidos os alicerces para a precarização do trabalho”.

A autora salienta que atualmente a precarização tem atingido a classe trabalhadora como um todo, inclusive aqueles dos serviços no mundo inteiro. Nesse sentido, se reportando às análises de Antunes (2018), argumenta que a crise do capital hoje é a crise do trabalho abstrato. Já que não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação do valor, o capitalismo pugna pelo aumento da produtividade do trabalho através da intensificação das formas de extração do mais-valor em tempos cada vez menores. Recorre a Antunes (2005) ao afirmar que

temos uma redução do trabalho estável, protegido e ao mesmo tempo, há uma exacerbação das formas precárias de trabalho, além do fenômeno do desemprego estrutural.

Outra discussão apontada pela autora diz respeito à expansão do trabalho assalariado nos serviços. Não pretendemos aprofundar o debate, mas salientamos, no entanto, ser preciso ter em mente que os serviços são incorporados à lógica do capital, seja na produção da mais-valor, seja auxiliando no conjunto de atividades imprescindíveis à reprodução do sistema. Segundo a autora, à luz da tradição marxista, os serviços são possíveis geradores de valor, ou não, produtivos ou improdutivos. Segundo Gois, “[...] o trabalho produtivo é aquele que produz um excedente para o capitalista, sob forma de lucros, e ainda é fonte de remuneração para o trabalhador, independentemente se há materialidade em produto ou não” (Gois, 2020, p. 72). Portanto, de acordo com sua análise, o que garante a produtividade é o fato do trabalho gerar mais-valor para o capitalista, independentemente de ter gerado um conteúdo material.

A autora pondera ainda que, para Dal Rosso (2008, p. 88) “[a] teoria do valor trabalho tem sido abundantemente empregada em estudos recentes para revelar a precarização das condições de trabalho, que se estende também ao labor nos serviços”. Na acepção marxista, a atividade em serviços não é útil como uma coisa e sim como uma atividade, ela não gera valores de uso que estão materializados em um objeto. Entretanto, comumente, os serviços têm importância para a conservação e o funcionamento do capital. Após as intensas mutações do trabalho, a atividade em serviços foi ampliada ao nível mundial (Gois, 2020). Apesar disso, é importante observarmos, segundo a autora, que há uma tendência em converter os serviços em produtores de mais-valor e de mercantilizar os serviços públicos para ingresso no circuito do mais valor. Essa é uma questão central para sua análise e também, para a nossa, considerando nosso objeto de pesquisa.

Segundo ela, sendo o assistente social um trabalhador que se insere na categoria do trabalho em serviços, que se encontra em expansão no atual estágio do capitalismo, importa discutir se neste ramo há precarização do trabalho. Embora haja controvérsias nessa temática, sobretudo, na discussão sobre o trabalho produtivo e improdutivo de mais-valor<sup>12</sup>, esta discussão, na opinião da autora, auxilia no desvelamento do seu objeto. No âmbito dos serviços, o trabalho pode ser tanto produtivo quanto improdutivo, uma vez que o que definirá é a relação social a qual se ligará o trabalhador em questão, e com isso, sua função de gerar ou não mais-valor. Se apoiando nas análises de Braverman (1980), afirma que, com o advento do capitalismo

---

<sup>12</sup> O trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia ao capitalista. E o trabalho improdutivo não está voltado para a produção de valores de troca, mas, sim, valores de uso, embora não gere mais-valia ele é considerado imprescindível para o capital (Antunes, 2018).

monopolista, toda atividade humana, independente da forma, tende a se transformar em mercadoria. E nesse sentido, cresce também o setor de serviços sob a perspectiva de contribuírem com o processo de acumulação, direta ou indiretamente, a partir de novos padrões de acumulação do capitalismo contemporâneo e, claro, com vistas a ampliar a lucratividade do capital (Gois, 2020).

Nessa esteira, a autora avança em seus argumentos problematizando a questão dos avanços tecnológicos. Segundo ela, o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) está presente cada vez mais no mundo da produção material ou imaterial e também nos serviços. São meios contemporâneos usados para a ampliação das formas geradoras de valor, ainda que, como nos alerta Antunes (2018), assumam a aparência do não valor. Para se realizar, o capital amplia a interação entre trabalho vivo e morto, amplia e intensifica o uso de mecanismos de extração de sobretrabalho com a indexação de maquinário tecnológico, científico e informacional, além de criar novas formas de gerar valor, argumenta a autora a partir do interlocutor supracitado (Gois, 2020).

Corroborando com os argumentos de Fernandes (2020), a autora afirma que, para conhecer os processos de precarização do trabalho e concernentes às condições de trabalho manifestas no capitalismo contemporâneo é necessário conhecer o contexto de crise estrutural do capital e seus mecanismos de enfrentamento desta crise.

Nesse sentido, a autora considera que as discussões realizadas por Meszáros (2011), Chesnais (1996), Mota e Amaral (1998), Carcanholo (2010) e Alves (2012) em torno do tema da precarização do trabalho evidenciam que esta é ampliada em decorrência da crise estrutural do capital e encontra no neoliberalismo sua base de sustentação. Assim, adverte que não se pode dissociar a análise das condições de trabalho de assistentes sociais do movimento do capital nesse período de grandes transformações e implicações no campo do trabalho e das profissões (Gois, 2020). Aliás, a autora também faz uso das contribuições de Mészáros (2011a) para problematizar a questão da crise estrutural do capital.

Os primeiros sinais de crise foram sentidos ainda nos anos 1960 nos países de capitalismo avançado. Em 1973, com a elevação do preço do petróleo, há o desencadear de quebras nos indicadores de produção, culminando numa crise de abrangência mundial, afirma Gois (2020). A partir desse movimento, segundo a autora, o mundo vivencia um aumento nos índices de inflação, taxa de desemprego e redução da produção. Fazendo referência às análises de Carcanholo (2010), a autora diz que, do setor financeiro – com a imensa especulação financeira – ao setor industrial, com a superprodução, a crise é latente. A partir disso, foi

impulsionado um movimento de reestruturação produtiva, constituindo um novo patamar de regulação capitalista, agora fundado sob as bases da acumulação flexível (Gois, 2020).

No desenvolvimento de seus argumentos com vistas a colocar luzes sobre seu objeto, a autora afirma que, na ofensiva do capital contra o trabalho, tem-se cada vez mais novas formas mais precárias de emprego, para garantir as condições necessárias à acumulação do capital e preservar os superlucros. Com isso, novas formas de explorar a força de trabalho são colocadas em prática. São novas formas de comprar, controlar e consumir a força de trabalho que se manifestam em diferentes tendências e expressões. São essas tendências e manifestações que exprimem as condições de trabalho da classe trabalhadora na contemporaneidade. Segundo a autora, estas condições precárias se traduzem em diferentes vínculos empregatícios, jornadas de trabalho, níveis salariais, condições materiais de trabalho, etc. (Gois, 2020). Para a autora, essas novas formas de trabalho mais precarizadas impactam também sobre a subjetividade dos trabalhadores ao ditar formas de controle e ritmo de trabalho, afetando o grau de preservação física ou psíquica da força de trabalho, conforme já mencionamos.

Para viabilizar os processos de precarização das condições de trabalho, a autora afirma que é necessário enfraquecer a força coletiva dos trabalhadores, desmobilizando os enfrentamentos por melhores condições de trabalho. Para adensar sua problematização a esse respeito, a autora faz uso das palavras de Alves (2012, p. 80), para quem “[...] não apenas as determinações tecnológicas contribuíram para impulsionar a nova ofensiva do capital sobre a produção, mas principalmente as determinações políticas”. Em sua análise, afirma a autora que, principalmente a partir dos anos 1970, criou-se uma atmosfera de instabilidade que estimula a generalização da precarização estrutural do trabalho que forja novas condições e relações de trabalho articuladas à desregulamentação dos direitos trabalhistas (Gois, 2020). Isso, no nosso entendimento, rebate negativamente sobre o conjunto dos trabalhadores e garante o uso dessas novas formas de uso e controle da força de trabalho e legitima a regra de exploração cada vez mais intensa.

Avançando em sua análise, afirma a autora que o papel do Estado, em sua faceta neoliberal, foi essencial nesse processo, pois auxiliou de modo a dar segurança e legitimidade ao capital para ampliar o trabalho precário. A autora recorre também a Paniago (2012) e Harvey (2014) para fundamentar sua análise sobre o Estado e as conexões das transformações desta esfera com as necessidades da produção capitalista em face da crise estrutural enfrentada a partir dos anos de 1970. Recorrendo aos argumentos de Harvey (2014), a autora sustenta que o neoliberalismo propõe a liberalização das capacidades e liberdades empreendedoras e dessa forma, a força de trabalho é responsável pelo seu próprio bem-estar (Gois, 2020).

No novo complexo de reestruturação produtiva sob a pujança do *toyotismo* e uma nova fase de internacionalização do capital, se consolida uma nova divisão internacional do trabalho. As práticas *toyotistas* preveem novos métodos de racionalizar a produção e novos padrões de gestão da força de trabalho simultaneamente, afirma a autora. Em síntese, segundo ela, com a crise estrutural do capital, somada à mundialização da economia e à flexibilização do trabalho, tem-se um movimento de desregulamentação das leis trabalhistas, aumento da intensificação do trabalho, empregos temporários e terceirizados e uma forte pressão sobre os salários diante do desemprego estrutural (Gois, 2020).

Ao fazer menção à mundialização do capital, a autora, com base em Chesnais (1996), afirma que esta consiste numa nova configuração assumida pelo capitalismo em nível mundial e por meio da qual se instaurou uma ofensiva sobre o trabalho. A fase da mundialização do capital, embora guarde aspectos das anteriores, se caracteriza pelo fato de o capital financeiro ocupar posição central. Ela demarca uma dinâmica do processo de acumulação sob bases financeiras através do capital que rende juros (Gois, 2020). Para a autora, pode-se afirmar que há uma tendência em ampliar a precarização do trabalho, afetando todos os trabalhadores independente do ramo. Neste particular, a autora chama a atenção do desemprego entre os jovens no Brasil, análise que tem relação direta com seu objeto, haja vista que este segmento da população faz parte do público-alvo atendido na instituição *lócus* do seu estudo.

Outro aspecto importante apontado pela autora diz respeito às particularidades da realidade brasileira frente à crise estrutural do capital. Recorrendo às análises de Florestan Fernandes (1987), sustenta que a conformação histórica do capitalismo brasileiro tem marcas incisivas do trabalho precário, considerando que não houve no Brasil a institucionalização de um Estado de Bem-Estar Social que estabelecesse direitos trabalhistas e sociais aos trabalhadores (Gois, 2020). O mercado brasileiro é historicamente precário, desde a industrialização até os dias atuais. No nosso ponto de vista, contudo, esta análise precisaria incorporar aspectos relativos à formação social e econômica brasileira, donde o trabalho escravo tem importância singular para pensar os processos contemporâneos de precarização. Esta referência aparece apenas implicitamente nos argumentos da autora.

Na continuidade de seus argumentos, com o objetivo de trazer elementos para a análise de seu objeto, a autora apresenta reflexões sobre os processos de reorganização do Estado brasileiro, no contexto neoliberal. Localiza aí, também, a precarização das condições de trabalho na esfera pública, questão correlacionada aos processos de intensa privatização das estatais e iniciativas de desmonte aos direitos trabalhistas de servidores públicos (Gois, 2020). Com base em Katz (2016), a autora problematiza a adoção de medidas que oportunizaram a

privatização de serviços públicos. No corolário desse argumento, constatamos que a autora sustenta que as medidas governamentais de diferentes governos brasileiros, invariavelmente, foram tomadas sempre observando os interesses do capital internacional e as orientações de organismos multilaterais.

Com o objetivo de explicitar seu entendimento sobre o processo de precarização das condições de trabalho, a autora argumenta que esta também deve ser analisada pela intensificação do trabalho. Ela é resultado do aumento da exploração da força de trabalho, seja mediante ampliação da carga horária, seja sobrecarregando o trabalhador com muitas atividades ou via incremento de tecnologias visando acelerar o ritmo de trabalho (Gois, 2020). A autora, com base nas análises de Sadi Dal Rosso (2008), afirma que a intensidade do trabalho compreende a condição pela qual exige-se mais esforço físico, intelectual ou emocional de quem trabalha com o objetivo de adquirir um maior resultado. Faz uso das palavras do autor, citando-o nos seguintes termos: “[...] podemos afirmar que quanto maior é a intensidade, mais trabalho é produzido no mesmo período de tempo considerado” (Rosso, 2008, p. 21). Neste sentido, pode-se dizer que a análise da intensidade está sempre voltada para os resultados. Por isso, fala-se em intensidade quando os resultados são quanti ou qualitativamente superiores e por essa razão, segundo a autora, se exige um maior consumo de energias do trabalhador (Gois, 2020). A intensidade sob essa perspectiva é um motor na engrenagem para o desenvolvimento econômico no capitalismo. No entanto, é preciso problematizá-la como mais uma forma de exploração da força de trabalho, assevera a autora.

Com base nos estudos de Dal Rosso (2008), a autora defende a ideia de que a forma mais tradicional de intensificar o trabalho é pela ampliação das horas de trabalho. Com isso, o trabalhador reduz seu tempo livre e permanentemente encontra-se à disposição do empregador, seja uma empresa pública ou privada. Isso implica diretamente numa subtração do tempo de não-trabalho do indivíduo. Além da ampliação da jornada, a necessidade de um perfil profissional polivalente, versátil e multifuncional, a ampliação do ritmo e velocidade de trabalho e a gestão por resultados são exigências atuais do capital, segundo os argumentos apresentados pela autora. Segundo ela, aqueles que executam trabalhos intelectuais igualmente estão expostos à intensificação do trabalho, não sendo uma característica exclusiva dos que executam atividades industriais, acometendo o setor de serviços também (Gois, 2020).

Ainda no que se refere à tendência de intensificação do trabalho, a autora dá ênfase para o uso das tecnologias com intento de aumentar o ritmo do trabalho. Recorrendo a Fontes (2017a), assevera que a tecnologia é resultado do trabalho humano, objetificada em máquinas

e instrumentos, muito embora ela se torne uma ameaça brandida para aniquilar a força de trabalho viva, pelo próprio uso da criação humana, ou seja, a tecnologia.

A autora encontra em Alves (2011a) o argumento de que, na etapa mais desenvolvida do capitalismo mundial, as TIC utilizadas na produção e nas atividades de gestão, serviços e afins integram a produção e a reprodução global da sociedade mercantil na reorganização do sistema econômico mundial. As novas TIC são meios que garantem a expansão e internacionalização do capital, a fim de potencializar a exploração do trabalho e maximizar a produção do valor (Gois, 2020).

Retornando à reflexão sobre as condições de trabalho e a incidência delas na subjetividade do trabalhador, a autora se reporta ao trabalho do assistente social que é submetido a formas de controle e que afetam sua saúde física e psíquica. Dessa forma, as condições de trabalho são responsáveis direta e indiretamente pelos efeitos na subjetividade do trabalhador assistente social. Novamente, se apoiando nas discussões de Alves (2011a), a autora sustenta que novas formas de controle da força de trabalho são operadas via elementos ideológicos, baseados também em valores morais defendidos pela pós-modernidade. Nesses termos, pondera sobre a difusão do discurso do produtivismo que mascara a condição de trabalhador assalariado, substituindo-o pelo chamado colaborador. Esse aparentemente ingênuo e idílico processo de gestão, na verdade, acirra a alienação e corrobora fortemente para o enfraquecimento da luta sindical, através da “captura da subjetividade do trabalhador” (Alves, 2011a).

Ao se deter um pouco mais sobre a precarização do trabalho na esfera pública, a autora, com base em Dal Rosso (2008), argumenta que, neste caso, a precarização se dá pela intensificação do trabalho, principalmente em virtude do grande volume de tarefas cotidianas as quais o trabalhador precisa realizar em face do reduzido número de trabalhadores para executá-las. Do mesmo modo, sustenta a autora, a intensificação ocorre pelas novas formas de gestão e de controle da força de trabalho, pela prática do assédio moral, pela constante desregulamentação do trabalho no serviço público mediante as privatizações e na diminuição na contratação ou reposição de vagas em aberto (Gois, 2020).

Naquilo que concerne à discussão propriamente sobre o serviço social nessa conjuntura de transformações no mundo do trabalho, a autora utilizou autores clássicos como Yamamoto e Carvalho (2008), problematizando o serviço social como uma profissão que nasce no interior do capitalismo monopolista e que é legitimada e reconhecida por dar respostas às expressões da questão social. A autora defende a tese que o trabalho do assistente social possui uma determinação ontológica da precarização que reside na condição do seu agente ser um

trabalhador assalariado. Desta determinação, vão surgir determinações secundárias que também impactam na precarização do trabalho e que são as condições de trabalho que tendem a repercutir objetiva e subjetivamente sobre os profissionais (Gois, 2020), defende a autora.

A autora faz uso dos argumentos de Yamamoto (2015, p. 63) que afirma que “a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho no qual ele participa”. Mesmo sendo um profissional liberal, são as instituições empregadoras que compram a força de trabalho de assistentes sociais e fornecem as condições materiais para o exercício profissional. Além disso, a instituição contratante irá estabelecer os serviços prestados, os usuários a serem atendidos e em alguma medida isso pode destoar do projeto ético-político da profissão. Por isso, concordando com os argumentos de Yamamoto (2015), a autora diz que o núcleo desta discussão está na tensa relação entre o projeto profissional e o estatuto de trabalhador assalariado (Gois, 2020).

No mesmo sentido, a autora busca apoio aos seus argumentos Raichelis (2018) e afirma que no limiar dessa tensa relação entre projeto profissional e estatuto de trabalhador assalariado estão as lutas de resistência e imposições sobre o poder institucional que, embora estabeleça limites à relativa autonomia profissional devido aos constrangimentos atinentes aos processos de alienação nas relações de trabalho, ainda assim, é um campo de possibilidades de ação (Gois, 2020). Dessa forma, parafraseando a interlocutora supracitada, a autora assevera que o vínculo como trabalhador assalariado será a primeira determinação objetiva nas condições de trabalho, ainda que disponha de uma relativa autonomia na condução do seu trabalho. Para potencializá-la, o profissional pode se apoiar no seu Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e outros instrumentos normativos. Contudo, o vínculo de assalariamento vai subordinar a atuação profissional pelas condições impostas (Gois, 2020).

Corroborando as afirmações de Fernandes (2020), a autora aponta as principais tendências de precarização do trabalho de assistentes sociais. Destaca que estas se expressam, por exemplo, nos tipos de vínculos trabalhistas mediados pela terceirização e pela subcontratação. A característica principal é de profissionais sem vínculos estáveis, por vezes com contratos temporários, por projeto ou tarefa. Essas modalidades também influenciam para que se amplie a existência de pluriemprego, já que tal questão está associada à existência de baixos salários, segundo a autora. Outra tendência observada pela autora diz respeito à intensificação do trabalho, sobretudo, essa tendência se expressa no uso de TIC (Gois, 2020).

Fazendo uso da análise de Raichelis (2011), a autora argumenta que o serviço público tem incorporado gradativamente as novas tecnologias disseminadas pela cultura do gerenciamento. Essas tecnologias podem intensificar os processos de trabalho, além de

produzirem maior controle sobre as tarefas executadas, de modo a organizar aqueles processos sobre padrões de eficiência, eficácia e efetividade, cujo principal objetivo é fazer desaparecer tempos “mortos”, quantificar tarefas e ampliar o desempenho do trabalhador. Para Raichelis (2018), indica a autora, as estratégias incorporadas pela administração pública no Estado neoliberal intensificam o trabalho. São novas modalidades de gestão da força de trabalho que anteriormente eram utilizadas na esfera privada. Agora, passam a ser implementadas no setor público (Gois, 2020). Assim, são incorporadas metas de produtividade e avaliações de desempenho que colaboram em alguma medida para a ampliação do volume de trabalho. Além disso, nota-se um aumento nas cobranças por resultados e exigência de produtividade. A autora, com base em Santos (2010, p. 702), afirma que, nesses moldes, “[...] a tecnologia se destina mais para disciplinar, unificar e burocratizar procedimentos, por meio da racionalidade burocrática”.

Feita esta explanação sobre os aportes teóricos e as questões suscitadas por autoras das duas teses selecionadas como fontes de nossa pesquisa, a seguir passamos a fazer a mesma abordagem tendo como referência dissertações produzidas por assistentes sociais sobre o tema. Iniciamos com aquelas nas quais as autoras têm como recorte de seus estudos o espaço de trabalho nos IFE.

### **3.2.3 Dissertação 1 - O trabalho do assistente social na educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil**

Em sua pesquisa de dissertação de mestrado sob o título: *“O trabalho do assistente social na educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil”* a autora buscou “analisar os determinantes e as formas por meio das quais a precarização se expressa no trabalho do assistente social na educação, no contexto de ampliação do espaço ocupacional na particularidade da assistência estudantil” (Nascimento, 2018, p. 20).

Nascimento (2018) problematiza o debate sobre a precarização do trabalho como uma expressão do capitalismo intensificada na contemporaneidade que afeta todo o conjunto da classe trabalhadora. Direciona sua análise para o processo de precarização presente no cotidiano de trabalho de assistentes sociais na educação, especialmente, num contexto de ampliação do espaço ocupacional da assistência estudantil, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, em particular, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), *lócus* de sua pesquisa (Nascimento, 2018).

Na revisão bibliográfica a autora estabelece interlocuções com um conjunto de autores

que tratam do tema do trabalho, das condições de trabalho e do trabalho do assistente social. São eles: Alves (2007; 2016), Antunes (2005 e 2010), Carvalho (2014), Druck (2011; 2013), Guerra (2005), Iamamoto (2015), Mota (2012), Netto (2005), Raichelis (2011), Mészáros (2008; 2011b), Pereira (2006), Tonet (2012) e outros. Na nossa leitura, seu eixo analítico pode ser sintetizado pelas seguintes categorias/conceitos: precarização; expansão do mercado de trabalho; contrarreforma do Estado; crise estrutural; neoliberalismo; condições de trabalho e trabalhador assalariado.

Em suas análises, aborda o serviço social como uma profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, apoiando-se no clássico livro *“Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”* de autoria de Iamamoto e Carvalho (2008), obra que inaugura as suas análises sobre assistentes sociais como trabalhadores assalariados. Segundo esta referência, isso particulariza a inserção desse profissional na divisão social e técnica do trabalho, perspectiva de análise que articula os debates em torno do significado social da profissão e sua interpretação.

Nos argumentos que desenvolve, a autora afirma que a profissionalização da profissão acontece no vigorar do capitalismo monopolista, quando a “questão social” requer atenção por parte do Estado que passa a intervir sobre suas expressões. A classe trabalhadora insurge neste cenário político exigindo melhorias nas condições de vida e de trabalho e a burguesia encontra nas políticas sociais uma estratégia de enfrentamento e contenção desses conflitos (Nascimento, 2018). Nas análises empreendidas por Netto (2005) e adotadas pela autora, é então neste estágio do capitalismo monopólico que se gestam as condições históricas e sociais que fundamentam a institucionalização do serviço social enquanto profissão.

Se orientando pelas abordagens de Guerra (2014), a autora argumenta que a institucionalização do serviço social constitui um processo que carrega consigo as marcas da contradição que permeia a profissão. Por um lado, porque responde às necessidades e interesses advindos do capital e por outro, porque busca responder às demandas das classes trabalhadoras (Nascimento, 2018).

O serviço social se institucionaliza, portanto, no terreno movediço das classes em luta e em contraposição. Para salvaguardar seus interesses o capital preserva e controla a força de trabalho, enquanto busca responder, mesmo que parcialmente, às necessidades sociais das classes trabalhadoras. Nesse sentido, segundo a autora, com base nas contribuições de Netto (2005), a ordem monopólica demanda assistentes sociais para criar estratégias e dar respostas (imediatas) às expressões da questão social, sobretudo, por intermédio das políticas sociais.

A autora problematiza o ingresso dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados, a partir da venda da sua força de trabalho no circuito do valor. Seus argumentos, neste sentido, convergem com as problematizações de Yamamoto (2015), em sua obra *Serviço social em tempo de capital fetiche*. Nesses termos, diz a autora da produção em análise “é preciso retomar a apreensão de que, na sociabilidade capitalista, o que era finalidade básica do ser social, qual seja, a sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho, é transfigurada e transformada” (Nascimento, 2018, p. 30).

Ao se inserir no reino do valor e da valorização do valor, a atividade profissional de assistentes sociais passa a ser regida pela compra e venda da sua força de trabalho, o que subordina também este trabalho especializado à lógica das relações de trabalho na sociedade capitalista. A autora afirma em seu texto dissertativo que, na tradição marxista, ao ser inserida nesta relação, a força de trabalho expressa um valor de uso, pois atende uma necessidade social “[...] materializada em meio às relações estabelecidas na sociedade capitalista, só é tornada útil pela mediação do mercado de trabalho, que a transforma em mercadoria, passível de ser trocada por um salário, revelando, portanto, o seu valor de troca” (Nascimento, 2018, p.30). Revela-se, nesses termos, a acepção de Nascimento (2018) quanto à dupla dimensão do trabalho de assistentes sociais, fundamentada na teoria social crítica, ser trabalho concreto e abstrato.

Nas considerações de Nascimento (2018), o serviço social é considerado parte do trabalho coletivo, ainda que não participe diretamente do processo produtivo. Seu agente dispõe de um saber especializado<sup>13</sup> para a realização de suas atribuições e tem na “questão social” sua base de intervenção na realidade social. No entanto, sinaliza a autora que existe um dissenso dentro da categoria profissional quanto ao entendimento sobre o serviço social ser ou não trabalho, debate travado principalmente entre Yamamoto (1994) e Lessa (2000) e disseminado por diversos expoentes da profissão (Nascimento, 2018).

A autora avança em sua abordagem afirmando que o conhecimento é fundamental para a realização do trabalho, dado que conforma a base teórica e metodológica que ilumina a intervenção, perfazendo-se como meio de trabalho, aspectos ancorados no pensamento de Marilda Yamamoto (2015). Seus argumentos, neste sentido, reiteram os aspectos já assinalados pelas autoras das teses antes analisadas, razão pela qual não os replicaremos.

Partindo da discussão sobre o aprofundamento da precarização como uma dimensão do trabalho na atual dinâmica do capitalismo, a autora compartilha das abordagens dos que consideram esta uma questão que alcança os diversos estratos da classe trabalhadora, até mesmo

---

<sup>13</sup> É considerado uma força de trabalho especializada, pois necessita de formação universitária.

aqueles com vínculos estáveis. Com base nas contribuições de Druck (2023), a autora afirma que a precarização deve ser compreendida como um fenômeno de ordem estrutural. Isso porque atinge a classe trabalhadora como um todo e de forma permanente. Não se trata, portanto, de uma condição passageira, podendo diferir-se em grau e intensidade.

Em sua dissertação, Nascimento (2018) discorre sobre como as condições e relações de trabalho de assistentes sociais inseridos no âmbito do IFRN são tencionadas pelas expressões da precarização do trabalho. Reconhece que a precarização do trabalho não é apenas uma tendência atual, já que ela sempre existiu nesse modo de organizar a produção, reafirmando os fundamentos anteriormente apresentados por ela e por outras autoras de trabalhos por nós selecionados apresentados.

Assevera que, após as recentes transformações societárias a precarização assume novas formas. Por esse motivo, acredita ser imprescindível compreender a atual conformação do capitalismo e as principais determinações que incidem sobre esta intensificação da precarização do trabalho. Assim, considerando a crise estrutural do capital, identifica, com base nos estudos de Mészáros (2011b), que as respostas ou estratégias para solucioná-la se assentam na reestruturação produtiva de base flexível e na ofensiva neoliberal. Ressalva, porém, que a crise estrutural do capital deve ser entendida como uma crise que atinge toda a sociabilidade, violando a relação do ser humano com a natureza e subvertendo as condições fundamentais da vida humana. A crise estrutural do capital, segundo a autora, com base no interlocutor supracitado, acentuou a lógica destrutiva do capital, substituiu o padrão de produção *taylorista* de base *fordista* pelo modelo *toyotista*, dando início à acumulação flexível (Nascimento, 2018).

Tratando das medidas impostas para a superação da crise, a autora recorre também a Giovanni Alves (2011b). Segundo ela, o autor sustenta que, para assegurar a recuperação da taxa de lucro foi necessário transformar a organização da produção, o modo de gestão da força de trabalho e a forma como o Estado intervém na economia e no social. O intento foi substituir o “antigo” modelo rígido de produção pelo modelo flexível, o que permitiu não somente flexibilizar a forma de produzir, mas também, as relações e os direitos do trabalho.

Com base nas discussões de seus interlocutores, a autora argumenta que, nesse contexto de grandes transformações surgiram novas formas de intensificar a exploração do trabalho sob a perspectiva da maximização dos lucros, impulsionadas pela adoção da robótica, automação e das incontáveis inovações tecnológicas. Ademais, com base em Montañó e Duriguetto (2011), registra em seus escritos que a introdução dessa base altamente tecnológica tem uma função muito específica: poupar mão de obra, substituir trabalho vivo por trabalho morto.

As tendências de terceirização, informalidade, precarização e substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto são mecanismos necessários nessa nova ordem e sentidas drasticamente pela classe que vive do trabalho. Neste sentido, a autora assevera que, no contexto da acumulação flexível instaura-se um quadro de aniquilamento do trabalho de matriz *fordista-tayloriana*, ou seja, o trabalho contratado e regulamentado. Fazendo uso dos estudos de Antunes (2005) e Druck (2014), a autora reforça a ideia de que, no referido contexto, ampliam-se também as formas e mecanismos para extração de mais-valor através de novas modalidades de trabalho. Tendencialmente, a precarização está no centro da dinâmica do capital flexível, segundo sua análise (Nascimento, 2018).

Nessa nova era, o desemprego atingiu patamares inéditos, resultado da introdução da base microeletrônica na produção e das incessantes inovações tecnológicas. Isso, de acordo com a autora, provocou modificações na composição orgânica do capital e influenciou sobretudo na acumulação. Reafirma o fato de que se observa uma aceleração do trabalho morto em substituição do trabalho vivo, o que redundou na criação de uma população excedente, disponível às necessidades do capital. A ampliação desta superpopulação relativa corrobora para compressão dos salários, submetendo os trabalhadores a condições de trabalho cada vez mais aviltantes com baixa remuneração, questões que, como vimos, também são tocadas pelas autoras de outras produções aqui analisadas.

De todo modo, vale mencionar que a autora retoma os escritos de Marx (1996) para problematizar a existência de uma população sobrance, necessária e imanente ao capital. Com base nos fundamentos marxianos, considera que esta superpopulação é uma “ferramenta” indispensável para os capitalistas, sobretudo para conter as reivindicações da classe trabalhadora, submetendo-a às determinações do capital. Tal fenômeno, segundo a autora, atua na subjetividade do sujeito que, sob ameaça constante do desemprego estrutural vê-se forçado a aceitar qualquer posto de trabalho, mesmo que em condições precárias.

Apoiando sua análise nas de Druck (2011), argumenta ainda que a nova conformação do mundo do trabalho se caracteriza pelas implicações deletérias à classe trabalhadora em nível mundial. São impostas novas modalidades de consumo da força de trabalho, constituídas de vínculos fragilizados, destituídas de proteção social e subjugadas pelo fenômeno do desemprego, expressões da precarização do trabalho (Nascimento, 2018).

Ainda, em suas análises relativas às questões do trabalho, a autora do texto dissertativo em comento pondera que o Estado de Bem-Estar Social que vigorou nos países centrais, paulatinamente, foi sendo substituído pelo Estado neoliberal. Nascimento (2018) traz à discussão as mudanças no âmbito do Estado neste contexto, apontando que todas essas

alterações têm conexão com aquelas que ocorrem no âmbito da produção. Na sua totalidade, este processo determina também uma nova forma de administração pública, de natureza gerencialista e orientada para o mercado.

Nesse sentido, assevera a autora, além das mudanças na forma de produzir, foram implementadas mudanças também no papel do Estado. Tendo como referência as discussões realizadas por Harvey (2008), a autora argumenta que o Estado é crucial para legitimar e assegurar o processo de acumulação capitalista. Dessa forma, para o capitalismo se desenvolver é necessário que a esfera estatal apoie e promova alguns processos fundamentais. Nesta direção, com base em seus interlocutores, a autora sintetiza esta discussão afirmando que a saída para a crise de acumulação que se verifica a partir da década de 1970 foi a reestruturação da produção aliada à reconfiguração do papel do Estado. Neste processo, a realocação do fundo público em benefício do capital foi determinante para a destruição da proteção social (Nascimento, 2018).

Tentando se aproximar mais concretamente da realidade brasileira, a autora afirma que, aqui, as medidas de cariz neoliberais foram inicialmente adotadas no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) através de uma sucessão de “reformas” que não surtiram os efeitos desejados. Estas “reformas” incluíram uma série de privatizações e a abertura comercial internacional. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), (1995-1998 e 1998-2002) – considerado um governo de centro-direita – se dará sequência às medidas impostas por organismos internacionais. Nesse período, fazendo uso das contribuições de Behring (2008), a autora afirma que, embora o plano real tivesse conseguido conter a inflação, ainda assim, houve um aumento considerável no desemprego, nas privatizações e no endividamento do Estado.

A autora problematiza o fato de que no governo FHC foi dada primazia para a transferência dos serviços sociais para o terceiro setor com vistas a descentralizar a gestão. Lembra Nascimento (2018) que, em 1995 tem-se o marco da implementação da administração gerencial no Brasil, através da aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado, que foi formulado na gestão do Ministro Bresser Pereira<sup>14</sup> que, à época, assumiu a pasta do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

A autora, com base em Behring (2008), faz menção aos efeitos deletérios sofridos pela classe trabalhadora face a um progressivo desmonte das políticas de seguridade social que haviam sido recentemente conquistadas, processo orientado pelas diretrizes neoliberais. Na continuidade da sua abordagem, a autora dá relevo à tendência de refilantropização das políticas

---

<sup>14</sup> A autora afirma que Bresser-Pereira compreendia que as responsabilidades sociais do Estado contribuíam por ampliar o agravamento da crise fiscal brasileira, o que justificava o deslocamento dessas responsabilidades para o mercado ou para as organizações da sociedade civil, não sendo mais exclusivas do Estado (Nascimento, 2018).

sociais, bem como ao caráter altamente focalista e seletivo dessas políticas, o que se contrapõe ao princípio da universalização do acesso e à perspectiva do direito. Nas palavras da autora:

[...] assim, guardadas as especificidades, o trabalho do assistente social, à semelhança de toda a classe trabalhadora, sofre os efeitos das estratégias formuladas pelo capital no enfrentamento a sua crise, que tendem a precarizá-lo duplamente, por meio das transformações no mundo do trabalho e nas políticas sociais, enquanto campo e mediação indispensável ao desenvolvimento de sua atividade profissional (Nascimento, 2018, p.48).

Partindo do pressuposto que os espaços sócio-ocupacionais de atuação de assistentes sociais são resultados das transformações históricas, portanto, socialmente determinados, a autora defende que tais transformações também implicam mudanças na forma de a profissão formular respostas às demandas cotidianas, fazendo referência às necessidades sociais dos trabalhadores. É no contexto dessas transformações que, segundo a autora, se verificam alterações nas condições e relações de trabalho que impactam sobre as habilidades e competências profissionais.

Em outro eixo de análise, e que é central em seus estudos, a autora se ocupa em problematizar a expansão<sup>15</sup> das instituições federais de ensino e conseqüentemente, da ampliação do espaço de atuação profissional no âmbito da assistência estudantil. São estes aspectos, segundo ela, que permitem compreender as implicações nas condições de trabalho dos profissionais que atuam neste espaço. No corolário dessa sua reflexão, Nascimento (2018) afirma que a atuação profissional em instituições de ensino deve estar voltada para a garantia da qualidade da educação escolarizada. Faz uso da obra de Mészáros (2008) para problematizar o papel da educação no processo de reprodução e internalização dos valores dominantes nos indivíduos sociais. Para a autora, o profissional, com base nesse pressuposto, deve estar atento às contradições inerentes ao modo de produção capitalista, reconhecendo na educação um meio utilizado pelas classes dominantes para produzir o consenso em torno de uma determinada forma de sociabilidade (a que mistifica a exploração). Apesar disso, valoriza as possibilidades de a educação contribuir com o atendimento das necessidades da classe trabalhadora, constituindo-se num instrumento para a elaboração de uma contra hegemonia. Em seus argumentos, se verifica a defesa da ideia de que a educação pode ser implementada a partir de uma perspectiva de emancipação humana (Nascimento, 2018), questão que não resta, no nosso entendimento, devidamente localizada.

---

<sup>15</sup> Não nos deteremos novamente, já que esse assunto já foi por nós abordado.

Na contramão dessa possibilidade, a autora faz críticas ao processo de intensa mercantilização da educação, especialmente a de nível superior, a partir de 1994. Segundo ela, a partir desse período, a educação como espaço privilegiado de exploração do capital se intensifica. A política levada a cabo foi orientada pelas diretrizes do Banco Mundial direcionadas à educação dos países periféricos (denominados pela autora como “em desenvolvimento”). Institui-se assim, uma ampla série de “reformas” da educação brasileira. Dentre as iniciativas, no bojo dessas “reformas”, a autora dá destaque para a ampliação do setor privado e para a privatização “interna” das universidades públicas por meio da oferta de cursos pagos e o estabelecimento de parcerias público-privadas. Apoiando-se nos estudos de Lima (2013), afirma que constata-se um aumento das instituições de educação superior em todo o país.

De acordo com a análise da autora, os governos de Lula da Silva (2003-2010) deram prosseguimento e continuidade ao projeto mercantilista da educação, ampliando o número de instituições privadas de ensino em todo o país e ampliando as isenções tributárias para as empresas educacionais. A criação de programas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) configuram, segundo a autora, iniciativas que respondem ao projeto de expansão da educação superior no país. Com a expansão da Rede Federal de Educação, entre os anos de 1909 a 2002, segundo a autora, havia apenas 140 unidades de escolas técnicas no país, chegando, ao final do período do seu estudo, a 644 unidades<sup>16</sup>.

Para a autora, a expansão destas instituições e a aprovação de leis que preveem a implementação de programas de ações afirmativas impactaram diretamente na ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais na Rede Federal de Ensino. No entanto, dos depoimentos de assistentes sociais entrevistados pela autora, ela chega à conclusão de que existe uma relação entre a precarização das condições de trabalho e a ampliação e expansão das IFE. Seu argumento relaciona esta precarização ao aumento do número de matrículas e das demandas no âmbito da assistência estudantil, como veremos na última seção desta dissertação.

---

<sup>16</sup> A autora indica a existência de 38 Institutos Federais em todos os estados brasileiros, em diversos *campi*, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas (Nascimento, 2018).

### **3.2.4 Dissertação 2 - O trabalho dos/as assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP: o processo de intensificação em questão**

Em sua pesquisa de dissertação de mestrado sob o título “*O trabalho dos/as assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP: o processo de intensificação em questão*”, Aud (2017) abordou a intensificação do trabalho de assistentes sociais inseridos no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Teve como propósito analisar as expressões objetivas e subjetivas dessa intensificação no IFSP, no qual, segundo a autora, este fenômeno tem se ampliado. Motivada por essa questão, busca explicitar as condições em que o trabalho de assistentes sociais se materializa.

A autora inicialmente centra sua análise na categoria trabalho, haja vista que, segundo ela, esta categoria é central nas relações humanas e em face do seu caráter ontológico, sua análise é incontornável para se pensar a conformação na sociedade regida pelo capital. Diferentemente dos estudos anteriores, aqui, a categoria trabalho é utilizada como recurso heurístico central na compreensão do processo educacional brasileiro, que na acepção da autora é baseado na dicotomia entre educação instrumental – na qual se educa para o processo de trabalho –, e aquela que educa para a realização de atividades intelectuais, formação, chamada de educação geral (Aud, 2017).

Em sua dissertação, a autora utiliza categorias centrais da obra de Marx e Engels, justificando sua escolha no fato de que, embora esses estudiosos não tenham centrado suas preocupações na educação, as categorias analíticas principais da teoria social crítica ajudam na problematização dos sistemas de ensino vigentes no Brasil. Na sua análise, a contribuição da teoria social crítica oferece elementos básicos que traduzem a dinâmica da sociabilidade capitalista e explicitam a contradição capital-trabalho. Na opinião da autora, esta contradição se expressa, sobretudo, na persistência de uma educação dual no Brasil, entre educação instrumental justaposta e a educação geral, voltada para o desenvolvimento de atividades intelectuais (Aud, 2017).

Para a autora, ao enfatizarem “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, Marx e Engels (2007) formulam uma crítica ao pensamento hegeliano. A autora considera que os fundadores do método crítico dialético nos ajudam a pensar a história a partir do concreto, do real e do objetivo. Por meio desses pressupostos, a consciência passa a ser entendida como um produto social, construído historicamente a partir das conexões entre as ideias e o mundo sensível o que nos leva a apreender a realidade social

como síntese de múltiplas determinações, assevera a autora com base nos interlocutores supracitados.

Para elaboração de sua análise sobre a categoria trabalho, a autora recorre à tradição marxista, estabelecendo diálogos com os professores Saviani (2007) e Frigotto (2005), mas também, dialoga diretamente com Marx (1996), principalmente a partir da sua obra-prima: *O capital*. Neste sentido, fazendo uso das contribuições marxianas, a autora reproduz o pensamento do teórico alemão para dar destaque à capacidade teleológica do ser social que permite a este ser e agir conscientemente para atingir fins previamente estabelecidos:

[...] uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (Marx, 1996, p. 188).

Nesta base teórica, o trabalho é entendido enquanto transformação intencional da natureza para suprir necessidades humanas e especificamente humanas, “já que desde o início do processo de trabalho o resultado final já existe na imaginação do trabalhador (idealmente), argumenta a autora. Nesse processo, não são transformados somente os bens necessários à sobrevivência humana, mas também as relações sociais de toda sociabilidade.

A autora, baseada nos ensinamentos de Frigotto (2010) e Saviani (2007), entende que o trabalho é um processo histórico e, como tal, permeia todo o ser social, não podendo ser reduzido apenas à atividade laborativa ou ao emprego, pois diz respeito à produção de todas as instâncias da vida, suprimindo necessidades históricas. Tem, em si, um princípio vital: é necessário e comum, precisando ser desmistificado enquanto fonte de exploração no contexto da sociedade regida pelo capital (Aud, 2017). Da análise do texto da autora se extrai o entendimento de que o trabalho deve ser entendido como um dever e um direito. Um dever porque é justo que exista colaboração na construção dos bens materiais, simbólicos e culturais necessários à vida. Um direito, pois, universalmente, todos precisamos estabelecer com a natureza o intercâmbio necessário para a produção e reprodução da vida (Aud, 2017).

Nas abordagens da autora, encontramos a ideia de que Marx procurou entender as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos a partir de determinadas formas de produção e reprodução da sua existência. Destaca ainda o papel das forças produtivas para se compreender as transformações societárias na história. No seu entendimento, com base nas discussões marxianas e marxistas, no modo de produção capitalista as relações sociais estão cindidas por duas classes distintas – proprietários e não proprietários dos meios privados de produção. A autora explica que as relações mercantis no modo de produção capitalista são baseadas na

produção do valor de troca e não em seu valor de uso. Assevera que nesse sistema a força de trabalho também é transformada em mercadoria como qualquer outra, mas que, ao ser consumida pelo capitalista é a única capaz de gerar um sobrevalor (Aud, 2017).

Para a autora do texto dissertativo em análise, ainda baseada no pensamento de Frigotto (2010), a lei do valor é a lei do movimento do capital, fundada na acumulação, concentração e centralização de capitais. Tendo como princípio basilar a extração de mais-valor e não mais a produção de valores de uso para satisfação de necessidades humanas. Na exposição realizada pela autora, o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias ou serviço em um determinado momento histórico e estágio das forças produtivas. A lei do valor se consolida no momento em que a mercadoria se firma como equivalente geral e passa a regular as relações de produção, circulação e consumo. É também neste momento que passa a exercer um poder fora do controle dos homens, subordinando-os (Aud, 2017). Ao fazer referência a este processo, localiza-o no que Marx denominou como fetichismo da mercadoria. Ao reforçar esta ideia, recorre ao texto marxiano para afirmar que “a realização do trabalho aparece como “desrealização” do trabalhador (reduzido a mercadoria), por intermédio da “valorização” do mundo das coisas e “desvalorização” do mundo dos homens (Marx, 1964 *apud* Aud, 2017, p. 55).

Todos esses aspectos mencionados introduzem outra discussão importante trazida pela autora, que diz respeito a como as ideias das classes dominantes imperam na sociedade. As classes dominantes têm ao seu dispor, segundo a autora, não só os meios para a produção material, mas também, aqueles que lhes permitem realizar a produção espiritual. A autora assevera que, com isso, as classes dominantes subjagam os interesses da coletividade para fazer valer seus interesses. Por esse motivo, referenciada em Saviani (2007), argumenta que a organização da cultura é fundamental, destacando que é preciso que os trabalhadores tenham acesso às organizações culturais para participar das discussões que interessam a toda coletividade. Reforça a importância do fomento intelectual e cultural da classe trabalhadora e ainda se referenciando em Saviani (2007), argumenta que o saber é “[...] um meio de produção, sua apropriação pelos trabalhadores contraria a lógica do capital” (Saviani, 2007, *apud* Aud, 2017, p. 56)”.

No que se refere aos fundamentos da relação educação-trabalho e na insistente dualidade da educação brasileira por ela anunciada, a autora afirma que, assim como ocorre a divisão de classes na estrutura social mais geral, acontece também na educação. De um lado, tem-se a educação dos sujeitos livres (centrada na formação intelectual). Por outro, tem-se aquela destinada à classe operária (centrada no processo de trabalho). Ao observarmos a formação

social e histórica da educação no Brasil, pondera a autora, é evidente que o dualismo a que se referem seus interlocutores se origina na sociedade por meio de “séculos de escravismo e discriminação do trabalho manual” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 32).

Na opinião da autora, a materialidade deste fenômeno pode ser encontrada na institucionalização da educação brasileira, desde a chegada dos padres jesuítas, disseminando a cultura europeia e as doutrinas do catolicismo, a passagem para a responsabilização do Estado pela educação, por volta de 1759, no Brasil Império. Bem como no processo de autonomização política da sociedade nacional que culminou na revolução burguesa brasileira, mas que manteve seus traços de economia colonial, dependente e periférica (Aud, 2017).

Ao dar relevo ao período de transição entre o trabalho escravo e o livre no Brasil com base nas contribuições de Florestan Fernandes (1987), a autora menciona que a elite brasileira levanta a bandeira da educação como instrumento de afirmação de classe e a substituição de escravizados pelos trabalhadores livres. Trata-se, contudo, de uma sociedade regida por relações coloniais, sob o mando dos “senhores rurais” e que propugna por uma formação “mínima” para os trabalhadores recém libertos, recurso necessário para o desenvolvimento do sistema (Aud, 2017).

Com o deslocamento do processo produtivo do campo para a cidade, ou seja, da agricultura para a indústria, a relação educação-trabalho tem outra determinação. Usando como referência as discussões de Saviani (2007), a autora afirma que a escola passa a ser o principal meio de acesso à educação. Localiza na produção de conhecimento a que faz uso o ano de 1940 como sendo um marco para se confirmar a dualidade exposta, pois tem-se a partir daí a expansão dos setores industrial, comercial e de serviços, o que faz expandir também a educação profissional. Neste sentido, converge com a tese de seus interlocutores de que “[o] dualismo na educação brasileira adquire um caráter estrutural”(Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012 *apud* Aud, 2017, p. 62).

Na segunda parte da dissertação, a autora traz o debate sobre a educação profissional e tecnológica e o propósito da educação nos Institutos Federais no Brasil. Aborda alguns elementos sobre as mudanças no mundo do trabalho, centrando sua análise na particularidade brasileira, embora aponte elementos macroestruturais que incidem sobre o trabalho, especialmente no contexto de flexibilização (Aud, 2017). Seu olhar se volta com prioridade para a realidade brasileira e para as dimensões da intensificação do trabalho de assistentes sociais inseridos na educação profissional, aspecto que a diferencia das análises expressas nos trabalhos das demais autoras e aqui já sintetizados. Seu estudo se volta à análise e interpretação da categoria intensificação, considerando suas modalidades e dimensões no trabalho de

assistentes sociais na política de educação. Nesta direção, desenvolve sua abordagem de maneira a evidenciar como se processa a intensificação do trabalho de assistentes sociais no exercício profissional no âmbito do IFSP (Aud, 2017).

Buscando refletir sobre o propósito dos institutos federais na educação brasileira a partir de dados empíricos coletados por Carvalho (1994), a autora afirma que, por volta de 1980, no Brasil, a base que sustentava o uso da mão de obra industrial era o trabalho com baixa qualificação, barato e até mesmo descartável. A autora recorre às contribuições de Ricardo Antunes (2013b), importante pesquisador da sociologia do trabalho, que defende a ideia de que coexistem duas tendências que se manifestam na realidade do trabalho desde a reestruturação produtiva no contexto da acumulação flexível. Uma delas se ramifica na informalização da força de trabalho e a ampliação dos níveis da precarização do trabalho. E a outra é a existência na atualidade de um processo produtivo que requisita constantemente trabalhadores super qualificados técnica e cientificamente. Na análise da autora, prevalece a discussão sobre a qualificação profissional demandada a partir da instituição do novo padrão de produção *toyotista* (Aud, 2017).

Apoiando-se em teóricos como Dal Rosso (2008) e Hirata (1994), afirma que o *taylorismo*, já modernizado pelo *fordismo*, foi um dos primeiros sistemas a introduzir uma forma de organização do trabalho com finalidade de ampliar a produtividade. Todavia, aquela qualificação técnica tornou-se obsoleta, despontando uma nova estratégia educacional fundamentada no “modelo de competência” e voltada a empresas flexíveis típicas pelo modelo japonês de produção. Em tal modelo, o processo de aprendizagem parte de situações concretas para somente, no momento seguinte, recorrer às disciplinas quando e se julgar necessário (Aud, 2017).

Como já assinalamos anteriormente, da análise do texto dissertativo da autora, extraem-se duas categorias centrais que orientam sua abordagem: a intensidade e a precarização do trabalho. Para desenvolver seus argumentos, faz uso de produções de Marilda Yamamoto (2015), Ricardo Antunes (2013b), Graça Druck (2013), dando destaque para as de Sadi Dal Rosso (2008; 2013). Com base neste último autor, sustenta que em toda e qualquer atividade laborativa está contido um grau de intensidade. O que pode distinguir é o controle que se tem sobre ela na organização do trabalho e as normas que circunscrevem a atividade.

Compondo sua análise e interpretação sobre a categoria intensidade, a autora conjuga dados extraídos de sua pesquisa de campo com a fundamentação teórica, como podemos constatar na passagem de seu texto no qual apresenta o conteúdo de entrevista realizada com

uma assistente social que atua no IFSP. Nela, a profissional relata sua experiência quando do ingresso naquele espaço:

[...] eu achei que seria um pouco menos os conflitos e embates. Eu vi que não, muito pelo contrário, são muito mais intensos porque você lida com docentes, com o lugar do saber mesmo. É muito difícil você colocar uma ideia que não seja a hegemônica. Se a ideia conservadora é a hegemônica e por vezes eu tenho visto isso aqui no IFSP, você dizer que existe outro jeito de pensar [...] você tem que estar muito bem argumentado, senão, os caras não te dão nem moral. Eles são donos do saber, você é o executor, o técnico administrativo. Isso para mim tem acarretado um desgaste mental maior nesse sentido, porque exige muito mais preparo enquanto profissional. Eu tenho que estar sempre estudando, sempre lendo e me informando, sempre procurando argumento, contra-argumento para dizer porque tal projeto é importante dentro da escola, sim, porque temos que fazer aquela atividade, sim, que eu ainda não tinha sentido nos outros espaços em que trabalhei. Sempre tive os embates, confrontos, mas às vezes de uma forma mais amena. Aqui às vezes me suga mesmo, tem dias que saio com essa sensação de que toda minha energia foi sugada e que é um cansaço mesmo [...] É um cansaço mental [...] (Profissional 6, 2017 *apud* Aud, 2017, p. 123).

Para a autora, esse relato expressa algumas das dimensões objetivas, mas, também, subjetivas impressas nas condições de trabalho no cotidiano profissional que podem ser apontadas como efeitos da intensidade sobre corpos e mentes dos sujeitos (Aud, 2017).

A autora recorre a Albuquerque (2015) para desdobrar o conceito de condições de trabalho e afirma concordar com seu interlocutor que “compreende as condições de trabalho, a partir das determinações históricas que constituem a ‘forma de organização do trabalho’ no capitalismo” (Albuquerque 2015, *apud* Aud, 2017, p.124). Elaborando o mesmo argumento de outro modo, afirma que pode se dizer que as condições de trabalho não estão restritas aos meios necessários para realização de uma determinada tarefa, sendo necessário considerar as relações de trabalho que estão condicionadas pelo movimento da exploração do capital sobre o trabalho determinado pelas características do processo de acumulação (Aud, 2017). A partir desse entendimento, defende que o conceito de condições de trabalho deve também contemplar as relações laborais postas.

Por isso, para pensar sobre as condições de trabalho no IFSP, considera ser importante conhecer o processo de reconfiguração da própria identidade da instituição, após os diversos “reparos”<sup>17</sup> imputados nos últimos anos e no decorrer da história da instituição que, segundo a autora, guardam relações com as mudanças no trabalho em nível macrossocietário,

---

<sup>17</sup> Conforme registros no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP (2014-2018), a instituição passou por seis reconfigurações até chegar a ser hoje, Instituto Federal de São Paulo. Se origina como Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo, altera-se para Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo, Escola Técnica de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (IFSP, 2014, p. 30).

especialmente após a emergência da “flexibilidade toyotizada”, expressão cunhada por Antunes (2013b) e da qual se serve.

Com base em Antunes (2013b), explica as mudanças operadas no século XX, donde deriva a degradação do modelo *taylorista-fordista*, modelo este caracterizado pela existência de direitos trabalhistas e pela rigidez no processo produtivo. No século XXI, temos um novo modelo que faz ampliar o processo de degradação do trabalho, no contexto de uma “flexibilidade toyotizada” (Antunes, 2013b). Com o advento da acumulação flexível, caracterizada pela ampliação dos modos de funcionamento da lei do valor, se promove um movimento no qual se converte toda a subjetividade do trabalhador à geração de mais-valor, precarizando e intensificando ainda mais o trabalho, segundo a autora. Isso se processa a partir de uma “nova” divisão internacional do trabalho classificada por Antunes (2013b), como “nova morfologia do trabalho”, que converte todos os espaços em espaços geradores de mais-valor. Estas mudanças impõem a necessidade de um perfil de trabalhador polivalente e disponível para utilizar de maneira intensa sua capacidade intelectual e emocional (Aud, 2017), de acordo com os argumentos da autora ancorados nos debates do interlocutor supracitado.

No texto dissertativo, a autora defende que esse cenário foi terreno fértil para a educação profissional que incorporou o “modelo de competências”, direcionando a educação para atender as necessidades das empresas flexíveis, por meio de uma formação fundamentada em novos métodos e processos educacionais. Tais métodos, sobretudo sustentados na noção da pedagogia da competência e empregabilidade, conformam “uma formação profissional compatível com a organização do trabalho vigente, que responde aos interesses imediatos do trabalho e do capital” (Aud, 2017, p. 124). Nesse contexto, de acordo com a autora, a Rede Federal de Ensino também se modificou para se adequar às novas demandas postas pela acumulação flexível e com isso, foram sentidas consequências diretas nas condições de trabalho de assistentes sociais que atuam nesses espaços.

Na construção de sua argumentação, a autora evidencia sua filiação à corrente teórica que entende a atividade do assistente social como trabalho, integrante do trabalho coletivo e no qual seu agente sofre os constrangimentos da compra e venda da sua força de trabalho, como todo trabalhador assalariado na sociedade regida pelo capital. Não há apenas um trabalho particular do assistente social, sendo o trabalho exercido por um sujeito vivo que realiza suas capacidades. Em sendo assim, argumenta que há processos de trabalho nos quais o assistente social se insere. Todos esses argumentos são apresentados com base em Iamamoto (2015). A autora irá dialogar com Netto (2007), Iamamoto (2015) e Dal Rosso (2008), sobre a categoria valor em Marx.

Na opinião da autora, sendo o IFSP uma instituição pública, cujo mote não é a produção capitalista, seus profissionais prestam serviços imateriais. Todavia, o trabalho no Estado é viabilizado pela extração de mais-valor produzido socialmente. Ancora sua interpretação em Frigotto (2010), para quem o Estado “[...] entra no circuito da produção quer como capitalista particular, quer como associado à grande empresa, quer pela própria forma de gerir os recursos públicos para salvaguardar interesses particulares” (Frigotto, 2010, p. 135).

Com a reforma gerencial do Estado desencadeada a partir da década de 1990, diz a autora que foram operadas mudanças na gestão do trabalho, estimulando a eficiência e a produtividade fundamentadas na concepção neoliberal do Estado adequando-o aos interesses do capital. Se verifica uma ampliação da privatização da coisa pública e ao mesmo tempo, constata-se a adoção de técnicas de gestão próprias do setor privado. Fazendo uso dos debates travados por Dal Rosso (2008) sobre o tema, a autora reitera a tese de que as técnicas de gestão adotadas buscam aumentar o rendimento do trabalho, por meio de estratégias que promovem o aumento do ritmo do trabalho, o alongamento da jornada ou a intensificação do trabalho. Tais estratégias, segundo a autora, se generalizaram no universo privado inicialmente, mas rapidamente se espalharam pelo setor público (Aud, 2017).

Em sua construção teórica, a autora do texto dissertativo em comento também faz menção ao debate da centralidade do trabalho. Neste particular, ainda que de forma diferenciada das demais autoras cujas produções já comentamos, suscita as polêmicas expressas na produção de teóricos do campo marxista com os quais estabelece diálogo. Dá ênfase às reflexões sobre o avanço do trabalho morto sobre o trabalho vivo em face do desenvolvimento tecnológico, questão que faz com que autores como André Gorz e Habermas sustentem a tese da intangibilidade da teoria marxiana do valor-trabalho (Aud, 2017).

Fazendo uso dos argumentos de Antunes (2013b), a autora afirma que desvincular as atividades imateriais da produção de valor impossibilita apreender as novas formas de vigência da lei do valor. Nesta direção, diz a autora, a passagem das atividades focadas na indústria para as atividades nos serviços corresponde a uma transição do trabalho material para o imaterial, mas não o aniquilamento do primeiro (Aud, 2017). Além disso, se apoiando nas análises de Dal Rosso (2008), a autora afirma que neste contexto de grandes transformações no mundo do trabalho crescem questionamentos sobre como medir o valor diante das formas contemporâneas de sua extração.

Na continuidade de suas problematizações, a autora traz à luz aspectos relacionados à precarização do trabalho no Brasil. Segundo ela, a gênese da precarização no Brasil está alicerçada na transição do trabalho escravo para assalariado. Nos termos usados pela autora, tal

passagem expressa a precarização como elemento estrutural da nossa formação social e econômica. Nesse entendimento, há uma precariedade no trabalho atualmente que não se afastou daquela. Foi reconfigurada em suas características, mas atinge todas as regiões do país, não se tratando de um fenômeno transitório, mas sim, permanente (Aud, 2017).

Diante dessa realidade, baseando-se nos estudos de Druck (2013) e Dal Rosso (2008, 2103), a autora afirma que o “principal indício da precarização das condições de trabalho é a intensificação do trabalho” (Aud, 2017, p. 133). Retoma as discussões sobre a intensificação do trabalho, baseando-se nos escritos por Druck (2013), por conseguinte, classifica algumas das principais características da intensificação do trabalho no Brasil: extensão da jornada; a polivalência do trabalhador; as horas extras sem remuneração; o uso de tecnologias para ampliar a produtividade; no acúmulo de tarefas e enxugamento do quadro que compõe a força de trabalho.

Para a autora, a intensificação é entendida como o ato de exigir mais trabalho e mais resultados no mesmo período de trabalho. Nessa perspectiva, intensificar é aumentar a exploração do trabalho, adentrando-se, inclusive, no tempo de não-trabalho (Aud, 2017). A autora apresenta algumas teses que Dal Rosso (2008) desenvolveu para elaborar e esquadrihar a categoria intensidade. Essas teses foram descritas por Aud (2017, p. 134) nesses termos:

[...]1ª) A teorização de que o valor de troca tem relação com o tempo de trabalho socialmente necessário, já que para aumentar a produção de valor o capitalista prolonga o número de horas da jornada de trabalho (mais-valia absoluta); 2ª) A gênese do processo de intensificação quando não é mais possível alongamento da jornada por conta do sistema da fiscalização das leis. Assim, para o aumento da produtividade do trabalho ocorre o investimento em equipamentos modernos, o que exige um maior dispêndio de energia do trabalhador em termos de aprendizado, adaptação, ritmo e velocidade (mais- valia relativa); 3ª) A tese de que a forma de compreensão da intensidade é distinta do conceito de produtividade: a duração da jornada e/ou o aumento do número de empregados pode significar aumento nos resultados da atividade laboral e ganhos de valor para o dono dos meios de produção, mas isso não quer dizer que a intensidade do labor aumentou. [...] 4ª) A tese de que a intensificação é passível de demonstração empírica e que a intensificação não está fora do alcance de políticas de regulação do trabalho.[...]

Além disso, a autora afirma que produtividade e intensidade não são a mesma coisa. Segundo ela, a produtividade está relacionada aos meios de produção e ao grau de desenvolvimento destes meios, enquanto a intensidade tem a ver com a organização do trabalho e ao gasto de energias vitais.

Em síntese, são estes os aportes teóricos desenvolvidos por Aud (2017) para iluminar a análise de seu objeto de estudos. E como indicamos alhures, tanto esta autora como as anteriores mencionadas realizaram estudos tendo como referência IFE. As exposições que seguem,

contudo, se diferenciam por tomarem como realidade empírica de pesquisa, escolas públicas municipais, estaduais e também da rede privada em diferentes contextos geográficos.

### **3.2.5 Dissertação 3 - Tendências do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Educação: As Escolas Municipais de Campina Grande-PB**

Em sua dissertação, Kivania Cunha (2017) tem como objeto central o exercício profissional de assistentes sociais inseridos em escolas municipais do município de Campina Grande - Paraíba. Em seu estudo, a autora buscou “apreender as tendências mais significativas que vêm se configurando nesse exercício, na atual dinâmica de precarização da política de Educação e do trabalho” (Cunha, 2017, p.16).

Inicialmente, a autora apresenta uma extensa digressão na história da educação brasileira, baseando grande parte da sua construção teórica na obra “*História da Educação no Brasil*”, livro que assinala a estreia da autora paranaense Otaíza Romanelli (2014) como cientista social, licenciada em pedagogia e com longa expertise sobre a educação. Nesta obra, segundo a autora do texto dissertativo em comento, é realizada uma abordagem sobre a institucionalização da educação no Brasil até a sua conformação mais recente. Na medida em que localiza a questão da educação nos diferentes tempos históricos, a autora traz à luz as tensões entre as perspectivas de universalização e as condições objetivas para a concretização dessa promessa expressa, inclusive, em texto constitucional. Ao mesmo tempo, problematiza os impactos das condições de vida da classe trabalhadora marcadas pelo crescente pauperismo e a repercussão dessas condições no acesso e na permanência na escola (Cunha, 2017).

Na sequência, a autora afirma que seu objeto de estudos precisa ser situado no bojo das transformações societárias recentes, buscando apreender a crise estrutural do capitalismo e suas repercussões no mundo do trabalho e nas políticas sociais que conformam mediações no exercício profissional. Além disso, a autora problematiza a crise estrutural do capital e suas particularidades no contexto brasileiro, entendidas como mediações necessárias para compreensão do exercício profissional no âmbito da política de educação. Se apoia em obras de autores clássicos da tradição marxista, como Mészáros (2011a), Mandel (1982), Harvey (2008), mas também, estabelece diálogo com autores da sociologia do trabalho como Alves (2005), Antunes (2010), bem como, da história com destaque para Fontes (2017b) e economia, a partir das reflexões de Maria Cristina Paniago (2007).

Apresenta ainda uma discussão sobre as repercussões da crise contemporânea na política de educação brasileira, com destaque para os processos de subordinação da política aos

moldes neoliberais. E por fim, busca compreender as transformações no mundo do trabalho e as implicações para o exercício profissional de assistentes sociais inseridos na política de educação. Para isso, recorre às contribuições de Netto e Braz (2006), Netto (2005), Behring e Boschetti (2009), Raichelis (2013) e Vasconcelos (2006).

No último capítulo de seu trabalho, trata especificamente da exposição dos resultados da sua pesquisa empírica, realizada com assistentes sociais atuantes no sistema municipal de ensino de Campina Grande. Nesta pesquisa, a autora buscou traçar um perfil socioeconômico desses assistentes sociais, trazendo informações relevantes do ponto de vista das condições e relações de trabalho desses profissionais.

Fazendo referência à obra de Mészáros (2011a) “*Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*”, a autora discute a crise estrutural do capital na qual se evidencia o esgotamento deste modo de produção. Trata-se de uma crise que atinge todas as dimensões da vida social e coloca em risco a humanidade. A autora afirma que, segundo Mészáros (2011a), o aprofundamento dessa crise tem levado à degradação da natureza, ao aumento do pauperismo, às formas de trabalho cada vez mais precárias e à ampliação do desemprego estrutural, exacerbando a incontrollabilidade do capital. Enfatiza, com base em Behring (2015) que, diante desta crise, o que se verifica é uma ofensiva de grande calibre em prol dos superlucros, reagindo conservadoramente e reacionariamente contra qualquer ação ou movimento que se afirme anticapitalista (Cunha, 2017).

A autora, ao estabelecer interlocuções com autores que foram previamente selecionados para sua análise, problematiza o processo de desenvolvimento do capitalismo, desde sua consolidação em sua fase concorrencial até seus estágios posteriores caracterizados pelo capitalismo monopolista e imperialista. Com base em Mandel (1982), Harvey (2014), Behring (2015) e Netto e Braz (2012), dá destaque para os processos que levaram ao esgotamento da “era ouro” do capitalismo em face de uma grande onda recessiva que se impõe. Afirma, se apoiando em seus interlocutores, que o avanço das forças produtivas culminou na produção de uma superpopulação relativa, condenada a processos de pauperização e sujeita a formas de exploração ainda mais aviltantes em face da progressiva desproteção do trabalho (Cunha, 2017). Levando em conta a fase imperialista do capital, a autora problematiza a reprodução dos processos de desenvolvimento desigual e combinado e as consequências deletérias para as economias periféricas na relação delas com o capitalismo central.

Recorrendo a Harvey (2014), a autora irá perscrutar as mudanças relativas aos processos produtivos que conformaram um novo padrão de acumulação denominado acumulação flexível. Fazendo uso das reflexões de Alves (2005), a autora afirma que esse modo

de regulação altera a forma de produzir e promove mudanças até mesmo sobre a subjetividade do trabalhador, questão também tratada nos outros estudos por nós selecionados para nossa análise. São traços desse processo, segundo a autora, a precarização das condições de trabalho e suas relações, expressas na desregulamentação do trabalho, na subcontratação, no trabalho temporário, na ampliação da informalidade e o desemprego estrutural, além do retrocesso sindical e o rebaixamento do valor dos salários (Cunha, 2017).

Para a autora, tais mudanças também incidiram sobre o setor de serviços, expandindo-se para áreas que não eram exploradas pelo capital (saúde, previdência e educação), a partir de grandes corporações que impõem seu poder e subjagam a autonomia dos Estados nacionais.

Ao se debruçar mais especificamente sobre a realidade brasileira, a autora afirma que a forma como a crise estrutural do capital e a ideologia neoliberal se estabeleceram no país tem particularidades que diferem de como foi esse processo nos demais países de capitalismo “central”. Essas particularidades, segundo ela, decorrem da nossa formação social e econômica que incidiu sobre a forma como o país se inseriu na dinâmica do capitalismo mundial. Para explicar esse processo, a autora conjuga ideias e pensamentos de autores como Ianni (1992), Coutinho (2006) e Florestan Fernandes (1987). Neste sentido, reitera alguns argumentos que foram por ela desenvolvidos sobre a questão da trajetória histórica da educação no Brasil. Recoloca a discussão sobre os desdobramentos da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as características do processo de modernização conservadora levado a cabo no país que, segundo ela, “consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a classe trabalhadora” (Cunha, 2017, p. 104).

A autora, tratando dos períodos mais recentes dos processos políticos e econômicos no Brasil, também traz à reflexão o tema das contrarreformas do Estado sob os pressupostos de Behring (2008). Os argumentos por ela apresentados também são referenciados pela política implementada pelo então Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado (PDRAE) em 1995. Em síntese, com base em Behring (2008), o que se colocou em prática na verdade foi uma série de privatizações e reformas econômicas de cunho neoliberal, inaugurando, assim, a lógica gerencial do Estado brasileiro. Salienta, com base na mesma autora, que as propostas de contrarreforma do Estado e os ajustes fiscais implementados só podem ser compreendidos no contexto das transformações societárias iniciadas a partir dos anos de 1970, quando o capitalismo passa a enfrentar uma crise estrutural (Cunha, 2017).

Assim como se observou nas produções já mencionadas, a autora afirma que estas transformações incidem alterações essenciais na esfera da produção que, por sua vez, exigem

outras na esfera da reprodução da vida social. É aí que a autora localiza a instauração da lógica gerencial no interior do Estado, repercutindo sobremodo sobre os interesses dos trabalhadores face à regressão dos direitos sociais e trabalhistas e ao avanço dos interesses privados na implementação de serviços públicos. Se referenciando em Behring (2008), menciona, no bojo desse processo regressivo, a instituição do Programa Nacional de Publicização (PNP) que repassa a implementação de políticas sociais ao terceiro setor e à iniciativa privada, por meio de parcerias público-privadas entre Estado e sociedade civil (Cunha, 2017).

A autora baseia-se em Castelo (2008) para argumentar que os resultados dos planos de estabilização macroeconômica levados a cabo no Brasil desde o final do século XX não tiveram os resultados esperados e as contas públicas continuaram no vermelho. Segundo ela, não foi controlada a inflação e se constatou um aumento nos indicadores de pobreza e desigualdade social. No âmbito das políticas sociais, se estabeleceu uma tendência à focalização e ao atendimento de necessidades mínimas da força de trabalho. Ainda com base em Castelo (2008; 2011; 2012), a autora faz referência ao neodesenvolvimentismo<sup>18</sup> que marcou os governos petistas e que deram continuidade à implementação da programática neoliberal no Brasil. Em verdade, tais opções políticas articularam preceitos humanitários sem recalculer a rota da acumulação. Com base em Castelo (2012), a autora denomina tal estratégia como Estado social-liberal, uma vez que “conserva a ordem, mas atende necessidades mais gritantes das classes subalternas” (Cunha, 2017, p. 108). Em linhas gerais, a autora chama a atenção para a ação estatal nos governos petistas, nos quais a noção de direito das políticas sociais foi deturbada, privilegiando medidas focalizadas (em detrimento do caráter universal) e mercantilistas, executadas por meio de programas de caráter redistributivo e compensatório (Cunha, 2017).

Outra discussão importante apresentada pela autora diz respeito às repercussões da crise contemporânea do capital para a política de educação. A educação brasileira, segundo a autora, historicamente e nas últimas décadas, tem sido pensada e projetada para atender aos interesses do capital buscando se adequar aos ditames de organismos financiadores.

Segundo Cunha (2017), a expansão da formação técnica profissional no Brasil é parte da agenda de governos que utilizam o discurso do enfrentamento às desigualdades sociais e do combate à pobreza. Na verdade, segundo a autora, o que se busca é atender aos preceitos do capital. De acordo com seus argumentos, o que se observa é a oferta de uma formação sucateada, aligeirada e instrumental, cujos parâmetros são as necessidades da produção. Sob essa lógica, a educação é vista como um investimento que, em algum momento futuro, trará

---

<sup>18</sup> Segundo Cunha (2017), se apoiando no interlocutor supracitado, o neodesenvolvimentismo constitui uma estratégia política que visa conjugar desenvolvimento por meio de crescimento econômico e justiça social.

resultados ao Estado. Por esse motivo, a ampliação do ensino técnico e superior se mostra uma importante estratégia. No entanto, ao se colocar no plano individual a possibilidade de superação da pobreza por meio da educação, coloca-se também uma névoa sobre a sua causa primária da pobreza nessa sociabilidade (Cunha, 2017).

Além dessas questões apresentadas, a autora dedicou uma seção em sua dissertação para discutir as implicações das transformações no mundo do trabalho para o exercício profissional dos assistentes sociais inseridos na política de educação. Para sua problematização, utilizou autoras de peso da área do serviço social que discutem, entre outros aspectos da profissão, o trabalho e as condições de trabalho como Iamamoto (2009, 2015), Raichelis (2010), Guerra (2010) e Boschetti (2011).

A autora da dissertação em comento assevera que as transformações societárias a que antes fez alusão impactam o serviço social e o trabalho de seus agentes, haja vista que estes integram o conjunto dos trabalhadores. Diz a autora que o novo padrão de acumulação, sob hegemonia do capital financeiro, caracteriza-se também com uma produção com alto investimento na microeletrônica e na automação. Exige, com isso, um novo perfil profissional, mais dinâmico, competitivo, com domínio técnico e tecnológico. Nesse contexto, afeta-se também a subjetividade do trabalhador, conformando discursos nos quais trabalhadores tornam-se colaboradores. Para a autora, essas questões repercutiram na fragilização dos sindicatos e nas dificuldades em criar estratégias de resistência contra o capital (Cunha, 2017). Segundo ela, são características destas transformações:

[...] o trabalho parcial, por projeto, temporário, informal, ocasionando novas formas e técnicas de produção, como a peça por encomenda, fábrica doméstica/familiar, células de produção, organização por metas, gestão de qualidade, crescente informatização do processo de automação, desterritorialização dos polos produtivos e aumento no setor de serviços (Cunha, 2017, p. 125).

Ao problematizar as implicações das referidas transformações no trabalho profissional de assistentes sociais que atuam diretamente no trato das expressões da questão social, a autora afirma que este atua na reprodução da força de trabalho. Ao mesmo tempo, introduz a discussão sobre a tensão entre o estatuto assalariado do assistente social e o Projeto Ético-Político da profissão. Para a autora, o serviço social é uma profissão liberal, e seu agente se firmou socialmente como trabalhador assalariado. Por isso, tem seu exercício profissional tensionado pelas instituições contratantes e pelas relações de trabalho, aspecto considerando também nas produções acadêmicas anteriores já mencionadas, nas quais as discussões se fundamentam nas análises de Iamamoto (2015), para quem o trabalho do assistente social é conformado pela

dinâmica da compra e venda da força de trabalho, uma vez que este se insere numa relação laboral na qual não detém os meios e instrumentos para exercer sua profissão (Cunha, 2017).

Na sequência, ainda com base nos escritos de Yamamoto (2015), a autora aborda a questão da relativa autonomia profissional e a importância dos estatutos éticos e legais que servem de suporte e parâmetro para o trabalho profissional. Além disso, faz referência ao significado social da profissão. Neste sentido, afirma que o significado social do trabalho profissional possui relação com os sujeitos que o contratam. Com base nos escritos de Yamamoto (2015, p. 215) assevera que, a depender destas relações, tem funções diversificadas na sociedade e disso, decorre o fato que “o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas”. Reproduzindo os argumentos da sua interlocutora Yamamoto (2015), a autora afirma que os empregadores podem presumir as necessidades sociais sobre as quais os assistentes sociais formularam suas respostas, bem como podem interferir diretamente nas condições objetivas de trabalho, dentre outras questões. Essas relações, portanto, vão incidir decisivamente sobre o exercício profissional, regulado a partir da condição de trabalhador assalariado do assistente social, impregnado dos dilemas da alienação (Cunha, 2017).

Segundo a autora, no contexto da crise estrutural do capital e das transformações operadas no mundo do trabalho, novas determinações e requisições profissionais requerem novas formas de lidar com as expressões da questão social. Nas análises da autora, o contexto inaugurado pela crise do capital atingiu os assistentes sociais nos seus espaços de trabalho, não sendo diferente na educação. Sobre os impactos para o serviço social, a autora assevera que estas transformações:

[...] implicaram duplamente no Serviço Social através da redefinição das políticas sociais e das mudanças nas condições e relações de trabalho, demandando do/a assistente social a necessidade de apreender transformações societárias e as novas funções do Estado para reconfigurar sua prática frente ao projeto neoliberal, bem como buscar entender as condições e relações de seu trabalho e, reconhecendo-se como trabalhador assalariado, criar estratégias de organização e resistência (Cunha, 2017, p. 129).

Ao fim e ao cabo, a autora ressalta que, no seu conjunto as transformações em curso na vida social implicam em novas demandas profissionais sob uma velha base. Nesse quadro de aprofundamento da alienação do trabalho e ampliação das formas de exploração, se requer dos assistentes sociais uma sólida formação. No campo do trabalho profissional, pondera que formular respostas sob a perspectiva do PEP exige-se qualificação profissional, bem como se pressupõe o desenvolvimento de competências e habilidades para propor, negociar, defender

projetos e direitos. Ao mesmo tempo, defende que é preciso apreender a realidade de forma crítica, ultrapassando ações rotineiras baseadas no cumprimento de tarefas burocráticas (Cunha, 2017).

Na sequência de sua exposição, a autora estabelece um diálogo sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional, incorporando algumas contribuições de Raichelis (2010). Segundo a autora do texto dissertativo em comento, além das condições objetivas que condicionam o fazer profissional é necessário considerar o modo pelo qual o profissional internaliza conscientemente o significado do seu trabalho, os sentidos que têm da profissão, a intenção por trás de suas ações e as justificativas que concebe na sua atividade profissional.

### **3.2.6 Dissertação 4 - Explorando outros cenários: o serviço Social no espaço escolar**

Em sua dissertação sob o título “*Explorando outros cenários: o serviço social no espaço escolar*”, Jullymara Rolim de Oliveira (2013) discute a prática profissional de assistentes sociais no âmbito das escolas municipais de João Pessoa - Paraíba. De acordo com a própria autora, buscou interpretar as condições estruturais e conjunturais que perfazem a prática profissional de assistentes sociais neste *lócus* de atuação. Sua abordagem se centra na prática profissional de assistentes sociais no âmbito da educação básica, analisando os fundamentos do exercício profissional. Para isso, procurou dar visibilidade aos elementos que compõem a prática profissional no âmbito desse campo, com ênfase ao universo escolar. Nas palavras da autora, a pesquisa teve como objetivo geral: “analisar o Serviço Social no espaço escolar, destacando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa presentes no exercício profissional dos assistentes sociais” (Oliveira, 2013, p. 24).

De imediato, da leitura do texto em análise, não identificamos nenhuma menção à análise das condições de trabalho de assistentes sociais, especificamente. Isso porque o que a priori se destaca em seu texto dissertativo são as discussões mais gerais e abstratas sobre as condições estruturais e conjunturais que incidem sobre a profissão e sobre o trabalho de assistentes sociais. Contudo, a autora realizou uma pesquisa de campo na qual os sujeitos foram assistentes sociais atuantes nas escolas municipais da cidade de João Pessoa (PB)<sup>19</sup>. Ao todo, a autora entrevistou 30 profissionais, de modo que, a partir dos dados coletados,

---

<sup>19</sup> O Município de Campina Grande – PB de acordo com Cunha (2017), foi um dos pioneiros no Brasil na inserção de assistentes sociais atuando na política de educação, tendo seu ingresso nesta política no ano de 1980.

apresentou uma caracterização dos profissionais que atuam nesses espaços e problematizou questões objetivas e subjetivas das condições de trabalho desses profissionais.

Esses aspectos nos motivaram a considerar este estudo como nossa fonte de pesquisa, embora a discussão da autora não seja centrada nas condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica. Além disso, notamos que a autora optou por não separar a fundamentação teórica dos resultados da pesquisa empírica, uma vez que se propôs a desenvolver seu texto articulando o suporte teórico adotado com os dados coletados por meio das entrevistas realizadas. Sua análise contemplou inicialmente uma contextualização da rede de ensino básico do município alhures mencionado para, em seguida, tratar das particularidades da inserção de assistentes sociais nos espaços escolares daquela municipalidade (Oliveira, 2013). Ao fim do primeiro capítulo, buscou apresentar dados relativos à caracterização dos profissionais sujeitos da pesquisa.

Em seu texto, a autora vai também realizar uma contextualização histórica da gênese da inserção de assistentes sociais na educação brasileira, chegando à fase mais contemporânea. Problematisa as concepções de educação que orientam a prática profissional, a relação família e escola, o conceito de interdisciplinaridade, as estratégias para construção de um trabalho sob a ótica da gestão democrática e o papel da rede de proteção de crianças e adolescentes.

Na última seção de sua dissertação, a autora problematiza a instrumentalidade da profissão, a partir das suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Por fim, de modo mais direcionado à questão que nos interessava, a autora aborda o tema das condições de trabalho e articula tal abordagem com as reflexões sobre a direção ético-política da profissão, considerando o recorte de sua pesquisa.

No trabalho dissertativo da autora, constatamos inicialmente uma exposição dos aspectos históricos da educação no Brasil, assim como se verificou na maior parte dos trabalhos apresentados até aqui. Sua abordagem em relação a este aspecto, contudo, se diferencia porque a autora dá maior ênfase à gênese do serviço social na educação brasileira. Segundo ela, a origem do serviço social nas escolas no Brasil remonta à época da gênese da própria profissão (Oliveira, 2013).

Em sua análise, a autora destaca que, na década de 1970, o debate do serviço social na educação ganha maior relevo nas instâncias legislativas brasileiras e vários PL foram propostos à época. Já a década de 1990, segundo a autora, foi marcada pela precarização das condições de trabalho na educação, levando muitos profissionais inseridos nesse espaço a migrarem para outras áreas de atuação. Para ela, contudo, o mesmo período marca avanços quanto ao amadurecimento da profissão de serviço social em relação às suas bases teórico-metodológicas,

alinhando sua atuação a práticas de gestão e democratização da gestão e na implantação de conselhos participativos. No seu ponto de vista, na atualidade, a categoria profissional, por meio de amplos esforços do conjunto CFESS/CRESS, participou ativamente nas proposições, discussões e debates sobre o tema do serviço social na educação básica, contribuindo decisivamente para a construção coletiva de um arsenal teórico que subsidia o trabalho profissional nesses espaços (Oliveira, 2013).

A autora defende que qualquer pesquisador que se proponha analisar a inserção de assistentes sociais no âmbito da educação deve apreender a dinâmica do espaço educacional, a política que o conduz e principalmente, deve ter domínio sobre a concepção de educação que orienta as práticas e saberes na escola. Ao defender isso, introduz a discussão sobre a escola unitária gramsciana (Oliveira, 2013).

Avançando em sua análise, se apoiando nas contribuições de Mészáros (2008), afirma que a educação escolarizada nos últimos tempos serviu muito bem ao propósito de fornecer conhecimentos e força de trabalho necessária para a expansão do capital e também para gerar e transmitir valores que asseguram os interesses dominantes. Pondera que as análises do referido interlocutor permitem pensar a educação para além dos espaços formais e ganhar o mundo, tendo como referência a humanidade e não o capital. Sob a égide do capital, a educação é peça chave no processo de acumulação e no firmamento do consenso (Mészáros, 2008).

Ao tentar trazer mais concretamente a questão da educação no contexto atual, a autora problematiza os desafios postos em face da programática neoliberal e o seu direcionamento para a formação de um perfil de trabalhador funcional ao modelo de acumulação flexível. Neste particular, pondera que, no contexto desse modelo, são colocadas em evidência um novo conjunto de requisições para a educação, pautadas na lógica da empregabilidade. Esta lógica refere-se às novas exigências da esfera produtiva que requerem uma força de trabalho preparada técnica e psicologicamente (Oliveira, 2013). Da análise do texto da autora, se depreende que esta entende as instituições educacionais como espaços permeados e tensionados por contradições, onde diferentes interesses se confrontam e materializam a luta de classes.

No que se refere propriamente às discussões sobre as condições de trabalho, a autora elabora sua interpretação articulada à análise da categoria instrumentalidade, com base na proposta teórica elaborada principalmente por Guerra (2010). Ao mesmo tempo, recorre às contribuições de Yamamoto (2014) para problematizar o trabalho do assistente social e sua condição de trabalhador assalariado, bem como às de Vasquez (2011) para abordar as questões relativas à ética.

A autora assimila os debates marxianos em torno do trabalho como categoria fundante

do ser social e por meio da qual este ser se desenvolve continuamente. Com base nestes fundamentos e recorrendo às contribuições de Guerra (2000), assevera que “[...] na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidade” (Guerra, 2000, p. 53 *apud* Oliveira, 2013). A autora conceitua a instrumentalidade como um conjunto de competências e habilidades colocadas em movimento para a atuação profissional. Considera que os saberes que a conformam possuem três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estas dimensões, segundo a autora, perpassam os processos de trabalho nos quais se inserem os profissionais assistentes sociais (Oliveira, 2013).

Ainda com base nas contribuições de Guerra (2010), afirma que o serviço social não possui apenas um padrão de racionalidade, pois, no tempo histórico, as racionalidades são expressas diferentemente e transitoriamente. Reiterando as ideias da mesma interlocutora, a autora afirma que a fase do capitalismo monopolista acaba por exigir um novo padrão de racionalidade. Nesta direção, passa a requisitar profissionais para responder às necessidades de controle social e de manejo dos chamados problemas sociais (Oliveira, 2013, p. 119).

Para a autora, os saberes que movimentam a instrumentalidade do serviço social se expressam no exercício profissional do assistente social, conformando as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo. Essas dimensões são descritas pela autora a partir do acúmulo dos debates existentes na produção do conhecimento da área, constatando-se especialmente as contribuições de Yolanda Guerra (2000; 2010), por meio de variadas produções dessa intelectual. Assevera que, ainda que a dimensão técnico-operativa esteja relacionada à prática profissional, esta vai além dos instrumentos usados no trabalho do assistente social. A autora defende que o serviço social não conta com um arsenal específico de instrumentos e técnicas, mas se utiliza do instrumental técnico desenvolvido nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Feitas estas considerações sobre os fundamentos trazidos à reflexão da autora em seu trabalho a partir dos aportes teóricos por ela selecionados, cumpre registrar que os dados relativos à pesquisa empírica anunciados no texto dissertativo servirão para a problematização que pretendemos fazer na última seção deste trabalho, assim como o faremos em relação a outras produções que contenham resultados de pesquisas empíricas sobre o tema das condições de trabalho de assistentes sociais na política de educação básica.

### **3.2.7 Dissertação 5 - O Trabalho das assistentes sociais entre labirintos e saídas: trilhas da educação básica em Manaus**

Em “*O Trabalho das assistentes sociais entre labirintos e saídas: trilhas da educação básica em Manaus*” a autora, em seus estudos para a elaboração da referida dissertação de mestrado, pretendeu analisar o trabalho profissional de assistentes sociais inseridos na política de educação básica no município de Manaus, no estado do Amazonas. Para isso, identificou as instituições que possuíam assistentes sociais em seu quadro funcional no âmbito da educação básica de Manaus, tanto da rede pública como privada. Destarte, esta é a única pesquisa dentre as que analisamos que contempla informações sobre as instituições de ensino privadas. Para este estudo, realizou entrevistas com 21 assistentes sociais que atuavam em escolas naquele município.

Inicialmente, a autora apresenta uma discussão sobre a conformação da política de educação brasileira, associada com a formação social e econômica do Brasil, refletindo sobre as particularidades do país na dinâmica internacional do capital. Na sequência, aborda a caracterização da educação básica de Manaus, contextualiza a inserção de assistentes sociais na educação e a trajetória histórica da luta pelo trabalho de assistentes sociais no campo da educação e na particularidade daquele município (Menezes, 2022).

Logo na segunda seção do trabalho, a autora apresenta dados sobre a sua pesquisa empírica, de modo a caracterizar o perfil dos profissionais assistentes sociais que atuam na educação, contemplando aspectos relativos às condições objetivas e subjetivas do trabalho neste campo de atuação. Além disso, discorre sobre as expressões da questão social atinentes ao campo da educação básica. Por fim, a autora dedica a última seção para discussão sobre a instrumentalidade do trabalho de assistentes sociais na educação básica. Esta seção engloba questões relacionadas ao planejamento do trabalho e as particularidades de questões relacionadas ao período pandêmico da Covid-19.

Assim, em sua abordagem, busca responder uma pergunta aparentemente simples, mas que tem contornos extremamente complexos: a quem serve a política de educação no Brasil? Na busca de respostas a tal questionamento, elabora seu texto baseando-se inicialmente em autores da sociologia latino-americana como Fernandes (1972), Marini (2017) e Osorio (2014). São autores basilares, embora extremamente densos, nos estudos sobre a formação social e econômica da América Latina e em especial, do Brasil. Nesta interlocução, procurou destacar as características estruturais e particulares desta região e país na dinâmica do capitalismo mundial. Desenvolve sua análise trazendo à reflexão do leitor aspectos relacionados à formação

social e econômica brasileira, enfatizando, com base nos autores supracitados, o caráter dependente dessa economia. Este recorte de análise também diferencia esta dissertação das demais que nos serviram de fonte de pesquisa. Ao buscar na teoria da dependência os nexos que explicam algumas características particulares da atual conformação econômica, política e social do Brasil a autora introduz e problematiza o tema da educação básica (Menezes, 2022).

Conjugando aspectos trabalhados pelos três autores mencionados, Fernandes (1972), Marini (2017) e Osorio (2014), a autora constrói uma abordagem teórica baseada nas categorias dependência, acumulação, superexploração, colonialismo, imperialismo e relações de classe. Na sua análise, credita o fato de o Brasil ocupar o posto de um país de economia dependente em virtude das inúmeras interferências econômicas internacionais e de ter seguido reiteradamente orientações de organismos multilaterais na execução de suas políticas governamentais. Dessa forma, em especial a política de educação, tem sido estruturada e desenvolvida de maneira a favorecer os interesses do capital, corroborando para a reprodução das relações de dependência, segundo Menezes (2022).

Retoma aspectos da interpretação de Fernandes (1972) sobre as formas de dependência brasileira, nas quais, os processos de dominação construíram a relação subordinada do Brasil com as “grandes potências”. Reitera que esta forma de inserção do país no contexto da divisão internacional do trabalho subordina a economia brasileira aos interesses dos países de economia central. Para a autora, o controle exercido pelos países hegemônicos sob os dependentes se dá mediante o recolhimento do excedente gerado, prioritariamente, pela via da superexploração do trabalho, caracterizada pela ampliação da taxa de mais-valor que impõe aumento de horas de trabalho, aumento da intensidade na produtividade e arrochos salariais (Menezes, 2022). A autora também destaca que a dominação externa acontece além do plano político e econômico, envolvendo também aspectos sociais e culturais. É nesse contexto que os países dependentes passam a seguir as orientações dos países hegemônicos por meio dos organismos internacionais. Ganham centralidade teorias do capital humano e teoria do capital social, visando garantir que a superexploração da força de trabalho ocorra coesa social e culturalmente, através da educação (Menezes, 2022).

Outro núcleo que irradia as questões apresentadas pela autora na busca por dar uma resposta à sua indagação inicial, se relaciona com as questões mais diretamente ligadas à política de educação, sob o auspício do projeto hegemônico do neoliberalismo. Utiliza teóricos como Vania Motta (2008), Gentilli (1995) e Frigotto (2010) para enfatizar qual é o projeto de educação do capital para os trabalhadores. Trata-se de um projeto no qual a educação é usada como meio para a mera transmissão de conhecimentos necessários para integrar os indivíduos

sociais ao mercado de trabalho (Menezes, 2022). Tal como já exposto também em outras produções, nesta perspectiva, diz a autora, a educação é vista como um investimento, cujos resultados serão benéficos para o próprio modo de produção capitalista.

Para subsidiar sua análise especificamente em relação ao trabalho de assistentes sociais na educação básica, a autora esclarece que utiliza referenciais teóricos da tradição marxista e marxiana, pois, segundo ela, para compreender quem são os assistentes sociais que trabalham na educação básica em Manaus, deve-se compreender a forma como a profissão se insere na divisão social do trabalho coletivo (Menezes, 2022).

Em face de suas escolhas teóricas, toma a categoria trabalho como fio condutor para iniciar sua exposição. Apoiando-se na teoria marxiana, entende o trabalho como atividade fundante do ser social e por meio da qual esse ser transforma a natureza e ao mesmo tempo, se transforma. Para atingir suas finalidades, faz uso da sua capacidade teleológica, ao mesmo tempo, que cria meios e instrumentos para dar consecução ao que projeta primeiro no seu pensamento. Fundamentando sua discussão, utiliza teóricos da tradição da teoria social, como Lukács (2010) e o próprio Marx (2013), e da sociologia do trabalho através de Antunes (2010).

Recorre aos escritos do sociólogo Ricardo Antunes (2010) para introduzir a discussão sobre o estranhamento. Compreende o trabalho como atividade essencial para a humanização do ser social. Contudo, ao tornar-se mera mercadoria convertida no único meio de subsistência do trabalhador, o trabalho afasta-se da finalidade básica do ser social (Menezes, 2022). Avançando em sua análise, faz menção aos intensos processos de transformações no mundo do trabalho e de suas conexões com a política neoliberal levada a cabo em todos os quadrantes do mundo, tal como problematizado em outras produções já mencionadas.

Recorre a teóricos do serviço social como José Paulo Netto (2001), Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2008) e Raichelis (2018) para explicar sobre a institucionalização e a compreensão da profissão com especialização do trabalho coletivo no bojo da emergência do capitalismo monopolista, fase na qual se gestam as condições históricas e sociais para que as atuações profissionais de assistentes sociais fossem socialmente demandadas.

Com base em Netto (2005) e Iamamoto e Raul de Carvalho (2008), a autora busca explicar a historicidade da profissão de serviço social, afirmando que a profissionalização do serviço social não se dá pela via da “evolução da ajuda”, ou à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”, mas está diretamente relacionada ao desenvolver da ordem monopólica. A autora argumenta que o assistente social é requisitado para dar respostas às expressões da questão social e se inscreve numa relação de compra e venda da sua força de trabalho (Menezes, 2022).

A autora, utilizando dos escritos por Raichelis (2018), afirma que, nas décadas de 1950 a 1960, o serviço social começa a ser reconhecido como profissão liberal. Porém, por mais que a profissão tenha adquirido tal reconhecimento, o assistente social vem exercendo seu trabalho, majoritariamente, como assalariado em instituições públicas ou privadas. Segundo a autora, a partir da década de 1970 há um projeto coletivo comum, fruto de uma consciência política sobre o papel dos assistentes sociais na sociedade de classes que direciona o trabalho profissional. A partir de então, uma perspectiva crítica incide sobre a identidade profissional, provocando alterações éticas, políticas e teóricas no serviço social enquanto profissão.

Segundo a autora, é por meio das mediações entre as dimensões da realidade e a instrumentalidade da profissão que o assistente social pode ser capaz de romper com a lógica instrumental, adotando estratégias com a razão crítica capaz de suplantar o imediatismo da prática profissional. Dito de outra forma, é através da análise da realidade social, articulando teoria e prática, que o profissional pode ir além da aparência dos fenômenos e com isso, ser capaz de identificar as possibilidades que existem na própria realidade concreta, realizando a mediação entre a teoria, valores e princípios que articulam a escolha dos instrumentos e técnicas no sentido do projeto profissional (Menezes, 2022).

### 3.3 SINTETIZANDO AS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS UTILIZADAS PELAS AUTORAS DAS FONTES SELECIONADAS

Quando da leitura de nossas fontes, identificamos as principais referências nelas utilizadas. Com o intuito de fazermos uma síntese que pudesse explicitar os principais interlocutores das autoras das referidas produções acadêmicas, as quantificamos. O resultado deste levantamento constitui o apêndice D, para o qual remetemos o leitor.

Aqui, apresentamos o quadro constando apenas a seleção das obras com maior incidência de citações e realizamos alguns apontamentos sobre essas obras e autores. Essa organização para a exposição foi necessária considerando a quantidade elevada de autores e obras distintas citadas. Advertimos, ainda, que nos ocupamos apenas daquelas referências que estabeleciam uma relação mais direta com os debates em torno das categorias mais afetas ao tema das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, levando em conta tanto questões macrossocietárias como as que dizem respeito mais especificamente ao trabalho do assistente social. No quadro que segue, apresentamos os principais interlocutores das autoras das produções analisadas, considerando o espectro dos debates no âmbito da teoria social clássica.

Quadro 2: Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas - Teoria social clássica

TEORIA SOCIAL CLÁSSICA			
Título/Obra	Autor	Citações	Ementário
O capital: crítica da economia política. Livro I.	MARX, Karl	118	Trabalho, valor, trabalho concreto e abstrato, trabalho produtivo e improdutivo, trabalho material e imaterial. Processo de trabalho. Alienação.
A Ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)	MARX, Karl. ENGELS, Friedrich	14	Pressupostos do materialismo histórico e dialético. Trabalho, modo de produção e forças produtivas. Alienação, ideologia e consciência.
A origem da família, da propriedade privada e do Estado	ENGELS, Friedrich	10	Família. Estado. Propriedade privada.

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Oliveira (2013); Menezes (2022); Cunha (2017); Aud (2017); Nascimento (2018); Gois (2020) e Fernandes (2018).

Dentre os autores clássicos, Marx foi citado 159 vezes nas produções teóricas analisadas, sendo o “*O Capital*” (2017) a principal obra citada. Suas obras e as análises do modo de produção capitalista nelas inscritas foram amplamente referenciadas em todas as produções teóricas que nos serviram de fonte de pesquisa, tanto nas teses quanto nas dissertações (Oliveira, 2013; Cunha, 2017; Aud, 2017; Nascimento, 2018; Gois, 2020, Fernandes, 2018 e Menezes, 2022).

Marx investigou o modo de produção capitalista e suas relações sociais de produção, assim como os antagonismos próprios desta forma social e histórica de organizar a produção. Assim como ele próprio nos advertiu, “[...] a finalidade última desta obra [O capital] é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna [...]” Marx (2017, p. 79). Nesta sociedade, capitalistas e proletários constituem a personificação de categorias econômicas, proprietários e não proprietários dos meios de produção. Estes carregam consigo relações e interesses de classe.

A lei geral da acumulação capitalista identificada na proposta teórica de Marx, foi uma verdadeira contraposição às formas tradicionais de entender e interpretar os fenômenos relativos ao modo de produção mercantil capitalista. Marx demonstrou como esse sistema produtivo impacta e onera a classe trabalhadora ostensivamente. Além disso, sua estruturação

fomenta o antagonismo entre capital e trabalho, restando evidente que não se trata de uma lei natural que o rege, mas, sim, uma dinâmica que lhe é intrínseca e produzida socialmente. Ao partir das discussões da economia política clássica inglesa, Marx desenvolve amplamente sua teoria sobre o valor na conformação da sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção. É esta teoria que o permite formular a crítica da economia política. Em nossas fontes, as autoras basearam-se na interpretação desta corrente teórica para elucidar a categoria trabalho e desdobrar seus nexos com a produção e a valorização do valor no contexto do capitalismo contemporâneo. Dessa maneira, as autoras buscaram evidenciar discussões relativas ao processo de trabalho, trabalho material e imaterial, produtivo e improdutivo, concreto e abstrato, dentre outros. Assim como, adentraram na problematização do fetiche e da alienação característicos da forma social capitalista que se funda na exploração do trabalho pelo capital, tal como observaram em suas análises Aud (2017), Fernandes (2018) e Gois (2020), por exemplo.

Ganhou absoluta relevância nos estudos analisados o debate sobre o caráter ontológico do trabalho a partir dos contributos marxianos, especialmente nas teses de Fernandes (2018) e Gois (2020). Tal abordagem visou discutir os fundamentos ontológicos do trabalho, diferenciando-o da sua forma social e histórica de trabalho assalariado, hegemônica no capitalismo. Compreender essas questões permitiu às autoras das produções selecionadas analisar com mais densidade a condição dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados que estão condicionados à dinâmica da compra e venda da sua força de trabalho.

Nesse sentido, a nosso ver, de modo geral, a teoria marxiana e suas principais categorias analíticas baseadas na teoria do valor foram utilizadas como elementos teóricos introdutórios para o exame posterior da condição de assalariado de assistentes sociais e para as consequências desta nas relações e condições de trabalho. Condição que se desdobra na tensão entre o estatuto assalariado e o Projeto Ético e Político da Profissão. Ou ainda, quando relacionada diretamente à precarização das condições de trabalho, como feito por Gois (2020) e Fernandes (2018), em suas pesquisas.

Já a obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” de Friedrich Engels (2010), foi referenciada para subsidiar análises sobre o papel do Estado a serviço das classes dominantes, não sendo este, portanto, um poder imparcial que estaria acima das classes em luta. Nesse sentido, o Estado não se situa acima das classes. Ele está a serviço da classe dominante, auxiliando nas condições necessárias para esta exercer o domínio e a exploração da classe dominada, a exemplo do que foi escrito por Gois (2020). O mesmo autor foi referência para as abordagens realizadas por Fernandes (2018) ao destacar elementos do estudo

etnográfico de Engels (2010b) sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora na Inglaterra, problematizando em suas discussões com questões relativas às condições de trabalho de assistentes sociais inseridos nos IFE brasileiros.

Como vimos, esses elementos da teoria social crítica nos auxiliam a interpretar a sociabilidade e o modo de produção capitalista e compreender como esses elementos conformam a contradição capital-trabalho também na particularidade do campo de trabalho da educação básica.

Neste sentido, convergindo com os pressupostos teórico-metodológicos marxianos, identificamos um conjunto de autores importantes da tradição marxista que se constituíram interlocutores das autoras das produções que nos serviram de fonte de pesquisa em suas análises. No quadro que segue, sintetizamos informações relativas aos principais autores localizados neste campo e que foram referenciados nas teses e dissertações analisadas.

Quadro 3: Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas – Teoria social contemporânea da tradição marxista

<b>TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA DA TRADIÇÃO MARXISTA</b>			
<b>Título/Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Citações</b>	<b>Ementário</b>
O neoliberalismo: história e implicações	HARVEY, David	40	O origem e profusão do neoliberalismo. Efeitos devastadores do neoliberalismo. Privatização da economia. Reorganização do Estado. Crise de acumulação de capital
Para além do capital	MÉSZÁROS, István	24	Crise estrutural do capital.
A educação para além do capital	MÉSZÁROS, István	21	Educação e emancipação. Papel da educação na sociedade de classes.
Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX	BRAVERMAN, Harry	19	Degradação do trabalho. Reificação. Papel do Estado. Trabalho produtivo e improdutivo. Relação homem-máquina.
Capitalismo tardio	MANDEL, Ernest	14	Capitalismo monopolista. Intensificação dos processos de automação. Ampliação do setor de serviços. Concentração e internacionalização do capital. O papel do

			Estado. Ideologia. Crise. Desemprego.
A mundialização do capital	CHESNAIS, François	7	Mundialização e concentração do capital. O poder monetário internacional. Desemprego. Flexibilização da produção. Tecnologia. Serviços.

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Oliveira (2013); Menezes (2022); Cunha (2017); Aud (2017); Nascimento (2018); Gois (2020) e Fernandes (2018).

Considerando os interlocutores da tradição marxista, David Harvey foi o autor mais citado, e seu livro “*O neoliberalismo: história e implicações*” (Harvey, 2008) a obra mais referenciada. No geral, as autoras utilizaram esta referência para explicar as transformações no papel dos Estados-nações, a partir da adoção de estratégias político-econômicas baseadas no livre mercado e nas liberdades e capacidades individuais, ou seja, na problematização do neoliberalismo. Também foram referenciadas as discussões do autor em relação à crise de acumulação capitalista, a partir da década de 1970.

István Mészáros foi também amplamente referenciado, sendo as obras “*A educação para além do capital*” (Mészáros, 2008) e “*Para Além do Capital*” (Mészáros, 2011) as principais citadas. O autor húngaro foi referenciado por nossas fontes privilegiadas nas questões relativas à crise estrutural do capital e seus impactos destrutivos na humanidade e coletividade. Conforme aludido por Nascimento (2018), Cunha (2017), Fernandes (2018) e Gois (2020).

Já a obra “*A educação para além do capital*” (Mészáros, 2008), embora pequena, é certa na discussão do papel da educação para emancipação. E nesse sentido, o autor evidencia que a educação, nos limites da ordem capitalista, não é capaz de promover a emancipação sob o ponto de vista social. No entanto, ela é um instrumento importante na tarefa coletiva na transição para uma ordem social diferente da regida pelo capital, podendo ser disputada com vistas à conquista de avanços no espectro da emancipação política. Esta obra especificamente foi bastante citada pelas autoras quando discutido o propósito da educação institucionalizada, sobretudo, no que se refere a internalização de valores e para fornecer mão de obra qualificada ao trabalho, a exemplo do que fizeram Cunha (2017) e Oliveira (2013).

Neste particular, ainda, o autor assevera que uma das funções da educação formal é produzir conformidade e consenso. Conforme o autor, há um “complexo processo de modelagem de visão geral de mundo” (Mészáros, 2008, p. 50) constituído por visões

particulares com base em interesses irreconciliáveis e que é funcional à lógica do capital. Dessa forma, assevera:

[...] necessitamos, então de uma “contrainternalização”, coerente e sustentada, que não se esgote na negação – não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento – que me defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente concretamente sustentável ao que já existe [...] (Mészáros, 2008, p. 56).

Ainda que esses aspectos tenham sido apontados com maior ênfase por Cunha (2017) e Oliveira (2013), perpassam também as demais produções analisadas.

Harry Braverman (1987), por meio de sua obra “*Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*”, também foi referenciado. A obra ganhou destaque nas análises sobre o desenvolvimento da maquinaria e a utilização da ciência para extrair mais valor, reconhecidamente por sua condição de instrumento para aumentar a eficiência no trabalho. Todavia, neste processo, dada a dinâmica capitalista, torna-se uma das ferramentas que corroboram para estratégias produtivas que redundam na degradação do trabalho, uma vez que indicam os caminhos que ampliam o controle e a disciplina da força de trabalho. Além disso, contribui para instituir a necessidade de maior qualificação e polivalência, bem como instaurar rotinas e aumentar a produtividade do trabalho, diminuindo, por outro lado, o controle dos trabalhadores sobre o seu próprio trabalho (Braverman, 1987). A utilização da referência supracitada também apareceu relacionada às discussões sobre a compra e a venda da força de trabalho e os resultantes desse processo aos trabalhadores, conforme apontado por Gois (2020) e Fernandes (2018). Destacamos, no entanto, que esta referência foi identificada apenas nas teses, não sendo referenciada por nenhuma das autoras das dissertações. Em ambas as teses, as autoras Gois (2020) e Fernandes (2018) aprofundaram com maior ênfase as questões teóricas que auxiliam na elucidação de como ocorre a exploração do trabalho no capitalismo e para esse debate tal produção é indispensável. Do mesmo modo, François Chesnais, com sua obra “*A mundialização do capital*” (1996), foi referenciado apenas nas teses de doutoramento. As autoras deram destaque para as discussões sobre a mundialização do capital, que, de acordo com Chesnais (1996), passou a ocorrer a partir da década de 1980, qualificada como uma nova e mais recente fase do capitalismo, na qual o capital financeiro ganha centralidade no processo de acumulação.

Já a obra de Mandel, “*O capitalismo tardio*” (1977), foi utilizada como fundamentação teórica apenas em uma das dissertações, de autoria de Cunha (2017) e nas duas teses analisadas. As autoras deram centralidade para as questões sobre a atual conformação do capitalismo

monopolista diante do aumento da intensificação do uso da automação nos processos produtivos e seus impactos na ampliação do desemprego.

Considerando os debates em torno do trabalho e das condições de trabalho, foi comum, por parte das autoras das produções selecionadas, fazerem uso de aportes teóricos de autores da sociologia do trabalho, da economia e da filosofia, todos situados no campo da teoria social crítica. No quadro que segue, apresentamos informações sobre os principais interlocutores acionados pelas autoras em suas análises.

Quadro 4: Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas - Autores da Sociologia do trabalho, Economia e Filosofia

<b>SOCIOLOGIA DO TRABALHO, ECONOMIA E FILOSOFIA</b>			
<b>Título/Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Citações</b>	<b>Ementário</b>
Mais trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea	SADI, Dal Rosso	81	Intensificação do trabalho. Precarização do trabalho.
Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório	ALVES, Giovanni	49	Trabalho e captura da subjetividade. Reestruturação produtiva. Fordismo. Toyotismo.
O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital	ANTUNES, Ricardo	46	Precarização do trabalho. Serviços na era digital. Terceirização. Crise sindical. Adoecimentos no trabalho.
Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho	ALVES, Giovanni	34	Reestruturação produtiva. Precarização do trabalho.
Fundo público e seguridade social no Brasil	SALVADOR, Evilásio	20	Fundo público. Seguridade social.
Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo	SALVADOR, Evilásio	19	Fundo público. Política social.
Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho	ANTUNES, Ricardo	16	Centralidade do trabalho. Precarização do trabalho. Sindicalismo.
Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho	ANTUNES, Ricardo	15	Crise estrutural do capital. Intensificação do trabalho. Taylorismo. Fordismo. Toyotismo.
O mercado de trabalho nos serviços sociais.	BORGES, Ângela	14	Serviço social. Crescimento dos serviços sociais.

A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores	DRUCK, Maria da Graça	13	Precarização do trabalho.
A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica	ALVES, Giovanni	11	Crise estrutural. Precarização do trabalho.
Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II	ANTUNES, Ricardo	11	Nova morfologia do trabalho. Acumulação flexível.
O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho	ANTUNES, Ricardo	9	Substituição do trabalho vivo pelo morto. Empresa enxuta. Estranhamento.
Dimensões da precarização estrutural do trabalho	ANTUNES, Ricardo	9	Precarização do trabalho.
Educação contra o capital	TONET, Ivo	6	Papel da educação. Cidadania. Emancipação humana. Liberdade.

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Oliveira (2013); Menezes (2022); Cunha (2017); Aud (2017); Nascimento (2018); Gois (2020) e Fernandes (2018).

Dos autores da sociologia do trabalho, Ricardo Antunes (2005, 2013a, 2016) foi o mais referenciado em suas diversas produções. Trata-se de um autor brasileiro e de grande relevância, na condição de professor titular de sociologia do trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFH – Unicamp). Suas contribuições perfazem as discussões sobre o mundo do trabalho em seus atuais processos de transformação e reconfiguração, processos estes que chegam a constituir uma nova morfologia do trabalho, como o próprio autor destaca (Antunes, 2020).

A obra mais citada de Antunes foi “*O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*” (Antunes, 2020), na qual ganham destaque as discussões sobre a precarização, os impactos das inovações tecnológicas no trabalho, bem como as novas formas de uso e controle da força de trabalho. Outras obras do autor foram amplamente referenciadas no trato sobre a categoria trabalho, destacando-se elementos que compõem a análise dessa categoria, como o seu caráter ontológico e suas formas no contexto do capitalismo contemporâneo. Dentre as autoras que se apoiaram nas produções do sociólogo do trabalho em comento, destacamos Menezes (2022), Nascimento (2018) e Gois (2020).

Outro núcleo analítico desse autor que irradiou as discussões foi a reestruturação produtiva, com enfoque sobre a precarização do trabalho. Se no século XX vivenciamos a passagem do modo de produção *taylorista-fordista*, o século XXI é marcado pela flexibilização *toyotizada*, dada sua característica de ampliação de funcionamento da lei do valor, convertendo

todas as atividades para a geração de mais-valor. O trabalho torna-se mais precarizado e intensificado diante dessa nova morfologia do trabalho (Antunes, 2020), aspectos privilegiados por Cunha (2017), Aud (2017), Fernandes (2018) e Gois (2020).

No caso da obra mais referenciada dentre os autores da sociologia do trabalho, filosofia e economia, identificamos a obra “*Mais trabalho! Intensificação do labor na sociedade contemporânea*” de Sadi Dal Rosso (2008). A categoria intensidade, com base nos pressupostos desenvolvidos por Dal Rosso (2008) esteve presente em todas as produções teóricas cujos objetos de análises eram os IFE. Assim sendo, esteve presente nas teses de Fernandes (2018) e Gois (2020), mas também suas contribuições compareceram nos escritos de duas dissertações: a de Aud (2017) e Nascimento (2018).

Consultamos diretamente a obra de Dal Rosso (2008), *Mais Trabalho!* e nas considerações do autor, identificamos que “[...] todo ato de trabalho envolve gasto de energia e, portanto, exige esforço do trabalhador, [e isso] está na raiz da noção de intensidade” (Dal Rosso, 2008, p.20). Seu argumento vai no sentido de que quem trabalha gasta mais ou menos energia, mas sempre gasta um tanto. Portanto, todo trabalho tem um grau variado de intensidade. Afirmar isso é perscrutar pela categoria trabalho e entender que o trabalho humano é o ato de transformar a natureza, mediado por meios e instrumentos na busca de um fim, conforme disposto nos textos marxianos. Quando esse fim se realiza, seja do ponto de vista mental ou prático, quem o realizou gastou energias vitais (físicas ou psíquicas).

Nessa perspectiva, a intensidade tem a ver com a forma como é realizado o trabalho. Por conseguinte, “ela se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta (Dal Rosso, 2008, p. 20)”. Assim, a noção de intensidade está atribuída à exigência de “mais trabalho”, ou seja, à necessidade de exigir mais dispêndio de energias vitais do sujeito que trabalha. Nesse sentido, a intensidade está associada ao aumento da exploração do trabalho. Essa perspectiva coaduna com o exposto por Aud (2017) e Gois (2020).

Para analisar o dispêndio quali e quantitativo de energias, deve-se avaliar o processo de trabalho em suas dimensões físicas, intelectuais e psíquicas. Para Dal Rosso (2008), a intensidade vai além do esforço físico, pois agrega todas as capacidades do trabalhador, sejam elas do corpo ou da mente. Tais aspectos foram mencionados, por exemplo, nas análises de Aud (2017).

Dal Rosso (2008) argumenta que as relações de trabalho devem ser levadas em conta quando se aborda o tema das condições de trabalho, pois estas englobam uma diversidade de pessoas, tanto no próprio local de trabalho como fora do trabalho, mas que refletem no cotidiano laboral (Dal Rosso, 2008). Em seus escritos, a intensidade é a condição pela qual se requer mais

esforço físico, intelectual ou até mesmo emocional de quem trabalha. E tem como objetivo produzir mais resultados dos trabalhadores. Perspectiva que vem ao encontro das discussões realizadas por Fernandes (2018). Nesse sentido, ampliar a intensidade é ampliar também a precarização do trabalho, seja via aumento da exploração da força de trabalho, da ampliação direta da carga horária, pela sobrecarga de atividades atribuídas ao trabalhador, acúmulos de tarefas ou por meio da adoção de Tecnologias da Informação para aumentar o ritmo e a intensidade do trabalho. Essas e outras questões foram abordadas também por Gois (2020) em seus estudos.

Para Dal Rosso (2008), ao problematizar as questões do trabalho no âmbito estatal, pondera que, com a reforma gerencial do Estado na década de 1990, foram operadas mudanças na gestão do trabalho para estimular a eficiência e a produtividade, de maneira a adequar o Estado aos interesses do capital. Há, a partir dessa década, uma ampliação da privatização da coisa pública e as transferências de técnicas de gestão próprias das organizações privadas para a esfera pública, com vistas a aumentar o rendimento do trabalho. Essas alterações trouxeram também implicações para o trabalho dos assistentes sociais inseridos nesses espaços.

As obras do autor Giovanni Alves foram citadas 115 vezes pelas autoras das produções que nos serviram de fontes de pesquisa. As obras de maior incidência foram “*Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*” (2011) e “*A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica*” (2012). Alves, assim como Antunes, é um autor basilar nas discussões sobre os fundamentos do trabalho na tradição marxista. Nesse sentido, suas obras são referenciadas nas abordagens que buscam apreender a categoria trabalho e seus desdobramentos na sociedade regida pelo capital. Em geral, Alves (2011, 2012) foi utilizado como referência para as discussões sobre a precarização do trabalho sob o conjunto da classe trabalhadora. No trato sobre o trabalho em sua dimensão ontológica, e nas categorias alienação/estranhamento e fetichismo, ou seja, na busca para explicitar teoricamente os fundamentos do trabalho na tradição marxista, suas contribuições também foram mencionadas. Além dessas questões, Alves (2011, 2012) é leitura obrigatória para aqueles que buscam compreender as repercussões dessas transformações na subjetividade do trabalhador, tal como fizeram Gois (2020), Fernandes (2018), Nascimento (2018) e Cunha (2017).

Evilásio Salvador (2010a e 2010b), embora tenha tido uma expressiva quantidade de menções, 39, suas obras foram referências apenas para uma das produções teóricas analisadas: a tese de doutoramento de autoria de Gois (2020). Na nossa compreensão, a recorrência às obras de Salvador (2010a e 2010b) por parte da autora foi fundamental para descortinar a apropriação do fundo público pelo capital e seus efeitos na precarização também das políticas sociais no

Brasil. Como Gois (2020) articula a análise sobre a precarização do trabalho com a precarização das políticas sociais no Brasil, pretendendo demonstrar as expressões da precarização no trabalho dos profissionais assistentes sociais em exercício no IFAL, as problematizações do referido autor foram de grande valia.

Graça Druck também foi bastante referenciada e a sua obra de maior incidência foi “*A precarização social do trabalho no Brasil*” (2013). Suas interpretações sobre a precarização do trabalho como uma dimensão que atravessa o trabalho na sociedade capitalista atual, indica que este processo se aprofunda e se generaliza na cena contemporânea, incidindo até nos segmentos de trabalhadores mais estáveis. Mas, atinge toda a classe trabalhadora indiscriminadamente, variando apenas em grau e intensidade, como foi sinalizado nos estudos de Nascimento (2018) e Aud (2017).

Além destas obras, a “*Educação contra o capital*” de Ivo Tonet (2012), foi também utilizada pelas autoras das produções que aqui analisamos. Suas discussões, sobretudo como referência para as reflexões sobre a emancipação política e humana, liberdade e cidadania, se mostraram bastante úteis para se pensar os limites e as possibilidades da educação nos marcos da sociabilidade burguesa. Essas categorias, por vezes, foram apresentadas de maneira não muito bem diferenciadas, comprometendo a compreensão do que elas realmente representam. Notamos nos estudos analisados que a concepção de educação aparece, por vezes, ligada imediatamente à emancipação sem que esta categoria seja qualificada. Conforme Tonet (2012), a educação é um dos meios precípuos na luta pela emancipação humana, mas não é esta sua finalidade na ordem do capital. Sua contribuição está relacionada ao despertar de uma consciência revolucionária. Destarte, segundo Tonet (2012), a emancipação humana só é possível em uma nova ordem social distinta da que se organiza a partir da propriedade privada e da divisão de classes.

Além desses autores, outros vinculados à área de serviço social, especialmente autoras, foram reiteradamente mencionados nas problematizações realizadas nos escritos acadêmicos que nos serviram de fonte de pesquisa. No quadro apresentado a seguir, indicamos informações a esse respeito.

Quadro 5: Conjunto de obras mais citadas pelas autoras das fontes selecionadas - Literatura do serviço social

LITERATURA DO SERVIÇO SOCIAL			
Título/Obra	Autor	Citações	Ementário
Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social	IAMAMOTO, Marilda Vilela	57	Questão social. Projeto profissional. Processo de trabalho. O trabalho profissional do assistente social.

			Autonomia relativa. Trabalho assalariado. Produção e reprodução social. Dilemas da alienação.
Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica	IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de	56	Produção e reprodução das relações sociais. Serviço social no processo de reprodução das relações sociais. Serviço social e reprodução da força de trabalho.
Economia política: uma introdução crítica	NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo	44	Trabalho, sociedade e valor. Fim da sociedade do trabalho. O fetichismo da mercadoria. Trabalho concreto e abstrato. Crises e contradições do capitalismo.
O serviço social na contemporaneidade	IAMAMOTO, Marilda Vilela	34	Centralidade do trabalho. Processos de trabalho. Condições e relações sociais. Trabalho e serviço social.
Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos	BEHRING, Elaine	34	Contrarreforma do Estado Brasileiro. Fundo público. Seguridade social
Serviço Social: identidade e alienação	MARTINELLI, Maria Lúcia	24	Gênese e desenvolvimento do Serviço Social. Identidade profissional.
Capitalismo monopolista e serviço social	NETTO, José Paulo	24	Conjuntura e emergência da profissão. Estado e questão social.
Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo	RAICHELIS, Raquel	23	Trabalho. Precarização do trabalho. Trabalho assalariado. Trabalho do assistente social.
Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64	NETTO, José Paulo	22	Autocracia burguesa. Ditadura e serviço social. Direções da renovação do serviço social no Brasil.
Introdução ao estudo do método de Marx	NETTO, José Paulo	21	Método crítico dialético.
A instrumentalidade do serviço social	GUERRA, Yolanda	20	Instrumentalidade do serviço social.

			Dimensões do trabalho profissional. Cultura profissional. Racionalismo formal-abstrato. O fetiche dos instrumentos e técnicas ou a deificação das metodologias de ação.
A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância	GUERRA, Yolanda	11	Prática profissional. Relação teoria x prática. Fazer profissional.
O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos	RAICHELIS, Raquel	10	Precarização do trabalho. Trabalho assalariado. Trabalho do assistente social.

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Oliveira (2013); Menezes (2022); Cunha (2017); Aud (2017); Nascimento (2018); Gois (2020) e Fernandes (2018).

As obras de Marilda Yamamoto “*O serviço social na contemporaneidade*” (2009), “*Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*” (2015) e “*Relações sociais e serviço social no Brasil*”, esta última escrita em coautoria com Raul de Carvalho (2008) foram amplamente citadas. A presença dessa autora foi quase unânime em todas as produções analisadas. Essas obras possuem uma alta densidade teórica na análise e interpretação do significado social da profissão de serviço social na trama das relações sociais capitalistas.

Yamamoto e Carvalho (2008), em sua obra, por meio da crítica à economia política, com base nos pressupostos marxianos, buscam lançar luzes para a radicalidade das expressões da questão social prementes no nosso tempo, dialogando com as questões atinentes à profissão de serviço social. Assim, predominantemente, as produções teóricas de Yamamoto (2009, 2015) e Raul de Carvalho (2008) foram referenciadas para subsidiar as discussões sobre as particularidades da profissão de serviço social na divisão social e técnica do trabalho, bem como nas abordagens sobre o serviço social ser regulamentado como uma profissão liberal, especializada, que realiza um trabalho coletivo e atua na produção e reprodução da vida social. Para isso, dispõe de uma relativa autonomia na condução do seu trabalho, conforme observado nas interpretações de Menezes (2022) e Nascimento (2018).

A despeito de ser reconhecida como uma profissão liberal, a inserção deste profissional no mercado de trabalho se dá, majoritariamente, pela via do assalariamento, notadamente no espaço estatal. O assistente social, enquanto trabalhador assalariado está envolto por situações concretas que dão margens e limitações para a atuação. Nesses termos, Marilda Yamamoto e

Raul de Carvalho (2008), inauguraram já na década de 80 do século XX, as análises teóricas sobre o assistente social inserido nos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas<sup>20</sup>, aspecto que ilumina as análises da profissão e do trabalho do assistente social no Brasil ainda hoje. Tais aspectos são reportados pelas autoras das produções que nos serviram de fonte, a exemplo de Gois (2020), Nascimento (2018) e Aud (2017).

Conceber o assistente social como trabalhador assalariado leva a muitas consequências teóricas e políticas, sendo uma delas a admissão de que a profissão está inserida em um conjunto de condições e relações que incidirão sobre o seu trabalho e fogem ao controle do agente profissional, aspectos levados em conta pelas autoras em suas análises, como feito por Gois (2020) e Nascimento (2018).

Ao vender sua força de trabalho, o assistente social se insere no mercado mediante uma relação contratual, seja com o setor público, privado ou entidades não governamentais. Desse modo, o empregador fornece os meios, instrumentos e até mesmo dita as demandas para o trabalho, conforme destacamos nas análises das produções selecionadas para nossa pesquisa. Nesse sentido, o assistente social estará subordinado às determinações de quem compra sua força de trabalho, condição que tensiona o PEP (Iamamoto, 2015), tal como exposto por Aud (2017) e Cunha (2017).

Sobre o exercício profissional, Yamamoto e Carvalho (2008, p. 79):

[...] a profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e das empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula [...]

Entendemos, outrossim, que “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (Iamamoto, 2015, p. 215). Todavia, mesmo que a instituição contratante seja a detentora dos meios de produção, ainda há, no exercício profissional cotidiano, possibilidades de atuação que observem e convirjam com os princípios e valores que dão sustentação ao PEP, haja vista as contradições existentes na dinâmica própria da realidade social. Deste modo, pode-se afirmar que a prática profissional é amplamente condicionada pelas determinações concretas e objetivas. Além disso, é na realidade concreta que se encontram as possibilidades de ação.

---

<sup>20</sup> O processo de produção e reprodução das relações sociais, envolve a reprodução da vida material, mas também, a vida espiritual dos sujeitos envolvidos (Iamamoto, 2015).

Iamamoto (2015) assevera a necessidade de analisarmos a reprodução das relações sociais como um problema a ser elucidado, para que essa categoria não seja naturalizada. Segundo a autora, as contradições e mistificações inerentes às relações sociais num determinado modo de produção, o capitalista mercantil, necessariamente precisam ser elucidadas para que possamos compreender a instrumentalidade do serviço social no interior deste modo de produção. Assim, em sua obra “*O serviço social em tempo de capital fetiche*”, a autora busca analisar como se dá o processo de produção e reprodução das relações sociais nesta sociabilidade na era do capital financeiro e mundializado e em sua dinâmica contraditória. Do mesmo modo, intenta encontrar as particularidades da “questão social” sob a hegemonia do capital financeiro, para descobrir o significado social do trabalho do assistente social nesse contexto.

Ao interpretar o processo de reprodução como totalidade histórica em movimento, em realização, Iamamoto (2015) percebe que não se trata apenas da reprodução das relações sociais de produção em si, – força de trabalho e meios de produção – mas de um amplo complexo, denso e contraditório que envolve conflitos de classe, aspectos sociais e políticos. Portanto, com base no pensamento da autora, todas as dimensões da vida social são lugares para a reprodução das relações sociais de produção.

Raquel Raichelis (2011, 2018) é também uma intelectual da área de serviço social que foi bastante referenciada nas produções analisadas em virtude dos seus debates sobre a precarização do trabalho, na particularidade do exercício profissional de assistentes sociais na contemporaneidade. Sinalizamos que ela também figura como orientadora de uma das dissertações que nos serviu de fonte, de autoria de Aud (2017). O artigo “*O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos*” (2011) foi a produção de maior referência das produções analisadas. Raichelis (2011), assim como Iamamoto (2015), discutem a condição de trabalhador assalariado do assistente social. Para elas, o trabalho do assistente social sofre implicações próprias do processo da compra e venda da sua força de trabalho. Ao se inserir no processo de mercantilização e no universo do valor do capital, o assistente social circunscreve condições concretas para seu exercício profissional. Nessa direção, Raichelis (2011) aponta que existem condições objetivas e subjetivas que devem ser consideradas na prática profissional, as quais incidem outras questões relacionadas à sua subjetividade – resultado do seu modo de ver e pensar o mundo –, e questões concretas que dizem respeito a relações sociais produzidas a partir de uma base material existente. Portanto, não são somente as condições objetivas que precisam ser levadas em conta nas problematizações do trabalho profissional, segundo Raichelis (2011), mas também as questões

subjetivas, que são da ordem da sociabilidade dos sujeitos. Essas dimensões foram também suscitadas por Cunha (2017).

Com base nesses pressupostos, o argumento principal que Raichelis (2011) pretende enfatizar em suas produções é que, ao inserir-se na relação de compra e venda da sua força de trabalho, os assistentes sociais estarão subordinados às ingerências das instituições empregadoras, que poderão determinar demandas e o público a ser atendido pelos assistentes sociais. Tal assertiva leva à problematização entre o projeto profissional e o estatuto de trabalhador assalariado, relação tensa e contraditória na qual se inserem os assistentes sociais. Essa relação, por sua vez, impõe limites à relativa autonomia profissional – questão bastante discutida também por Iamamoto (2015) – uma vez que a instituição contratante define as condições para o exercício profissional.

Raichelis (2018) nos explica que a gestão do trabalho no serviço público tem sido impactada em função da adoção do ideário neoliberal, aspecto que apareceu reiteradamente nas produções analisadas. Esses impactos se expressam na contratação de pessoal via concurso público como gasto e não como um investimento. Isso reverbera sobre as condições de trabalho neste setor, precarizando-o. Tal processo ganha materialidade diante do número limitado de assistentes sociais atuando frente à sobrecarga de demandas que se apresentam nos espaços sócio-ocupacionais existentes no âmbito estatal. Essas ponderações parecem coadunar com o exposto por Gois (2020) e Menezes (2022) por exemplo.

Ao discutir diretamente a precarização das condições de trabalho de assistentes sociais no contexto de mudanças relacionadas ao capitalismo contemporâneo, Raichelis (2018) afirma que a precarização do trabalho se materializa na sobrecarga de tarefas, na cobrança por resultados, na extensão e intensificação da jornada e na focalização das políticas sociais, âmbito privilegiado de ação de assistentes sociais. Esses processos acabam por precarizar o trabalho e atingem corpos e mentes dos trabalhadores, questão também abordada por Nascimento (2018).

As obras de José Paulo (2005, 2011) e Netto e Braz (2006) foram referenciadas para contextualizar a institucionalização do serviço social na emergência do capitalismo dos monopólios, bem como para colocar luzes sobre as reflexões a respeito do caráter ontológico do trabalho em sua forma mercadoria, no contexto do modo de produção capitalista. As contribuições de Netto sobre o método marxiano de interpretação do real também foram bastante mencionadas. No conjunto, as questões suscitadas pelos referidos autores compareceram nas análises desenvolvidas por Gois (2020), Fernandes (2018), Nascimento (2018), Oliveira (2013), Menezes (2022) e Cunha (2017).

Maria Lúcia Martinelli em “*Serviço social: identidade e alienação*” (2008), foi referenciada nas discussões sobre a construção do Projeto Ético e Político do serviço social e o movimento de reconceituação. Tal proposta ressignificou a consciência coletiva do papel que os assistentes sociais desempenham na sociedade de classes para uma consciência alicerçada numa perspectiva de sua superação. Desse modo, a identidade profissional se ressignificou também, dada a compreensão das relações contraditórias que compõem a sociedade capitalista.

Além destas questões, foram abordadas outras referentes à histórica identidade atribuída aos profissionais assistentes sociais, fundamentada na concepção de que os profissionais têm uma função de execução de atividades, voltada, sobretudo, ao aspecto técnico-operativo da profissão. De acordo com Martinelli (2008), erroneamente se atribuiu aos assistentes sociais o papel do profissional que cuida da pobreza ou das questões relativas à pobreza. Segundo Martinelli (2008, p. 127), esta concepção está capitaneada no “[...] agir imediato, da ação espontânea, alienada, alienante [...]” que conformou a profissão associada ao ideário de base católica que compunha os primórdios da profissão. Por isso, o que se esperava da profissão era alicerçado numa perspectiva da “identidade atribuída” pela classe dominante. Aqui vale lembrar que tal perspectiva tinha maior força ante a ausência de um projeto de profissão, isto é, diante da inexistência da direção hegemônica da profissão. Em face disso, tornava-se terreno fértil para a ausência de uma identidade profissional. Tal perspectiva foi discutida por Menezes (2022), Aud (2017) e Cunha (2017).

Yolanda Guerra (2010) também teve destaque nas discussões acerca da precarização do trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade, como fizeram Cunha (2017) e Gois (2020). Sobre o debate da precarização das condições de trabalho, Guerra (2010, p.716-717) aduz:

[n]os últimos vinte anos, como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos. Vivenciam e enfrentam, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho e efetivam respostas no campo dos direitos, captando e enfrentando as expressões da chamada "questão social", que se convertem, por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas para a profissão.

Dessa forma, se nas últimas décadas a classe trabalhadora como um todo vivencia condições e relações de trabalho destituídas de direitos, os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, também serão acometidos pelas mesmas condições, salvo as particularidades de cada campo profissional.

O clássico livro “*A Instrumentalidade do Serviço Social*” de Yolanda Guerra (2011), foi amplamente referenciado nos estudos por nós analisados, presentes nos estudos de Oliveira (2013), Menezes (2022), Fernandes (2018) e Gois (2020). Merece destaque o fato de que Oliveira (2013) e Menezes (2022) resguardaram uma seção em suas produções teóricas para o debate da instrumentalidade.

Para Guerra (2011), a racionalidade que influencia a cultura profissional, pode-se dizer, é fruto e expressão das teorias e práticas que iluminam as finalidades e só então mobiliza o aparato técnico-operativo para ação. Nesse caso, sendo o serviço social uma profissão eminentemente interventiva, desenvolveu formas para realização da prática e essas formas tornaram a profissão reconhecida socialmente. Teoricamente, as ações profissionais são referenciadas por diversas áreas das ciências sociais, a partir dos aportes teóricos macroscópicos. Particularmente, no que concerne à teoria marxista, as preocupações profissionais ultrapassam a prática profissional imediata, para centrar suas análises na estrutura e aos contextos sobre os quais a prática é realizada. Esta realocação no eixo de análise rendeu muitos debates ao longo do tempo no interior da categoria profissional por se entender que tal acepção pode privilegiar a elaboração teórica em detrimento da intervenção prática.

Ledo engano. As teorias, de acordo com o Guerra (2011, p. 25) “são processos de reconstrução da realidade, vinculadas a projetos determinados de sociedade a visões de homem e mundo, ante os quais o profissional assume uma posição e a determinados métodos de conhecimento e análise da sociedade”. Dessa forma, a teoria possui limites e possibilidades, embora não forneça subsídios imediatos para serem aplicados à intervenção ou à prática cotidiana profissional, como se elaborações teóricas dispusessem de um valor instrumental. Ainda, segundo Guerra (2011), a prática profissional necessita de condições objetivas, determinadas pelas relações e nexos entre os processos que, contraditoriamente, movimentam os fenômenos e perpassam a natureza da profissão. A falta de recursos, baixos salários, exigências burocráticas, o tratamento à questão social fragmentado, descontinuado ou paliativo conformam um cenário onde as condições objetivas não advêm somente das posições teleológicas dos sujeitos, tampouco do uso racional dos instrumentos e técnicas (Guerra, 2011). Entretanto, sendo os indivíduos dotados de teleologia, o fator subjetivo é um agente modificador. Nesse sentido, convém atuar para estabelecer condições objetivas que determinam o trabalho e superem a intervenção profissional ao nível do imediato, assim como compete ao profissional conhecer as táticas políticas adscritas às finalidades da profissão e seus meios, segundo Guerra (2011). Estamos, portanto, falando da direção social do exercício profissional, que direciona o fazer profissional. Como estabelece Raichelis (2010, p.752):

[n]esses termos, é importante demarcar de saída que refletir sobre os espaços sócio ocupacionais do serviço social implica considerá-los como expressões das dimensões contraditórias do fazer profissional, nos quais se condensam e se confrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos, articulados em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas.

A redefinição do projeto profissional nos marcos dos anos 1980 foi balizada no significado social da profissão, como especialização do trabalho coletivo e inserida na divisão social e técnica do trabalho. A partir dessa premissa, destaca-se a historicidade do serviço social, inserido na trama das relações sociais entre as classes e em sua relação com o Estado. Esta apreensão da profissão, como respaldada nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996, p.5), implica “compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve”. Por isso, o significado social da profissão é constituído pelas mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão, ou seja, nas demandas e nas respostas sobre as quais nós profissionais somos incitados a responder.

Há que se destacar, ainda, que a questão social é o fundamento básico da existência da profissão e o exercício profissional é mediatizado pelos processos sociais e históricos. No mesmo sentido, é preciso considerar que os conhecimentos teóricos e metodológicos constituem meios acionados no desenvolvimento das atividades que integram os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se inserem.

As contribuições de Yolanda Guerra (2010), também nos ajudam a entender o fato de que, desde a década de 1990, as profissões assalariadas tendencialmente têm seus espaços e relações de trabalho precarizados. Mesmo sob estas condições, precisam materializar respostas para as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho no campo dos direitos. Ocorre que as ações profissionais não são neutras, elas compõem o universo da subjetividade, que se constituiu em alguma medida, sobretudo, pelo domínio do referencial teórico e metodológico que ilumina a profissão na leitura sobre a realidade social. De acordo com Guerra (2010), assistentes sociais sofrem duplamente o impacto da precarização do trabalho no seu fazer profissional. Na sua opinião, o assistente social “[...] tem na flexibilização uma forma de precarização do seu trabalho tanto como segmento da classe trabalhadora quanto como profissional que atua no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais” (Guerra, 2010, p.719). A precarização das condições de trabalho é uma característica do trabalho na contemporaneidade, ainda que compareça em formas, níveis e graus diferenciados.

Por intervir nas expressões da questão social, manifestas na vida daqueles que utilizam os serviços e as políticas sociais, a intervenção no nível do cotidiano não revela os fundamentos da questão social. Nesse nível, dada sua imediaticidade, a tendência é que a intervenção se pautem no resultado, em perspectivas pragmáticas. Desse modo, ao se afastar dos fundamentos, o assistente social tende a se perceber como sujeito individualizado, longe da estrutura e do contexto sócio histórico do qual ele é parte constituinte. Esse processo corrobora para o seu afastamento dos princípios e diretrizes previstas na sua formação profissional.

Envolto por situações que se constituem na imediaticidade todos os dias, os profissionais tendem a dar respostas imediatas e fragmentadas, sendo constantemente tencionados para dar respostas rápidas e urgentes. Isso tem implicações no campo da subjetividade do trabalhador, resultando na insatisfação em face das condições e relações de trabalho, o que produz sofrimento e desgaste emocional, segundo Guerra (2010).

“*Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*” de Behring (2008), foi uma obra referenciada em algumas das produções analisadas, sobretudo para subsidiar a discussão sobre as alterações no campo da proteção social, especialmente a partir da década de 1990. Ganha centralidade na abordagem da autora a questão da contrarreforma do Estado, o que faz retroceder importantes conquistas estabelecidas na CF de 1988. No Brasil, segundo Behring (2008), malgrado terem sido inseridas tais conquistas na lógica do direito, elas tornaram-se alvo da contrarreforma em um lapso temporal muito breve. A contrarreforma do Estado brasileiro, nos moldes estabelecidos por Behring (2008), foi discutida por Nascimento (2018), Cunha (2017), Fernandes (2018) e Gois (2020).

Importa sinalizar que, nesta seção, buscamos identificar e analisar as perspectivas teóricas que têm orientado as discussões sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação com enfoque sobre a educação básica, tendo como parâmetro a direção social da profissão. Destacamos a multiplicidade de estudos existentes na atualidade sobre a categoria trabalho e, especificamente, nas ciências humanas e sociais aplicadas. Esses estudos compõem um universo multifacetado de perspectivas, não existindo, portanto, uma única e exclusiva corrente teórica na abordagem do tema. No entanto, nos estudos por nós analisados, localizados especificamente na área de serviço social, percebemos que há uma prevalência de perspectivas teóricas vinculadas ao campo marxista que, resguardadas suas particularidades, incorporam, de maneira similar, aspectos ou dimensões relativas ao trabalho sob a égide do capital.

Tal resultado demonstra uma confluência entre os referenciais teóricos, metodológicos e políticos adotados e que perfazem a cultura profissional do serviço social e o seu PEP.

Destarte, merece registro o fato de que, no contexto atual, se constata um avanço do pensamento conservador que conduz à fetichização da vida em sociedade. Este tipo de pensamento corrobora para a produção e reprodução de práticas conservadoras e ao mesmo tempo, contribui para um esvaziamento da compreensão crítica da realidade concreta e da própria profissão, incentivando análises aligeiradas e fomentando a busca por respostas pragmáticas, empiristas e com efeito utilitarista ou meramente instrumental. Além disso, esta perspectiva carrega consigo traços atualizados e característicos do ideário da pós-modernidade, tão em voga na atualidade, como bem explicitado por Mota e Amaral (1998).

As mesmas autoras nos explicam que vivemos tendências globais com amplos rebatimentos para a profissão de serviço social. Uma dessas tendências se expressa na “[...] diluição das necessidades da reprodução capitalista em expressões fenomênicas, afastando, definitivamente, os novos fenômenos e processos da sua gênese histórica” (Mota e Amaral, 1998, p.42). Em outras palavras, significa dizer que ocorre um abandono do método crítico-dialético na busca pela compreensão do real, na medida em que, nesta perspectiva, são consideradas as macrodeterminações e as contradições que estão na gênese e no desenvolvimento dos fenômenos sociais e que repercutem na ação profissional. Esta tendência, ainda que se oponha à análise da totalidade, está bastante disseminada no ambiente acadêmico e, segundo Ianni (2011, p. 401), se caracteriza pelo “[...] abandono da historicidade do social”.

Este ambiente de recusa do aprofundamento teórico para elucidar a prática favorece ações de cunho prático, técnico e operacional, corroborando para o pragmatismo no interior da profissão. Destaca-se ainda sob o pensamento das autoras Mota e Amaral (1998), que a tradição marxista dinamiza a elaboração dos fundamentos que auxiliam na compreensão dos processos sociais. Na contramão da tendência de cunho conservador, a opção pela teoria social crítica por parte das autoras dos estudos analisados foi unânime, tanto nas dissertações quanto nas teses. Tal fato restou, inclusive, expresso nos escritos de suas produções acadêmicas.

Segundo Mota e Amaral (1998), a opção pela teoria social crítica como base teórico-metodológica traduz um esforço intelectual de assistentes sociais para compreender a dinâmica da sociedade como parte do movimento das classes sociais em sua relação com o Estado, mas, sintonizadas aos interesses e necessidades sociais das classes trabalhadoras na busca do enfrentamento das expressões da questão social. Contudo, é preciso advertir que o fato de se anunciar uma determinada perspectiva teórico-metodológica numa produção intelectual não é garantia de coerência e fidedignidade ao que se anuncia. Isso porque a perspectiva teórico-metodológica é apreendida quando se analisa o recorte do objeto, as questões de pesquisa que orientam o estudo e a maneira como o pesquisador se coloca na relação com seu objeto.

Em conformidade com o que afirma Marx (2017, p. 90), “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”. Isso exige uma postura ativa do sujeito no processo de investigação ainda que seja guiado pelo objeto. Muitas vezes, contudo, como já apontado por Consuelo Quiroga (1991, p. 11), o materialismo histórico e dialético é assimilado a partir de uma concepção apenas epistemológica, o que resvala na impregnação ou invasão do positivismo no interior do marxismo. Esses limites, a nosso ver, têm íntima relação com as condições objetivas e subjetivas presentes no processo de formação do pesquisador, especialmente em tempos de aligeiramento dessa formação, cada vez mais condicionada a métricas quantitativas impulsionadoras do produtivismo acadêmico. Ainda que não possamos avançar nesta análise, cremos que estes são aspectos importantes que repercutem sobre a produção do conhecimento, mas que nem sempre os pesquisadores têm consciência. Eles nem sempre têm consciência, mas estão constantemente sujeitos àquela invasão.

Por fim, ao menos considerando os interlocutores utilizados como referencial teórico pelas autoras das teses e dissertações que compuseram nossas fontes, trata-se de autores da tradição marxista, com uma perspectiva crítica quanto à compreensão da realidade social e neste diapasão, estão sintonizados aos interesses e necessidades das classes trabalhadoras. Assim, dentro dos limites observados, as autoras cujos trabalhos acadêmicos nos serviram de fonte parecem se posicionar em face dos seus objetos de estudos em consonância com a direção social hegemônica da profissão.

Avançando em nossas análises e nos conduzindo para o fechamento da presente seção, podemos dizer que tratar das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica requer conhecer os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do trabalho profissional, razão pela qual estes comparecem nos escritos analisados. Foi a partir deles que as autoras das teses e dissertações selecionadas para o presente estudo problematizaram as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica, considerando os diferentes recortes de pesquisa. Serão estas problematizações que darão a direção de nossas análises na última seção do presente texto dissertativo.

#### **4 CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA TENDO COMO PARÂMETRO TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO**

As recentes transformações societárias, sobretudo aquelas afetas ao mundo do trabalho, incidem determinações sobre a classe trabalhadora em todo o mundo, principalmente a partir dos anos 1970, em decorrência das respostas adotadas como medidas para superação da crise estrutural da acumulação capitalista. Tais transformações conformam novas formas de existência, permeadas por novas condições e relações sociais de trabalho que atingem, objetiva e subjetivamente os sujeitos e reverberam sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Pautando-se na acepção de que a intensificação e a precarização das condições e relações de trabalho são imanentes à forma social capitalista e também estão presentes na atual fase de regulação do capital, procuramos, nesta seção, tomando como referência nossas fontes de pesquisa (teses e dissertações produzidas por assistentes sociais entre os anos de 2012 e 2022), identificar e problematizar, mais especificamente, as questões suscitadas pelas autoras ao abordarem o tema das condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica.

A partir do percurso de estudos realizado durante a revisão da literatura, identificamos que o capital, em sua dinâmica conformada pela lei de valorização – a lei do valor –, não repercute somente na esfera econômica, mas, em todo o sistema das relações sociais existentes. E nessa lógica, a política de educação possui papel estratégico tanto para afirmação e consolidação da sociedade cindida em classes ou para construção de estratégias visando à superação desta. Dessa forma, partimos do pressuposto de que o assistente social, partícipe do conjunto dessas relações, não está imune às transformações societárias em tela e aos consequentes rebatimentos sobre a profissão como um todo. Nesse sentido, afirmamos a importância de ampliarmos estudos que lancem luzes sobre a conformação das condições objetivas e subjetivas de trabalho de assistentes sociais na cena contemporânea e nesse particular, no campo da educação básica.

Entre as produções teóricas por nós analisadas, identificamos várias produções científicas no formato de dissertações e teses que tratam, em alguma medida, do tema das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica. Percebemos nelas importantes reflexões sobre as transformações no mundo do trabalho em virtude da crise do capital e das medidas de recuperação e recomposição das taxas de lucro. Dentre essas podemos citar a reestruturação produtiva, a adoção da programática neoliberal que, no seu conjunto, requerem

novos papéis ao Estado. Como consequência, essas mudanças associadas ao processo de globalização/mundialização da economia organizam de diferentes formas as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras e de assistentes sociais.

Entretanto, embora algumas dessas produções teóricas problematizem questões relacionadas ao tema das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica, notamos que esse não é o principal objeto de pesquisa nesses estudos. Assim, identificamos a preponderância sobre o tema das condições de trabalho apenas em cinco dissertações e em duas teses no conjunto total de trabalhos analisados, dos quais apontaremos agora as principais questões suscitadas pelas autoras nesses estudos.

Destacamos inicialmente que em todas as sete produções teóricas selecionadas a partir dos critérios já mencionados na parte introdutória da presente dissertação e que constituíram nossas fontes privilegiadas há pesquisas de campo junto a assistentes sociais atuantes em instituições de ensino de educação básica. São dados empíricos que nos fornecem informações relevantes sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos neste campo, o que nos permitiu elaborar um quadro síntese, constando as seguintes informações: obra/autoria, instituição de ensino onde atuam as assistentes sociais participantes destas pesquisas, o território onde foi realizada a pesquisa e o número de profissionais respondentes.

**Quadro 6:** Informações relativas à produção consultada, aos vínculos institucionais dos sujeitos de pesquisa e aos territórios onde se realizaram os estudos

OBRA/AUTORA		ESCOLAS ESTADUAIS	ESCOLAS MUNICIPAIS	ESCOLAS PRIVADAS	INSTITUTOS FEDERAIS	TERRITÓRIO
DISSERTAÇÃO	1	OLIVEIRA (2013)		30		João Pessoa/PB
	2	MENEZES (2022)	8	10	3	Manaus/AM
	3	CUNHA (2017)	24			Campina Grande/PB
	4	AUD (2017)			34	São Paulo/ SP
	5	NASCIMENTO (2018)			8	Natal/RN
TESE	1	GOIS (2020)			14	Alagoas/AL
	2	FERNANDES (2018)			146	Cinco Grande Regiões Brasileiras
<b>ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS</b>		<b>32</b>	<b>40</b>	<b>3</b>	<b>202</b>	<b>277</b>

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Oliveira (2013); Menezes (2022); Cunha (2017); Aud (2017); Nascimento (2018); Gois (2020) e Fernandes (2018).

Como se pode observar pelos dados sistematizados, a maior parte dos sujeitos pesquisados atuava em IFE, correspondendo a aproximadamente 73% do conjunto de profissionais partícipes dos estudos. O segundo maior percentual de assistentes sociais sujeitos das pesquisas tinha vínculo com instituições de ensino municipais, 14,4%. Os vinculados a instituições de ensino estaduais correspondiam a 11,5% e os que estavam vinculados à iniciativa privada, apenas 1,1%. Ainda que já tenhamos apresentado na seção anterior informações sobre as produções acadêmicas que nos serviram de fontes de pesquisa, consideramos importante reavivar na memória do leitor algumas que consideramos mais essenciais, de maneira a permitir localizar melhor os debates a serem doravante suscitados. Nossa preocupação central é relacionar as reflexões sobre as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na política de educação básica com os objetivos explícitos nas fontes selecionadas.

No que se refere às teses, temos a de autoria de Lígia da Nóbrega Fernandes (2018) intitulada “*As Condições de Trabalho de Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência E Tecnologia na Realidade Brasileira*”. Em sua tese, a autora pesquisou as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos nos IFE de cinco regiões brasileiras. A autora aplicou questionário semiestruturado numa amostra de 146 assistentes sociais atuantes em diversos *campi* localizados nas cinco grandes regiões brasileiras.

Gois (2020), por sua vez, em sua tese de doutoramento intitulada “*Trabalho precarizado, política social e serviço social: Elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)*”, investigou as condições de trabalho de assistentes sociais em exercício no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Em sua pesquisa empírica a autora entrevistou 14 assistentes sociais atuantes em diferentes *campi* do IFAL.

Quanto as dissertações, Sheine Santos do Nascimento (2018), busca “analisar os determinantes e as formas por meio das quais a precarização se expressa no trabalho do assistente social na educação, no contexto de ampliação do espaço ocupacional na particularidade da assistência estudantil” (Nascimento, 2018, p. 20). Também realizou pesquisa empírica aplicando questionário para oito assistentes sociais que atuam no setor de assistência estudantil do *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Aud (2017), em seu trabalho dissertativo, informa que realizou uma pesquisa sobre a intensificação do trabalho de assistentes sociais inseridos no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Seu propósito foi analisar as expressões objetivas e subjetivas dessa intensificação no IFSP, no qual, segundo a autora, este processo encontra-se consolidado. Desse modo, a autora buscará explicitar as condições em que o trabalho profissional se materializa no contexto

estudado, fazendo relações com determinantes mais gerais da sociedade regida pelo capital. Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com 34 assistentes sociais que atuavam em diferentes *campi* do IFSP.

Dentre as pesquisas realizadas no âmbito municipal, identificamos a pesquisa de dissertação de mestrado de Kivânia Cunha (2017), na qual tratou sobre o tema do exercício profissional em escolas do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB, buscou “apreender as tendências mais significativas que vêm se configurando nesse exercício, na atual dinâmica de precarização da política de Educação e do trabalho (Cunha, 2017, p.16)”. Cunha realizou uma pesquisa de campo, entrevistando 24 assistentes sociais atuantes em escolas municipais da educação básica do município supracitado.

Julimara Oliveira (2013) discutiu a prática profissional do assistente social no âmbito da educação básica, analisando os fundamentos do exercício profissional. Pretendeu dar visibilidade aos elementos que compõem a prática profissional nesse campo de atuação, com ênfase para o universo escolar. Em sua pesquisa, a autora elegeu como *lócus* de investigação escolas municipais da cidade de João Pessoa<sup>21</sup> – PB e ao todo, entrevistou 30 profissionais.

Já na pesquisa realizada por Shirley Menezes (2022), também para uma dissertação de mestrado, a autora analisou o trabalho profissional de assistentes sociais inseridos na política de educação básica na cidade de Manaus – Amazonas. A autora buscou caracterizar os espaços socio-ocupacionais que tivessem assistentes sociais em seu quadro funcional no âmbito da educação básica em instituições de natureza pública e privada. Destarte, esta é a única pesquisa que contempla informações sobre as instituições de ensino privadas. Considerando sua proposta metodológica, a autora fez uso de um questionário aplicado com oito assistentes sociais atuantes em escolas estaduais, 10 para profissionais atuantes em escolas municipais e 3 da rede privada de ensino.

Feitos esses apontamentos sobre as produções analisadas em nossa pesquisa, a seguir, apresentaremos, a partir de eixos definidos com base na leitura das fontes, os aspectos presentes nos estudos realizados pelas autoras sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica. Chamamos a atenção para o conceito de condições de trabalho, que não diz respeito apenas à ideia de ambientação espacial onde se executa o labor. Estamos entendendo este conceito como um conjunto integrado de recursos humanos, materiais e físicos que devem estar à disposição do profissional para viabilizar o seu trabalho em

---

<sup>21</sup> O Município de Campina Grande – PB de acordo com Cunha (2017), foi um dos pioneiros no Brasil na inserção de assistentes sociais atuando na política de educação, tendo seu ingresso nesta política no ano de 1980.

consonância com a natureza das demandas que lhe são apresentadas, bem como os objetivos institucionais e profissionais.

A partir do conteúdo analisado, identificamos cinco eixos para nossa análise, são eles: da infraestrutura, das questões de saúde, da jornada de trabalho e da intensificação da jornada, da questão salarial, dos tipos de vínculos empregatícios e da formação continuada. A partir destes eixos é possível apontar tendências que conformam as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito da educação básica e que são expressas nas pesquisas de campo realizadas nas teses e dissertações por nós analisadas. Trata-se, portanto, de um esforço de observar, a partir de estudos empíricos as atuais tendências no trabalho de assistentes sociais na política de educação básica.

#### 4.1 DA INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL NA QUAL SE REALIZA O TRABALHO PROFISSIONAL

Considerando que a precarização das condições de trabalho que impactam sobre as dimensões éticas e técnicas do fazer profissional configuram um padrão do atual mercado de trabalho no Brasil e no mundo. Esta intensificação da precarização atinge o conjunto dos trabalhadores e os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, não estão imunes a esta tendência. Concordamos com Yamamoto (2012, p. 46) ao afirmar que “[...] as condições de trabalho e relações sociais em que se inscreve o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados”.

A teoria social crítica, segundo Netto (2019), compreende que a sociedade, seja ela em qualquer forma social, não tem uma natureza intencional, nem objetivos e finalidades. Sua existência é, nesse sentido, basicamente factual. Entretanto, o mesmo autor sublinha que os membros da sociedade, individual ou coletivamente, atuam sempre de maneira teleológica. Implica dizer que um objetivo ou um projeto individual ou coletivo tem sempre uma finalidade que se pretende alcançar. Fora isso, quando falamos de projetos, além dos valores que os legitimam, tem também os meios para alcançar determinadas finalidades.

Nos marcos da discussão sobre projetos hegemônicos, sejam eles individuais ou coletivos, sabemos que existem projetos profissionais e societários<sup>22</sup>. Sobre os projetos

---

<sup>22</sup> Os projetos societários dizem respeito a uma imagem de sociedade a ser construída, reclamam determinados valores e meios para concretizá-la. Destaca-se que há nos projetos societários uma dimensão política e pela experiência histórica é evidente a marca classista cujos interesses respondem. Denota-se que projetos societários

profissionais, Netto (1999) nos informa que estes representam a projeção de uma imagem ideal de profissão que se objetiva seus valores e requisitos teóricos e práticos para o exercício profissional. Diz respeito às normas comportamentais dos agentes profissionais a partir de balizas para as relações com os usuários, com outros profissionais e com as instituições empregadoras.

Importa esclarecer que a construção de um projeto profissional é feita por um sujeito coletivo, ou seja, um corpo profissional que dá concretude à profissão. Por conseguinte, “[é] através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto” (Netto, 1999, p. 4). Aqui, é preciso ressaltar uma questão importante, o sujeito coletivo é heterogêneo. Os membros que compõem a categoria profissional são pessoas distintas em suas origens, situações, visões de mundo e posicionamentos. Por isso, Netto (1999, p. 5) assevera:

[o] corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Cabe salientar que, elaborar ou afirmar um projeto profissional deve dar-se no respeito ao pluralismo de ideias, como elemento próprio da sociabilidade. Netto (1999) nos lembra que há um acordo entre os membros em relação aos aspectos que, dentro dos marcos do projeto profissional são considerados imperativos e aqueles que são indicativos. O primeiro refere-se aos componentes obrigatórios para o exercício profissional, isto é, aqueles componentes compulsórios<sup>23</sup> (no geral são os componentes de regulação jurídico-estatal). Já os indicativos são aqueles componentes em que não há garantia sobre sua incorporação pelos profissionais, além disso, não há também obrigatoriedade na adesão desses componentes.

Retomando a discussão sobre o trabalho e as relações sociais em que se inscreve os assistentes sociais, dos quais articulam um conjunto de mediações para consecução de suas ações em busca de uma finalidade. Supõem pensar que no serviço social os meios de trabalho, ou seja, recursos materiais, financeiros e humanos são disponibilizados pelos empregadores e por isso, são eles quem articulam as condições de trabalho que interferem no processamento do

---

são cambiantes, por isso, incorporam determinadas aspirações de acordo as conjunturas históricas e políticas. A democracia política, no entanto, pressupõe a concorrência entre distintos projetos societários (Netto, 1999).

<sup>23</sup> No Brasil são exemplos de componentes imperativos para o exercício profissional de assistentes sociais a formação acadêmica, a inscrição no órgão de fiscalização e regulação profissional da jurisdição de atuação (Netto, 1999).

trabalho de assistentes sociais. Dessa forma, as relações de trabalho nas quais se insere o profissional na condição de trabalhador assalariado devem garantir condições técnicas e éticas para o exercício profissional, condições que têm de estar em conformidade com o estabelecido nas regulamentações profissionais, especialmente a Lei n.º 8662/1993, o Código de Ética Profissional e a Resolução CFESS n. 493, de 21 de agosto de 2006 (Iamamoto, 2012).

A Resolução do CFESS n.º 493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional de assistentes sociais. Nela se prevê a obrigatoriedade de condições mínimas estabelecidas para o exercício profissional de assistentes sociais em seus locais de trabalho. Essa resolução se configura como um importante instrumento para a defesa de condições mínimas para a consecução do trabalho, salvaguardando, sobretudo, os interesses dos usuários, uma vez que prescreve regras gerais que circunscrevem condições físicas, éticas e técnicas para a realização do trabalho. Ao mesmo tempo, esta normativa orienta direitos e deveres, instrumentando legalmente os assistentes sociais em relação aos pressupostos nela expressos.

No caso do espaço físico, a resolução impõe padrões mínimos necessários aos ambientes de trabalho. Conforme se pode observar no artigo 1º, considera-se “[...] condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do serviço social à existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer” (CFESS, 2006). O principal aspecto destacado por esta normativa diz respeito à existência de sala para atendimento individual e ou coletivo. Este espaço deve ter ventilação, luz apropriada e deve proporcionar a garantia do sigilo profissional. Além disso, deve-se realizar o atendimento aos usuários de porta fechada. Na mesma normativa, se aponta também os cuidados em relação à guarda do material técnico, sendo o seu arquivo considerado de acesso restrito aos assistentes sociais.

Diante destes padrões, o assistente social tem o dever de informar a instituição contratante, por escrito, quando houver inadequações e sugerir as devidas melhorias. Caso a instituição não venha a sanar as questões apontadas o profissional deve informar ao CRESS da sua jurisdição por escrito para que este possa, como órgão fiscalizador do exercício profissional, intervir. Essas orientações, quando não observadas, podem ser passíveis de medidas disciplinares decorrentes da omissão, tanto aos profissionais assistentes sociais quanto aos dirigentes das entidades jurídicas contratantes.

Além deste instrumento, deve-se recorrer ao Código de Ética Profissional de 1993. Este estatuto normativo também prevê condições estruturais e ambientais para a realização do trabalho de assistentes sociais. Vejamos:

Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social: a - inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; Das relações com as instituições empregadoras e outras: Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social: a - dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; do assistente social; Das relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil: Art. 13 São deveres do/a assistente social: a - denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais; Da observância, penalidades, aplicação e cumprimento deste Código: b - denunciar ao Conselho Regional de serviço social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional (CFESS, 1993).

Trata-se, portanto, de um direito dos assistentes sociais dispor de condições de trabalho condignas. E quando não sejam dignas, constitui um dever do profissional não se omitir. A inobservância dessas normas éticas e técnicas com relação à estruturação de como devem ser os espaços de atuação de assistentes sociais, demonstra, em primeiro lugar, um certo desdém por tais condições. Em segundo lugar, demonstra a não priorização dos usuários dos serviços que são atendidos pelos assistentes sociais, revelando também a desresponsabilização da esfera estatal com a coisa pública. Segundo uma de nossas fontes privilegiadas, em sua pesquisa restou evidente que os profissionais assistentes sociais revelam o desejo de ter condições de trabalho dignas. Segundo a autora, os profissionais pugnam por:

[...] condições de trabalho adequadas, que em seu conjunto inclui sala de atendimento com privacidade, local para a preservação do sigilo, ambientação confortável – que pressupõe ventilação e/ou climatização, iluminação, mobília etc. Ou seja, as avaliações dos profissionais revelam necessidades básicas, mas que são fundamentais para garantir condições de trabalho que sejam capazes de possibilitar o desenvolvimento das atividades junto à comunidade que atende [...] (Fernandes, 2018, p. 187).

Assumindo essa direção ao se referir às condições de trabalho mínimas em ambientes educacionais, Fernandes (2018) em sua pesquisa realizada com 146 assistentes sociais que possuem como *lôcus* de atuação os IFE de cinco estados localizados nas cinco grandes regiões brasileiras, assevera que, restou evidente que mesmo nos IFE sendo instituições ligadas à rede federal e dotadas de autonomia com dotação orçamentária própria, por vezes considerado até em condições superiores quando comparados às instituições de ensino estaduais ou municipais, apresentam condições de trabalho precárias, particularmente, no que se refere à estrutura física.

Essa questão, pode estar diretamente associada ao processo de expansão dos IFE a partir de 2008, no qual, realizou-se a instalação de unidades de ensino em locais inadequados, em alguns casos considerados provisórios. Locais que, embora provisórios inicialmente, tornaram-se permanentes em decorrência da demora nas providências e na regularização de novos

espaços e instalações. Na pesquisa de Fernandes (2018), nota-se através dos diversos relatos apresentados pelos profissionais assistentes sociais que sobressaem queixas sobre a inadequação dos espaços físicos e a falta de espaço destinado aos atendimentos adequados para garantir o sigilo profissional, questões que expressam a precarização das condições de trabalho profissional de assistentes sociais.

O estudo realizado por Fernandes (2018) sugere que as instituições de ensino foram instaladas em escolas inutilizadas ou em outros espaços cedidos que pudessem receber a instalação dos equipamentos educacionais às pressas. Porém, tais locais não poderiam ser considerados adequados por diversas razões. Essas questões foram identificadas como resultado da expansão aligeirada e sem planejamento, realidade vivida no âmbito dos IFE, como já mencionamos. A expansão de maneira desorganizada foi enfatizada por alguns profissionais, relacionada à ocorrência da ampliação da oferta de vagas sem o devido investimento na contratação de pessoal, aumentando com isso a carga de trabalho para os profissionais existentes. Além disso, a referida expansão, nos moldes em que foi realizada ocorreu de maneira desigual entre os *campi*. Em alguns existem locais adequados e em outros foi destinado um local improvisado para a estruturação das unidades.

Nesse contexto, em sua pesquisa nos IFE, Fernandes (2018) apontou que é reveladora a falta de prioridade por parte das instituições contratantes em garantir minimamente as condições necessárias para o exercício profissional de assistentes sociais. A ausência de recursos ou o investimento mínimo para melhoria das condições de trabalho na esfera pública é uma realidade que se complexifica especialmente a partir dos anos de 1990, período em que se constata a implementação de um conjunto de iniciativas que integram a contrarreforma do Estado brasileiro.

Fernandes (2018) menciona que, dentre os 146 assistentes sociais dos diversos *campi* dos IFE analisados, 20 a 29% deles classificaram como péssimas ou ruins suas condições de trabalho, portanto, não contam com condições dignas de atendimento. No caso da pesquisa realizada por Gois (2020), também realizada no âmbito dos IFE, 34% dos assistentes sociais entrevistados consideram o ambiente físico inadequado para a consecução do seu trabalho. Sendo que a ausência de estrutura física que resguarde o sigilo profissional é a principal queixa referenciada nesse âmbito de atuação, abarcando 31% das profissionais entrevistadas. Essas, alegam não haver a sala que garanta o sigilo profissional.

Entretanto, Fernandes (2018) aponta que:

[...] embora as condições físico-estruturais deixem a desejar, a disponibilidade de equipamento e/ou espaço para abordagens individuais ou coletivas mostrou-se razoáveis no âmbito dos IFET's, pois no geral, os profissionais têm à disposição equipamentos como telefones, computadores, acesso à internet, *scanner* para digitalizar documentos, aparelho de tv/som, microfone, projetor multimídia, auditório e transporte institucional (Fernandes, 2018, p.181).

O mesmo foi referenciado por Gois (2020) quando apontou que 79% das assistentes sociais entrevistadas consideraram adequados os materiais de uso permanente e os de consumo diário. De acordo com a análise da autora, os dados coletados em sua pesquisa apontam que, embora a estrutura física não possa ser considerada adequada, a maioria desses profissionais tem acesso a insumos e equipamentos necessários para a consecução das suas atividades laborais.

No caso das pesquisas realizadas em instituições municipais e estaduais de ensino (Cunha, 2017; Menezes, 2022; Oliveira, 2013), notamos a existência de queixas recorrentes sobre as condições objetivas de trabalho no que concerne à estrutura física, mas também na falta de insumos materiais. Notadamente, as queixas vão desde a ausência de equipamentos de uso diário disponibilizados nos locais de trabalho à inexistência de sala específica para atendimento que garanta o sigilo profissional. As autoras apresentam em seus estudos relatos de falta de armários para a guarda do material técnico, indicando que os que existem muitas vezes são utilizados de forma coletiva, o que não garante o acesso restrito aos profissionais da área<sup>24</sup>.

Na pesquisa realizada por Oliveira (2013), no âmbito das escolas municipais na cidade de João Pessoa - PB, as profissionais mencionaram a falta de recursos financeiros e materiais, que incluem equipamentos de uso contínuo, tais como: computador, telefone e outros. No mesmo estudo, a autora assevera que havia queixas sobre a falta de acesso à internet. Ao apresentar dados quantitativos a respeito desses aspectos, a autora afirma que 20% das entrevistadas informaram não possuir um computador disponível para suas atividades laborais. Dentre aquelas que possuem, 27% afirmaram não ter acesso à internet quando usam esses equipamentos. Na mesma pesquisa, também foi evidenciada a falta de telefone para uso diário, sendo que 90% das entrevistadas informaram só ter acesso a um telefone fixo que não realiza chamadas para celulares. Por esse motivo, as entrevistadas informaram utilizar seus próprios aparelhos para realizar tais chamadas.

Outra questão bastante relevante identificada nas pesquisas diz respeito à falta de

---

<sup>24</sup> Tal questão fere a Resolução nº 556/2009, que se refere aos procedimentos para efeito da lacração do material técnico sigiloso do serviço social.

transporte oficial disponível para o deslocamento das profissionais. Na pesquisa de Oliveira (2013), de âmbito municipal em João Pessoa - PB, 100% das entrevistadas afirmaram não ter recursos para locomoção ou carro disponível para realizar atividades fora do espaço escolar. Essa questão se configura como um desafio no que se refere à realização de visitas domiciliares, por exemplo, ou à participação em atividades promovidas por instituições que compõem a rede de serviços.

Na pesquisa realizada por Cunha (2017), no âmbito das escolas municipais de Campina Grande - PB, a maioria das profissionais entrevistadas considera que “[...] trabalha em condições precárias, não possuindo, até mesmo, sala para a equipe técnica desenvolver suas atividades (Cunha, 2017, p. 156)”. Essas mesmas profissionais relatam que, além da falta de salas de atendimento que garantam o sigilo profissional, o uso delas para este fim só ocorre por meio de revezamento com outros profissionais da equipe. Além disso, mencionam que faltam armários para a guarda do material técnico.

Já Menezes (2022), em sua pesquisa realizada em instituições de ensino básica na esfera municipal, estadual e na rede privada de ensino no município de Manaus, identificou que 39% das entrevistadas consideravam o espaço físico em que atuam inadequado. Na mesma pesquisa, também foram referenciados a falta de recursos humanos e materiais de uso corrente necessários ao desenvolvimento do trabalho profissional.

Esses dados coletados por meio dos estudos analisados mostram que a tendência da precarização das condições de trabalho, notadamente no que se refere a questões físicas, de material e equipamentos necessários à realização das atividades profissionais está presente na realidade laboral vivenciada por assistentes sociais atuantes na política de educação básica. Neste sentido, se a luta pela implementação da Lei n.º 13.935/2019 se faz necessária, esta não pode ser descolada da luta por condições adequadas para que os objetivos previstos na referida norma possam ser alcançados, a despeito das críticas que possam ser formuladas a esse respeito. A ausência de espaços físicos adequados, bem como de materiais e equipamentos em quantidade suficiente e de qualidade, enseja situações que repercutem no resultado do trabalho desenvolvido pelos profissionais. Além disso, são fatos geradores de desmotivação o que corrobora para a consolidação de práticas que simplesmente aderem aos objetivos institucionais em detrimento dos que orientam o projeto defendido pelo serviço social brasileiro. Ademais, tais condições incidem diretamente na saúde dos assistentes sociais, questão que passaremos a problematizar na sequência da nossa abordagem.

## 4.2 DAS QUESTÕES DE SAÚDE

Em dispositivos da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, são classificadas as doenças relacionadas ao labor em dois tipos: a doença profissional e a do trabalho. As doenças profissionais são aquelas “[...] produzida (s) ou desencadeada (s) pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social” (Brasil, 1991). Nesse sentido, a doença profissional é entendida como aquela que foi adquirida em virtude do exercício profissional. Já a doença do trabalho é “[...] assim entendida aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente” (Brasil, 1991). Decorre, sobretudo, da exposição em condições de trabalho onde se é realizada a atividade laborativa.

Podemos dizer que o processo saúde-doença é fundamentalmente um processo social, sendo composto por diversos componentes multicausais objetivos e subjetivos. Isso remete à problematização da relação entre saúde, trabalho e doenças. Significa dizer que devemos buscar também nas condições de vida e de trabalho dos indivíduos a causa das doenças, conjugando diversos fatores biológicos, produtivos, socioeconômicos e culturais (Faermann e Mello, 2016). Nesses termos, esclarece Batistella *apud* Faermann e Mello (2016, p.100), “[...] o ambiente, origem de todas as causas de doença, deixa, momentaneamente, de ser natural para revestir-se do social. É nas condições de vida e trabalho do homem que as causas das doenças deverão ser buscadas”. Com base nesse entendimento, fatores genéticos e emocionais somados às experiências da vida cotidiana determinam os processos de saúde-doença dos sujeitos.

Esses processos, no entanto, não ocorrem da mesma maneira, pois dependerão do lugar que cada um ocupa na vida em sociedade, das condições de vida e de trabalho, tal qual, dos “[...] diversos aspectos da organização, da divisão e das relações no trabalho [que] podem levar à fragilização ou vitalidade da saúde dos trabalhadores em diferentes realidades sociais” (Faermann e Mello, 2016, p. 100). Por essas questões, é importante não deixar recair sobre os trabalhadores a culpa por seu sofrimento e adoecimento. É preciso levar em consideração as variáveis que influenciam na saúde dos trabalhadores. Dentre elas, destacam-se as condições e relações de trabalho, entendidas como determinantes para o adoecimento e o sofrimento, ligadas a fatores objetivos e subjetivos relacionados ao local onde se labora. No caso de trabalhadores assistentes sociais a ênfase recai, sobretudo, nas questões emocionais das quais nos ocuparemos mais adiante.

No Brasil, a partir da década de 1990, intensificaram-se as transformações engendradas sobre o trabalho, que sob pujança da superexploração conjugada à dinâmica interna da economia brasileira, baseada na industrialização dependente impõem baixíssimos salários, associados a ritmos intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, realçadas pela desorganização da classe trabalhadora. Tais aspectos agravam ainda mais o contexto atual no qual se organiza a reestruturação produtiva e aprofundam as consequências para a precarização das condições de trabalho de todo o conjunto da classe trabalhadora (Antunes, 2020).

Com efeito, Raichelis (2011) argumenta que, num contexto societário marcado pela diminuição do trabalho contratado e regulamentado, pela retração dos direitos trabalhistas e pelas mudanças no mundo do trabalho de tal magnitude, “[...] ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho (Raichelis, 2011, p. 421)”.

Em seus estudos, Antunes (2020) aponta para uma das tendências desta precarização do trabalho que se manifesta através do aumento do adoecimento com nexos com o labor, sejam eles através de transtornos mentais ou físicos. Trata-se de mais uma tendência no atual mercado de trabalho, comprovada através de indicadores sobre acidentes ou doenças profissionais cada vez mais altos. Para o autor, “[...] a ampliação do controle e a intensificação do trabalho, proporcionadas pela expansão do taylorismo-fordismo, novas formas de acidentes e adoecimentos com nexo laboral passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho” (Antunes, 2020, p. 141). Assim sendo, controle e aumento da intensidade no ritmo das atividades também devem ser entendidos como elementos para o aumento da pressão psicológica sobre os trabalhadores, aspectos que estão, em si, voltados para a ampliação da produtividade.

Sobre o fenômeno da flexibilização, Antunes (2020) argumenta que esta está na base do adoecimento de um conjunto crescente de trabalhadores na atualidade. A flexibilidade a que ele se refere diz respeito a uma série de múltiplos fatores que fundam a sociabilidade no atual estágio do capitalismo implicando nas relações de trabalho, na redução da fronteira entre a vida privativa e o trabalho, na redução de direitos trabalhistas, nas múltiplas formas de contratação da força de trabalho e nas condições desumanas de vida dos trabalhadores que compõem um crescente exército industrial de reserva ou daqueles que integram a superpopulação relativa, nos termos definidos por Marx (2017).

Esses aspectos, são sentidos no cotidiano da vida social, na impressão que temos de que o tempo diminuiu e as demandas aumentaram. Atividades que antes eram executadas por três ou quatro pessoas hoje requerem apenas uma. Além disso, o uso indiscriminado das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), corrobora para a flexibilidade como “[...]”

parte da essência da onda de mundialização da economia desencadeada pela crise dos anos 1970” (Antunes, 2020, p. 145).

A precarização do trabalho se impõem como um mecanismo de valorização do capital, trata-se, portanto, de um fenômeno intrínseco a esta sociabilidade em sua etapa de crise estrutural, variando apenas em grau de intensidade e formas. Todas essas manifestações corroboram para tornar o ambiente de trabalho mais adoecedor, especialmente quando relacionado à inexistência de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho ao qual estão submetidos. Todas essas circunstâncias mencionadas demarcam as dimensões da deterioração da saúde física e psíquica do trabalhador. São dimensões que incidem na subjetividade dos sujeitos que laboram, desencadeando intensos processos de adoecimento. Por isso, a redução do grau de preservação física e psíquica da força de trabalho também é uma tendência advinda da ampliação da precarização das condições laborais, fruto das transformações societárias que estamos falando.

Raichelis (2011), importante pesquisadora sobre a temática das condições de trabalho dos assistentes sociais, asseverava: “a temática da superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto, pouco conhecido pelo serviço social e seus trabalhadores, e que não apresenta acúmulo na literatura profissional” (Raichelis, 2011, p. 426). A autora sustenta que é preciso incluir na pauta profissional de assistentes sociais, e no âmbito das pesquisas temas como as novas relações entre trabalho e saúde “[...] ou mais propriamente entre trabalho, desgaste mental e adoecimento, como expressões no corpo e na mente dos trabalhadores dos processos de precarização e intensificação a que estão submetidos no ambiente de trabalho” (Raichelis, 2013, p. 629).

Embora a profissão de serviço social tenha avançado na defesa dos direitos dos assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados, ainda assim, outras pautas com temas latentes batem à porta da categoria, sendo o tema da saúde do trabalhador crucial para se construir ferramentas teórico-metodológicas mais efetivas na defesa dos direitos profissionais dos próprios assistentes sociais. De acordo com as considerações de Raichelis (2013), sabe-se pouco sobre a saúde de profissionais assistentes sociais diante da exposição às mais diversas situações limites enfrentadas no cotidiano da profissão. Sobre esse tema, ela afirma:

[...] os impactos do trabalho na saúde do trabalhador têm sido estudados em vários campos do conhecimento, inclusive pelo serviço social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da *questão social*, lidando com a dura realidade enfrentada por homens e mulheres das classes subalternas na sociedade brasileira; e

também diante da impotência, em muitos casos, frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (Raichelis, 2013, p. 630, grifo da autora).

Em recente pesquisa realizada pelo CFESS (2024), sob o título *Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil*, no campo sobre a saúde do trabalhador explicita-se que avançamos pouco na sistematização de informações sobre o adoecimento de profissionais assistentes sociais. Ainda assim, sabemos que a insegurança no emprego, as formas precárias de contratação, a intensificação do trabalho baseadas na pressão por metas e prazos ínfimos, a pouca existência de horizontes profissionais a longo prazo, a falta de perspectivas de progressão na carreira profissional que remetem a maiores possibilidades de ascensão e a exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social são considerados fatores que colaboram para o sofrimento e para o adoecimento de profissionais também do serviço social (CFESS, 2024).

No mesmo documento, a entidade profissional também se manifestou quanto ao adoecimento de assistentes sociais diante das precárias condições de trabalho nos seguintes termos:

[o]s impactos do trabalho na saúde do/a trabalhador/a têm sido estudados em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece **sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social**, lidando com a dura realidade enfrentada pelas classes subalternas na sociedade brasileira; e também sobre o sofrimento diante da impotência profissional frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social em nosso país (CFESS, 2024, p. 80-81, grifo nosso).

Tal questão se correlaciona diretamente com as reflexões dos assistentes sociais inseridos na educação básica no âmbito das escolas municipais e estaduais evidenciadas nas pesquisas empíricas que analisamos (Oliveira, 2013; Menezes, 2022 e Cunha, 2017). Nesses estudos, as autoras chamam a atenção para o impacto nas condições de saúde das assistentes sociais inseridas na educação básica correlacionadas ao “peso” das demandas atendidas no dia a dia da profissão. Trata-se, muitas vezes, de demandas de violações de direitos infanto-juvenis, que envolvem formas-limite de violência de extrema gravidade. Tais questões são apontadas como fonte de intenso sofrimento pelas profissionais atuantes nas instituições de ensino e nesse particular, como vimos, podem causar impactos na saúde das trabalhadoras. Segundo Oliveira (2013, p.166, grifo nosso), vê-se que:

[...] a escola é um dos espaços em que se revelam as contradições do sistema capitalista, as quais se manifestam em inúmeras expressões da questão social [e], nas

escolas municipais de João Pessoa-PB os profissionais têm atuado com: **repetência, abandono ou evasão escolar, discriminação sexual (gênero e homofobia), trabalho infantil, desemprego, alcoolismo, separação de cônjuges, abuso e exploração sexual, situação de pobreza de algumas famílias, problemas de saúde, bullying, violência (na comunidade e na escola, institucional e doméstica).**

Para evidenciar esta realidade, a autora Oliveira (2013, p. 137) faz uso de um excerto coletado por meio do instrumental de pesquisa no qual a profissional assistente social se manifesta nos seguintes termos:

[...] esse espaço escola com certeza é o ambiente mais desafiador no qual eu já estive inserida, eu convivo com a miséria, com todo tipo de exclusão, com todo tipo de violência, desde violência simbólica à violência física, ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, do abandono do Estado perante essas famílias, então aqui é o caos, mas ao mesmo tempo... (Choro – desculpa!) (E24)

Nesse sentido, constata-se que o trabalho profissional se processa no contexto de formas limite de violência, na tentativa de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola e na busca pelo “sucesso” escolar, articulando planejamento, execução e encaminhamentos diversos. As angústias dos usuários são também sentidas pelos profissionais diante da complexidade das expressões da questão social das quais lidam diariamente. Todas, como sabemos, são componentes que contribuem para o sofrimento das profissionais.

Ainda que o trabalho de assistentes sociais no campo estudado, majoritariamente, não se dê na esfera produtiva, resta evidente que possui na atualidade traços similares a tal esfera. Esse trabalho, que se dá majoritariamente na esfera estatal, a partir das contrarreformas administrativas que se traduzem na implementação de estratégias gerencialistas e cujo mote é minimizar os custos da força de trabalho através da intensificação da jornada, do controle do tempo e ritmo de trabalho e da ampliação da jornada de trabalho, acaba por usurpar o maior *quantum* de trabalho possível com o menor número de trabalhadores em ação. Essa realidade cada vez mais impõe a necessidade de ampliar esforços para dar conta das tarefas de trabalho.

Nesse contexto, sob a lógica gerencial ampliam-se os processos de adoecimento com nexos laborais de toda ordem. Na pesquisa de Fernandes (2018) realizada no âmbito dos IFE das cinco regiões brasileiras, apenas 4% dos assistentes sociais entrevistados informaram não ter nenhum tipo de desgaste provocado pelo trabalho, enquanto 47% informaram ter desgaste físico, emocional e intelectual advindos da rotina de trabalho. Na mesma pesquisa, quando indagados se estes profissionais já apresentaram sintomas de adoecimento que foram gerados pelo trabalho o cansaço mental, a irritabilidade e a ansiedade foram as questões mais presentes nas respostas coletadas pela pesquisadora.

Semelhante a esse quadro, na pesquisa realizada por Gois (2020), revelou-se que 92% dos assistentes sociais do IFAL relataram ter histórico de doença relacionada ao trabalho. Foram citadas a presença de lesão por esforço repetitivo (LER), depressão, ansiedade, síndrome de *burnout*, distúrbios do sono, irritabilidade e fadiga. Algumas falas das profissionais entrevistadas revelam como o ambiente de trabalho contribui para o adoecimento das profissionais. Concatenada com os resultados dessas pesquisas, Aud (2017) identificou que das 34 assistentes sociais entrevistadas em sua pesquisa, apenas uma afirmou nunca ter tido sintomas físicos ou emocionais relacionados com o trabalho no âmbito do IFSP, o que corresponde ao alarmante percentual de 97,05% das entrevistadas que afirmaram já terem apresentado sintomas físicos ou emocionais relacionados ao exercício profissional. Isso demonstra que existe uma tendência na deterioração física e psíquica da força de trabalho nesses espaços.

Dentre os motivos que causam o adoecimento, nos estudos analisados identificamos a constatação de que um dos fatores que impactam decisivamente sobre a saúde dos profissionais são as cobranças excessivas por metas, sobretudo no que concerne a realizar a seleção dos estudantes para o recebimento de auxílios num curto espaço de tempo. Nesse quesito, ainda prevalecem queixas sobre os mecanismos de auditoria que geram questionamentos quanto ao resultado da seleção. Estas práticas institucionais geram constrangimentos aos profissionais que relataram sentir-se coagidos quanto às suas decisões de “escolherem” os estudantes merecedores ao acesso dos auxílios e benefícios.

Nos IFE, inequívoco contexto no qual o trabalho profissional se processa no sentido de realizar análises socioeconômicas para o ingresso e o acesso de estudantes aos programas de assistência estudantil, imprime-se aos profissionais uma sensação de trabalho burocrático gerando descontentamento e desestímulo. Tais questões impactam nas possibilidades do trabalho sob outras perspectivas, sobretudo na dimensão educativa da profissão. Nota-se nos estudos que é recorrente a queixa sobre as exigências de caráter burocrático que recaem sobre os profissionais e incidem negativamente no trabalho do assistente social, uma vez que frustra outras possibilidades que são vislumbradas no espaço educacional. Percebe-se ao longo das falas presentes nas pesquisas nesse âmbito que as assistentes sociais não negam a importância das ações profissionais na assistência estudantil, entretanto, revelam que é preciso enxergar o estudante na totalidade das relações em que ele se insere e as respostas às suas necessidades requerem outras mediações por parte das profissionais envolvidas, além da distribuição de auxílios e benefícios.

Outra questão de extrema relevância foi explicitada na pesquisa de Gois (2020) no âmbito do IFAL. Seu estudo revelou que 63% dos assistentes sociais entrevistados afirmaram ter sofrido assédio moral, controle intenso e ou cobrança excessiva por metas e por alta produtividade no trabalho. O assédio moral é aquele em que a pessoa é exposta à situação humilhante no local de trabalho de maneira repetitiva e prolongada. Segundo a Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral desenvolvida pelo Tribunal Superior do Trabalho (2018):

[...] o assédio moral é conceituado por especialistas como toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritos que possam trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física e psíquica de uma pessoa, pondo em perigo o seu emprego ou degradando o ambiente de trabalho (BRASIL, 2018).

Este tipo de assédio é cometido comumente por superior hierárquico e implica uma sucessão de ações que, ao fim e ao cabo, minam a autoestima do trabalhador e vão obstando sua capacidade de trabalho.

O debate sobre o assédio moral é um debate complexo, porém necessário. Em 2011, no dia do trabalhador, o CFESS publicou a cartilha *Assédio moral nas relações de trabalho*, chamando a atenção para o atual contexto de acirramento na busca dos lucros que reverberam nas condições e relações de trabalho, e para o crescimento de denúncias sobre a existência do assédio moral no trabalho a partir de elementos desencadeadores que colaboram com essa prática, sobretudo, naquilo que concerne a ações autoritárias, cobrança excessiva por metas e a existência de contratos terceirizados ou por tarefa. Tudo isso, tem a ver com as lógicas reinantes no interior de entidades públicas ou privadas onde são colocadas em prática “[...] ações competitivas, individualistas e antiéticas no trabalho” (CFESS, 2011). Essas questões incidem sobre as relações de trabalho e impactam fortemente também na saúde dos trabalhadores.

O fenômeno do assédio moral é mais comum em relações assimétricas constituídas por chefias e subordinados, no entanto, pode ocorrer em qualquer relação laboral, seja ela horizontal, individual ou até mesmo coletiva. O assédio moral costuma desestabilizar a relação da vítima com o ambiente de trabalho, levando-a em algumas ocasiões a desistir do emprego (CFESS, 2011). De acordo com o Código Civil, em seu artigo 186, o assédio moral pode ser enquadrado quando se observa uma ação ou omissão, de natureza voluntária, por negligência ou imprudência que redunde na violação de direito ou dano a outrem “[...] ainda que exclusivamente moral” (Brasil, 2002). Trata-se, portanto, de um ato ilícito.

No nosso entendimento, o serviço social é uma profissão que se manifesta contra as violações de direitos dos trabalhadores de toda ordem e deve reafirmar seu compromisso ético-

político na luta insidiosa contra o assédio moral nas instituições de ensino na educação básica, podendo, inclusive, tornar-se referência nestes espaços no trato das questões relacionadas ao tema, propondo ações que visem o enfrentamento e a prevenção baseadas na reflexão sobre essas práticas.

Considerando os estudos realizados no âmbito municipal, estadual e rede privada de ensino básico (Oliveira, 2013; Cunha, 2017; Menezes, 2022), as autoras não mencionaram a ocorrência do assédio moral envolvendo os assistentes sociais. No entanto, houve ocorrências de práticas de violações de direitos dos demais trabalhadores das instituições de ensino, que muitas vezes foram presenciadas por profissionais assistentes sociais ou que foram encaminhadas aos profissionais assistentes sociais para que estes realizassem o devido atendimento. Muito embora, notamos que tenham sido evidenciadas questões relacionadas às relações sociais nos espaços de trabalho onde prevaleceram queixas sobre ações autoritárias dentro das instituições. Tais questões, se avaliadas além da aparência fenomênica, podem estar relacionadas à prática de assédio moral, porém, nesses estudos, as profissionais ao relatarem tais práticas não utilizaram esses termos para problematizá-las.

Nas escolas municipais e estaduais foram amplamente referenciados como condicionantes da precarização do trabalho a presença de ações rotineiras, repetitivas, acríicas e imediatas. Isso pode ser constatado ao se analisar o excerto destacado por Oliveira (2013, p. 144), coletado por meio de entrevistas realizadas com assistentes sociais em escolas municipais de João Pessoa:

[...] aqui não dá tempo porque aqui parece um hospital, tem mais coisa de urgência que nem um hospital [...] (E8).

[...] a escola é um espaço muito imediatista, porque você hoje preparada para fazer determinada atividade e quando chega tem tantas demandas que você acaba deixando de lado, e quando você terá tempo para retomá-la? (E5).

Implementar uma política social requer tempo, condição que, devido ao acúmulo de demandas as profissionais não dispõem. O caráter de urgência, no qual a necessidade em buscar soluções individuais e imediatas faz com que os profissionais recorram a estratégias pragmáticas, o que tem favorecido o adoecimento dos profissionais. Nesse sentido, Guerra (2010, p. 722) afirma:

[...] por vezes, as ações repetitivas, rotineiras e acríicas, os imediatismos, a fragmentação do trabalho, a urgência em dar respostas, a necessidade de buscar soluções individuais, sendo responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso, acarreta

doenças profissionais, submetidos que estão à pressão para resolver os problemas que requisitam respostas imediatas e urgentes.

Tais questões, somadas à falta de outros profissionais que compõem as equipes contribuem para sobrecarregar os profissionais (Cunha, 2017). E muitas vezes, direcionam-os para o desenvolvimento de atividades que não são consideradas atribuições privativas de assistentes sociais. Tal aspecto é evidenciado por meio de um registro feito por Oliveira (2013, p. 134), por meio da fala de uma das profissionais entrevistadas:

[...] a gente atua como inspetora, como cooperadora, como secretária, quando necessário vai para a cozinha, aqui a gente é pano de chão, é Bombril [...] (E21).

A precarização das condições de trabalho também foi associada ao excesso de demandas e as dificuldades em atendê-las. Tais aspectos foram evidenciados por Cunha (2017, p. 166), na exposição de depoimentos coletados em sua pesquisa:

[...] estou em depressão por causa da profissão, por causa de um atendimento domiciliar, em outra escola em que eu estava trabalhando, a família do estudante disse que eu estava me metendo onde não tinha sido chamada. Fui ameaçada, minha família foi ameaçada de morte, foram na minha casa várias noites fazer ameaças, e por isso tive que sair do bairro em que morava com toda a família, pedi transferência do local de trabalho, além de ter que passar um período afastada para tratamento, hoje continuo bastante abalada, assustada, choro direto (A.S. nº 08).

[...] estou doente da tireoide, o que pode ter sido ocasionado pelo trabalho, tem muito estresse aqui e muito trabalho, muita demanda (A.S. nº 19).

[...] estou doente [...], foi um somatório, trabalho demais, estresse, e hoje procuro deixar os problemas nas escolas e não levar para casa [...] (A.S. nº 20).

Na mesma pesquisa, a falta de tempo foi evidenciada como uma realidade no âmbito das escolas municipais de educação no município de Campina Grande - PB. Os assistentes sociais devem implementar projetos encaminhados pela secretaria de educação, entretanto, são tantos projetos a serem implementados que os profissionais se veem sem tempo para propor qualquer outra ação. Essa dinâmica demonstra que se impõe aos profissionais uma lógica de cumprimento de metas institucionais. Sobre essa questão, Cunha (2017, p. 166) “[...] os profissionais enfatizaram ainda que a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) só quer resultados, não importa como, o que reflete diretamente na atuação profissional”.

Reforçamos que as ações de assistentes sociais na educação devem ser desenvolvidas na perspectiva da facilitação do acesso, da concretude da permanência e no sentido da valorização da gestão democrática para todos os usuários dos serviços e integrantes do corpo

técnico à luz do Projeto ético-político da profissão. Os estudos aqui referenciados indicam, em geral, que a precarização das condições de trabalho é percebida pelos profissionais como fonte de adoecimento, através de uma série de elementos que colaboram com o desgaste físico e emocional e com o descontentamento em relação às atividades profissionais que são realizadas. Neste sentido, constata-se que a precarização das condições objetivas de trabalho repercutem sobre a dimensão subjetiva dos trabalhadores assistentes sociais. Como estratégia de enfrentamento das questões aqui apresentadas, notamos que algumas autoras chamam a atenção para a importância de ações coletivas em relação à pauta das condições de trabalho de assistentes sociais, demarcando ser esse um tema atual e relevante para a categoria profissional e que requer uma articulação permanente dos seus órgãos representativos. Do nosso ponto de vista, há que se acrescentar a necessidade do envolvimento político dos profissionais junto às organizações sindicais de suas bases, como forma de pautar tais condições.

As questões aqui suscitadas não se dissociam de outras dimensões do trabalho profissional do âmbito da política de educação básica. Portanto, elas apenas podem ser abordadas separadamente como uma estratégia de exposição, mas estão umbilicalmente relacionadas. Assim, como as questões de infraestrutura aquelas relacionadas à jornada de trabalho também incidem sobre a saúde dos trabalhadores assistentes sociais que atuam no âmbito da educação básica. Este é o aspecto que discutiremos a seguir.

#### 4.3 DA JORNADA E DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

A definição da jornada de trabalho do assistente social em 30 horas semanais sem redução salarial é regulamentada pela Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010, que alterou o artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão. A conquista desse direito dos assistentes sociais é resultado da luta do conjunto CFESS/CRESS por melhores condições de trabalho para assistentes sociais em todo o país. Todavia, sabemos que a jornada estabelecida na respectiva legislação nem sempre é cumprida pelas instituições contratantes. Ainda assim, Ivanete Boschetti (2011) entende que:

[...] a redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais sem redução salarial, ainda que não altere estruturalmente a organização do trabalho, possibilita diminuir a sobrecarga do trabalho, o que pode melhorar a saúde do (a) trabalhador (a) e, ainda impor limites à exploração do trabalho pelo capital (Boschetti, 2011, p. 565-566).

No caso das teses e dissertações por nós analisadas, identificamos unanimidade sobre o não cumprimento da lei que prevê a jornada de 30 semanais. Se denota da análise das fontes

de pesquisa que a questão da jornada de trabalho tem sido objeto de reflexão, sendo constantemente referenciada. Além disso, identificamos por meio dos estudos analisados que, numa mesma instituição de ensino existem profissionais assistentes sociais trabalhando 20, 30 horas e 40 horas ou mais. Dito de outro modo, numa mesma instituição empregadora profissionais são submetidos a jornadas díspares.

No caso específico dos IFE, o estabelecimento da jornada de 30 horas se dá por intermédio dos Decretos Federais 1.590/95<sup>25</sup> e 4.836/2003, e não em decorrência da Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010. Nessas instituições a possibilidade de cumprir 30 horas semanais está condicionada a autorização da gestão, mediante a publicação de portaria interna.

Em caso de ser permitido o cumprimento de 30 horas semanais, a jornada deve ser “flexibilizada” para os servidores Técnicos Administrativos em Educação. Dessa forma, o estabelecimento de jornada flexibilizada só pode ocorrer desde que seja realizada em turnos de 12 horas ininterruptas. Significa, na prática, que um servidor deve iniciar suas atividades às 7:00 horas e encerrar às 13:00 e outro terá de iniciar às 13:00 e encerrar às 19:00 horas sem interromper a oferta de atendimento ao público neste período. Dessa forma, os serviços requerem atividades contínuas de regime de turnos por, no mínimo, 12 (doze) horas ininterruptas. A implementação desse tipo de jornada depende de uma negociação entre a gestão e os servidores, como já foi dito. Ela se materializa de maneira diferenciada entre os diversos profissionais: ora é implementada para alguns, ora para outros. Esta dinâmica provoca uma diferenciação na carga horária dos profissionais, até mesmo daqueles que executam a mesma função, como foram os casos de relatos nas teses e dissertações por nós analisadas.

Nesse contexto, inferimos que ainda que a lei das 30 horas tenha sido um direito conquistado pelos profissionais assistentes sociais e seja considerada uma vitória para a categoria no Brasil, o direito ao cumprimento da jornada de 30 horas tem sido violado pelos IFE. As poucas profissionais que executam 30h semanais não usufruem esse direito porque a lei foi reconhecida pela instituição, mas por portarias específicas que deturbam a forma e o cumprimento da jornada nos moldes estabelecidos na legislação profissional do serviço social,

---

<sup>25</sup> Decreto n.º 1590, de 10 de agosto de 1995, que determina, em seu Art. 3, 2: “Art. 3 - Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições”; 2º - “Os dirigentes máximos dos órgãos ou entidades que autorizarem a flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o caput deste artigo deverão determinar a afixação, nas suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes” (BRASIL, 1995).

além de ampliarem a forma de controle social sobre os profissionais que estão cumprindo a jornada nesses moldes.

No âmbito das escolas municipais do município de João Pessoa, a partir do que foi apontado por Oliveira (2013), as profissionais assistentes sociais atuavam 30 horas por conta da Lei complementar n.º 060, de 29 de março de 2010, que em seu art. 16º estabelece a jornada dos ocupantes de cargos de provimento na educação em 30 horas semanais. Entretanto, essa carga horária não se aplica aos prestadores de serviço<sup>26</sup> que informaram cumprir jornada de 35 horas semanais.

Já na pesquisa realizada por Cunha (2017), igualmente no âmbito de escolas municipais, mas agora no município de Campina Grande, a autora identificou que 95,83% das profissionais entrevistadas afirmaram cumprir 30 horas semanais de trabalho, enquanto 4,15% informaram que trabalhavam 50 horas semanais respaldadas pela lei da educação e não baseadas na legislação própria do serviço social (Lei n.º 12.317/2010).

Na pesquisa desenvolvida por Menezes (2022) envolvendo 21 assistentes sociais atuantes na rede municipal, estadual e rede privada de ensino no município de Manaus, a autora identificou que 48% das profissionais entrevistadas responderam que trabalhavam 30 horas semanais, 38% trabalhavam 40 horas semanais e 14 % afirmaram ter outras configurações de jornada, como por exemplo, 20 horas semanais. A discrepância em relação à carga horária pode estar relacionada à referência ao cargo ao qual a profissional foi contratada. Aquelas que foram contratadas como professoras explicam o cumprimento de carga horária entre 20 a 40 horas, todavia é evidente que essas profissionais não têm respaldo legal para requerer às 30 horas semanais. Ao mesmo tempo, nos parece, aí, ocorrer o exercício ilegal da profissão, haja vista que contratadas para outro cargo que não o de assistente social.

Ademais, mencionamos anteriormente que a partir de 1995, após a implementação das estratégias de contrarreforma administrativa do Estado houve a introdução de técnicas baseadas nas chamadas práticas gerenciais na esfera pública estatal. Tais estratégias têm como mote principal a extração do maior *quantum* de trabalho direcionado ao menor número possível de trabalhadores (Raichelis, 2020), como também já asseveramos alhures. Para isso, foram introduzidas novas formas de gerir e organizar o trabalho, com foco no melhor aproveitamento da força de trabalho disponível sob [...] a perspectiva de que os trabalhadores consigam

---

<sup>26</sup> De acordo com a pesquisa realizada por Oliveira (2013), 17% das profissionais assistentes sociais entrevistadas ingressaram na carreira por meio de contrato temporário na condição de serviços prestados, e não possuem estabilidade. Enquanto 83% via concurso público e detêm estabilidade. Informações sobre os vínculos empregatícios serão discutidas na subseção 4.5.

trabalhar mais, sem, por outro lado, haver incremento salarial enquanto equivalente” (Fernandes, 2018, p.188).

Sob esta perspectiva, são introduzidas novas e diversificadas formas de controle da força de trabalho. Segundo Fernandes (2018, p. 188) esse “[...] controle que se realiza no plano objetivo dos espaços sócio-ocupacionais, [acaba] transformando trabalhadores e empregadores em plantonistas vigilantes das atividades”. Com isso, justifica-se assim, cada vez mais, a adoção de instrumentos para controlar o tempo de trabalho no espaço público, sobretudo, através do registro de entrada e saída do espaço de trabalho, seja mediante uso de folhas-ponto, livro registro ou ponto eletrônico. A autora, em sua análise, corrobora com a ideia de que a esfera pública vem utilizando meios similares à esfera produtiva de controle do tempo de trabalho.

Fernandes (2018) identificou que 88% das assistentes sociais envolvidas em sua pesquisa e que atuavam em diferentes IFE do país, têm sua jornada de trabalho monitorada através de controle ponto da entrada e saída do trabalho. Todavia, o que chama a atenção em sua pesquisa é o fato de que 87% dessas profissionais alegaram realizar um prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo estabelecido em seus contratos, ou seja, além do estabelecido no contrato formal de trabalho. Esse fato, no entanto, não é reconhecido na instituição.

Esse alongamento extraoficial ocorre como extensão da jornada através de jornadas estendidas não formais, como por exemplo, aos finais de semana, durante o horário de almoço, etc. Essa extensão de jornada ocorre justificada para que seja possível à profissional dar conta de responder à quantidade de demandas acumuladas e dentro de um curto espaço de tempo para sua resolução. Na mesma pesquisa, a autora identificou que apenas 23% das profissionais afirmaram não trabalhar além do horário previsto contratualmente. Insta sinalizar que o prolongamento da jornada se dá de maneira “informal”, não sendo, portanto, remunerado pelas instituições. Segundo Fernandes (2018, p. 190):

[...] essas informações são dignas de inquietações no que diz respeito às condições de trabalho dos profissionais, dado que, se por um lado há a preocupação com o controle formal de início e término do trabalho, por outro, a jornada excedida, além de não ser considerada legalmente, passa de forma despercebida pelas chefias imediatas, que, segundo os profissionais, têm ciência da situação, e não pode compensá-los através de remunerações ou acréscimos de horas a mais de trabalho dado que isso acontece na “informalidade”, à margem portanto da legalidade do direito trabalhista.

No que se refere à frequência em que costumam trabalhar fora do horário de expediente para fins de cumprir demandas institucionais, na mesma pesquisa se evidencia que 38% das 146 profissionais informaram que “algumas vezes” necessitam realizar trabalhos fora do

expediente. Entretanto, a autora sinaliza que em alguns casos há compensação de horas autorizadas pelas chefias.

Já na pesquisa realizada por Gois (2020), tendo os IFAL como universo de estudo, 57% das respondentes informaram que trabalhavam “algumas vezes” aos finais de semana e/ou fora do horário de expediente. Na referida pesquisa, também se evidencia a ocorrência do não pagamento das horas extras realizadas pelas assistentes sociais, assim como, não há a ocorrência de compensação do horário de sobretrabalho.

Outra questão importante diz respeito à intensificação do trabalho sem a extensão da jornada. Na acepção de Dal Rosso (2008), a noção de intensidade refere-se a como o ato do trabalho é realizado. O trabalho como ato de transformar a natureza empregando meios e instrumentos a partir de um projeto mental implica gastos de energias vitais, sejam psíquicas ou físicas, exige esforço do trabalhador e é essa a noção que conduz o núcleo argumentativo sobre a intensidade. Pode-se gastar mais ou menos, mas no ato do trabalho sempre se gasta um pouco dessa energia vital. Importante assinalar que para Dal Rosso (2008), sempre que falamos de intensidade estamos falando do ponto de vista da força de trabalho, pois é do trabalhador que se está exigido mais. Mais empenho físico, intelectual ou psíquico, ou seja, a atenção se volta para analisar o dispêndio quali e quantitativo de energia física ou psíquica do agente do trabalho.

Neste sentido, Dal Rosso (2008) adverte que “[a] intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou saberes adquiridos (2008, p. 21)”. Nesse caso, falamos de intensidade quando os resultados são quanti e qualitativamente superiores. Assim, há intensidade quando há maior gasto de energia do trabalhador no ato de suas atividades cotidianas.

No trabalho físico, segundo o autor, os resultados aparecem em números e quando não é físico, ou seja, do tipo intelectual, como um pesquisador por exemplo, os resultados são encontrados na melhoria da qualidade ou na quantidade de pessoas atendidas, como o caso do trabalhador assistente social. Resumindo, na percepção de Dal Rosso (2008), ao ampliar a intensidade tem-se por objetivo ampliar os resultados do trabalho, seja elevando a produção quantitativamente ou melhorando qualitativamente. Assim, “quanto maior é a intensidade mais trabalho é produzido no mesmo período considerado” (Dal Rosso, 2008, p. 21).

No entanto, tais resultados podem ser aumentados desde que os trabalhadores se “empenhem” mais, ou se apliquem mais ao trabalho. Nas palavras do autor “[...] mais ou melhores resultados serão atingidos à medida que esse grupo trabalhar mais intensamente no

mesmo espaço de tempo considerado (Dal Rosso, 2008, p. 22)”. Esse trabalhar mais ou mais densamente, supõe maiores esforços para dar conta da carga adicional ou das tarefas a mais que foram atribuídas. Isso resulta num trabalho com maior desgaste, fadiga e com maiores efeitos sob os campos fisiológicos, mentais e emocionais do trabalhador. Por isso, intensidade diz respeito também às condições de trabalho, ao grau de envolvimento do trabalhador, o empenho e o consumo de energia para dar conta das tarefas extras (Dal Rosso, 2008). Em síntese, o autor chama de intensificação os processos que redundam em um maior dispêndio de energia vital do trabalhador pelo objetivo de elevar quanti ou qualitativamente ou melhorar os resultados do trabalho, nomeado por Dal Rosso (2008) de “mais trabalho”.

Para intensificar o trabalho, ainda segundo Dal Rosso (2008), pode-se utilizar estratégias como o alongamento da jornada; o acúmulo de tarefas; polivalência e versatilidade; ampliação do ritmo e velocidade (expressos na cobrança por mais resultados) e através da gestão de resultados.

Nos estudos que nos serviram de fontes de pesquisa a intensificação é sinalizada principalmente, no período de realização dos processos de seleção dos estudantes para acesso e ingresso aos programas de assistência estudantil. Nesse contexto, nas considerações de Rosso (2008, p. 195), “[...] o assalariamento em atividades governamentais ou serviços públicos não visa ao lucro, mas não fica imune ao processo de intensificação”. Todavia, são recorrentes em todas as instituições de ensino básico nas experiências presentes nas pesquisas as queixas sobre o estabelecimento de metas inalcançáveis e a quantidade de demandas que conduzem à intensificação do trabalho.

Tais metas estão relacionadas também a um perfil profissional caracterizado pela polivalência, sobretudo, no âmbito dos Institutos Federais, no que concerne ao aumento de matrículas não terem acompanhado o número de profissionais com outras funções trabalhando nessas instituições, tal como aqueles da área administrativa. Essa realidade é explicitada na pesquisa de Gois (2020), realizada no IFAL, onde 63% dos assistentes sociais entrevistados afirmaram existir cobrança excessiva por metas e por alta produtividade. Já na pesquisa realizada por Aud (2017) no IFSP, a autora aponta que 67% dos profissionais afirmaram existir mais cobrança por mais resultado do trabalho no momento da realização da pesquisa se comparado com o ano de ingresso no IFSP.

Na realidade municipal e estadual, também a existência de cobrança de metas é preocupante e nesse particular, nota-se que se altera o teor da demanda. Nesse âmbito, foram amplamente referenciadas nas pesquisas a existência de rotinas impulsionadas por cobranças de resultados por parte da gestão relacionadas à observância da frequência escolar por parte dos

assistentes sociais. Esta questão está associada diretamente aos cuidados com as condicionalidades dos programas de transferência de renda, como por exemplo, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na Escola, programas que requerem monitoramento da frequência escolar dos estudantes. Além disso, notamos outra questão associada à cobrança de produtividade e que diz respeito ao preenchimento de informações de atualização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse trabalho demanda o levantamento constante de dados dos estudantes quanto aos índices de abandono, aprovação e reprovações que, segundo as autoras das produções acadêmicas analisadas, ficam a cargo de assistentes sociais.

Além dessas questões, as profissionais fazem referência à necessidade de melhor aproveitamento da força de trabalho. Em síntese, tal questão está relacionada a um contexto em que se nota a existência de um maior volume de trabalho e em contraposição a isso tem-se menos profissionais atuando. Isso se confirma ante a constância em que notamos a queixa recorrente sobre o número insuficiente de profissionais atuando nos espaços sócio-ocupacionais pesquisados.

No caso das escolas municipais e estaduais, *locus* de algumas das pesquisas mencionadas a falta de profissionais é tida como um agravante nas condições de trabalho. Isso também é mencionado em relação a outros profissionais que deveriam compor as equipes multidisciplinares nos sistemas de ensino dos municípios pesquisados.

Ainda, no que se refere às escolas municipais, a falta de assistentes sociais foi uma tendência enfatizada pelas entrevistadas por Cunha (2017), em sua pesquisa realizada em Campina Grande. Segundo a autora, “[...] os/as entrevistados foram enfáticos ao afirmarem que o quantitativo de assistentes sociais que atuam no sistema municipal de ensino é insuficiente para atender as demandas” (Cunha, 207, p. 155). Além disso, esses profissionais apontaram a necessidade de cada unidade escolar ter pelo menos um assistente social atuando. Oliveira (2013) também destacou a falta de recursos humanos para a consecução das atividades nas escolas municipais de João Pessoa.

Já no âmbito dos Institutos Federais, no IFAL, Gois (2020) identificou que 86% dos assistentes sociais afirmaram haver necessidade de ampliação do quadro de profissionais atuando em seus locais de trabalho.

A falta de outros profissionais de outras áreas também colabora para a intensificação do trabalho, recaindo sobre os assistentes sociais diversas outras demandas. A falta de outros profissionais para compor uma equipe multidisciplinar atuando na instituição também foi referenciada nos estudos. Em sua análise, Gois (2020) salienta que tal questão contribui para

que os assistentes sociais atuem tanto em tarefas administrativas como em outras que muitas vezes não são da sua competência, sobrecarregando-os em virtude do acúmulo de funções. Esta é uma tendência que se manifesta em todas as instituições de ensino básico, *locus* dos estudos realizados e que nos servem de fonte de pesquisa. Os profissionais reclamam do aumento do tempo dedicado para a realização de atividades burocráticas ou de caráter administrativo que muitas vezes não se relacionam às atribuições privativas de assistentes sociais. No âmbito dos IFE essa questão é inquestionável se observados os dados produzidos pelas pesquisadoras. Fernandes (2018), através de sua pesquisa nos IFE das cinco regiões brasileiras, assevera que ao questionar os assistentes sociais sobre a frequência em que eram solicitadas a realização de atividades que não são privativas da profissão, constatou que 32% deles responderam que frequentemente eram solicitados para essas tarefas. Outros 21% responderam que sempre eram acionados para isso. Na pesquisa de Gois (2020), no IFAL, 50% dos entrevistados informaram sofrer pressão para realizar tarefas que não fazem parte das atribuições do seu cargo. Já na pesquisa realizada por Aud (2017), a autora aponta que 83% das entrevistadas afirmaram que a rotina de atividades burocráticas havia aumentado se comparada com o ano de ingresso no IFSP.

Estas condições acabam por enredar os profissionais numa dinâmica alienada e alienante na qual não se questiona sobre os fundamentos do trabalho. Ao problematizar esta questão, Guerra (2010, p. 721) assevera que:

[p]or se tratar de um exercício profissional que atua nas expressões da chamada questão social, que se manifesta no cotidiano da vida dos usuários dos serviços sociais e das políticas sociais, nossa intervenção não desvela seus fundamentos. Ao contrário, na imediatividade do cotidiano, dadas as suas características estruturadoras, a tendência é de considerar a intervenção pelo seu resultado, sem buscar os seus fundamentos e de realizar intervenções que concebam o indivíduo isolado da estrutura e contexto sócio-histórico, de modo a responsabilizá-lo, e mais ainda, a culpabilizá-lo pelo seu suposto sucesso ou fracasso, com o que subverte-se princípios e diretrizes da formação profissional (Guerra, 2010, p. 721).

Naquilo que concerne ao ritmo de trabalho, ou seja, o grau de empenho pessoal empregado na realização das atividades, 64% dos assistentes sociais respondentes da pesquisa realizada por Fernandes (2018) expressaram que são as demandas e urgências institucionais que impõem o ritmo do trabalho. Por outro lado, segundo a autora, outros 27% responderam que eram eles próprios quem determinavam o ritmo a ser seguido. Na pesquisa realizada por Aud (2017) no IFSP, 83% das profissionais entrevistadas afirmaram que o ritmo e a velocidade do seu trabalho eram maiores no momento de realização da pesquisa do que no início de sua atuação (Aud, 2017).

Todo este contexto apresentado nos estudos referenciados corrobora com as reflexões de Raichelis (2020, p.31), sobre a disseminação da cultura gerencialista no Estado:

[n]esse cenário, a exemplo do que ocorre no mundo das empresas e das organizações privadas mercantis, presencia-se um processo de “reestruturação neoliberal do Estado”, disseminando-se a *ideologia gerencialista*, que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadra processos e dinâmicas às metas de qualidade e de produtividade a serem alcançadas, reduz as margens de autonomia profissional e enfraquece a organização política e sindical dos/as trabalhadores/as do Estado.

Como explicitado por Raichelis (2020), a exemplo do que ocorre na esfera privada, presenciemos a disseminação da lógica gerencialista na esfera pública. Passa-se a adotar metas de qualidade e produtividade, próprias da iniciativa privada também no âmbito estatal, reproduzindo nas políticas sociais estatais as tendências do empresariamento do trabalho.

Assistentes sociais possuem suas atribuições e competências fixadas em lei, entretanto, isso não assegura legitimidade das ações frente aos empregadores e demais colegas de trabalho. Sobre isso, aduz Raichelis (2020, p. 12):

[o] desafio atual se renova, pois envolve a compreensão de que, embora garantidas em lei, as atribuições e competências e sua interpretação não são estáticas e não podem ser congeladas frente às transformações do trabalho e às novas configurações da “questão social” no atual estágio do capitalismo mundializado e financeirizado do século 21, considerando a particularidade da inserção periférica e dependente do Brasil, no contexto do desenvolvimento capitalista desigual e combinado.

Embora relevantes, reconhecemos que os aportes legais são suportes necessários no cotidiano, mas não suficientes. A disputa para garantir legitimidade às atribuições privativas de assistentes sociais se dá na luta diária, no trabalho coletivo junto aos demais profissionais através das respostas às requisições institucionais às expressões da questão social mediadas pelas políticas sociais. Nesse sentido, se as atribuições são aquelas atividades exclusivas dos assistentes sociais, as competências, ao contrário, são compartilhadas por outros profissionais, o que possibilita um leque muito grande de possibilidades de ação (Raichelis, 2020).

Maurílio Matos (2015), em suas reflexões sobre as atribuições e competências profissionais, destaca que o “ponto de partida para essa reflexão é a clareza da função social da profissão: o seu trato com as diferentes expressões da questão social (Matos, 2015, p. 690)”. De modo que, para oferecer respostas qualificadas e socialmente referenciadas é preciso reconhecer que as respostas às demandas profissionais estão postas no campo das competências profissionais. Logo, essas ações não são exclusivas de assistentes sociais. A competência à qual o autor se refere não deve ser entendida como mérito individual, mas sim, como resultado de um projeto coletivo que é construído na produção intelectual da profissão e na organização

política e profissional dos assistentes sociais. Competência, esta, que está ancorada na articulação entre as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas. Por outro lado, a defesa das prerrogativas profissionais é ação fundamental dos órgãos representativos e de fiscalização da profissão. No entanto, conforme Matos (2015, p. 691) assinala, “a realidade não se restringe apenas às normas e às leis: é na prática que se materializa o que é, legitimamente, campo de intervenção de uma profissão”. Por isso, a ação crítica e consciente dos profissionais é condição indispensável e de fundamental importância. Mas só é possível construir uma percepção crítica da realidade quando o profissional desenvolve suas competências teórico-metodológica, ética e política.

Por seu turno, Fernandes (2018) afirma que, no âmbito das instituições federais, principalmente, a realização de auditorias internas realizadas é um aspecto que influencia negativamente nas condições de trabalho. Do mesmo modo, essa questão foi mencionada por Gois (2020, p. 290), afirmando que as profissionais entrevistadas no IFAL são questionadas quanto ao resultado na seleção de estudantes beneficiados com os auxílios e as auditorias são como “instrumento para coagir os profissionais para atestarem que estão escolhendo realmente os “merecedores” dos auxílios”. Aud (2017), em sua pesquisa no âmbito do IFSP, reportou as auditorias como uma desconfiança de que as assistentes sociais possam vir a beneficiar quem não precisa. Para a autora a prática questiona a competência profissional e a lisura do trabalho.

A prática institucional de auditar as concessões dos benefícios, onde se questionam os critérios estabelecidos nas análises realizadas por assistentes sociais, pode redundar na solicitação de revisões e explicações quanto aos critérios estabelecidos. A finalidade das auditorias é melhorar a eficácia financeira, de modo a avaliar a aplicação entre o executado e o planejado, aumentando assim o grau de confiança sobre a gestão financeira.

Segundo Fernandes (2018, p. 197):

[...] isso, de uma forma ou de outra, resvala nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais, dado que essa lógica vem acompanhada do aumento de racionalização dos processos de trabalho cujo nexos articulador é a indispensabilidade de acentuar a burocratização, aumentar a focalização na seleção de estudantes para acesso à política de permanência estudantil e, conseqüentemente, tornar o exercício profissional mais pragmático e instrumental, lógica que não advém da chefia imediata, da gestão institucional, mas, das próprias políticas sociais.

Nos moldes apresentados o trabalho profissional está pautado muito mais em procedimentos burocráticos de nível técnico-operativo, do que propriamente em ações balizadas pela direção ética e política preconizada pela profissão. Destaca-se que, dessa forma, imerso no atendimento e na seleção dos beneficiários dos programas de bolsas, por exemplo, o

assistente social se vê preso numa atividade burocrática, interminável e limitada. E assim, por meio destas práticas orientadas por uma racionalidade burocrática o profissional corrobora com a reprodução de valores e ideias que aprisionam gerações numa objetividade humana aparentemente insuperável. Nesta objetividade, não há lugar para se pensar a história como um campo aberto, no qual é possível fazer escolhas. Aprisionado neste presentismo, o profissional adere facilmente a um tipo de prática controladora e burocrática em relação às demandas que a realidade lhe impõe.

Se as questões afetas à jornada e à intensificação do trabalho aqui apresentadas são expressões dos processos de precarização de trabalho aos quais estão submetidos os assistentes sociais que atuam na política de educação básica a contraprestação que recebem pela venda de sua força de trabalho também o é. Por isso, consideramos ser importante problematizar a questão dos salários dos profissionais de serviço social.

#### 4.4 DA QUESTÃO SALARIAL

Nos IFE, identificamos por meio dos estudos realizados que os assistentes sociais recebem rendimentos acima de quatro salários mínimos. A média salarial dos assistentes sociais vinculados a essas instituições é de R\$7.906,07, o que representa 8,4 salários mínimos, considerando o valor do salário mínimo a época das pesquisas.

Em relação à remuneração dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino, o salário é estabelecido através de lei municipal na própria localidade. A época da primeira pesquisa realizada, no ano de 2012, no município de João Pessoa – PB, a remuneração dos assistentes sociais que atuavam na rede municipal de ensino básico variava de acordo com o tipo de vínculo empregatício. As profissionais contratadas mediante concurso público recebiam de 2 a 4 salários mínimos<sup>27</sup> e meio, equivalem a R\$1.244,00 a R\$2.799,00. Dentre as identificadas como prestadoras de serviço não foram encontrados salários acima de 2,5 salários mínimos e meio, que correspondia a R\$1.555,00 (Oliveira, 2013) à época do estudo. Evidencia-se que o nível de rendimento está atrelado ao formato do vínculo empregatício e expressa na prática a desvalorização dos profissionais, conforme a forma de ingresso na carreira. São essas questões que, somadas a outros indicadores expressam a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores, e nesse particular, dos assistentes sociais.

---

<sup>27</sup> Na data da realização da primeira pesquisa (julho e agosto de 2012) o salário mínimo era de R\$ 622,00. Na segunda, realizada em 2017, o valor do salário mínimo no período era de R\$ 937,00.

De acordo com Cunha (2017), em sua pesquisa sobre os profissionais que atuam em escolas municipais, realizada entre março e abril de 2017 no município de Campina Grande, a média salarial informada prevaleceu neste mesmo patamar de 2 a 4 salários mínimos, o que correspondia a R\$1.874,00 a R\$ 3.748,00<sup>28</sup> à época. Destaca-se que ambos os municípios também contavam com Planos de Cargos e Salários.

Em recente pesquisa realizada pelo CFESS, sobre o *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional* (CFESS, 2022), a maior porcentagem de rendimentos de assistentes sociais que atuam no Brasil estava na faixa de 2 a 3 mil reais. Recebendo esse nível salarial, encontravam-se 24,52% dos profissionais que responderam à pesquisa. Considerando o intervalo de 1 a 4 mil reais, temos 55% dos profissionais. Segundo a mesma pesquisa, esses dados expressam “[...] a intensa precarização dessa força de trabalho, se considerarmos que trata de uma profissão de nível universitário, com exigências de qualificação técnica e educação continuada cada vez mais complexas (CFESS, 2022, p.116)”. Ao realizarmos um cruzamento de dados com a pesquisa realizada pelo CFESS no ano em 2005<sup>29</sup>, quando 45,19% dos assistentes sociais informavam receber entre 4 a 6 salários mínimos é revelador que a percepção de baixos salários na profissão não é factual ao contexto atual, mas sim, um traço persistente e poderíamos dizer crônico na profissão devido à prevalência de baixos salários.

Destaca-se ainda, a faixa salarial de rendimento apresentado pelas profissionais que atuam nos IFE, identificada pelas nossas fontes entre 8,4 salários mínimos é uma exceção à regra. Ao observarmos dados de 2022 (CFESS, 2022), o quantitativo de profissionais que auferem o rendimento bruto entre R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00, representa apenas 4,29% das assistentes sociais brasileiras. No nosso entendimento, esses dados revelam um rebaixamento do salário que remete também ao empobrecimento da categoria profissional, o que redundará na precarização das condições de vida que são cada vez mais degradadas.

Além disso, na pesquisa realizada por Oliveira (2013), a autora identificou uma alta taxa de pluriemprego entre as profissionais atuando nas escolas municipais, no Município de João Pessoa. Segundo ela, 53% dos profissionais respondentes atuantes nas escolas municipais de ensino básico informaram ter mais de um vínculo empregatício. Conforme excerto de uma entrevista realizada por Oliveira (2013, p. 47), resta explicitado este fenômeno:

---

<sup>29</sup> CFESS. Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília. 2005.

[e]u trabalho em outra área, é a precariedade profissional, o assistente social nunca tá em um trabalho só [...] (E 16).

Há que se destacar que o fenômeno do pluriemprego está diretamente relacionado aos baixos salários percebidos pelos profissionais de serviço social. No caso do município de Campina Grande, segundo a autora da pesquisa ali realizada, 37,50% dos assistentes sociais que atuavam na rede municipal de ensino possuíam outro vínculo empregatício concomitante ao do município (Cunha, 2017). Somando os percentuais informados nas duas pesquisas que caracterizaram o trabalho nas escolas municipais (Oliveira, 2013; Cunha, 2017), em média, 43,30% dos entrevistados informaram ter mais de um vínculo de trabalho. São características que marcam o atual mercado de trabalho, já evidenciadas por autoras como Guerra (2010), conforme se pode observar no excerto:

[c]omparece hoje nos espaços laborais do assistente social o crescente aumento de profissionais que possuem mais de um vínculo de trabalho, o que caracteriza o pluriemprego, bem como se observa a inserção socioprofissional em duas ou mais políticas sociais, rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, jornada de trabalho extensa (cumpre carga horária de mais de dez horas diárias de trabalho), além do sobretrabalho ao qual a mulher encontra-se submetida (Guerra, 2010, p. 718-719).

Da análise dos dados informados pelas pesquisadoras, denota-se que, no IFSP, onde as profissionais informaram ter um salário mais alto, apenas 12% dos entrevistados informaram ter mais de um vínculo de trabalho. Ainda assim, de acordo com a autora do referido estudo, as profissionais que atuavam nesta instituição não deixaram de mencionar que se consideravam extremamente exploradas, conforme se denota do excerto apresentado por Aud (2017, p. 188):

[p]ensando isoladamente, não é um salário ruim. [...] A gente acaba realizando um trabalho de forma precarizada, porque é muita demanda, muita questão que vai surgindo, muita exigência. Eu falo que, às vezes, eu saio daqui e me sinto sugada, falo que o instituto me suga, saio parecendo um limão espremido. [...] Se você for pensar no tanto de trabalho que a gente realiza e no salário que a gente recebe, eu acho que é pouco (Profissional 4, 2017).

Nota-se que mesmo acessando salários mais altos, ainda assim existe a percepção de precarização das condições de trabalho associada, sobretudo, ao excesso de demandas a serem respondidas no cotidiano laboral.

As questões evidenciadas pelas pesquisas expõem uma realidade diversa em termos salariais a partir da forma como foram estabelecidos os contratos de trabalho. Ficou evidente que, a depender do vínculo de trabalho, resta também definido o nível salarial, demonstrando que existe uma grande disparidade entre profissionais com vínculos estáveis e prestadores de serviços, por exemplo. Além disso, a depender da natureza da instituição (municipal, estadual,

privada e federal), também se verifica a discrepância salarial, chegando a diferenças próximas a 58% entre uns e outros salários. Chama a atenção o fato de que profissionais chegam a receber valores salariais muito próximos ao do salário mínimo. Esta realidade se coaduna invariavelmente com contratos temporários, mas não só. Além disso, forçam os profissionais a estabelecerem outros vínculos empregatícios. Se o trabalho já é intenso considerando um único vínculo, podemos avaliar a fadiga dos profissionais que precisam se submeter a múltiplos vínculos de emprego. Além disso, é preciso considerar que a natureza da atividade dos assistentes sociais facilmente pode levar ao sofrimento psíquico, ao adoecimento, portanto. Não menos importante é pensar o impacto desta realidade laboral na qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Por oportuno, vale mencionar que os tipos de vínculos empregatícios também constituem aspecto essencial nas análises sobre as condições de trabalho. Neste sentido, ainda com base nos estudos selecionados, abordaremos esta questão.

#### 4.5 DOS TIPOS DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Nas subseções anteriores este aspecto foi indiretamente mencionado, pois, como já salientamos, não é possível analisar as condições de trabalho de maneira a abstrair as relações recíprocas que existem entre os elementos que devem ser considerados em sua avaliação. Mas, de todo modo, há que se levar em conta que, conforme a pesquisa sobre o *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional* (CFESS, 2022), esses profissionais são majoritária e maciçamente trabalhadores assalariados, ainda que a profissão seja regulamentada como profissão liberal.

A mesma pesquisa aponta que quase 60% dos assistentes sociais estão empregados no setor público, 59,8%, com predominância da esfera municipal 43,59%, seguida da estadual 11,01% e federal 5,20%. E nesse sentido, importa destacar que nas produções analisadas identificamos unanimidade o entendimento de que a condição de assalariado dos profissionais assistentes sociais é determinante para que estes estejam submetidos aos impactos mais perversos das transformações no mundo do trabalho. Enquanto participe das relações de produção e reprodução social o trabalhador assalariado terá suas condições de trabalho atravessadas pelas formas de expressão e manifestação da precarização estrutural das atividades laborais no contexto da acumulação flexível.

Nos IFE verifica-se uma realidade constituída por um vínculo estável e relações trabalhistas regulamentadas em um plano de cargos, carreiras e salários. Os assistentes sociais

admitidos via concurso público para atuar nestas instituições são regidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (RJU), das autarquias e das fundações públicas federais, que foi instituído através da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

De acordo com as normas vigentes os servidores públicos admitidos por concurso público têm direito à estabilidade após três anos de efetivo exercício, ainda que o artigo 20 da Lei n.º 8112 de 1990 fixe expressamente o lapso temporal de dois anos de estágio probatório<sup>30</sup>.

Em face das normativas constitucionais e infraconstitucionais, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (RJU), das autarquias e das fundações públicas federais confere aos assistentes sociais lotados nos IFE vínculo estável. Em tese, isso poderia apontar melhores condições de trabalho ou, ainda, condições de trabalho menos precárias, uma vez que tais profissionais não sofrem na mesma intensidade e forma os constrangimentos relacionados ao mercado de trabalho no âmbito da iniciativa privada, sobretudo no que se refere ao medo e à insegurança que conformam o atual cenário laboral no Brasil e no mundo.

Entretanto, embora a totalidade das pesquisas tenha apontado para servidores no âmbito dos IFE estáveis algumas vantagens em termos de condições de trabalho, ainda assim, essa parcela de trabalhadores não são imunes às mudanças no mercado de trabalho caracterizadas por intensos processos de precarização. A recente reforma da previdência social do regime próprio, aprovada pela Lei n.º12.618/2012, estabeleceu que os servidores que ingressaram na carreira a partir do ano de 2012, são obrigados a contribuir com a previdência complementar para receber proventos similares aos que recebem na ativa. E com a nova reforma realizada em 2019, servidores do sexo masculino deverão ter 65 anos ou mais para pleitear a aposentadoria. Já as mulheres devem ter 62 anos completos e ambos devem contribuir pelo menos 25 anos para ter acesso à aposentadoria.

No caso das escolas municipais, estaduais e da rede privada de ensino, considerando as três pesquisas específicas nesses âmbitos (Cunha, 2017; Menezes, 2022; Oliveira, 2013), identificou-se que 88% dos profissionais ingressaram na carreira através de concurso público, enquanto 9,33% ingressaram via contratos temporários na condição de prestadores de serviços e 2,66% tinham carteira assinada e contrato regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

---

<sup>30</sup> Esse período foi alterado por meio da Emenda Constitucional (EC) n. 19, de 04 de julho de 1998. Em seu artigo 6, a EC altera a redação do artigo 41 da Constituição Federal de 1988, na qual se previa que o estágio probatório para servidores nomeados para cargos de provimento efetivo admitidos via concurso público seria de dois anos. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm) Acesso em: 05, ago. 2024.

Com base nas informações contidas nas três pesquisas anteriormente citadas, constata-se que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais atuantes na educação básica nas localidades pesquisadas. De acordo com os dados apresentados pelas pesquisadoras, 11,99% dos profissionais entrevistados à época da realização das pesquisas não tinham vínculos estáveis e estavam expostos a relações de trabalho caracterizadas pela insegurança em relação à permanência em seus postos de trabalho.

Nesse sentido, considerando as transformações no mundo do trabalho apontadas por diferentes autores, salientamos o necessário investimento em novas pesquisas que identifiquem mais informações concernentes à presença de assistentes sociais atuando nas instituições de ensino básicas como um todo. Os dados aqui sistematizados, considerando as quatro pesquisas realizadas na rede federal de ensino, duas pesquisas de âmbito municipal e somente uma considerando a rede privada e filantrópica de ensino, na nossa compreensão, são insuficientes para obtermos um panorama mais detalhado sobre aspectos do tipo de vínculos de emprego de assistentes sociais no âmbito da política de educação básica, ainda que possamos afirmar que estes profissionais atuem na esfera pública. A questão a se saber é se estes são contratados pela forma ordinária prevista no texto constitucional brasileiro (via concurso público), ou são submetidos a novas e mais precárias formas de contratação, tal como se observa no mercado de trabalho em geral.

Avançando em nossa análise, constatamos que dentre os aspectos relativos às condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica abordados pelas pesquisadoras nas produções acadêmicas que constituíram nossas fontes privilegiadas, a questão da educação também é mencionada. A seguir, com base nestas fontes, apresentaremos algumas reflexões sobre este tema.

#### 4.6 DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Nas teses e dissertações analisadas as ações de formação aparecem designadas de diferentes maneiras, ora como capacitação continuada, atualização permanente ou educação continuada ou permanente. Nota-se, nas referidas produções, que as ações de formação continuada são identificadas como estratégias fundamentais para qualificar o trabalho frente à complexidade das questões que conformam o mercado de trabalho de assistentes sociais na educação básica.

Cartaxo, Manfroi e Santos (2012) nos explicam que a formação continuada é uma questão de fundamental importância para o debate profissional, principalmente, se

considerarmos a densa produção teórica que é acessada como mediação para alcançar a direção numa prática profissional qualificada. Destarte, as mesmas autoras argumentam que há uma forte ideologia que dissemina o entendimento da educação como sinônimo de qualificação profissional voltada para o mercado. Tal perspectiva tornou-se lugar-comum e nesses moldes, a qualificação profissional e o papel da educação tendem a determinar o “sucesso e o fracasso” no ingresso do indivíduo ao mercado de trabalho. À vista disso, sucesso e fracasso profissional são, equivocadamente, reconhecidos como produtos dos esforços individuais de cada um.

Sob tal perspectiva, a educação tem duas finalidades. Primeiro, entende-se que por meio dela se deve formar para o trabalho. Segundo, precisa integrar o sujeito ao novo mundo. A educação na perspectiva em comento coloca em evidência o novo paradigma da empregabilidade. Nele é necessário se desenvolver um trabalhador que seja capaz de resolver problemas, ser criativo, polivalente e que desenvolva competências basilares do capitalismo em sua fase flexível sob hegemonia financeira (Motta, 2008).

Neste cenário, há novas demandas para a formação do trabalhador: são requisitadas novas qualificações que promovam novas habilidades para servir funcionalmente ao capital, porém, tal conhecimento não deve possibilitar desmistificar o domínio e a exploração, tampouco, a trama das relações sociais que circunscrevem o capital e o trabalho (Motta, 2008).

Essa perspectiva de educação para abastecer o mercado, ou seja, formadora de capital humano necessário à produção é o mote da empregabilidade sob a teoria de capital humano, que foi introduzida no Brasil ainda na ditadura militar (Motta, 2008). O conceito de capital humano foi desenvolvido no pós-guerra e estabeleceu a ideia da escola pública como instituição educativa das massas. Sedimentando a função da escola relacionada à formação profissional para o trabalho, sob influência do paradigma da empregabilidade, ou seja, a escola sendo entendida como ponte para integração ao mercado de trabalho (Motta, 2008).

Gaudêncio Frigotto em seu livro *“Educação e a crise do capitalismo real”* (1998), destaca que, embora a relação entre o processo econômico e social com a educação faça parte dos estudos realizados pela escola liberal clássica, a partir de Adam Smith e Stuard Mill a construção de um eixo teórico que compreende a educação como um fator de produção só veio acontecer após a Segunda Grande Guerra, no amplo debate sobre a teoria da modernização.

A teoria do capital humano<sup>31</sup> foi sistematizada através de um grupo de estudiosos norte-americanos na década de 1950. Esses estudiosos buscavam compreender o “germe”, ou melhor, o fator que fosse capaz de explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Sinteticamente,

---

<sup>31</sup> O grupo foi liderado por Theodoro Schultz e em 1968, lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia (Frigotto, 1998).

a principal ideia explicativa inaugurada foi a apreensão de que um acréscimo marginal de instrução, treinamento ou educação corresponde a um acréscimo de crescimento na capacidade de produção. Isso supõe que o investimento em “capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (Frigotto, 1998, p. 41)”.

A teoria do capital humano passou a ser amplamente difundida como a solução para o problema da desigualdade social, sendo assimilada pelos países latino-americanos, como no Brasil, por exemplo. Isso se deu, pois, os organismos internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) e regionais como Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) aderiram tal proposta e, igualmente, contribuíram na sua disseminação (Motta, 2008).

Frigotto (1998) orienta dois aspectos conflitantes na teoria do capital humano. Primeiro, é o fato de tentar mensurar a partir da educação o desenvolvimento econômico. O segundo está centrado no pressuposto da educação como produtora da capacidade para o trabalho e por definição, acesso à renda e ao aumento da produtividade via o desenvolvimento de atitudes adequadas e funcionais ao mundo do trabalho. A teoria do capital humano engloba uma série de postulados que tiveram profunda influência nos caminhos e políticas sociais voltadas à educação no Brasil, principalmente nos anos 1968 a 1975 (Frigotto, 1998). Queremos, no entanto, destacar que essa é uma das concepções de educação que estão em permanente disputa pelos projetos societários pela direção hegemônica da política educacional nacional. É nesse sentido, que a formação continuada é condição precípua para elucidar essas questões que compõem, em toda sua complexidade, o campo da educação básica.

A concepção de educação afiançada a “capital humano” encobre as reais causas das desigualdades sociais e apela para a busca em formações individuais (mesmo que aligeiradas) como investimentos particulares dos indivíduos sob a perspectiva de ampliar rendas futuras. Promove, com isso, uma busca para desenvolver competências, como se fosse esse o fator único e principal na definição do sucesso profissional. Enviezadamente, centra-se no indivíduo e na sua falta de qualificação a culpa pela empregabilidade. E aí, se localiza o grande problema, ao ignorar o processo histórico assimétrico nas relações entre as classes sociais. Culpar os indivíduos pelos problemas crônicos do capitalismo é mesmo o caminho mais fácil. Desconsidera, sobremaneira, o não acesso à educação e também o acesso desigual (Cartaxo, Manfroi e Santos, 2012).

Nos escritos por Rosa Maria Fernandes (2009) esse discurso disseminado sobre a formação profissional para inserção no mercado de trabalho explícita um reducionismo e uma funcionalidade do papel da educação. Ela passa a ser tratada como um instrumento a serviço do capital ou de interesses econômicos. Em contraposição a essa maneira de ver a educação, a autora assevera que se trata de um processo difundido em toda a vida social:

[...] um processo permanente e difuso em toda a vida social; portanto, tem um papel central a desempenhar, como, por exemplo, no âmbito da pesquisa para a construção de “uma saída” coletiva, no desenvolvimento de valores que se contraponham às conhecidas formas de competição e de lucro (Fernandes, 2009, p.482).

Por outro viés, Cattani (1996) vai distinguir a concepção de educação e de formação. A educação, para o autor, está associada ao conjunto de ações, no âmbito formal de ensino, para a transmissão de conhecimentos gerais e específicos aos alunos, além disso, está voltada ao desenvolvimento de determinadas atitudes. Acontece de forma contínua sob um determinado tempo e idade. Já a formação, por sua vez, está relacionada com distintas formas e ações educativas e se desenvolve além ou independentemente da escolarização regular. Tem como objetivo o desenvolvimento da capacidade laborativa dos sujeitos. Ela é pontual e aleatória, voltada para qualquer idade.

Na acepção de Lighia Horodynski (2011) *apud* CFESS (2012), educação e ensino também devem ser problematizadas. Educação é um processo mais amplo que ensino, que por sua vez não equivale apenas as atividades didáticas. A educação visa preparar para a vida em sociedade, promove saberes e valores socialmente referenciados é, portanto, uma prática social, diante de sujeitos e destes com a sociedade, nesse sentido, ela é formação.

Outra questão elementar nessa discussão e ainda de ordem semântica, é apontada por Rosa Maria Fernandes (2009), a autora trata de maneira distinta os conceitos de educação permanente e educação continuada. Segundo a autora, a educação continuada tem relação com o prosseguimento da formação inicial e objetiva o aperfeiçoamento profissional (Fernandes, 2009). Do outro lado, o significado da educação permanente deve ser apreendido num contexto histórico e político que considera as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, diante das transformações que vêm influenciando o mundo do trabalho (Fernandes, 2009). As palavras são carregadas de sentidos e nesse caso, a autora está tentando evidenciar que o termo educação permanente carrega consigo a perspectiva da teoria de capital humano e por isso, é carregado de ideologia, serve no fortalecimento das pedagogias das competências em detrimento de uma formação humana, plural, no âmbito dos valores e da cultura.

No documento *Política de educação permanente* organizado pelo conjunto CFESS-CRESS (2012), se afirma que a educação permanente é uma necessidade de todas as profissões independente da área do conhecimento. Na atual conjuntura, complexa e multifacetada, a vida social em sua totalidade está subsumida cada vez mais aos ditames do capital. As relações sociais são constantemente tensionadas pelas incessantes transformações, requerendo por parte dos profissionais competência para o desvelamento das múltiplas determinações que produz e reproduz essa realidade dinâmica. Neste sentido, a educação pode ser pensada como uma necessidade que se atualiza em face do movimento da própria realidade.

Por isso, as possibilidades de qualificação por meio de iniciativas no campo da denominada educação continuada são extremamente importantes e necessárias para o desenvolvimento de uma competência que articule as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas, com vistas a garantir a direção das respostas profissionais em relação às necessidades e interesses da classe trabalhadora, no sentido do Projeto Ético-político do serviço social brasileiro. Nesses termos, a educação permanente é um pressuposto para afinar respostas na direção desse projeto ético (CFESS-CRESS, 2012).

Considerando as nossas fontes, diferentes autoras apontaram para a importância dos profissionais assistentes sociais investirem em sua formação como estratégia para fortalecer as possibilidades de enfrentamento dos rebatimentos dos processos de precarização do trabalho frente às transformações em curso. As autoras afirmam que estas transformações repercutem concretamente na realidade cotidiana do trabalho profissional. Essa compreensão está alicerçada na perspectiva de que, ao se investir em formação continuada os profissionais assistentes sociais contribuem para fortalecer a base teórica e a direção das suas ações, procedimentos e finalidades à luz do projeto ético-político (Cartaxo, Manfroi e Santos, 2012).

Num caminho similar, está a importância dada sobre a necessária clareza na concepção de educação que fundamenta o trabalho desses profissionais atuantes na política de educação básica. Essa ação é considerada imperiosa em quase todas as nossas fontes de pesquisa, no sentido de se fortalecer a direção social da profissão. Nas produções em comento, é mencionada a importância de desenvolver a atitude investigativa como uma alternativa para que os profissionais consigam realizar a leitura mais crítica da realidade. Ao mesmo tempo, aponta a necessidade de os profissionais se apropriarem das discussões socializadas por meio dos mecanismos usados para a disseminação do conhecimento sobre a sua área de atuação.

Assistentes sociais atuam na dinâmica densa da vida social e nela encontram-se as possibilidades de ação, no sentido de vislumbrar a efetivação de direitos, da universalização do acesso a serviços e políticas e da ampliação da democracia. É também nesta dinâmica que os

profissionais encontram dificuldades de toda ordem para realizar tal tarefa. Todavia, pensar o trabalho profissional orientado numa direção ética defendida pela categoria, pressupõe profissionais capazes de desvelar a trama que envolve essas questões. Exige competência crítica, que dê conta de desvelar os traços conservadores da profissão, assim como a tecnocracia, a burocracia e o sincretismo sempre presentes e constantemente reatualizados.

Nas considerações de Yamamoto (2009, p. 145) “[...] o domínio de bases analíticas e informativas que permitam uma leitura do financiamento das políticas sociais e dos orçamentos a elas pertinentes é um importante recurso técnico” para ampliar as possibilidades de ação e viabilização de programas e projetos. E nesse mesmo caminho, “a afirmação de um perfil profissional propositivo requer um profissional de *novo tipo, comprometido com sua atualização permanente* (Yamamoto, 2009, p. 145, grifo da autora)”. Para Yamamoto (2009), ser um profissional propositivo requer invariavelmente estar comprometido com a sua atualização permanente. Depreende-se que, ao investir em formação continuada os profissionais poderão ampliar a capacidade de compreensão quanto às céleres mudanças societárias em voga. Investir na pesquisa, na formação intelectual e cultural é sob a perspectiva da autora Yamamoto (2009), na nossa leitura, ampliar potenciais alternativas profissionais no cotidiano da profissão. Além disso, a mesma autora estabelece que é necessário ampliar as bases de ação profissional junto à população usuária dos serviços, zelando pela sua qualidade, negando critérios que dificultam o acesso da população e que fortalecem a seletividade e a focalização, sempre, no sentido defendido pelo projeto ético e político da profissão.

De acordo com o código de ética da profissão, em seu 10º princípio fundamental, se entende como um dever profissional o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993). Nesse sentido, esse compromisso, por sua vez, é um pressuposto para a constante busca pelo exercício profissional mais qualificado e em sintonia com as necessidades das classes trabalhadoras.

Cartaxo, Manfroi e Santos (2012), lembram que a formação continuada não deve ser reduzida ao arsenal técnico-operativo da profissão. Segundo as autoras “[a] razão técnica é tão somente uma estratégia de um processo mais amplo para apreensão da razão ontológica dos processos sociais, circunscritos nas expressões da questão social, objeto da ação profissional do assistente social” (Cartaxo, Manfroi e Santos, 2012, p. 244). Nesse sentido, não se pode dicotomizar o conhecimento em razão técnica (teoria para ação) e razão prática (ação para teoria). As mesmas autoras argumentam que a opção pela denominação “formação continuada” se dá em virtude da relação intrínseca entre formação continuada e a formação inicial

profissional. Reside, aí, uma relação de exigência imperativa e indissolúvel quando pensamos em termos de desenvolvimento profissional. Além disso, a formação acontece além dos muros da universidade, ela acontece nas lutas democráticas, na participação sindical, na vida familiar, ou seja, na vida, esse entendimento suplanta a noção de capacitação e treinamento (Cartaxo, Manfroi e Santos, 2012). Dessa forma, é preciso clareza que o desenvolvimento profissional postula uma sólida formação inicial e continuada.

Mas, como fazer isso diante do crescimento exponencial da educação precarizada via modalidade EAD nos cursos de graduação em serviço social no Brasil? Ainda no ano de 2010, o CFESS lançava luzes sobre essa questão, através do documento *Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social*, foram apontadas questões que demonstram a precarização do ensino superior, especialmente, diante da penetração do EAD<sup>32</sup> na graduação em serviço social. Os dados apresentados naquele documento expuseram a incompatibilidade entre este tipo de modalidade de ensino superior e a formação profissional em serviço social com qualidade nos moldes do que preconizam as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético e Político da Profissão (CFESS, 2010). Além, disso, já naquele estudo, ao lado do EAD, estavam os cursos privados de ensino fomentando a preocupação com a expansão desmensurada destas modalidades no serviço social.

Ao considerarmos o relatório da pesquisa mais recente sobre o perfil profissional dos assistentes sociais do Brasil realizada pelo CFESS (CFESS, 2022), fica evidente que houve um aumento nos cursos de serviço social no país nas últimas décadas. Em 2006, tínhamos 70 mil inscrições ativas em diferentes CRESS do país, ao final de 2019 esse número foi para 176,524 inscritos, indicando um crescimento exponencial de 152% em 13 anos (CFESS, 2022). Dos profissionais respondentes daquela pesquisa, a maioria, 71,09%, havia concluído o curso em instituições privadas<sup>33</sup>, contra 28,91% instituições públicas. Segundo o documento do CFESS (2022), esses dados são reveladores quanto à persistência histórica do ensino privado no serviço social no país (CFESS, 2022).

Se observarmos o Censo da Educação Superior no ano de 2022 no Brasil (BRASIL, INEP, 2023b), os resultados indicam que 88% das instituições de educação superior (IES) no ano de 2022, são privadas. Em números, esse percentual significa que temos 312 IES públicas contra 2.283 IES privadas no país. Quanto à oferta de vagas, a rede privada ofertou 96,2% do total de vagas em cursos de graduação, enquanto a rede pública correspondeu a 3,8% das vagas.

---

<sup>32</sup> A modalidade de ensino superior EAD foi regulamentada em 1990 no Brasil. No ano de 2001, permitiu-se a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* através do EAD (CFESS, 2010).

Em termos numéricos, corresponde a 21.959.144 vagas em IES privadas, contra 870.659 IES públicas. Considerando a ocupação de vagas, na modalidade EAD durante o intervalo entre 2012 a 2022, o número de ingressos variou negativamente -24,9% nos cursos de graduação presencial, enquanto nos cursos à distância aumentou 471,4%. Ao considerarmos os ingressantes em cursos de graduação a distância em 2012, o percentual era de 19,8%, enquanto em 2022, foi de 65,2%. Em termos de matrículas, entre 2012 e 2022, em cursos de graduação à distância aumentaram em 288,8%, enquanto, na modalidade presencial, não houve crescimento, mas sim, queda de -13,7% (BRASIL, INEP, 2023b). Esses dados são reveladores quanto à expansão desmensurada do ensino superior privado e sobre a modalidade de EAD no país.

Considerando as informações empíricas apontadas nas sete pesquisas que foram nossas fontes privilegiadas neste estudo, é possível afirmar que a política de incentivo à educação continuada e à qualificação presente nos IFE explica a diferença entre os índices de capacitação das profissionais que atuam na educação básica. Considerando as informações sobre a titulação das profissionais respondentes, os dados revelam que 93% das profissionais declararam possuir algum tipo de titulação no âmbito da pós-graduação. No entanto, embora expressivo, mostra-se de maneira distinta no que se refere ao acesso às diferentes modalidades de titulação. Quando observamos o percentual de profissionais que possuem pós-graduação ao nível de mestrado (*stricto sensu*), 63,59% das profissionais que informaram possuírem esse nível de formação atuam nos IFE. Por outro lado, em relação aos profissionais que atuam na educação estadual, municipal e rede privada, esse percentual cai para 7,69% para este mesmo nível de formação. Entretanto, quando observamos os dados relativos à especialização (*lato sensu*), 57,21% das que responderam aos questionamentos a esse respeito atuavam nos IFE, enquanto 73,07% das respondentes que tinham este nível de formação atuavam na rede privada, municipal e estadual de ensino básico. No que se refere ao doutorado, apenas três profissionais informaram ter esse nível de formação, o que corresponde a 1,1% do total de respondentes, sendo que dois deles atuavam nos IFE e um na rede municipal de ensino.

Dados relativos à qualificação dos profissionais sujeitos das pesquisas podem ser analisados no quadro que segue:

**Quadro – 7** Informações sobre a formação acadêmica das profissionais atuantes na educação básica

Obra/Autora		Instituição De Ensino	Pós-Graduação	Especialização ( <i>Lato Sensu</i> )	Mestrado ( <i>Stricto Sensu</i> )	Doutorado	Não possui	Entrevistadas	
DISSERTAÇÃO	1	OLIVEIRA (2013)	Escolas Municipais	83% (26)	77% (23)	13% (3)	-	14% (4)	30
	2	MENEZES (2022)	Rede Municipal, estadual e privada	81% (17)	71% (15)	12% (2)	-	19% (4)	21
	3	CUNHA (2017)	Escolas Municipais	87,5% (21)	79,16% (19)	4,2% (1)	4,2% (1)	12,5% (3)	24
	4	AUD (2017)	Institutos Federais	100% (34)	46% (16)	54% (18)	-	-	34
	5	NASCIMENTO (2018)	Institutos Federais	-	-	-	-	-	-
TESE	1	GOIS (2020)	Institutos Federais	100% (14)	36% (5)	50% (7)	14% (2)	-	14
	2	FERNANDES (2018)	Institutos Federais	93% (136)	61% (90)	32% (46)	-	7% (10)	146
<b>ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS</b>			<b>251</b>	<b>168</b>	<b>77</b>	<b>3</b>	<b>21</b>	<b>269</b>	
			<b>93%</b>	<b>62%</b>	<b>28%</b>	<b>2%</b>	<b>8%</b>		

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Pesquisas empíricas identificadas no Portal Capes. Oliveira (2013); Menezes (2022); Cunha (2017); Aud (2017); Nascimento (2018); Gois (2020) e Fernandes (2018).

Ao observarmos por instituição, nas pesquisas realizadas no âmbito municipal, estadual e rede privada de ensino Oliveira (2013) evidenciou que 77% das profissionais pesquisadas possuíam curso de pós-graduação *lato sensu*, enquanto 13% possuíam formação em pós-graduação *stricto sensu*. Cunha (2017) identificou que 79,16% das profissionais que compuseram sua amostra de pesquisa possuíam pós-graduação *lato sensu*, enquanto 4,2% possuíam pós-graduação *stricto sensu*. Menezes (2022), em seu estudo, identificou que 71% das profissionais pesquisadas possuíam curso de pós-graduação *lato sensu*, enquanto 12% possuíam formação pós-graduada *stricto sensu*. Já nas pesquisas realizadas no âmbito dos institutos federais, Aud (2017) evidenciou que 46% das profissionais que participaram do seu estudo possuíam curso de pós-graduação *lato sensu*, enquanto 54% possuíam formação pós-graduada *stricto sensu*. Gois (2020) identificou, a partir do recorte de sua pesquisa, que 36% das profissionais partícipes de seu estudo possuíam curso de pós-graduação *lato sensu*, enquanto 50% possuíam formação pós-graduada *stricto sensu*. Fernandes (2018), em seu estudo, concluiu que 61% das profissionais pesquisadas possuíam formação pós-graduada *lato sensu*, enquanto 32% possuíam formação *stricto sensu*.

Os dados reforçam a ideia de que os cursos de especialização - *lato sensu* - são mais acessíveis às profissionais em geral e que uma política de educação continuada mais consolidada ou que permita aos profissionais se inserirem em processos formativos mais longos (*stricto sensu*), parece ser a realidade dos IFE. É preciso considerar que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são cursos com menor número de vagas, em sua maioria disponibilizados em Universidades Públicas e ofertados nas capitais. Já as formações *lato sensu* são cursos pagos e têm sido ofertados na modalidade EAD. Essas questões ampliam ou restringem as possibilidades de acesso à formação continuada. Além disso, os dados relativos à titulação das atuantes na educação básica, conforme supracitado, seguem a tendência observada pela pesquisa nacional realizada pelo CFESS, quando indicou que 83,11% das respondentes declararam ter algum tipo de titulação em âmbito de pós-graduação, sendo 9% *stricto sensu* e 63,47% *lato sensu* (CFESS, 2022).

No contexto dos institutos federais, segundo a pesquisa realizada por Fernandes (2018), ao considerar o período em que foram realizadas as formações *stricto e lato sensu*, percebeu-se que 55% delas foram realizadas depois do ingresso nos IFE e 38% aconteceram no período anterior ao ingresso dos profissionais nessas instituições. Entendemos que as condições objetivas asseguradas em lei através da política de capacitação, impactam na ampliação das oportunidades de qualificação viabilizadas, inclusive, pela possibilidade de afastamento das atividades laborais para participar de Programa de Pós-graduação no país, questão resguardada pela Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005).

De acordo com Fernandes (2019, p. 172),

[i]sso significa que, de forma geral, o PCCTAE possibilita aos/às assistentes sociais pleitearem formação continuada, uma vez que, além de garantir condições objetivas para sua realização, ainda abre expectativas favoráveis do ponto de vista do acréscimo pecuniário à remuneração<sup>54</sup>, sendo, talvez, por isso que o IFET, em relação à média das demais instituições, seja a que, tendencialmente, apresenta o maior número de assistentes sociais com formação *stricto sensu*.

As instituições ligadas à rede de ensino federal possuem Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) e por meio desse plano de carreira, são instituídas progressões funcionais. Via de regra, quanto mais tempo atuando na instituição, maior será o salário, cujo valor é impulsionado pela elevação do nível de formação. O mesmo ocorre quanto ao investimento em educação continuada. A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível na carreira e ocorre quando o servidor obtém uma certificação de conclusão de cursos que sejam compatíveis com o cargo ocupado.

Já a progressão por mérito profissional é destinada ao servidor a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que apresente um resultado satisfatório na avaliação realizada pela chefia sobre seu desempenho. Desta forma, a instituição oferta um incentivo financeiro para aqueles que buscarem outros níveis de formação superiores às exigidas para o exercício do cargo. O incentivo é calculado sobre o padrão de vencimento recebido e os percentuais variam entre 35% a 75% de incremento ao salário (BRASIL, 2006).

Por fim, em uma matéria publicada pelo Jornal O Globo (*online*), repercutindo dados sobre um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta para o fato de que o Brasil ocupa a 4ª menor taxa, entre 35 países, de pessoas entre 25 e 64 anos que possuem doutorado, correspondendo a apenas 0,2% da população. Na mesma reportagem, de acordo com a OCDE, o Brasil tem apenas 0,8% de pessoas entre 25 a 64 anos com mestrado. Neste particular, a média dos países que integram a organização é de 13% (Ferreira, 2019).

Consideramos que a falta de políticas de incentivo à qualificação pode obstar o acesso a maiores níveis de qualificação profissional. Essa assertiva se confirma pelos números aqui apresentados que demonstram a expressiva diferença entre o quantitativo de profissionais a natureza de seus vínculos e o acesso a maiores níveis formativos.

Vimos ao longo desta dissertação explicitando elementos que compõem o trabalho de assistentes sociais na educação básica em tempos de capital mundializado e flexível. Consideramos as particularidades do trabalho profissional na tensa relação entre Projeto Ético Político e a condição de trabalhador assalariado. Explicitamos questões relativas ao entendimento da profissão como uma especialização do trabalho na divisão social e técnica do trabalho social, como afirmado por Iamamoto (2015). Discussões que levam à problematização do significado social desta profissão na sociedade de classes e como esta está submetida a determinados constrangimentos do mercado de trabalho que incidem sobre sua relativa autonomia.

Sendo uma profissão liberal, precedida pela formação acadêmica de nível universitário, a autonomia que dispõem os profissionais para suas ações cotidianas é condicionada por uma série de mediações. As margens de tal autonomia ora se retraem, ora se alargam frente à direção social teleologicamente projetada pelos assistentes sociais e são profundamente determinadas pelas condições objetivas e subjetivas do trabalho, dada a mercantilização dessa força de trabalho, que subordina o exercício profissional aos dilemas da alienação provenientes do trabalho assalariado.

Em termos de formação profissional em serviço social é preciso reafirmar a importância da dimensão investigativa como princípio formativo e elemento fundamental na formação e na qualificação do exercício profissional crítico. Através da pesquisa se integra o ensino na graduação e pós-graduação na busca por um padrão de excelência que não se reduz a transmitir conhecimentos, tampouco, formar mão de obra para o mercado (Iamamoto, 2015). Tais questões nos permitem vislumbrar a importância da formação ou da educação continuada, não somente para que os profissionais respondam de maneira mais qualificada às demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho, mas, porque essa formação/educação, quando pautada numa perspectiva mais ampla corrobora com o fortalecimento e a reafirmação do projeto profissional.

Neste mesmo sentido, concordamos com Iamamoto (2015) quanto ao entendimento de que conhecimentos sólidos e princípios éticos retroalimentam as projeções profissionais no rumo do Projeto Ético-político da profissão. E isso só é possível no cultivo de uma universidade crítica, plural, compromissada com valores universais, não vinculada ou submetida a interesses do mercado ligados a determinadas frações de classe e portanto, que esteja a serviço da coletividade (Iamamoto, 2015). No entanto, cabe ressaltar que existe uma dificuldade latente em formar profissionais com capacidade crítica para interpretar a realidade social, considerando o contexto atual das relações sociais regidas pelo capital. Essa realidade, extremamente complexa e desafiadora exige uma sólida formação inicial e continuada, capaz de suscitar questionamentos constantes sobre a profissão e sobre o trabalho do assistente social. Reafirmamos que o enfrentamento dos desafios impostos pela dinâmica da sociedade contemporânea só pode se dar a partir de um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Para intervir sobre a realidade é imprescindível apreendê-la em suas múltiplas determinações.

## 5 CONCLUSÃO

Nossa pretensão neste texto dissertativo foi analisar como as questões relacionadas às condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica são abordadas na produção acadêmica da área. Assim, nos propusemos, a partir de uma pesquisa bibliográfica, identificar e analisar as questões suscitadas nesta produção, tendo como recorte analítico o tema das condições de trabalho de profissionais de serviço social no âmbito da educação básica. Nossa intenção foi, a partir de nossas fontes de pesquisa – teses e dissertações produzidas no âmbito da pós-graduação em serviço social, entre os anos de 2012 e 2022 –, identificar quais os enfoques dados ou os aspectos privilegiados pelos pesquisadores assistentes sociais sobre as condições de trabalho nesse campo de atuação.

Nos desafiamos a pesquisar a temática a partir de uma questão de pesquisa que foi formulada a partir das seguintes indagações: O tema das condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na política de educação básica, no Brasil, vem sendo objeto de estudos em nível de pós-graduação? Em caso afirmativo, quais aspectos e como o tema é abordado? Foram estes questionamentos que direcionaram as análises das fontes de nossa pesquisa.

Conforme descrito na introdução do presente trabalho dissertativo, realizamos um conjunto de procedimentos para selecionar as produções que compuseram nossa amostra de pesquisa, qual seja, duas teses e cinco dissertações. A identificação dessas produções respondeu parte das nossas questões de pesquisa. Afirmamos isso porque percebemos que o tema das condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica tem sido objeto de reflexão de pesquisadores em nível de pós-graduação, na área de serviço social. Por outro lado, como procuramos demonstrar, trata-se de uma discussão que não tem sido priorizada, quando comparamos o número de produções acadêmicas nas quais os autores se ocupam desta questão e aquelas nas quais os autores se voltam para outros temas no espectro do serviço social na educação básica.

Em nossa análise, antes de abordarmos mais diretamente nosso objeto de pesquisa, procuramos problematizar o processo de organização e luta do serviço social brasileiro para aprovação da legislação Lei n.º 13.935/2019, que tornou obrigatória a inserção de assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, bem como o processo de sua implementação. Partimos da forma de aparecer da realidade para reconstruir alguns aspectos da sua processualidade histórica. Assim, apresentamos dados atuais que conformam a educação brasileira, evidenciando problemáticas crônicas que, num cenário pós-pandêmico, foram acentuadas, como o caso da evasão, abandono escolar e a distorção idade-série. Apresentamos

também informações sobre o crescimento econômico brasileiro no ano de 2023, que fez o país ocupar a posição de nona economia no ranking global. Tal posição, contudo, pelas questões problematizadas no texto dissertativo ora apresentado, parece não reverberar na qualidade da política de educação e, tampouco, nas condições de trabalho dos que nela atuam, em particular, os assistentes sociais.

Os indicadores trazidos à reflexão por nossos interlocutores e também pelas autoras das produções que nos serviram de fonte de pesquisa revelam um país profundamente desigual. Corroborando com essas análises, destacamos em nossa exposição o aprofundamento da questão social na realidade concreta brasileira. Caracterizamos nosso entendimento do que vem a ser a “questão social”, tendo como fundamento da análise os preceitos da teoria social crítica. Neste diapasão, trouxemos para a discussão, por exemplo, o tema à violência que nos últimos anos tem adentrado às escolas. Indicamos formas de enfrentamento e combate da violência por meio de mais investimentos na proteção social e no fortalecimento das políticas públicas. Com isso, apresentamos questões que conformam o cenário atual do mercado de trabalho de assistentes sociais e sugerimos que este quadro de violência gerado pelas contradições da sociedade capitalista talvez tenha sido um dos aspectos que tenha contribuído para a aprovação da lei supracitada.

Outro aspecto que procuramos problematizar por meio de nossas reflexões diz respeito aos processos que culminaram nas propostas de contrarreforma do Estado (Bresser-Pereira, 1997), que ganhou fôlego na década de 1990 e orientou as medidas de cunho neoliberal que repercutiram de maneira decisiva a política de educação pública. Ao mesmo tempo, enfatizamos a dinâmica da sociedade capitalista a partir dos escritos por Mészáros (2011), para quem este modo de produção enfrenta uma crise estrutural que afeta toda a humanidade e impõe profundas mudanças nas formas de controle do metabolismo social. Dessa forma, ficou evidenciado que as estratégias reformistas não são resolutivas, sobretudo, no contexto, sob predomínio do capital financeiro, no qual se acirram as contradições próprias desta forma social e histórica (Chesnais, 1996). As respostas ou contratendências formuladas pelo capital em face dessa sua crise redundam em mais exploração da força de trabalho, seja pela extração do mais-valor em sua forma absoluta ou relativa.

Nos questionamos sobre que tipo de educação as necessidades da acumulação requerem, ou, qual será o papel da educação neste processo, encontramos em Tonet (2012) uma resposta pertinente. O autor defende a tese de que na ordem social regida pelo capital a educação emancipadora é ilusão. Todavia, acredita que é possível desenvolver “atividades educativas emancipadoras” e políticas educacionais mais progressistas. Considerando a direção social do

serviço social, os profissionais assistentes sociais inseridos na política de educação podem corroborar para a constituição de uma política educacional que incorpore demandas da classe trabalhadora. Refletir sobre essas possibilidades é importante, como procuramos argumentar, para que a intervenção profissional no contexto da educação básica corrobore com a construção de uma política de educação que assimile interesses e necessidades da classe trabalhadora, especialmente em face de intensos ataques ao acervo de direitos conquistados.

Os dados e informações apresentados por meio das produções acadêmicas selecionadas e que nos serviram de fontes de pesquisa mostram que o Brasil terá grandes desafios em termos de políticas educacionais, notadamente em relação às questões de acesso e permanência estudantil, à qualidade da educação e à prevenção das múltiplas formas de violência. Diante desse contexto, ponderamos sobre a importância de profissionais assistentes sociais atuando na política pública de educação brasileira, especialmente na educação básica.

Os problemas que serviram como argumentos para a aprovação da Lei nº 13.935 de 2019, tais como o da evasão e o da repetência, continuam sendo as principais razões para se defender a inclusão de assistentes sociais nas escolas. Passados mais de 20 anos, quando observamos o panorama da educação atual, percebemos que esses mesmos problemas persistem e, somados a eles, questões outras muito mais complexas atingem o conjunto da classe trabalhadora e impactam a educação no tempo presente.

Em nossas análises, procuramos apontar quais seriam as contribuições do assistente social no campo da educação. Neste sentido, o que se denota é que a requisição neste espaço foi e ainda é determinada pela “imagem” que dele se tem do profissional assistente social que “[...] é visto como ‘profissional da coerção e do consenso’ (Iamamoto, 2015, p. 260), atuando na ‘linha de frente’ nas relações entre os organismos institucionais e a população que demanda os serviços” (Iamamoto, 2015, p. 262). O que se espera desse profissional no contexto da política de educação básica é ser um agente que difunde informações para os usuários e que facilita a adesão dos mesmos às exigências normativas das entidades empregadoras (Iamamoto, 2015).

Se a aprovação da normativa que obriga a inserção de assistentes sociais na educação básica foi um avanço, é preciso considerar que vivenciamos um processo de constantes ofensivas sobre os direitos sociais, a partir da redução do papel do Estado em relação à proteção social. Como procuramos argumentar, é notável o crescimento dos interesses do setor privado na esfera da educação, tornando-a um serviço lucrativo. O crescimento do empresariamento da própria educação e a presença do empresariado nos processos que definem os princípios e

diretrizes da educação pública no Brasil (Leher, 2011) traduzem o projeto de educação do capital para a classe trabalhadora.

Em face destas questões, defendemos que as atribuições dos assistentes sociais nas escolas estão ou devem estar ligadas diretamente a universalização do acesso, nas ações de permanência e na atuação em favor da democratização do ensino público, gratuito que visa à igualdade de condições dos estudantes (Bressan, 2018). Todavia, consideramos que tal perspectiva não pode ser dissociada da necessidade de superação da sociedade burguesa, pressuposto para a emancipação humana, conforme se depreende do pensamento marxiano. Nesta perspectiva, só é possível numa nova sociabilidade quando extinta a propriedade privada e a divisão de classes (Tonet, 2012).

A atuação profissional nas escolas requer a clareza de que o serviço social está inserido na dinâmica contraditória das relações sociais de produção, no campo de interesses de classes distintas, no qual se reconhece o caráter contraditório da profissão, que deriva dessas relações. Partindo desse entendimento, procuramos trazer elementos problematizadores sobre a política de educação básica, apontando as particularidades da formação social e histórica brasileira, com traços periféricos e dependentes, particularizando as relações sociais e colocando a precarização do trabalho como uma condição crônica, que reflete no campo educacional com as exigências de ampliação da formação técnico-profissional, mais condizente com o desenvolvimento tecnológico atual, tendência notada principalmente pela expansão dos Institutos Federais ao longo dos anos 2000.

Refletimos sobre a complexidade do trabalho de assistentes sociais neste contexto da política de educação, fato que exige deste profissional mais do que competências operativas, mas rigor teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade social. Em face dos limites estruturais do capitalismo, não só no âmbito da educação, mas todo o mercado de trabalho em geral e, particularmente, o do profissional de serviço social, tem se caracterizado pelo desemprego, intensificação da precarização do trabalho, desproteção social, novas e mais perversas formas de uso e controle da força de trabalho etc.

No corolário dessas discussões problematizamos a concepção de educação presente nos documentos das organizações representativas de serviço social como aquela que compreende a educação como sendo um grande complexo da vida em sociedade, e que têm uma função na dinâmica da reprodução social na sociedade de classes. Afirmamos que a educação pode ser entendida numa perspectiva de que possui um papel singular na reprodução social e que, numa sociedade de classes, pode ser uma ferramenta de continuidade das contradições inerentes ao modo de produção capitalista ou colaborar para desencadear processos contrários à

internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico. A partir desta perspectiva, no nosso ponto de vista, se abrem possibilidades para construir uma prática educativa que se alinhe aos interesses da classe trabalhadora, ainda que esteja condicionada pelas relações sociais vigentes.

No nosso intento de identificar e analisar as perspectivas teóricas que têm orientado as discussões sobre as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na política de educação básica, tomamos como parâmetro a direção social da profissão. Da leitura das fontes de nossa pesquisa, inferimos que as autoras ao discutirem mais diretamente as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica realizam abordagens multifacetadas, contemplando questões sobre o exercício profissional, a atuação profissional, a prática profissional, o trabalho profissional e até mesmo sobre a instrumentalidade. Em relação a essas produções, identificamos alguns eixos de análise que tendencialmente caracterizam as discussões a respeito do tema das condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica ou com ele se correlacionam.

Podemos perceber que as reflexões trazidas nestas produções se aproximam das questões e dos aportes teóricos usados nas produções mais gerais da temática do serviço social e educação. Isso indica uma certa convergência com as questões presentes na realidade social e que desafiam a profissão. Destaca-se que o conjunto de preocupações teóricas e os autores que se constituíram como interlocutores para os debates suscitados em muito reforçam a direção social da profissão no contexto brasileiro, a despeito de diferenciados enfoques e preocupações.

Acreditamos que as questões centrais abordadas pelas autoras apontam às tendências no debate sobre as condições de trabalho verificadas na produção intelectual da área e de áreas afins. Desse modo, a partir da análise destas fontes, identificamos na construção dos aportes teóricos em torno do tema do trabalho, as categorias basilares para o entendimento do trabalho como atividade produtora de valor na sociedade mercantil, sob o escopo da tradição marxista. Neste sentido, os debates em torno do caráter ontológico do trabalho e o caráter produtivo e improdutivo do trabalho se mostraram relevantes para as análises desenvolvidas pelas autoras das produções selecionadas e nas quais as condições de trabalho de assistentes sociais inseridos na educação básica estavam no horizonte da análise.

Além disso, as mesmas autoras trouxeram à reflexão questões relacionadas às recentes transformações societárias que impactaram o mundo do trabalho e têm reverberado na gestão do trabalho, sobretudo, a partir da implementação de estratégias relacionadas ao modelo de acumulação flexível.

Em suas reflexões, destacam o fato de que o quadro que se configura a partir dos anos 1970 é conhecido como a crise do padrão de acumulação *taylorista/fordista* (Antunes, 2020). O capitalismo de base *taylorista/fordista* associado à fase *keynesiana* dá sinais de esgotamentos e a crise que se iniciou agudizou a pobreza e a desigualdade social no mundo todo. Seus efeitos incidiram sobre o trabalho, ampliando o desemprego e a precarização das condições laborais.

No contexto dessa crise que, segundo Mészáros (2011), tem uma natureza estrutural, constata-se, em todo mundo e particularmente no Brasil, a adoção de políticas neoliberais, baseadas nas privatizações, na desregulamentação dos direitos trabalhistas e no desmonte do Estado. Essas políticas impactaram também na educação e na vida social como um todo. A mescla dos modelos de produção atua no sentido de fabricar um novo homem, eficaz, flexível, que precisa aprender rapidamente para se inserir e se adaptar em processos contemporâneos do trabalho. O aparato educativo foi sendo estruturado para contribuir nos processos de internalização de valores e conformar formas de ser e de agir alinhados às novas necessidades da acumulação capitalista. A educação tem, aí, um papel funcional e necessário no disciplinamento do trabalhador.

Como procuramos dar destaque a partir das discussões suscitadas nas produções acadêmicas selecionadas, a nova fase de acumulação flexível não abandona os princípios basilares da produção *taylorista-fordista*, mas resguarda e reinaugura novas questões, introjetando sobre corpos e mentes dos trabalhadores uma nova lógica do trabalho, na qual o modelo *toyotista* de produção dinamiza as modernas formas de extração do mais valor absoluto e relativo e a valorização do valor. O resultado dessa engrenagem organizacional *toyotista* do trabalho é a precarização das condições e relações de trabalho, que são expressas no acúmulo de tarefas, nas exigências em cumprimento de metas e prazos, doenças ocupacionais, aumento de terceirização, flexibilizações, informalização e desregulamentação. Todas essas inovações do trabalho somadas às medidas neoliberais colocam sobre os trabalhadores uma nova racionalidade. Esses passam a assumir novas tarefas, se comparam entre si, flexibilizam, por imposição de quem os contrata formal ou informalmente, o tempo de trabalho, se submetem a contratos de trabalho instáveis e a relações laborais cada vez mais adoecedoras.

No decorrer dos nossos estudos, identificamos nas análises expressas em nossas fontes de pesquisa o fato de que os assistentes sociais estarem sofrendo duplamente os impactos da conjuntura de acirramento das expressões da questão social no contexto que sinalizamos. De um lado, pela condição de trabalhador assalariado e, por outro, porque atuam nas políticas sociais que são alvo também da precarização, através do investimento mínimo e da focalização em detrimento da universalização dos direitos sociais. Esse conjunto de mudanças

redimensiona os espaços ocupacionais e aponta para novas requisições aos profissionais assistentes sociais na consecução do trabalho (CFESS, 2012). Tais aspectos foram, a partir de diferentes interesses, abordados pelas autoras das produções acadêmicas nas quais as condições de trabalho de assistentes sociais na educação básica foram objeto de análise.

Em todas as produções teóricas selecionadas para o nosso estudo, identificamos a realização de pesquisas de campo junto a assistentes sociais atuantes em instituições de ensino na educação básica. Esses dados empíricos nos forneceram informações relevantes sobre as condições de trabalho neste campo. A partir do conteúdo, identificamos cinco eixos de análise que demarcam as questões relacionadas às problematizações apresentadas nos textos das teses e das dissertações: da infraestrutura, das questões de saúde, da jornada de trabalho e da intensificação da jornada, da questão salarial, dos tipos de vínculos empregatícios e da formação continuada. A partir destes eixos apontamos tendências que conformam as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito da educação básica.

Como mencionado, em relação à questão da infraestrutura, foram evidenciadas condições precárias de trabalho em todas as instituições de ensino, *locus* das pesquisas empíricas realizadas pelas autoras das produções acadêmicas selecionadas. No âmbito dos IFE foram relatadas condições de trabalho precárias no que se refere à estrutura física, sendo classificadas por alguns profissionais como péssimas ou ruins (Fernandes, 2018). Assim como alguns assistentes sociais entrevistados consideram o ambiente físico inadequado (Gois, 2020). A ausência de estrutura física que garanta o sigilo profissional foi a principal queixa referenciada nesse âmbito de atuação. Já no que concerne aos materiais de uso corrente, no mesmo âmbito (os IFE), a maioria das assistentes sociais entrevistadas consideram adequados os materiais de uso permanente e os de consumo diário (Gois, 2020).

Quanto às pesquisas realizadas em instituições municipais e estaduais de ensino (Cunha, 2017; Menezes, 2022; Oliveira, 2013), evidenciaram que há queixas sobre as condições objetivas de trabalho em relação à estrutura física, mas também associadas à falta de insumos materiais para o uso no cotidiano laboral. As queixas vão desde a ausência de equipamentos de uso diário disponibilizados nos locais de trabalho, falta de armários à inexistência de sala específica para atendimento que garanta o sigilo profissional. Neste âmbito de atuação, foi relatada a falta de recursos financeiros e materiais, o que inclui equipamentos de uso contínuo, tais como: computador, telefone, acesso à internet e outros. A falta de transporte oficial também foi mencionada.

Esses dados coletados por meio dos estudos analisados mostram que há uma tendência da precarização das condições de trabalho, no que se refere a questões físicas, de material e

equipamentos necessários à realização das atividades profissionais, e está presente na realidade do trabalho de assistentes sociais atuantes na política de educação básica.

Já em relação aos aspectos relacionados à saúde, buscamos problematizar o processo saúde-doença como um processo social, composto por diversos componentes multicausais objetivos e subjetivos. Esse entendimento levou à discussão da relação entre saúde, trabalho e doenças. Significa dizer que as causas das doenças estão também relacionadas às condições de vida e de trabalho dos indivíduos. Sob um contexto de retração de direitos trabalhistas e de novas e mais precárias formas de uso e controle da força de trabalho, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo sobre a saúde física e mental dos trabalhadores (Raichelis, 2011).

Apontamos como uma das tendências da precarização do trabalho o aumento do adoecimento com nexos com o labor, sejam eles através de transtornos mentais ou físicos. Abordamos a ampliação do controle e a intensificação do trabalho, próprios da fase atual de regulação do capital, para a convergência do aumento da pressão psicológica sobre os trabalhadores. Nesse sentido, a redução do grau de preservação física e psíquica da força de trabalho também é uma tendência advinda da ampliação da precarização das condições laborais, resultado das transformações societárias que vimos tratando (Antunes, 2020).

Em nossos estudos, identificamos que tal questão se relaciona com as reflexões dos assistentes sociais inseridos na educação básica no âmbito das escolas municipais e estaduais evidenciadas nas pesquisas empíricas analisadas (Oliveira, 2013; Menezes, 2022 e Cunha, 2017). Foram apresentadas questões sobre o impacto nas condições de saúde das assistentes sociais inseridas na educação básica, sobretudo, com relação ao “peso” das demandas atendidas no cotidiano. Ganha relevo, neste particular, o trabalho mediando diferentes formas de violações de direitos infanto-juvenis, que conformam formas-limite de violência de extrema gravidade. Nas pesquisas realizadas as autoras enfatizaram que essas questões são fontes de intenso sofrimento para as profissionais atuantes nas instituições de ensino, podendo causar impactos na saúde das trabalhadoras.

No âmbito dos IFE foram evidenciados números alarmantes de desgastes provocados pelo trabalho, relacionado a questões com o desgaste físico, emocional e intelectual vinculadas à rotina de trabalho. Em termos de sintomas de adoecimentos foram sinalizados cansaço mental, a irritabilidade e a ansiedade. Além destas, foram apontadas a presença de lesão por esforço repetitivo (LER), depressão, ansiedade, síndrome de *burnout*, distúrbios do sono, irritabilidade e fadiga. Os dados demonstram que existe uma tendência na deterioração física e psíquica da força de trabalho nesses espaços.

Dentre os motivos que causam o adoecimento, a partir dos estudos analisados, constatou-se que um dos fatores que impactam sobre a saúde são cobranças excessivas por metas, relacionadas especialmente aos períodos de realização da seleção dos estudantes para o recebimento de auxílios. Prevaleram queixas também sobre os mecanismos de auditoria que geram questionamentos quanto ao resultado da seleção. Essas práticas reverberam em constrangimentos aos profissionais que relataram sentir-se coagidos em suas decisões.

Além destas questões, foram apresentados dados sobre presença de práticas de assédio moral, a exemplo do que se verificou no estudo realizado no âmbito do IFAL (Gois, 2020). Por outro lado, nas escolas municipais e estaduais, foram referenciados como condicionantes da precarização do trabalho a presença de ações rotineiras, repetitivas, acrílicas e imediatas. O caráter de urgência e a falta de tempo e a necessidade em buscar soluções individuais e imediatas fazem com que os profissionais recorram a estratégias pragmáticas. Isso tem favorecido o adoecimento dos profissionais, somado à falta de outros profissionais que compõem as equipes, questão que contribui para a sobrecarga de trabalho dos que atuam nas instituições (Cunha, 2017).

Os estudos referenciados indicam que a precarização das condições de trabalho é percebida pelos profissionais como fonte do adoecimento, apontando elementos que colaboram com o desgaste físico e emocional e com o descontentamento em relação às atividades profissionais que são realizadas.

Já em relação à jornada e à intensificação do trabalho, identificamos, a partir dos estudos analisados, o não cumprimento da lei que prevê a jornada de 30 horas semanais para os assistentes sociais. Além disso, restou evidenciado que, numa mesma instituição de ensino, existem profissionais assistentes sociais trabalhando 20, 30 horas e 40 horas ou mais. Nos estudos nos quais os espaços de atuação profissional foram as escolas municipais ficou evidente que as prestadoras de serviços, assistentes sociais com contratos temporários, têm horários distintos das profissionais que possuem vínculo mediante admissão por concurso público.

Outra questão relevante foi observada no âmbito dos IFE, onde 87% das profissionais pesquisadas alegaram realizar um prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo estabelecido em seus contratos (Fernandes, 2018). Na mesma pesquisa, foi identificado que apenas 23% das profissionais afirmaram não trabalhar além do horário previsto contratualmente. Sinalizamos que o prolongamento da jornada nesses moldes ocorre na informalidade, não sendo remunerado pelas instituições. Essa questão, conforme Dal Rosso (2008), é uma das formas de intensificar o trabalho. Nos estudos que nos serviram de fontes de pesquisa, a intensificação é sinalizada principalmente no período de realização dos processos

de seleção dos estudantes para acesso aos programas de assistência estudantil. Entretanto, foram recorrentes em todas as instituições de ensino básico as queixas sobre o estabelecimento de metas inalcançáveis e a quantidade de demandas que conduzem à intensificação do trabalho.

Considerando a realidade municipal e estadual também a existência de cobrança de metas é preocupante. Como vimos, foram amplamente referenciadas a existência de rotinas impulsionadas por cobranças de resultados por parte da gestão relacionadas à observância da frequência escolar. Esta questão está associada aos cuidados com as condicionalidades dos programas de transferência de renda, por exemplo.

Ainda no que se refere às condições de trabalho profissional no âmbito das escolas municipais foi referenciada a falta de profissionais, o que denota um dos elementos que redundam também na intensificação do trabalho em face do acúmulo de tarefas a serem cumpridas. Ainda que este aspecto tenha sido apontado de forma mais enfática no âmbito supracitado, nas pesquisas realizadas nos IFE esta é também uma realidade. As questões afetas à jornada e à intensificação do trabalho aqui apresentadas são expressões dos processos de precarização de trabalho aos quais estão submetidos os assistentes sociais que atuam na política de educação básica.

Quanto à questão salarial, aspecto que consideramos para problematizarmos as condições de trabalho das profissionais participantes das pesquisas analisadas que atuam na educação básica, percebemos que há grande discrepância entre as que atuam nos IFE e as demais instituições de referência. A média salarial dos assistentes sociais vinculados a essas instituições federais de ensino representa 8,4 salários mínimos. Na rede municipal de ensino, as profissionais contratadas por concurso público recebiam de 2 a 4 salários mínimos. Dentre as identificadas como prestadoras de serviço, não houve salários acima de 2,5 salários mínimos e meio (Oliveira, 2013) à época do estudo. Esses dados deixam evidente que o nível de rendimento dos profissionais da área encontra-se atrelado ao formato do vínculo empregatício e expressa a desvalorização dessa força de trabalho, acompanhando um movimento que afeta o conjunto dos trabalhadores. Ao cruzarmos os dados das pesquisas realizadas pelo CFESS (2022, 2005), é possível inferir que os baixos salários percebidos pelos profissionais assistentes sociais representam um traço crônico na profissão, não sendo, portanto, algo episódico.

Ao tomarmos como aspecto de referência da análise os tipos de vínculo empregatício, constatamos que nos IFE os profissionais contam com um vínculo estável e relações trabalhistas regulamentadas em um plano de cargos, carreiras e salários. No caso das escolas municipais, estaduais e da rede privada de ensino, considerando as três pesquisas específicas nesses âmbitos (Cunha, 2017; Menezes, 2022; Oliveira, 2013), identificou-se que 88% dos profissionais

ingressaram na carreira através de concurso público, enquanto 9,33% ingressaram via contratos temporários na condição de prestadores de serviços e, 2,66% tinham carteira assinada e contrato regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Com base nas informações contidas nas três pesquisas citadas, constata-se que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais atuantes na educação básica nas localidades pesquisadas. De acordo com os dados, 11,99% dos profissionais entrevistados à época da realização das pesquisas não tinham vínculos estáveis e estavam expostos a relações de trabalho caracterizadas pela insegurança. Por certo, há que se destacar que a mencionada estabilidade não significa a não incidência de todos os demais aspectos que tencionam o cotidiano de trabalho e que dão concretude aos processos de precarização.

Nesse sentido, considerando as transformações no mundo do trabalho apontadas pelas diferentes autoras das teses e dissertações que compuseram a amostra da nossa pesquisa, salientamos o necessário investimento em novos estudos que identifiquem mais informações a respeito da presença de assistentes sociais atuando nas instituições de ensino básicas como um todo, bem como de estudos que se voltem para o tema das condições de trabalho nesta área. Os dados por nós sistematizados, considerando as pesquisas realizadas na rede federal de ensino, no âmbito municipal e estadual e na rede privada e filantrópica de ensino, na nossa compreensão, são insuficientes para obtermos um panorama mais detalhado sobre aspectos atinentes ao tipo de vínculos de emprego, por exemplo. O que os estudos por nós analisados e outros têm mostrado é que novas e mais precárias formas de uso e controle da força de trabalho de assistentes sociais constituem uma tendência que progressivamente vem sendo adotada pelas instituições públicas, em detrimento da forma ordinária prevista no texto constitucional de 1988.

Por fim, em relação à questão da formação continuada abordada nas produções analisadas, constatamos que esta é mencionada de diferentes maneiras, ora como capacitação continuada, atualização permanente ou educação continuada ou permanente. Assertivamente, nessas produções, as ações de formação continuada são identificadas como estratégias precípuas para qualificar o trabalho frente à complexidade das questões que configuram o mercado de trabalho de assistentes sociais na educação básica. A formação continuada é uma questão de fundamental importância na pauta das lutas profissionais, ainda mais se considerarmos a densidade da produção de conhecimento que, por meio dela, pode ser acessada como mediação para subsidiar as reflexões e o planejamento do trabalho no cotidiano interventivo.

A formação continuada não pode ser reduzida ao arsenal técnico-operativo da profissão. Se isso ocorre, pode dicotomizar o conhecimento em razão técnica e razão prática. A opção pela denominação “formação continuada” tem relação entre formação continuada e a formação inicial profissional. Quando pensamos em desenvolvimento profissional é necessário e imperativo a indissolução entre formação inicial e continuada. Por isso, também é preciso reconhecer que a formação acontece para além dos muros da universidade, ela está nas lutas democráticas, na participação nos sindicatos, na vida familiar, ou seja, está na vida como um todo. E esse entendimento suplanta a noção de capacitação e treinamento (Cartaxo, Manfroi e Santos, 2012). Nesse sentido, postulamos que o desenvolvimento profissional requer uma sólida formação inicial e continuada, que em tempos de exacerbação do ensino EAD e de mercadorização da educação torna-se uma tarefa difícil. Considerando as pesquisas empíricas por nós analisadas, no que concerne à titulação das profissionais respondentes, os dados revelam que as oportunidades de qualificação, quando existem, ainda são muito díspares, sendo mais consolidadas nas instituições federais. Inferimos da leitura dos dados que os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, por exemplo, são cursos com menor número de vagas e em sua maioria disponibilizados em Universidades Públicas e ofertados nas capitais do país. Já os cursos de pós-graduação *lato sensu*, geralmente são pagos e a oferta deles tem seguido uma tendência em ascensão no Brasil, qual seja, na modalidade EAD. Os dados sistematizados a partir das pesquisas que nos serviram de base para o nosso estudo demonstram que faltam políticas de incentivo à qualificação para facilitar o acesso a maiores níveis de qualificação profissional. Essa assertiva se confirma pelos números apresentados e demonstram uma expressiva diferença entre o quantitativo de profissionais, a natureza de seus vínculos empregatícios e o acesso a maiores níveis formativos.

Ao considerarmos a formação profissional em serviço social, reafirmamos a importância da dimensão investigativa como princípio formativo e elemento fundamental na formação e na qualificação do exercício profissional crítico. Concordamos com Iamamoto (2015) quanto ao entendimento de que conhecimentos sólidos e princípios éticos estão na base das projeções profissionais afiançadas no Projeto Ético-político da profissão, que se posiciona em favor dos interesses e necessidades das classes trabalhadoras. Enfatizamos, no entanto, que isso só é possível cultivando uma universidade crítica, plural, pautada em valores universais e desvinculada dos interesses do mercado. Ressaltamos que existe uma dificuldade em formar profissionais com capacidade crítica para interpretar a realidade e capazes de, através da abstração das múltiplas mediações, construir respostas profissionais com o mesmo potencial crítico característico da profissão. Ratificamos que tal capacidade requer um trato rigoroso

teórico, histórico e metodológico da realidade social e da profissão de serviço social, ampliando as possibilidades diante dos limites e desafios impostos no miúdo do cotidiano profissional. Essa exigência coloca também em evidência a necessidade de se pautar a ampliação das oportunidades de educação continuada no âmbito das universidades, especialmente naquelas de natureza pública.

Por fim, concluímos que os dados coletados por meio das pesquisas por nós analisadas mostram que vigoram tendências de precarização das condições de trabalho nesse campo de atuação, particularmente, no que se refere à estrutura física inadequada ou ausente, à deterioração física e psíquica da força de trabalho que reverbera impactos sobre a saúde dos trabalhadores, à prevalência de baixos salários, às questões afetas à jornada e à intensificação do trabalho, à existência de vínculos trabalhistas precários e à falta de políticas de incentivo à qualificação. Todas essas tendências são expressões de processos mais amplos de precarização de trabalho aos quais estão submetidos não somente os assistentes sociais que atuam na política de educação básica, mas o conjunto da classe trabalhadora. Desse modo, advertimos que a luta pela implementação da Lei n.º13.935/2019 não pode estar descolada da luta por condições adequadas e dignas de trabalho. Especialmente, por considerarmos que as precarizações das condições de trabalho impactam sobre as dimensões éticas e técnicas do fazer profissional e repercutem nas respostas profissionais qualificadas nos moldes do que preconiza as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético e Político da profissão.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf) Acesso em: 15 Jun. 2024.
- ALFANO, Bruno. Naquela mesa está faltando ele: Brasil tem dois milhões de crianças e adolescentes fora da escola. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro. 08 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/10/08/naquela-mesa-esta-faltando-ele-brasil-tem-dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola.ghtml> Acesso em: 7 nov. 2023.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Educação”. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 151-163.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação*. 2003. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2023.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A política de educação no estado do Rio de Janeiro e o trabalho de assistentes sociais. In: *A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica*. Org. Adriana Freire Pereira Férriz, Eliana Bolorino Canteiro Martins, Ney Luiz Teixeira de Almeida. Salvador: EDUFBA, p. 169-186. 2020.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. *Blog da Boitempo*, 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/> Acesso em: 03 jul. 2024.
- AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: Fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. Org. Ricardo Antunes. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AUD, Milena Ferraz. **O trabalho dos/as assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP: o processo de intensificação em questão**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 256, 2017.
- BENEDICTO, Taba. Brasil registra 9 ataques em escolas neste ano e atinge patamar recorde;

relembre casos. CNN Brasil. 23, set. 2023. Disponível em:  
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registra-9-ataques-em-escolas-neste-ano-e-atinge-patamar-recorde-relembre-casos/#:~:text=Not%C3%ADcias-,Brasil%20registra%209%20ataques%20em%20escolas%20neste,atinge%20patamar%20reco rde%3B%20relembre%20casos&text=O%20ataque%20%C3%A0%20Escola%20Estadual,ata ques%20a%20escolas%20em%202023.> Acesso em: 07 nov. 2023.

BORGES, Ângela. O mercado de trabalho nos Serviços Sociais. O Social em Questão. Ano XVIII, n. 34, 2015.

BOSA, Gabriel. Brasil volta ao grupo das 10 maiores economias do mundo após alta do PIB. Jornal CNN Brasil. São Paulo. 01, mar. 2024. Disponível em:  
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-volta-ao-grupo-das-10-maiores-economias-do-mundo-apos-alta-do-pib/> Acesso em: 03, fev. 2024.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set., 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho noséculo XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8112cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm) Acesso em: 01 de fev. 2024.

BRASIL. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm) Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 1.590, de 10 de agosto de 1995. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1590.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1590.htm) Acesso em: 03 de mar. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_1dbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_1dbn1.pdf) Acesso em: 22 fev. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 3688, de 31 de out. de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em:  
<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-3688-2000#:~:text=Ementa%3A,redes%20p%C3%BAblicas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica.> Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm) Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 5.824, de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm) Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm) Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral Pare e Repare – Por um Ambiente de Trabalho mais Positivo. 2018. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/26144164/Campanha+ass%C3%A9dio+moral+e+sexual+-+a5+-+12092022.pdf/f10d0579-f70f-2a1e-42ae-c9dfcc1fd47?t=1665432735176> Acesso em: 07 mai. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidente da República, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm) Acesso em: 16 de jul. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo da Educação Superior. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: . Acesso em: 14 set. 2023b.

BRESSAN, Carla. Atuação do assistente social no campo educacional: conceitos subsidiadores da intervenção profissional. In: D'ALMEIDA, J. e SOUSA, P. **Serviço Social na escola: contributos para o campo profissional**. 1ª Edição. Ribeirão. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: MARE, 1997.

CARTAXO, Ana Maria; MANFROI, Vânia Maria; SANTOS, Maria Teresa dos. (2012). Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Revista Katálysis**, 15(2), 239–253.

CATANI, Afrânio Mendes. Considerações sobre educação a partir das concepções de István Mészáros. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. **István Mészáros e os desafios do tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.151-158.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Regulamentação da Profissão. Lei n.º 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf) Acesso em 22 de jun. 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional. Orgs: Conselho Federal de Serviço Social. Colaboradores: Rosa Prêdes et al. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, DF, 2006.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social. Brasília, set. 2010. Disponível em: [https://cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade\\_ead\\_e\\_ss\\_cfesscress.pdf](https://cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_ead_e_ss_cfesscress.pdf) Acesso em: 05 de ago. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. CFESS Manifesta: Assédio moral nas relações de trabalho. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Política de educação Permanente. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf) Acesso em: 15 jan. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série Trabalho e Projeto Profissional nas políticas sociais. CFESS, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf> Acesso em: 15 jan. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Perfil de assistentes sociais no brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em 20 dez. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Caderno 4. CFESS, Brasília, 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil. Brasília, 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CUNHA, Kivania Karla Silva Albuquerque. **Tendências do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Educação: As Escolas Municipais de Campina Grande-PB**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, p. 196, 2017.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010b.

FAERMANN, Lindamar; MELLO, Cássia. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 96-113, jan./jul. 2016.

FERREIRA, Paula. Em meio a corte de bolsas, entre 35 países, Brasil é um dos quatro com menor número de doutores. Portal O Globo (online). 10 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/em-meio-corte-de-bolsas-entre-35-paises-brasil-um-dos-quatro-com-menor-numero-de-doutores-23936357> Acesso em: 08 ago. 2024.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. (Re) valorização da educação permanente. In Direitos, Ética e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 99 Jul/Set São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 518 a 539.

FERNANDES, Lígia Da Nóbrega. **As Condições de Trabalho de Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Realidade Brasileira**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Franca – SP. p. 292, 2018.

FONTES, Virgínia. **Brasil e o capital-imperialismo: teoria e histórica**. Rio de Janeiro: EPSJ/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Estudos culturais em educação).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOIS, Juliana Carla Da Silva. **Trabalho Precarizado, Política Social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN.

p. 316, 2020.

GOVERNO DO BRASIL. Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais. Site oficial Gov.br. 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais> Acesso em: 19 abr. 2024.

GOVERNO DO BRASIL. Pé de Meia a Poupança do Ensino Médio. Site oficial Gov.br. Nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia> Acesso em: 01 ago. 2024.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2010, n. 104, pp. 715-736. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/gBbcBnHcQnzf7xWNTGBP8rw/#> Acesso em: 02 abr. 2024.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 22ª Ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do Assistente Social em questão**. CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf> Acesso em: 2 abr. 2024.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octávio. **“Questão Social”** In: A ideia de Brasil Moderno. São Paulo, Brasiliense, 1992.

IANNI, Octávio. **A construção da categoria**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, abr., 2011, p. 397-416.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA) 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=38676> Acesso em: 7, fev. 2024.

JOÃO PESSOA. Lei n.º 11.385, de 16 de janeiro de 2008. Cria o serviço social escolar nas escolas públicas do município de João Pessoa e adota outras providências. João Pessoa: Câmara Municipal. 2008. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hjirc> Acesso em: 5 fev. 2024.

LEHR, Roberto. Desafios para uma educação além do capital. In: JINKINGS, Ivana; BOBILE, Rodrigo. **István Mészáros e os desafios do tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 159-184.

LIMA, Juliana. Mapa da Fome sinaliza que países estão longe da meta para zerar indicador até 2030. Portal de notícias G1. Brasília. 31, ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/31/mapa-da-fome-sinaliza-que-paises-estao-longo-da-meta-para-zerar-indicador-ate-2030-entenda.ghtml> Acesso em: 03, nov. 2023.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **Serviço Social e Educação**. Orgs. Larissa Dahmer Pereira e Ney Luiz Teixeira de Almeida. Coord. Valeria Forti e Yolanda Guerra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

MARTINS, Eliana Bolorino. **Educação e serviço social: Elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: Identidade e alienação**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**: livro I: o processo de produção do capital; Karl Marx; Tradução Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, Maurílio. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo. n.124, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zKqHPXTYyTSPvMBrGZnzgjm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 07 jul. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. Criminalização da Cidade: criminalização de quem? violência de Estado sobre as frações mais precarizadas e as mais organizadas da classe trabalhadora. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). **Direitos humanos para quem?** Contextos, contradições e consensos. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

MENEZES, Shirley Vitoria Teixeira de. **O Trabalho das Assistentes Sociais Entre Labirintos e Saídas: trilhas da educação básica em Manaus**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus, p. 170, 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÈSZÀROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Expressões culturais de violência e relação com a saúde. In: **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection, p. 83-107.

MOTTA, Vânia Cardoso. **Ideologias do Capital Humano e do Capital Social: da**

**integração à inserção e ao conformismo.** Trabalho, educação e saúde. v. 06, n. 3, 2008.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da e MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade.** 2014, v. 39, n. 4, p. 1137-1152. 06 Out 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A Nova Fábrica De Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1998.

MULINARI, Maurício. Greve de massas ou apassivamento da classe trabalhadora. **Revista Argumentum,** v. 12, n. 1, p. 162–173, 2020.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, p. 1-22, 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticipolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf> Acesso em: 05 ago. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Victória. **Serviço Social na Área da Educação: Condições e Relações de Trabalho dos Assistentes Sociais no Município de Juiz De Fora/MG.** 173f. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016.

NOSELLA, Paollo. **A escola de Gramsci.** São Paulo: Editora Cortez, 2017.

OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de. **Explorando Outros Cenários: O Serviço Social no Espaço Escolar.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, p.196, 2013.

QUIROGA, Consuelo. **Invação positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no serviço social.** São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 104, p. 750-772, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2024.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, [online]. São Paulo. Nº. 116. 2013. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/raichelis-raquel-201608060404524121920.pdf> Acesso em: 07 de mai. de 2024.

RAICHELES, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RACHELIS, Raquel. VICENTE, Damares. ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p.25-65.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e Competências Profissionais Revisitadas: A Nova Morfologia do Trabalho. In: CFESS, **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Maria Teresa. MANFROI, Vânia Maria. Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. Revista Em Pauta: **Teoria Social e Realidade contemporânea**. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/5114> Acesso em: 05 de ago. 2024.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010a.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez, 2010b.

SAVIANI, Demerval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, J. C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, ano/vol. 12, n. 034, p. 152-165, jan. /abr. 2007.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VELASCO, Clara. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. Portal G1. 08, mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml> Acesso em: 5, fev. 2024.

VICENTE, Rely Amaral. **As condições objetivas de trabalho dos (as) assistentes sociais inseridos na Política de Educação na Região Litorânea do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Programade Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, p.163, 2017.

## APÊNDICE A – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA SELEÇÃO DAS FONTES

Quadro – 2 Procedimento de busca para seleção das fontes

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA SELEÇÃO DAS FONTES								
ETAPAS	BUSCAS REALIZADAS	DESCRIPTOR	PERÍODO	ÁREA DO CONHECIMENTO	TESES	DISSERTAÇÕES	TOTAL IDENTIFICADO	TOTAL PARA AVALIAÇÃO
Primeira Etapa de Buscas pelo Portal da Capes	Primeira Busca	Educação	Sem refinar	Sem refinar	41941	136618	227551	731
	Segunda Busca	Educação	2012 - 2022	Sem refinar	34383	83078	147759	
	Terceira Busca	Educação	2012 - 2022	Serviço Social Aplicado e Serviço Social	168	563	731	
Segunda Etapa de Buscas pelo Portal da Capes	Primeira Busca	Serviço Social e Educação	Sem refinar	Sem refinar	105	270	439	154
	Segunda Busca	Serviço Social e Educação	2012 - 2022	Sem refinar	60	94	154	
Terceira Etapa de Buscas pelo Portal da Capes	Primeira Busca	“Educação Básica”	2012-2022	Sem refinar	5588	5818	13430	44
	Segunda Busca	“Educação Básica”	2012-2022	Serviço Social Aplicado e Serviço Social	13	31	44	
<b>Total por tipo de produção</b>					<b>TESES</b>	<b>DISSERTAÇÕES</b>	<b>Total Geral</b>	
					241	688	929	

Elaboração: Maiana Barbosa Maffini

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações Capes (on-line), 2024.

## APÊNDICE B – INCIDÊNCIAS DOS TERMOS “CONDIÇÕES DE TRABALHO”

Quadro – 2 Incidências do termo “condições de trabalho” ao longo das dissertações e teses analisadas.

Quantas vezes foi mencionada	Dissertações	Porcentagem	Teses	Porcentagem
Nenhuma	48	44,44%	8	30,76%
01 a 03	31	28,70%	7	26,92%
04 a 06	7	6,48%	2	7,69%
07 a 09	7	6,48%	1	3,84%
10 a 13	5	4,62%	2	7,69%
Mais de 13	10	9,25%	6	23,07%
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100%</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>

**Elaboração:** Maiana Barbosa Maffini

**Fonte:** Catálogo de Teses e Dissertações Capes (on-line), 2024.

**APÊNDICE C – REFERÊNCIAS UTILIZADAS POR NOSSAS FONTES  
PRIVILEGIADAS**

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo.** 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2005.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho** 2ª edição, Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011a.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho, Ano V – Número 8 – 2011b.

ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica.** Blog da Boitempo, 2012.

ALVES, Giovanni. Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Praxis, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013a.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013b.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROS, Albani de. **Prekärer: análise dos fundamentos da precarização do trabalho a partir**

da crítica da economia política . Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ernest Mandel: imprescindível. In: **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, nº 35, v. 13, 2015.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p.557-584, jul./set.2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, ano IV, número 6 – agosto, 2010.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A Precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. R. Pol.Públ., São Luís, Número Especial, p. 225-239, julho de 2014.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo e a globalização da —questão social. **IV Conferência Internacional “La obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI**. Cuba, 5 a 8 de Maio, 2008.

CASTELO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: In: Revista Olkos. V. 8, nº 1, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O Social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: Mota, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 46-77.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.).

Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente: e classes sociais na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara: 1987.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de UBERização: do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo. **Revista do NIEP-Marx**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. p. 45-67, jul. 2017a.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. In: **Revista Serviço Repetida Social e Sociedade**, nº 130. São Paulo: Cortez, 2017b, p. 409 – 425.

FRIGOTTO, G. “Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio”. In: \_\_\_\_\_.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto da democracia restrita. In: CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 21-56.

GENTILI, P. O que há de novo nas novas formas de exclusão da educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71754>. Acesso em: 22 set. 2021.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

GUERRA, Yolanda. O Serviço Social frente a crise contemporânea: demandas e perspectivas. *Revista Agora*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 22-45, 2005.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnica – operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão teórico- operativo no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo:Boitempo, 2013.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 22ª Ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social:ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Estado, classes trabalhadoras e política social noBrasil. In: BOSCHETTI et al (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, O. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KATZ, Claudio. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e trabalho: do que se trata? Revista Temporalis, v.1,n.1, p. 35-58, Brasília, 2000.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. SãoPaulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novoséculo. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LUKÁCS, Georgy. Para uma ontologia do Ser Social II. Tradução de Nélio Schneider. Editora: Boitempo, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UniversidadeEstadual de Campinas, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **SERVIÇO SOCIAL: Identidade e alienação**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro - O processo de produção do capital. v. I. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**, São Paulo: Boitempo, , 2007, p. 25-95.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. A Reestruturação Produtiva e as Novas Modalidades de Subordinação do Trabalho. *In: A Nova Fábrica de Consensos*. Ana Elizabete Mota (Org.), São Paulo: Cortez, 1998. p.23-43.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *Configurações: Revista de Sociologia*, n. 10, 2012.

MOTTA, Vânia Cardoso. Ideologias do Capital Humano e do Capital Social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, educação e saúde**. v. 06, n. 3, 2008.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

OSORIO, Jaime. **O ESTADO NO CENTRO DA MUNDIALIZAÇÃO: a sociedade civil e o tema do poder**. Tradução Fernando Correa Prado, 1ª edição. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Crise estrutural do capitalismo e tendências de desenvolvimento da esfera pública. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. SãoLuís — MA, 28 a 30 de agosto 2007.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do estado. In: **Marx, Mézaros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A reação burguesa à crise capitalista e o processo de mercantilização do ensino superior no pós-1970. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n° 5, ano V, nov. 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense Publifolha, 2000.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no Suas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, SãoPaulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul. set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências edisputas na conjuntura de crise mundial. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n° 116, out./dez. 2013. p. 609-635

RAICHELIS, Raquel. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. *A nova morfologia do trabalho no serviço social*. São Paulo, Cortez, 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: (1930\1973)*. 32 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ROSSO, Dal Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROSSO, Dal Sadi. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SABADINI, Maurício de S. O capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictício. In: GOMES, Helder. (Org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p.

695-714, out./dez. 2010.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação:** fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, ano/vol. 12, n. 034, p. 152-165, jan. /abr. 2007.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2013.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** Trad. Maria Encarnación Moya. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

**APÊNDICE D – LEVANTAMENTO DAS CITAÇÕES REFERENCIADAS PELAS FONTES**

<b>AUTORES CLÁSSICOS</b>			
<b>Título/Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantas vezes foram citadas</b>
O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle	MARX, Karl	2013	47
O Capital: Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I	MARX, Karl	1985	40
A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)	MARX, Karl. ENGELS, Friedrich	2007	14
O Capital: Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo II	MARX, Karl	1985b	12
A origem da família, da propriedade privada e do Estado	ENGELS, Friedrich	2010	10
Capítulo VI Inédito de O Capital	MARX, Karl	2010	9
Processo de trabalho e processo de valorização. In: O Capital, São Paulo: Nova Cultura	MARX, Karl	1996	7
Manuscritos econômico-filosóficos: primeiro e segundo manuscritos	MARX, Karl	1964	7
O valor de troca emergindo da circulação, pressupondo-se à circulação, conservando-se e multiplicando-se nela pela mediação do trabalho. In: Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economiapolítica	MARX, Karl	2011	5
Cadernos de Paris & manuscritos econômicos filosóficos de 1844. Trad. José Paulo Netto e Maria Antonia Pacheco	MARX, Karl	2015	4
Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano	MARX, Karl	1995	4
Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro	MARX, Karl	2012	3
Manifesto do Partido Comunista	MARX, Karl. ENGELS, Friedrich	1996	3
O capital: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista	MARX, Karl	2017	2
O capital: crise da economia política: o processo global de produção capitalista	MARX, Karl	1985	1
Teorias da mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico	MARX, Karl	1987	1
<b>AUTORES MARXISTAS CONTEMPORÂNEOS</b>			
<b>Título/Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantas vezes</b>

			<b>foram citadas</b>
O neoliberalismo: história e implicações	HARVEY, David	2008	40
Para Além do Capital	MÉSZÁROS, István	2011	24
A educação para além do capital	MÉSZÁROS, István	2008	21
Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX	BRAVERMAN, Harry	1981	19
Capitalismo tardio	MANDEL, E.	1982	14
Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda	MÉSZÁROS, István	2006	13
Para entender o capital: livros II e III	HARVEY, David	2014	8
A mundialização do capital	CHESNAIS, F.	1996	7
A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista	MANDEL, E.	1990	7
O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI	MÉSZÁROS, István	2007	7
Os limites do capital	HARVEY, David	2013	6
Adeus ao proletariado: para além do socialismo	GORZ, André	1987	6
O século XXI socialismo ou barbárie	MÉSZÁROS, István	2008	6
Condição pós-moderna	HARVEY, David	2005	5
A teoria marxista do valor	RUBIN, Isaak Illich	1987	4
Para entender o capital: livro I	HARVEY, David	2013	3
O enigma do capital e as crises do capitalismo	HARVEY, David	2011	3
O novo imperialismo	HARVEY, David	2004	2
Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmeses	HARVEY, David	2012	2
Marx: A teoria da Alienação	MÉSZÁROS, István	1981	2
O novo imperialismo. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves	HARVEY, David	2014	1
Dicionário do Pensamento Marxista	BOTTOMORE, Tom	2013	1

A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências	CHESNAIS, F.	2005	1
Fordismo e toyotismo	GOUNET, Thomas	1999	1
Teoria marxista do Estado	MANDEL, E.	1977	1
A crise estrutural do capital	MÉSZÁROS, István	2011	1
A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado	MÉSZÁROS, István	2015	1
<b>AUTORES DO SERVIÇO SOCIAL</b>			
<b>Título/Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantas vezes foram citadas</b>
Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social	IAMAMOTO, Marilda Vilela	2012	57
Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica	IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de.	2008.	56
Economia Política: uma introdução crítica	NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo	2011	44
Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos	BEHRING, Elaine	2008	34
O serviço social na contemporaneidade	IAMAMOTO, Marilda Vilela	2012	34
Serviço Social: identidade e alienação	MARTINELLI, Maria Lúcia	2001	24
Capitalismo Monopolista e Serviço Social	NETTO, José Paulo	2011	24
Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo	RAICHELIS, Raquel	2018	23
Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64	NETTO, José Paulo	2007	22
Introdução ao estudo do método de Marx	NETTO, José Paulo	2011	21
A instrumentalidade do Serviço Social	GUERRA, Yolanda	2011	20
Política Social: fundamentos e história	BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete	2008	15
O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais	ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de	2009	12
O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa	CASTELO, Rodrigo	2011	11
A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância	GUERRA, Yolanda	2010	11
Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional	ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara	2009	10

Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização	BORGES, Ângela	2007	10
O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos	RAICHELIS, Raquel	2011	10
Serviço Social e política: 80 anos de uma relação visceral	BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete	2016	8
Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços	COSTA, Maria Dalva Horário da.	2010.	8
O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas	GUERRA, Yolanda	2005	8
A ideologia neodesenvolvimentista e as Políticas Sociais no Brasil: apontamentos sobre crise e hegemonia na periferia do capitalismo	MARANHÃO, Cezar Henrique	2014	8
Neoliberalismo e novo desenvolvimentismo: o papel do Estado frente ao agravamento da — questão social	SANTOS, Josiane Santos	2017	8
Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil	NETTO, José Paulo	1996	7
O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalhocomplexo no Brasil contemporâneo	NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra	2008	7
Crise do capital, fundo público e valor	BEHRING, Elaine	2010	6
A dimensão técnica—operativa do exercício profissional	GUERRA, Yolanda	2017	6
Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediaçõessócio-históricas e ético-políticas	GUERRA, Yolanda	2016	6
Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil ena América Latina	MOTA, Ana Elizabete	2012	6
Cinco notas a propósito da “Questão Social”	NETTO, José Paulo	2001	6
Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial	RAICHELIS, Raquel	2013	6
A dimensão investigativa no exercício profissional	GUERRA, Yolanda.	2009	5
Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos	IAMAMOTO, Marilda Vilela	2013	5
Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social: descobertas, inquietações a partir da pesquisa sobre a realidade de Alagoas (1998 a 2010)	TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes	2015	5
Serviço social: trabalho e políticas públicas	ALMEIDA, Ney Luiz e ALENCAR, Mônica	2011	4
A Precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo	CARVALHO, Alba Maria Pinho de	2014	4
Ernest Mandel: imprescindível	BEHRING, Elaine	2015	4
A categoria “serviços” na tradição marxista e o debate sobre os serviços na atualidade	CISLAGHI, Juliana Fiuza	2018	4
Serviço Social em debate: ser social, trabalho e ideologia	COSTA, Gilmaísa Macedo da	2011	4

A questão social no capitalismo	IAMAMOTO, Marilda Vilela	2001	4
A reestruturação produtiva e as novas modalidades de Subordinação do Trabalho	MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de.	1998	4
Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento	MOTA, Ana Elizabete	2013	4
O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional	SANTOS, Silvana Mara de Moraes	2010	4
Política Social no contexto da crise capitalista	BEHRING, Elaine	2009	3
O social-liberalismo e a globalização da — questão social	CASTELO, Rodrigo	2008	3
O Social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar	CASTELO, Rodrigo	2012	3
Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas	BOSCHETTI, Ivanete	2011	3
Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social	IAMAMOTO, Marilda Vilela	2009	3
O Serviço Social na cena contemporânea	IAMAMOTO, Marilda Vilela	2010	3
Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para —alívio da pobreza	LEHER, R.	1998	3
A natureza do serviço social	MONTAÑO, Carlos Eduardo	2007	3
Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social	PONTES, R. N.	2000	3
O trabalho do assistente social na esfera estatal	RAICHELIS, Raquel	2009	3
Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia	RAICHELIS, Raquel	2020	3
Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução	BERTOLDO, Edna; SANTOS, Mônica	2012	2
Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas	BOSCHETTI, Ivanete	2011	2
O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano	CASTELO, Rodrigo	2011	2
Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade	IAMAMOTO, Marilda Vilela	2012	2
Um novo senhor para a educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo	LEHER, R.	1999	2
Serviço Social e trabalho: do que se trata?	LESSA, S.	2000	2
O mundo dos homens: trabalho e ser social	LESSA, S.	2012	2
A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho	MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; MIOTO, Regina Célia Tamaso	2009	2

Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro	MOTA, Ana Elizabete	2010	2
Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro	MOTA, Ana Elizabete	2021	2
Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina	MOTA, Ana Elizabete	2012	2
Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional	SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria	2015	2
O assédio moral nas relações de trabalho do (a) assistente social: uma questão emergente	SILVA, Ociana Donato da; Raichelis, Raquel	2015	2
A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização	ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta	2006	1
A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social	CAVALCANTE, Girlene Maria Mátiis; PRÉDES, Rosa	2010	1
O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica	CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa	2015	1
A panacéia das competências: uma problematização preliminar	BATISTA, Eraldo Leme	2006	1
Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia	FALLEIROS, Ilaiê; PRONKO, Marcela A. e OLIVEIRA, Maria T. Cavalcanti	2010	1
As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais	FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de.	2016	1
Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social	LARA, Ricardo	2020	1
Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial	LESSA, S.	2005	1
Marx – Lukacs – Proletariado	LESSA, S.	2011	1
Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional	LOPES, J. B. e ABREU, M. M.	2010	1
A natureza do Serviço Social: Um Ensaio Sobre sua Gênese, a “especificidade” e sua reprodução	MONTAÑO, Carlos Eduardo	2007	1
O serviço social frente ao neoliberalismo mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional	MONTAÑO, Carlos Eduardo	2008	1
A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro	MOTA, Ana Elizabete	2019	1
Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil	NETTO, José Paulo	2004	1
Crise do socialismo e ofensiva neoliberal	NETTO, José Paulo	2012	1

O assédio moral nas relações de trabalho(a) assistente social: uma questão emergente. Serviço Social e Sociedade	RAICHELIS, Raquel; SILVA, Ociana Donato da.	2015	1
A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise	SILVEIRA JUNIOR; Adilson Aquino	2016	1
Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social	YACOUB, Leila Baumgratz Delgado; RIBEIRO, Luiz Cláudio	2015	1
<b>AUTORES DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO, ECONOMIA E FILOSOFIA</b>			
<b>Título/Obra</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantas vezes foram citadas</b>
Mais trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea	SADI, Dal Rosso	2008	81
Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório	ALVES, Giovanni	2011	49
O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital	ANTUNES, Ricardo	2018	46
Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho	ALVES, Giovanni	2007	34
Assédio moral no trabalho	FREITAS, Maria Ester de; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida	2008	22
Fundo público e seguridade social no Brasil	SALVADOR, Evilásio	2010	20
Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo	SALVADOR, Evilásio	2010	19
A revolução burguesa no Brasil	FERNANDES, Florestan	1987	19
Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea	PAULA, A.P.P.	2005	17
A teoria do valor em Marx e a organização do trabalho coletivo na escola: elementos para uma reflexão crítica	OLIVEIRA, Lilian. H. da R.	2006	17
Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho	ANTUNES, Ricardo	2015	16
Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho	ANTUNES, Ricardo	2009	15
O mercado de trabalho nos Serviços Sociais. O Social em Questão	BORGES, Ângela	2015	14
A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores	DRUCK, Maria da Graça	2013	13
Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos	SAVIANI, D.	2007	12
Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações	BARRETO, Margarida Maria Silveira	2006	12
A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica	ALVES, Giovanni	2012	11

Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II	ANTUNES, Ricardo	2013	11
Trabalho docente, controle e intensificação: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo	PINO, Mauro, A. B. D. <i>et al.</i>	2009	10
O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho	ANTUNES, Ricardo	2005	9
Dimensões da precarização estrutural do trabalho	ANTUNES, Ricardo	2007	9
Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil	DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie	2007	9
As mudanças no mundo do trabalho: um estudo sobre o trabalho mediado por tecnologias de informação e comunicação e os efeitos sobre o trabalhador.	VIANNA, Jaqueline Abreu	2014	8
Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II	SADI, Dal Rosso	2013	7
Democracia ou liberdade?	TONET, Ivo	2004	6
Educação contra o capital	TONET, Ivo	2016	6
O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder	OSORIO, Jaime	2014	6
O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo	ALVES, Giovanni	2005	6
Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho	ALVES, Giovanni	2013	6
Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado	ANTUNES, Ricardo	2020	6
Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula	DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz	2007	6
Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente	KUENZER, A. Z.	2007	6
Reforma do Estado e relações de trabalho: a experiência brasileira nos anos 90. Revista Ariús	COSTA, Cândida da	2007	6
Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI	DAVIS, Angela	2019	6
A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil	ANTUNES, Ricardo	2006	5
Capitalismo, crises e conjuntura	FONTES, Virgínia	2017	5
Desempregados no Brasil	POCHMANN, Marcio	2006	5
Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana	SANTOS NETO, Artur Bispo dos.	2013	5
A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização	OLIVEIRA, Dalila, Andrade	2004	5
Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?	DRUCK, Maria da Graça	2011	4

Informalidade alta, salário baixo: o status do trabalho em 2019	ROUBICEK, Marcelo	2019	4
A revolução informacional	LOJKINE, Jean	1995	4
A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial	SCHAFF, Adam	1993	4
Gestão como doença social. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social	GAULEJAC, V de.	1946	4
A Violência no mundo do trabalho: o assédio moral e sexual na vida das mulheres	QUEIROZ, Fernanda Marques de; DINIZ, Maria Ilidiana; MELO, Antônia Mônica	2011	4
Assédio moral e reestruturação produtiva	SOUZA, Terezinha Martins dos Santos	2009	4
Crise estrutural do capitalismo e tendências de desenvolvimento da esfera pública	PANIAGO, Maria Cristina Soares	2007	4
Mészáros e a incontrolabilidade do capital	PANIAGO, Maria Cristina Soares	2012	3
Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha	ALVES, Giovanni	2010	3
Assédio moral: gestão por humilhação	ALVES, Giovanni	2018	3
Divisão sexual do trabalho e democracia	BIROLI, Flávia	2016	3
Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores	CIAVATTA, Maria	2009	3
Intervenções: o marxismo na batalha das ideias	COUTINHO, C. N.	2006	2
A condição de proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global	ALVES, Giovanni	2009	2
Educação e a crise do capitalismo real	FRIGOTTO, G.	2010	2
Precariado, a nova classe perigosa	STANDING, Guy	2013	2
A precariedade como elemento estratégico determinante do capital	VASAPOLLO, Luciano	2005	2
Prefácio: o capital fictício no centro da crise	HERRERA, Rémy	2015	2
Método científico: uma abordagem ontológica	TONET, Ivo	2013	2
Construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real	HUWS, Ursula	2009	2
Assédio moral nas relações sociais no âmbito das instituições públicas	BARRETO, Margarida Maria Silveira; HELOANI, Roberto	2015	2
Toyotismo e Subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global	ALVES, Giovanni	2006	1
As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx	AMORIM, Henrique	2014	1

Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal	ANTUNES, Ricardo	2001	1
A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)	ANTUNES, Ricardo	2005	1
O continente do labor	ANTUNES, Ricardo	2011	1
Estado e Força de Trabalho: Introdução à política social no Brasil	CIGNOLLI, Aberto	1985	1
Terceirização: (des) fordizando a fábrica. Um estudo petroquímico	DRUCK, Maria da Graça	2001	1
Capitalismo em tempos de Uberização: do emprego ao trabalho	FONTES, Virgínia	2017	1
A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe	FRIGOTTO, G.	2009.	1
O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor	SADI, Dal Rosso	2017	1
Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970	IANNI, Octavio	1977	1
Os fundos de pensão e os fundos mútuos	SAUVIAT, Catherine	2005	1
Teoria marxista das crises	SOUZA, Nilson Araújo de	1992	1
Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial	SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A.	2009	1
Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica	SOUZA, Terezinha Martins dos Santos	2015	1
Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho	BORGES, A.; DRUCK, G.	1993	1
Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora	CARCANHOLO, Marcelo Dias	2010	1
Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo	COUTINHO, C. N.	2008	1
Americanismo e fordismo	BRAGA, Ruy	2008	1
Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa	MAZZEO, Antonio Carlos	2015	1
O capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictício	SABADINI, Maurício de S.	2015	1